

Sumário

Nota prévia 5

NANCY FRASER 7

A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação

Partindo da hipótese de que a globalização está a gerar uma nova gramática de reivindicação política, no seio da qual é patente o risco de substituição de um economicismo truncado por um culturalismo igualmente truncado, defende-se uma abordagem do problema da justiça social de uma perspectiva bifocal, sensível tanto à questão da distribuição justa como à do reconhecimento recíproco, como dimensões mutuamente irredutíveis.

PEDRO HESPANHA 21

Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas

A globalização está a provocar a corrosão das estruturas de coesão interna nas sociedades contemporâneas e a aumentar o risco de marginalização e de exclusão para sectores crescentes da população. O texto começa por analisar dois dos efeitos mais notórios do processo de diferenciação social – os efeitos de segmentação social e de individualização da vida social –, centrando-se, posteriormente, nas questões do agravamento do risco social e da relativa invisibilidade deste risco.

STEPHEN R. STOER 33

Educação e globalização: Entre regulação e emancipação

Retoma-se o trabalho publicado no livro *Transnacionalização de Educação: da crise da educação à “educação” da crise*, com o objectivo de o interrogar em três aspectos: 1) a utilização do conceito de transnacionalização no título (e não utilização, por exemplo, do conceito de globalização); 2) a concepção de mudança social que está subjacente à “crise da educação”; e 3) a relação, no livro, entre regulação e emancipação.

ISABEL GUERRA

47

**Cidadania, exclusões e solidariedades.
Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”**

Comentam-se alguns dos resultados da pesquisa sintetizada na colecção «A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização» à luz dos conceitos de cidadania, exclusão e solidariedade e com acento especial na problemática das “novas políticas sociais”, retomando a questão do confronto entre uma análise sistémica da globalização e uma análise estratégica dos actores em situação de exclusão.

TERESA CRUZ E SILVA

75

**Determinantes globais e locais na emergência
de solidariedades sociais:
O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo**

Partindo de um estudo de caso sobre mercados informais nas áreas periurbanas da cidade de Maputo, o texto coloca no prato da balança as determinantes globais e locais que levam à emergência e/ou desenvolvimento de solidariedades sociais, ao mesmo tempo que avalia os constrangimentos que limitam a sua capacidade de resposta à produção do bem estar.

JOSÉ REIS

91

**Mobilidades e territorializações, Estado e mercado:
A economia portuguesa e as suas “novíssimas” dinâmicas**

Neste texto exprimem-se duas preocupações. A primeira é acerca do próprio debate sobre a globalização: revela-se cepticismo e propõe-se uma visão não-globalista e não-funcionalista. A segunda é sobre a economia portuguesa: insiste-se na importância das relações de proximidade com a Espanha, por um lado, e, por outro, dá-se atenção à crescente importância das relações financeiras transnacionais.

JOSÉ MANUEL PUREZA

99

**Quem governa?
Portugal e as novas teias da governação global**

A inserção de Portugal no processo de transformação relacionado com a turbulenta elaboração do mapa da governação pós-vestefaliana é ambivalente. Por um lado, dá continuidade à subalternização da sua posição mundial. Mas, por outro lado, Portugal também aparece associado a sinais de novas fórmulas de governação internacional que apontam para uma transformação das relações internacionais.

- LEONARDO AVRITZER 107
Globalização e espaços públicos:
A não regulação como estratégia de hegemonia global

O processo de globalização muda a relação entre regulação e emancipação e exige a introdução de um terceiro elemento, a não-regulação. A forma como a hegemonia no espaço político globalizado ocorre no começo do século XXI consiste numa combinação entre super-regulação e não-regulação, que adquire características completamente novas.

- CARLOS FORTUNA 123
Culturas urbanas e espaços públicos:
Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico

Seremos capazes de construir *mais e melhor* cidade no futuro próximo? A sociologia urbana, na sua versão clássica, não está em condições de oferecer indicações sobre como fazê-lo. Para tal, ela terá que repensar-se e que reformar os seus quadros teóricos e procedimentos analíticos.

- JOSÉ MACHADO PAIS 149
Questionando culturas e identidades, utopias e fatalidades:
Reflexões de um sociólogo na solidão do quarto n.º 514 de um *Meliá Confort*

Na solidão do quarto de um *Meliá Confort*, um sociólogo frustrado debate-se com um *stress* de ansiedade provocado pela responsabilidade de ter de comentar dois volumes de uma vultuosa obra. Desapontado com os apontamentos que alinhavara, decide refazer a comunicação inspirando-se no *hic et nunc* do seu descontentamento.

- GEORGE YUDICE 175
O lugar da cultura no contexto pós-Onze de Setembro

Discutem-se os efeitos que os novos sistemas de segurança e vigilância postos em prática após os ataques do 11 de Setembro têm sobre uma cultura que, já transformada pelos processos da globalização e contribuindo para esses processos, constitui um espaço primordial de conflito e controlo.

- JOÃO ARRISCADO NUNES 189
As dinâmicas da(s) ciência(s) no perímetro do centro:
Uma cultura científica de fronteira?

Procura-se equacionar as condições de translocalização e de globalização das ciências modernas, bem como as condições específicas da sua institucionalização e da actividade científica em sociedades que, como Portugal, se situam na semiperiferia do sistema-mundo.

ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO

199

As Humanidades como utopia

Equacionam-se alguns aspectos da (auto)definição das Humanidades em tempo de reconstrução, defendendo-se o potencial utópico da perspectiva por elas representada num contexto de redefinição global dos saberes.

JOÃO CARAÇA

209

Os mercados, os seus saberes e as suas incertezas

No contexto actual, a luta pela democracia assume três vectores essenciais: a reinvenção do poder emancipador do conhecimento; a reintrodução da escola como o local privilegiado da aprendizagem para a cidadania plena; a instalação e defesa de uma sociedade do reconhecimento, em que a valorização do outro como interlocutor corresponda ao pulsar planetário da nossa espécie.

JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI

221

Capitalismo e monopólio de conhecimento

Se, hoje em dia, a fonte do poder reside no monopólio da invenção científico-tecnológica, é necessário ir além de uma fenomenologia dos níveis de globalização, tomando em linha de conta o papel determinante do novo capital, na sua diferença específica. Um poder entranhado de saber deve ser combatido por outros poderes capazes de distinguir o que se pode e o que não se pode fazer e conhecer.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

237

Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências

Procede-se a uma crítica do modelo de racionalidade ocidental – o modelo de uma *razão indolente* – propondo-se os prolegómenos de um outro modelo, o de uma *razão cosmopolita*. Procura-se fundar três procedimentos sociológicos nesta razão cosmopolita: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

Índice Bibliográfico

281

Résumés/Abstracts

287

Os textos reunidos no presente número da Revista Crítica de Ciências Sociais foram apresentados originalmente no colóquio Globalização: Fatalidade ou Utopia?, realizado em Coimbra em 22 e 23 de Fevereiro de 2002. Ao organizar este colóquio, propunha-se o Centro de Estudos Sociais promover um debate alargado em torno da natureza e dos efeitos dos processos de globalização no mundo contemporâneo, a partir da experiência particular de Portugal. Tratava-se, em especial, de aprofundar a reflexão sobre as oportunidades e os constrangimentos que a intensificação das relações à escala global acarreta para a sociedade portuguesa, tendo em conta que é nos espaços da semiperiferia e da periferia do sistema mundial que a globalização parece hoje, de modo particularmente intenso, apresentar-se ora como fatalidade – a da sujeição às orientações hegemónicas emanadas dos centros de decisão económica e política internacional – ora como utopia – a da aposta na procura de alternativas de cariz contra-hegemónico e emancipatório.

O colóquio Globalização: Fatalidade ou Utopia? surgiu na sequência de um amplo programa de investigação subordinado ao tema A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização, conduzido ao longo de vários anos pelo Centro de Estudos Sociais, sob a direcção de Boaventura de Sousa Santos, e concluído em 2001. Os resultados deste projecto, que contou com a colaboração de mais de setenta investigadores, de múltiplas áreas disciplinares, estão sistematizados numa série de oito volumes temáticos publicados pelas Edições Afrontamento. Foi propósito essencial do colóquio de Fevereiro fornecer um contexto apropriado para a discussão desses resultados, juntando investigadores portugueses e estrangeiros em torno de dois objectivos principais: repensar os instrumentos teóricos e analíticos das ciências sociais perante o novo enquadramento global das relações sociais; avaliar os efeitos dos processos de globalização em sociedades semiperiféricas como a portuguesa e ponderar formas de actuação política e cultural capazes de lidar com as oportunidades e os constrangimentos que tal enquadramento impõe aos actores locais.

Os contributos para o colóquio foram de natureza diversa, alguns mais orientados para uma avaliação crítica dos resultados do projecto, outros para a reflexão prospectiva ou comparativa a partir deles, outros ainda para a discussão mais genérica em torno dos processos de globalização e das suas implicações

para o pensamento social. Tanto no plano formal como no plano argumentativo, os textos que compõem o presente número da Revista Crítica de Ciências Sociais reflectem essa diversidade, que traduz de resto o propósito de alargar e enriquecer, a partir de diferentes perspectivas, um dos debates centrais da nossa contemporaneidade, um propósito que esteve na raiz do colóquio Globalização: Fatalidade ou Utopia? e ao qual, pela nossa parte, não deixaremos de dar continuidade.

NANCY FRASER

New School of Social Research, Nova Iorque

A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação

Centrando-se na actual politização da cultura e particularmente nas lutas pelo reconhecimento, a autora identifica três problemas que ameaçam a justiça social no contexto da globalização: a reificação das identidades colectivas, a substituição da redistribuição pelo reconhecimento e a forma como diferentes tipos de luta estão a enquadrar desajustadamente os processos transnacionais. O texto discute três estratégias conceptuais para neutralizar os riscos derivados destes problemas, todas elas baseadas em traços emergentes da globalização. Para contrariar o risco da reificação, propõe uma concepção do reconhecimento baseada no estatuto que não conduz a uma política de identidade. Para contrariar o risco da substituição, a autora propõe uma concepção bidimensional de justiça que abrange tanto o reconhecimento como a distribuição. Para contrariar a ameaça do enquadramento desajustado, propõe uma concepção de soberania de múltiplos níveis que descentra o enquadramento nacional.

1. Introdução

Ao escolher a frase “Globalização: fatalidade ou utopia?” como título deste colóquio, os organizadores sugerem duas coisas: em primeiro lugar, que estamos hoje à beira de uma importante transição social e, em segundo lugar, que as circunstâncias exigem que tomemos uma posição relativamente a essa transição. Concordo com ambas as sugestões. Mesmo que não possamos ainda caracterizar da melhor forma a globalidade da mudança, é evidente que estão a dar-se transformações profundas. Uma transição importante, da perspectiva do “Primeiro Mundo”, é a que se refere à passagem de uma fase fordista do capitalismo, centrada na produção em massa, em sindicatos fortes e na normatividade do salário familiar, para uma fase pós-fordista, caracterizada pela produção virada para nichos do mercado, pelo declínio da sindicalização e pelo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Outra mudança relacionada com esta tem a ver com a transição de uma sociedade industrial, baseada nas tecnologias de manufactura da segunda revolução industrial, para o que tem

sido apelidado por alguns de “sociedade do conhecimento”, baseada nas tecnologias de informação da terceira revolução industrial. Há ainda que referir a mudança de uma ordem internacional dominada por Estados-nação soberanos para uma ordem globalizada em que os enormes fluxos transnacionais do capital restringem as capacidades de governação dos Estados nacionais.

Tomo todos estes processos como parte do que se entende por globalização e penso que todos estão relacionados com um outro traço fundamental da presente constelação: a crescente proeminência da cultura na ordem emergente. Esta nova proeminência da cultura pode ser vista numa série de aspectos: na maior visibilidade dos “trabalhadores simbólicos”, por contraste com os trabalhadores manuais, na economia global da informação; no declínio da centralidade do trabalho relativamente à religião e à etnicidade na constituição das identidades colectivas; na maior consciência do pluralismo cultural na esteira do aumento da imigração; na intensificação da hibridação cultural, fomentada não só por contactos pessoais transculturais, mas também pela comunicação electrónica; na proliferação e rápida difusão de imagens pelas indústrias globais da publicidade e do entretenimento de massas; e por último, como consequência de todas estas mudanças, numa nova consciência reflexiva dos “outros” e, por isso, uma nova ênfase na identidade e na diferença.

Contudo, aquilo que mais me interessa é o efeito desta nova proeminência da cultura sobre a política – e, portanto, sobre as perspectivas de justiça social. Assim, gostaria de sugerir que um outro traço que define a globalização é a politização generalizada da cultura, especialmente nas lutas pela identidade e diferença – ou, como passarei a designá-las, as lutas pelo reconhecimento – que explodiram nos últimos anos. De facto, hoje em dia, a reivindicação de reconhecimento é a força impulsionadora de muitos conflitos sociais, desde batalhas sobre o multiculturalismo a lutas sobre as relações sociais de sexo e a sexualidade, desde campanhas pela soberania nacional e autonomia subnacional a esforços para construir organizações políticas transnacionais, desde a *jihad* fundamentalista aos revivescentes movimentos internacionais de direitos humanos. É certo que estas lutas são heterogêneas, situando-se numa escala que vai daquelas que são claramente emancipatórias às que são absolutamente condenáveis. Não obstante, o seu recurso a uma gramática comum é notório, apontando para uma profunda mudança dos ventos políticos: um ressurgimento maciço da política de *estatuto*.

O reverso deste ressurgimento é um declínio correspondente da política de *classe*. Outrora a gramática hegemónica da contestação política, as reivin-

dicações de igualdade económica são hoje menos salientes do que durante o apogeu fordista do Estado-Providência keynesiano. Os partidos políticos que antes se identificavam com projectos de redistribuição igualitária abraçam hoje uma escorregadia “terceira via”, cuja substância verdadeiramente emancipatória, quando a têm, está mais relacionada com o reconhecimento do que com a redistribuição. Entretanto, os movimentos sociais que não há muito tempo exigiam com audácia uma partilha equitativa dos recursos e da riqueza já não são exemplificativos do espírito da época. É certo que não desapareceram totalmente, mas o seu impacto tem sido grandemente reduzido. Para além do mais, mesmo nos melhores casos, quando as lutas pela redistribuição não se apresentam como anti-téticas às lutas pelo reconhecimento, elas tendem a ser dissociadas destas últimas.

Portanto, em geral, a globalização está a gerar uma nova gramática de reivindicação política. Nesta constelação, o centro de gravidade foi transferido da redistribuição para o reconhecimento. Como deveremos caracterizar esta transição? Quais são as suas implicações para a justiça social?

A meu ver, as perspectivas são ambivalentes. Por um lado, a viragem para o reconhecimento representa um alargamento da contestação política e um novo entendimento da justiça social. Já não restrita ao eixo da classe, a contestação abarca agora outros eixos de subordinação, incluindo a diferença sexual, a “raça”, a etnicidade, a sexualidade, a religião e a nacionalidade. Isto constitui um claro avanço relativamente aos restritivos paradigmas fordistas que marginalizavam tal contestação. Para além disso, a justiça social já não se cinge só a questões de distribuição, abrangendo agora também questões de representação, identidade e diferença. Também neste aspecto constitui um avanço positivo relativamente aos redutores paradigmas economicistas que tinham dificuldade em conceptualizar males cuja origem reside, não na economia política, mas nas hierarquias institucionalizadas de valor.

Por outro lado, não é absolutamente nada evidente que as actuais lutas pelo reconhecimento estejam a contribuir para complementar e aprofundar as lutas pela redistribuição igualitária. Antes pelo contrário: no contexto de um neoliberalismo em ascensão, podem estar a contribuir para deslocar as últimas. Se assim for, os recentes ganhos no nosso entendimento da justiça podem estar entrelaçados com uma perda trágica. Em vez de chegarmos a um paradigma mais amplo e rico, capaz de abarcar tanto a redistribuição como o reconhecimento, estaremos a trocar um paradigma truncado por outro: um economicismo truncado por um culturalismo igualmente truncado. O resultado seria um exemplo clássico de desenvolvimento combina-

do e desigual: as recentes conquistas notáveis no eixo do reconhecimento corresponderiam a um progresso paralisado, se não mesmo a francas perdas, no eixo da distribuição.

Esta é, de qualquer das formas, a minha leitura das tendências actuais. A seguir delinearei uma abordagem que responde a este diagnóstico e que visa evitar a sua realização plena. O que tenho a dizer divide-se em três partes, cada uma das quais corresponde a um risco inerente à actual trajectória da globalização. Considerarei em primeiro lugar o risco da substituição das lutas pela redistribuição pelas lutas pelo reconhecimento, em vez de estas complementarem ou enriquecerem aquelas. Para neutralizar este risco, proporei uma análise da justiça social que é suficientemente ampla para incluir o leque total de preocupações suscitadas pela globalização, mesmo as desigualdades de classe e as hierarquias de estatuto. Em segundo lugar, considerarei o risco da actual centralidade da política cultural, que está a reificar as identidades sociais e a fomentar um comunitarismo repressivo. Para que este risco seja neutralizado, proponho uma concepção não-identitária do reconhecimento adequada à globalização, uma concepção que promova a interacção entre as diferenças e que estabeleça sinergias com a redistribuição. Em terceiro e último lugar, examinarei o risco de a globalização estar a subverter as capacidades do Estado para reparar ambos os tipos de injustiça. A fim de neutralizar este risco, proporei uma concepção múltipla de soberania que descentre o enquadramento nacional. Em cada um dos casos, as concepções propostas assentam em potencialidades emancipatórias que estão a despontar na actual constelação.

Portanto, em termos gerais, não tratarei a globalização como fatalidade ou utopia, mas antes como um processo de dupla face, que carrega em si tanto riscos como possibilidades. Desta forma, procurarei esclarecer os riscos e identificar os recursos com que lhes poderemos fazer frente.

2. Contrariar a substituição: uma concepção bidimensional da justiça social

Uma das ameaças à justiça social na globalização é resultado de uma ironia histórica: a transição da redistribuição para o reconhecimento está a ocorrer apesar (ou por causa) da aceleração da globalização económica. Desta forma, os conflitos identitários alcançaram estatuto paradigmático exactamente no momento em que o agressivo capitalismo globalizante conduzido pelos Estados Unidos está a exacerbar radicalmente as desigualdades económicas. Como resultado, a viragem para o reconhecimento encaixou-se perfeitamente num neoliberalismo económico que deseja acima de tudo reprimir a memória do igualitarismo socialista. Neste con-

texto, as lutas pelo reconhecimento estão a contribuir menos para suplementar, tornar mais complexas e enriquecer as lutas pela redistribuição do que para as marginalizar, eclipsar e substituir. Chamo a isto *o problema da substituição*.

Esta substituição ameaça a nossa capacidade de conceptualizar a justiça social num mundo em processo de globalização. Para evitarmos truncar a nossa visão da emancipação e, assim, entrar involuntariamente em conluio com o neoliberalismo, necessitamos de revisitarmos o conceito de justiça. O que é preciso é uma concepção ampla e abrangente, capaz de abranger pelo menos dois conjuntos de preocupações. Por um lado, ela deve abarcar as preocupações tradicionais das teorias de justiça distributiva, especialmente a pobreza, a exploração, a desigualdade e os diferenciais de classe. Ao mesmo tempo, deve igualmente abarcar as preocupações recentemente salientadas pelas filosofias do reconhecimento, especialmente o desrespeito, o imperialismo cultural e a hierarquia de estatuto. Rejeitando formulações sectárias que caracterizam a distribuição e o reconhecimento como visões mutuamente incompatíveis da justiça, tal concepção tem de abrangê-las a ambas. O resultado seria uma *concepção bidimensional de justiça*, o único tipo de concepção capaz de abranger toda a magnitude da injustiça no contexto da globalização.

Passo a explicar. A abordagem que proponho requer que se olhe para a justiça de modo bifocal, usando duas lentes diferentes simultaneamente. Vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de distribuição justa; vista pela outra, é uma questão de reconhecimento recíproco. Cada uma das lentes foca um aspecto importante da justiça social, mas nenhuma por si só basta. A compreensão plena só se torna possível quando se sobrepõem as duas lentes. Quando tal acontece, a justiça surge como um conceito que liga duas dimensões do ordenamento social – a dimensão da *distribuição* e a dimensão do *reconhecimento*.

Do ponto de vista distributivo, a injustiça surge na forma de desigualdades semelhantes às da classe, baseadas na estrutura económica da sociedade. Aqui, a quintessência da injustiça é a má distribuição, em sentido lato, englobando não só a desigualdade de rendimentos, mas também a exploração, a privação e a marginalização ou exclusão dos mercados de trabalho. Consequentemente, o remédio está na redistribuição, também entendida em sentido lato, abrangendo não só a transferência de rendimentos, mas também a reorganização da divisão do trabalho, a transformação da estrutura da posse da propriedade e a democratização dos processos através dos quais se tomam decisões relativas ao investimento.

Do ponto de vista do reconhecimento, por contraste, a injustiça surge na forma de subordinação de estatuto, assente nas hierarquias institucionalizadas de valor cultural. A injustiça paradigmática neste caso é o falso reconhecimento, que também deve ser tomado em sentido lato, abrangendo a dominação cultural, o não-reconhecimento e o desrespeito. O remédio é, portanto, o reconhecimento, igualmente em sentido lato, de forma a abarcar não só as reformas que visam revalorizar as identidades desrespeitadas e os produtos culturais de grupos discriminados, mas também os esforços de reconhecimento e valorização da diversidade, por um lado, e, por outro, os esforços de transformação da ordem simbólica e de desconstrução dos termos que estão subjacentes às diferenciações de estatuto existentes, de forma a mudar a identidade social de todos.

Do ponto de vista distributivo, portanto, a justiça requer uma política de redistribuição. Do ponto de vista do reconhecimento, em contraponto, a justiça requer uma política de reconhecimento. A ameaça de substituição surge quando as duas perspectivas da justiça são consideradas mutuamente incompatíveis. Nesse caso, as reivindicações de reconhecimento desligam-se das reivindicações de redistribuição, acabando por as eclipsar.

Quando, contudo se sobrepõem as duas perspectivas, o risco de substituição pode ser neutralizado. A justiça surge então como uma categoria bidimensional que abrange ambos os tipos de reivindicação. Desta perspectiva bifocal, torna-se desnecessário optar entre uma política de reconhecimento e uma política de redistribuição, impondo-se, pelo contrário, uma política que abarque os dois aspectos.

A aceleração da globalização faz com que, em princípio, tal política se torne possível. Nesta sociedade, como vimos, a identidade já não está exclusivamente ligada ao trabalho e as questões da cultura são intensamente politizadas. Contudo, a desigualdade económica continua a manifestar-se desmedidamente, uma vez que a nova economia global da informação está a alimentar importantes processos de recomposição de classe. Além disso, a actual população diversificada de trabalhadores simbólicos, trabalhadores de serviços, trabalhadores manuais, trabalhadores temporários e a tempo parcial, bem como os socialmente excluídos, tem extrema consciência das múltiplas hierarquias de estatuto, incluindo as ligadas à diferença sexual, “raça”, etnicidade, sexualidade e religião. Neste contexto, não é viável nem um economicismo redutor, nem um culturalismo banal. Pelo contrário, a única perspectiva adequada é uma perspectiva bifocal que abarque tanto o reconhecimento como a distribuição.

Todavia, não é fácil combinar a redistribuição e o reconhecimento, uma vez que isto exige que se submetam as duas dimensões de justiça a uma

medida normativa comum. O que é preciso é um único princípio normativo que inclua as reivindicações justificadas quer de redistribuição, quer de reconhecimento, sem reduzir umas às outras. Com este propósito, proponho o princípio de *paridade de participação*, segundo o qual a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir entre si como *pares*. São necessárias pelo menos duas condições para que a paridade participativa seja possível. Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e “voz” dos participantes. Esta condição impede a existência de formas e níveis de dependência e desigualdade económicas que constituem obstáculos à paridade de participação. Estão excluídos, portanto, arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as flagrantes disparidades de riqueza, rendimento e tempo de lazer que negam a alguns os meios e as oportunidades de interagir com outros como pares. Em contraponto, a segunda condição para a paridade participativa requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social. Esta condição exclui padrões institucionalizados de valor que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características a elas associadas. Portanto, excluem-se padrões institucionalizados de valor que negam a alguns o estatuto de parceiros plenos nas interações – quer ao imputar-lhes a carga de uma “diferença” excessiva, quer ao não reconhecer a sua particularidade.

Ambas as condições são necessárias à paridade participativa, nenhuma sendo por si só suficiente. A primeira traz à tona preocupações tradicionalmente associadas à teoria da justiça distributiva, particularmente as que se relacionam com a estrutura económica da sociedade e com os diferenciais de classe economicamente definidos. A segunda traz à tona preocupações recentemente salientadas pela filosofia do reconhecimento, especialmente no que se refere à ordem de estatuto na sociedade e às hierarquias de estatuto culturalmente definidas. No entanto, nenhuma destas condições é apenas um epifenómeno da outra, sendo cada uma, pelo contrário, relativamente independente. Deste modo, nenhuma pode ser completamente efectivada de forma indirecta, através de reformas dirigidas exclusivamente para a outra. O resultado é uma concepção bidimensional de justiça que abrange *tanto* a distribuição *como* o reconhecimento, sem reduzir um aspecto ao outro.

Esta abordagem permite contrariar o risco de substituição no contexto da globalização. Ao analisar a redistribuição e o reconhecimento como duas dimensões mutuamente irredutíveis da justiça, amplia-se a sua con-

cepção usual de modo a abarcar injustiças quer de estatuto, quer de classe. Ao submeter ambas as dimensões à norma englobante da paridade participativa, esta abordagem oferece um só critério normativo para avaliar tanto a estrutura económica como a ordem de estatuto. Assim, constitui o tipo de concepção lata de justiça de que precisamos a partir do momento em que resolvemos tratar a globalização nem como fatalidade nem como utopia, mas como um processo que envolve tanto recursos como riscos.

3. Contrariar a reificação: uma concepção não-identitária de reconhecimento

Uma segunda ameaça à justiça social no contexto da globalização surge como resultado de uma outra ironia histórica: as lutas pelo reconhecimento estão hoje a proliferar apesar (ou por causa) do aumento da interacção e comunicação transculturais. Isto é, manifestam-se precisamente quando a aceleração das migrações e dos fluxos dos meios de comunicação globais estão a fracturar e a hibridar todas as formas culturais, mesmo aquelas anteriormente vividas como “intactas”. Em consonância, algumas lutas pelo reconhecimento procuram adaptar as instituições a esta condição de complexidade crescente. No entanto, muitas outras tomam a forma de um comunitarismo que simplifica e reifica drasticamente as identidades de grupo. Nestes casos, as lutas pelo reconhecimento não fomentam a interacção e o respeito entre diferenças em contextos cada vez mais multiculturais, mas tendem antes a encorajar o separatismo e a formação de enclaves grupais, o chauvinismo e a intolerância, o patriarcalismo e o autoritarismo. Chamo a isto o *problema da reificação*.

À semelhança da substituição, a reificação ameaça a nossa capacidade de conceptualizar a justiça social num contexto de globalização. Para neutralizar esta ameaça, precisamos de visitar o conceito de reconhecimento. Precisamos de uma concepção não-identitária que desencoraje a reificação e promova a interacção entre as diferenças, o que significa rejeitar as definições habituais de reconhecimento.

Geralmente, o reconhecimento é visto através da lente da identidade. Deste ponto de vista, o que requer reconhecimento é a identidade cultural específica dos grupos. O falso reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade pelo grupo dominante e no consequente dano infligido ao sentido do eu dos membros do grupo. A reparação deste dano requer o envolvimento numa política de reconhecimento que visa rectificar a desestruturação interna através da contestação da imagem pejorativa do grupo projectada pela cultura dominante. Os membros desses grupos devem

rejeitar tais imagens em favor de novas auto-representações por eles próprios construídas. Depois de remodelar a sua identidade colectiva, devem exibí-la publicamente de forma a ganhar o respeito e a consideração da sociedade em geral. Quando o resultado tem êxito, atinge-se o “reconhecimento”, uma relação não distorcida consigo próprio. Relativamente ao modelo identitário, portanto, a política de reconhecimento significa política de identidade

É indubitável que este modelo identitário contém algumas ideias verdadeiramente esclarecedoras a respeito dos efeitos psicológicos do racismo, sexismo, colonização e imperialismo cultural. Contudo, falha em pelo menos dois aspectos importantes. Primeiro, tende a reificar as identidades de grupo e a ocultar eixos entrecruzados de subordinação. Em consequência, recicla frequentemente estereótipos relativos a grupos, ao mesmo tempo que fomenta o separatismo e o comunitarismo repressivo. Segundo, o modelo identitário trata o falso reconhecimento como um mal cultural independente e, como consequência, oculta as suas ligações com a má distribuição, impedindo assim os esforços para combater simultaneamente ambos os aspectos da injustiça.

Por estas razões, proponho uma concepção alternativa de reconhecimento. Na minha opinião, baseada no que pode designar-se por um “modelo de estatuto”, o reconhecimento é uma questão de *estatuto social*. O que requer reconhecimento no contexto da globalização não é a identidade específica de um grupo, mas o estatuto individual dos seus membros como parceiros de pleno direito na interacção social. Desta forma, o falso reconhecimento não significa a depreciação e deformação da identidade do grupo, mas antes a subordinação social, isto é, o impedimento da participação paritária na vida social. A reparação desta injustiça requer uma política de reconhecimento, mas isto não significa uma política de identidade. No modelo de estatuto, pelo contrário, significa uma política que visa superar a subordinação através da instituição da parte reconhecida distorcidamente como membro pleno da sociedade, capaz de participar ao mesmo nível dos outros.

Passo a explicar. A aplicação do modelo de estatuto requer que examinemos os efeitos dos padrões institucionalizados de valor cultural sobre a *posição* relativa dos actores sociais. Nos casos em que tais padrões constituem os actores como pares, capazes de participar ao mesmo nível que os outros na vida social, então podemos falar de *reconhecimento recíproco* e de *igualdade de estatuto*. Quando, pelo contrário, os padrões institucionalizados de valor cultural constituem alguns actores como inferiores, excluídos, completamente outros ou simplesmente invisíveis, portanto como menos

do que membros plenos na interacção social, então teremos de falar de *falso reconhecimento* ou *subordinação de estatuto*. Portanto, de acordo com o modelo de estatuto, o falso reconhecimento é uma relação social de subordinação transmitida através de *padrões institucionalizados de valor cultural*. Ocorre quando as instituições sociais regulam a interacção de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação. Os exemplos incluem leis matrimoniais que excluem uniões entre pessoas do mesmo sexo como ilegítimas e perversas, políticas sociais que estigmatizam as mães solteiras como parasitas sexualmente irresponsáveis e práticas de policiamento como a identificação por “perfil racial” que associam determinadas pessoas com a criminalidade. Em cada um destes casos, a interacção é regulada por um padrão institucionalizado de valor cultural que constitui algumas categorias de actores sociais como normativas e outras como deficientes ou inferiores. Consequentemente, é negado a alguns membros da sociedade o estatuto de parceiros plenos, capazes de participar na interacção ao mesmo nível que os outros.

Portanto, segundo o modelo de estatuto, o falso reconhecimento constitui uma grave violação da justiça. Sempre que ocorra e qualquer que seja a forma que tome, é necessário reivindicar o reconhecimento. Mas devemos notar o que isto significa em termos precisos: tal reivindicação não visa a valorização da identidade do grupo, mas a superação da subordinação, procurando instituir a parte subordinada como membro pleno na vida social, capaz de interagir paritariamente com os outros. Isto é, visa *desinstitucionalizar padrões de valor cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a fomentam*.

Conceber o reconhecimento a partir de um modelo de estatuto constitui um meio de contrariar a reificação no contexto da globalização. Ao concentrar-se, não na identidade de grupo, mas nos efeitos das normas institucionalizadas sobre as capacidades de interacção, evita o hipostasiar da cultura e a substituição da mudança social pela engenharia da identidade. Da mesma forma, ao recusar privilegiar remédios para o falso reconhecimento que valorizam as identidades de grupo existentes, evita a essencialização das actuais configurações e a recusa da mudança histórica. Por último, ao estabelecer a paridade participativa como critério normativo, o modelo de estatuto submete as reivindicações de reconhecimento a processos democráticos de justificação pública. Assim, evita o monologismo autoritário da política de autenticidade e valoriza a interacção transcultural por oposição ao separatismo e enclausuramento do grupo. Por conseguinte, longe de encorajar o comunitarismo repressivo, o modelo de estatuto combate-o frontalmente.

Em termos gerais, portanto, esta abordagem fomenta o tipo de política de reconhecimento de que precisamos se tratarmos a globalização nem como fatalidade nem como utopia, mas como um contexto para as lutas de justiça social.

4. Contrariar o enquadramento desajustado: uma concepção múltipla de soberania

Há ainda uma terceira ameaça à justiça social na globalização. À semelhança da substituição e da reificação, esta é também resultado de uma ironia histórica: a globalização está a descentrar o enquadramento nacional de uma forma que torna cada vez menos plausível postular o Estado nacional como o único contexto de actuação e a única instância que contém em si e regula a justiça social. Nestas condições, torna-se imperativo colocar as questões no plano devido: tem de se determinar quais os assuntos que são verdadeiramente nacionais, quais são locais, regionais ou globais. Contudo, os conflitos actuais assumem um enquadramento desadequado. Por exemplo, há numerosos movimentos que procuram garantir enclaves étnicos precisamente numa altura em que a mistura crescente de populações está a tornar tais projectos utópicos. E há alguns defensores da redistribuição que se tornam proteccionistas precisamente numa altura em que a globalização económica está a fazer com que o keynesianismo seja impossível num país só. Nestes casos, o efeito não conduz à paridade de participação, mas antes à exacerbação das disparidades, ao impor à força um enquadramento nacional a processos que são inerentemente transnacionais. Chamo a isto *o problema do enquadramento desajustado*.

Como a substituição e a reificação, o enquadramento desajustado ameaça a nossa capacidade de conceptualizar a justiça social num contexto de globalização. Para neutralizar esta ameaça, necessitamos de revisitarmos o problema do enquadramento. O que precisamos é de uma concepção múltipla que descentre o enquadramento nacional, pois só tal concepção permite acomodar toda a extensão de processos sociais que criam disparidades de participação na globalização.

A necessidade de tal concepção deriva dos desencontros de escala. Por exemplo, muitos dos processos económicos que regem a distribuição são claramente transnacionais. No entanto, os mecanismos redistributivos que herdámos do período fordista situam-se à escala nacional. Em consequência, há actualmente um óbvio desajustamento entre tais processos e mecanismos. É certo que instituições transnacionais como a União Europeia prometem ajudar a eliminar o fosso, mas elas próprias manifestam graves défices de justiça, tanto internamente (nas suas propensões neoliberais) como

externamente (na sua tendência para erigir uma Fortaleza Europa). Para além de campanhas dispersas por medidas como o Imposto Tobin ou o Rendimento Básico Universal, até tempos recentes pouco tem surgido no horizonte que augure a superação deste desajustamento de escalas. Contudo, há pouco tempo, alguns segmentos do movimento emergente contra a globalização hegemónica neoliberal começaram a pensar seriamente sobre esta questão. Havendo mais avanços nesta direcção, o Fórum Social Mundial poderá ajudar a gerar ideias programáticas, bem como energias políticas.

De modo semelhante, muitos dos processos culturais que geram distinções de estatuto não podem confinar-se ao enquadramento nacional, na medida em que envolvem fluxos globais de signos e imagens, por um lado, e práticas locais de hibridação e apropriação, por outro. No entanto, os mecanismos usados para responder à subordinação de estatuto encontram-se instalados em larga medida dentro dos países ou Estados-nação, como era costume chamá-los. Portanto, também aqui encontramos um desajustamento. É certo que os novos mecanismos transnacionais para institucionalizar os direitos humanos, tais como o Tribunal Penal Internacional, oferecem algumas esperanças no que diz respeito ao preenchimento deste vazio, mas são ainda rudimentares e estão sujeitos às pressões dos Estados mais poderosos. De qualquer das formas, tais organizações são provavelmente demasiadamente globais, demasiadamente orientadas para universais abstractos para lidarem com todas as formas de subordinação de estatuto. Precisaremos de outras abordagens para lidar com as formas resultantes dos fluxos culturais que têm uma escala mais “glocal”.

Em geral, nenhum dos enquadramentos por si só se ajusta a todas as questões de justiça no contexto da globalização. Como vimos, a justiça significa aqui a remoção dos obstáculos à paridade de participação. Porém, como vimos também, há pelo menos dois tipos de obstáculos – a má distribuição e o falso reconhecimento – que não se sobrepõem exactamente um ao outro. Sendo assim, não há garantias de que um enquadramento adequado a uma dimensão de justiça sirva também a outra. Pelo contrário, há muitos casos em que as reformas formuladas a partir de uma destas dimensões acabam por exacerbar a injustiça na outra.

De facto, a necessidade de enquadramentos múltiplos é parte inerente da ideia de paridade participativa. No fim e ao cabo, esse princípio não pode ser aplicado se não especificarmos qual a arena de participação social que está em causa e o conjunto de participantes que têm o direito de paridade dentro dela. Mas a norma da paridade participativa deve ser aplicada a toda a vida social. Assim, a justiça requer paridade de participação numa multiplicidade de contextos de interacção, que incluem os mercados de

trabalho, as relações sexuais, a vida familiar, a esfera pública e as associações voluntárias da sociedade civil. Contudo, a participação tem significados diferentes em cada um desses contextos. Por exemplo, no mercado de trabalho o seu sentido é qualitativamente diferente da participação nas relações sexuais ou na sociedade civil. Portanto, o significado de paridade deve ser ajustado ao tipo de participação em questão. Da mesma forma, o conjunto de participantes com direito à paridade é delimitado diferentemente em cada um dos contextos. Por exemplo, o conjunto dos que têm direito à paridade nos mercados de trabalho pode ser maior do que o dos que têm o mesmo direito numa determinada associação voluntária da sociedade civil. Por conseguinte, o âmbito da aplicação do princípio deve ser ajustado ao contexto em questão, o que significa que não há uma fórmula única que baste para todos os casos. Daí que sejam necessários múltiplos enquadramentos.

Em termos gerais, então, não há nenhum enquadramento ou nível de soberania que por si só seja suficiente para lidar com a totalidade das questões de justiça no contexto da globalização. O que é preciso é antes um conjunto de enquadramentos múltiplos e uma concepção de soberania com múltiplos níveis. Consequentemente, torna-se inevitável a questão de saber quando e onde aplicar determinado enquadramento. A partir daqui, qualquer discussão sobre a justiça deve incorporar uma reflexão explícita sobre o problema do enquadramento. Relativamente a cada caso, devemos perguntar quem são precisamente os sujeitos relevantes da justiça e quem são os actores sociais entre os quais se exige que exista paridade de participação.

Anteriormente, antes da actual aceleração da globalização, a resposta a tais perguntas era em grande medida um dado adquirido. Partia-se do princípio, geralmente sem uma discussão explícita, de que as esferas da justiça coincidiam com os Estados e, portanto, que os indivíduos com direito a serem considerados eram concidadãos. Todavia, hoje em dia tal resposta já não é inquestionável. Dada a crescente relevância tanto dos processos transnacionais como dos subnacionais, o país já não pode funcionar como a única instância de justiça. Pelo contrário, apesar de continuar a ter importância, o país constitui apenas um de vários enquadramentos numa nova estrutura emergente de múltiplos níveis. Nesta situação, as deliberações acerca da institucionalização da justiça devem ter o cuidado de colocar as questões no plano adequado, determinando quais os assuntos que são verdadeiramente nacionais, locais, regionais ou globais. Elas têm de delimitar vários contextos de participação de forma a distinguir os conjuntos de participantes com direito a paridade dentro de cada uma delas.

Portanto, em geral, a discussão explícita do enquadramento deve ter um papel central nas deliberações relativas à justiça, pois só assim poderá neutralizar-se o risco do seu desajustamento na globalização, entendida não como fatalidade ou utopia, mas como um contexto para lutar pela justiça.

5. Conclusão

Os três problemas que identifiquei – a reificação, a substituição e o enquadramento desajustado – são extremamente graves. Todos eles ameaçam a justiça social no contexto da globalização. Na medida em que a ênfase no reconhecimento está a levar à substituição da redistribuição, aquele pode vir efectivamente a fomentar a desigualdade económica. Na medida em que a viragem cultural está a reificar as identidades colectivas, corre-se o risco de se sancionar violações de direitos humanos e de se congelar os próprios antagonismos que esta viragem pretende mediar. Finalmente, na medida em que diferentes tipos de lutas estão a enquadrar desajustadamente os processos transnacionais, corre-se o risco de truncar o alcance da justiça e excluir actores sociais relevantes.

Propus neste texto três estratégias conceptuais para neutralizar estes riscos. Primeiro, para contrariar o risco da substituição, propus uma concepção bidimensional de justiça que abrange tanto o reconhecimento como a distribuição. Segundo, para contrariar a ameaça da reificação, propus uma concepção do reconhecimento baseada no estatuto que não conduza a uma política de identidade. Terceiro, para contrariar a ameaça do enquadramento desajustado, propus uma concepção de soberania de múltiplos níveis que descentra o enquadramento nacional. Todas estas propostas se baseiam em traços emergentes da globalização.

No seu conjunto, as três propostas constituem pelo menos uma parte dos recursos conceptuais de que precisamos para começar a responder àquilo que eu considero ser a mais importante questão política dos nossos dias: como poderemos delinear uma estratégia coerente para reparar as injustiças de estatuto e de classe no contexto da globalização? Como é que podemos integrar os melhores aspectos da política de redistribuição e da política de reconhecimento de forma a desafiar a injustiça em ambas as frentes? Se não conseguirmos responder a estas perguntas, se nos agarrarmos em vez disso a falsas antíteses e a enganadoras dicotomias, perderemos a oportunidade de conceptualizar formas de organização social que sejam capazes de reparar ao mesmo tempo a má distribuição e o falso reconhecimento. Só através da convergência dos dois objectivos num único esforço será possível cumprir os requisitos de justiça para todos.

Tradução de
Teresa Tavares

PEDRO HESPANHA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas

O autor reflecte sobre os processos através dos quais a globalização está a provocar a corrosão das estruturas de coesão interna nas sociedades contemporâneas e, ao mesmo tempo, a aumentar o risco de marginalização e de exclusão para sectores crescentes da população. A diferenciação social é um desses processos e está relacionado com fenómenos bastante visíveis nas sociedades contemporâneas, como a acentuação das desigualdades, a crescente marginalização de certas camadas e a gradual destruição das solidariedades sociais. O texto começa por analisar dois dos efeitos mais notórios por que o processo de diferenciação social opera – os efeitos de segmentação social e de individualização da vida social –, centrando-se, posteriormente, nas questões do agravamento do risco social e da relativa invisibilidade deste risco.

A sociedade portuguesa é tomada como referência nesta reflexão e os resultados dos estudos realizados no âmbito do projecto “A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização” constituem o capital de prova utilizado.

A temática do painel “Cidadania, Exclusões e Solidariedades” sugere uma reflexão centrada em torno dos processos através dos quais a globalização está a provocar a corrosão das estruturas (mais ou menos consolidadas) de coesão interna nas sociedades contemporâneas e, ao mesmo tempo, a aumentar o risco de marginalização e de exclusão para sectores crescentes da população. Tratando-se de uma realidade generalizada a todo o globo, ela assume na sociedade portuguesa contornos particulares devido à posição de Portugal no contexto da economia mundial e, por isso, a sociedade portuguesa será tomada como referência nesta reflexão, que toma como base os resultados dos estudos realizados no âmbito do projecto “A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização” (Hespanha e Carapinheiro, 2002).

Começarei por caracterizar e relacionar entre si os processos de mudança associados à globalização e, ao mesmo tempo, por dar conta da sua novidade relativamente a processos aparentemente semelhantes ocorridos em momentos anteriores. Posteriormente, serão abordados os problemas

da invisibilidade desses processos e do sentido que eles tomam na sociedade portuguesa.

A diferenciação social é um dos processos associados à globalização que permite explicar fenómenos bastante visíveis nas sociedades contemporâneas, como a acentuação das desigualdades, a crescente marginalização de certas camadas e a gradual destruição das solidariedades sociais. Ela opera através de um duplo efeito. Por um lado, um efeito de segmentação social, consistindo na descolagem dos segmentos mais débeis dos grupos sociais situados na base da sociedade e na promoção dos mais fortes situados no topo. Por outro, um efeito de individualização da vida social, ou seja, uma maior autonomia dos indivíduos relativamente às estruturas colectivas de autoridade baseadas na tradição ou no poder do Estado.

O modo como a globalização produz estes efeitos não é linear, tal como o não é a própria globalização – um conjunto complexo de processos, movidos tanto por influências políticas como económicas. Deste ponto de vista, fragmentação e individualização são apenas manifestações das mudanças ocorridas no nosso quotidiano e nas instituições em que assentam as nossas sociedades em resultado da conjugação desses diferentes processos.

1. A *fragmentação social*, na acepção que lhe foi dada acima, pode relacionar-se mais facilmente com os processos da globalização económica, ainda que não esgote nelas a sua compreensão.¹ No entanto, o fenómeno é muito complexo precisamente porque passa por uma tensão dialéctica entre a integração de novos espaços sociais necessária à expansão das oportunidades no mercado global e a fragmentação dos grupos sociais devida à diferente dotação de recursos para aproveitar essas oportunidades. Na formulação expressiva de Octávio Ianni, “globalização rima com integração e homogeneização da mesma forma que com diferenciação e fragmentação” (Ianni, 1997: 32). O que parece importante reter é o facto de que o aproveitamento das oportunidades está condicionado pela disponibilidade de recursos materiais, tecnológicos e organizativos e de que essa disponibilidade de recursos está desigualmente repartida pelos grupos sociais, regiões e países (*ibid.*: 134). Na mesma linha, Therborn refere como beneficiários principais das oportunidades criadas pela globalização os indivíduos, as classes ou os sectores mais produtivos; quem se mostre capaz de aumentar as oportunidades através da extensão dos mercados; quem se mostre capaz de utilizar as instituições e as medidas de política e quem disponha de mais amplas competências no domínio dos conhecimentos e da comunicação (Therborn, 1999: 76).

¹ Sobre a tensão entre fragmentação cultural e homogeneização moderna, cf. Santos, 2001: 53.

Esta argumentação acerca da capacidade diferencial de os indivíduos e os grupos aproveitarem as oportunidades não é incompatível com o reconhecimento de que certos efeitos de igualização possam ter-se verificado à escala mundial. Por exemplo, no que respeita à produtividade, este último autor aponta a experiência europeia de redução das diferenças de produtividade agrícola entre países e regiões, durante as décadas de 50 e 60, na sequência da introdução ampla de melhoramentos técnicos (ligada a processos de industrialização, racionalização agrícola e urbanização), para admitir que a globalização da produtividade agrícola pode bem representar no futuro um efeito igualizador ascendente.

No entanto, parece prevalecer o efeito amplificador das desigualdades no capitalismo global à medida que este se expande e aprofunda e isto por força das suas próprias contradições: por um lado, a contradição entre a necessidade de concentração do capital e a de fragmentação dos processos de produção (dialéctica da concentração *versus* fragmentação); e, por outro, a contradição entre a necessidade de obter trabalho barato e a de expandir a procura de novos mercados consumidores (dialéctica da exclusão *versus* inclusão) (Chossudovsky, 1997: 17; Dupas, 1999: 195).

É precisamente a procura de eficiência e competitividade para a conquista de novos mercados que conduz ao processo de fragmentação da produção. Este opera por intermédio de uma série de expedientes – como a externalização dos custos, o *franchising*, a subcontratação ou a informalização – que asseguram o controlo económico dos sectores juridicamente autonomizados relativamente à empresa-mãe. Os estudos sobre as cadeias produtivas e as redes de empresas do capitalismo globalizado mostram que só aparentemente a fragmentação da produção e a deslocação das actividades propriamente produtivas para os segmentos periféricos da cadeia afectam a autonomia das grandes empresas transnacionais. Na realidade, através de um vasto conjunto de expedientes de dependentização e da reserva das decisões estratégicas de captação dos mercados, elas controlam toda a cadeia produtiva e determinam a parcela de lucro que deve ser distribuída em cada elo da cadeia (Dupas, 1999: 51).

Na sua análise do sistema de cadeias globais de empresas, Gilberto Dupas identifica as diferentes fases do processo pelo qual uma grande quantidade de pequenas empresas alimenta a cadeia produtiva central com custos relativamente baixos. É frequente as cadeias globais estarem fortemente fragmentadas e, à medida que se caminha do topo para a base, elas apresentam-se cada vez mais constituídas por segmentos dotados de grande flexibilidade e informalidade no emprego localizados em países ou regiões onde o trabalho é abundante e barato. A estratégia de redução dos custos

usa a fragmentação para deslocar os segmentos mais intensivos em trabalho e de menor qualificação profissional para localizações mais favoráveis.

Diversos estudos têm sido feitos para mostrar como a lógica das cadeias globais afecta a qualidade e a quantidade da oferta global de emprego (Dupas, 1999: 197). De uma forma geral, eles mostram a afirmação de um conjunto de tendências que apontam para uma crescente desqualificação do emprego globalizado: o emprego directo está a dar lugar a formas de emprego indirecto (contratos de prestação de serviços, subcontratação, *franchising*, etc.), a criação de empregos qualificados perde peso relativamente à de empregos não qualificados, a flexibilização torna-se um padrão para os novos empregos, o recurso ao trabalho informal na base das cadeias aumenta progressivamente.

Saldando-se, em geral, por um agravamento do desemprego formal e pela flexibilização e insegurança do trabalho, o sistema de emprego que se está a instituir através do novo modelo global de produção representa um agravamento do risco social e da exclusão para um crescente número de trabalhadores espalhados por todo o espaço mundial. “Enquanto selecciona, reduz, qualifica – e, portanto, *exclui* – no topo, a nova lógica das cadeias *inclui* na base trabalhadores com salários baixos e contratos flexíveis, quando não informais” (Dupas, 1999: 71).

2. Passemos agora ao segundo processo: a *individualização*. Tem sido chamada a atenção para o facto de que, no mundo de hoje e em especial nos países mais ricos, o que move as pessoas é cada vez mais ter uma vida própria. Ter dinheiro, trabalho, poder, amor ou uma crença religiosa, sendo objectivos importantes, revelam-se pouco fiáveis enquanto modos de realização pessoal e isto de acordo com princípios éticos que estão a tornar-se dominantes. “Qualquer tentativa de criar um novo sentido de coesão social tem de partir do reconhecimento de que o individualismo, a diversidade e o cepticismo estão inscritos na cultura ocidental” – avança Ulrich Beck (Beck e Beck-Gernsheim, 2002: 23).

Isto não significa, contudo, reconhecer o primado da autonomia individual tal como professa o pensamento liberal desde o Iluminismo. Como reconhece Zygmunt Bauman, a individualização é antes o resultado de uma fatalidade, ou seja, ninguém pode escapar a dela. Mesmo quando as pessoas não têm consciência disso, as condições de existência “chegam sem ser convidadas e recusam-se a partir quando as pessoas o desejam” (Bauman, 2001: 17). O afastamento entre as vidas narradas e as narrativas vividas, entre as biografias e as autobiografias chega a ser muito elevado. As pessoas aceitam, acreditam e agem como se fossem culpadas dos seus próprios problemas: no caso de doença, culpabilizam-se por não terem seguido um

regime mais saudável; no caso de desemprego, por não se terem preparado para a entrevista ou esforçado bastante para encontrar um emprego; no caso de falta de perspectivas no emprego, por não terem investido tanto quanto deviam em fazer amizades ou em impressionar os chefes (Beck e Beck-Gernsheim, 2002: xvi).

Parece intrigante que, de repente e em simultâneo, muitas pessoas queiram assumir o controlo das suas vidas. “O que é que explica o zelo, o receio e o entusiasmo, a astúcia e a determinação com que tanta gente se preocupa e luta pela ‘sua própria vida’?” – interroga-se Beck. A resposta é dada por um vasto número de factores que, segundo ele, compelem os indivíduos a (procurar) aumentar a sua autonomia pessoal. Sintetizarei aqui o essencial da argumentação deste autor (Beck e Beck-Gernsheim, 2002: 22 ss.).

Primeiramente, os factores relacionados com a própria diferenciação interna das sociedades e com a especialização das instituições modernas. O argumento é que, dado que as instituições integram cada vez mais os indivíduos apenas em aspectos parciais e efémeros das suas vidas, eles são forçados a agir por sua conta e risco e a tomar em mãos a defesa dos seus interesses para evitar que as suas vidas sejam despedaçadas. Agir, nessas circunstâncias, implica tornarem-se activos, inventivos e mobilizarem recursos. Esta atitude gera também uma mudança essencial: os indivíduos passam a considerar-se produtores activos das suas vidas e não meros reflexos passivos das circunstâncias que os envolvem. Daí que a necessidade de agir por si próprio venha a converter-se num sentimento de responsabilização pessoal pelos resultados e que, por essa via, os problemas sociais tendam a ser convertidos em disposições psicológicas – sentimentos de culpa, ansiedades, conflitos e neuroses – e as crises sociais em problemas individuais.

Segundo, os factores relacionados com o controlo institucional. De acordo com Beck, a individualização gera as próprias condições institucionais em que os indivíduos são separados das seguranças tradicionais ao mesmo tempo que perdem o acesso aos direitos básicos e aos recursos oferecidos pela modernidade, ou seja, em que os indivíduos se tornam excluídos. O que até recentemente orientava e organizava a gestão do quotidiano dos indivíduos – o valor normativo das tradições – é substituído por orientações e regulamentações institucionais que, deixando aparentemente uma maior margem de escolha aos indivíduos (por exemplo, quanto às obrigações no domínio da educação, do trabalho ou da segurança social), vão exigir deles um esforço de auto-organização muito maior do que anteriormente para evitar que uma escolha errada afecte irremediavelmente as suas vidas. A burocracia e a selva institucional tornam-se, deste modo, verdadeiramente sufocantes para os indivíduos e geram neles uma reacção de sobrevivência

que consiste em não contar senão consigo próprios, aumentando os campos de autonomia pessoal e desvinculando-se das lealdades institucionais. Por seu turno, não funcionando mais as soluções herdadas do passado para enfrentar os novos problemas, os indivíduos têm de procurar novas soluções cujos efeitos não conhecem. A gestão da vida, imposta por exigências conflitantes e por um contexto de incerteza global, torna-se, neste sentido, experimental e arriscada.

Uma consequência particular deste aspecto da individualização, para que chamam a atenção vários autores, é a corrosão e a lenta desintegração da cidadania. Uma e outra explicam-se, desde logo, pelo atrofiamento do espaço público. Para Zygmunt Bauman, o espaço público tende a ser preenchido pelas preocupações dos indivíduos enquanto tais, que reclamam a sua legitimidade exclusiva para ocupar esse espaço e expulsam do discurso público qualquer outra preocupação. “O ‘público’ é colonizado pelo ‘privado’; o ‘interesse público’ é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública de assuntos privados e à confissão pública de sentimentos privados (quanto mais íntimos melhor). As ‘questões públicas’ que resistem a essa redução tornam-se incompreensíveis” (Bauman, 2001: xviii).

Sabe-se também como o novo individualismo (que Beck faz questão de qualificar de individualismo institucionalizado, para o distinguir do velho individualismo liberal de mercado ou do individualismo neoliberal de tipo thatcheriano) representa uma ameaça para as solidariedades sociais. Ao centrar no indivíduo toda a sua acção providencial, o Estado acaba por contribuir decisivamente tanto para o deperecimento das velhas solidariedades horizontais entre os indivíduos como para a subalternização ou mesmo a omissão de uma acção providencial orientada para as famílias, os grupos e as comunidades. Deste modo as responsabilidades e a obrigação mútua dos indivíduos entre si vão-se diluindo ao mesmo tempo que a cidadania, enquanto direitos e obrigações face ao Estado, se vai cada vez mais individualizando. Em sentido algo diferente deste, Boaventura de Sousa Santos associa o processo de individualização ao regresso do mercado e sublinha o facto de a aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade surgida como reacção a uma cidadania atomizante e estatizante se ter convertido em privatismo, dessocialização e narcisismo por força da compulsão consumista e da difusão social da produção capitalista. Narcisismo e autismo seriam as marcas de uma subjectividade sem cidadania (Santos, 1994: 220).

Finalmente, e para concluir este ponto, o processo de individualização coloca um paradoxo de implicações políticas importantíssimas. O paradoxo consiste em que a acção e a imaginação políticas se confrontam com

desafios a uma escala sem precedentes; precisamente quando os processos de individualização estão a corroer as condições sócio-estruturais para o consenso político. O facto é que a individualização está a conduzir a uma despolitização da política, no duplo sentido de que predomina uma mobilização partidária dos cidadãos que é cega e independente das preferências destes e de que é reduzido o número de actores colectivos politicamente activos e reduzida também a sua homogeneidade interna.

A importância e actualidade desta reflexão parece indiscutível, mesmo para sociedades, como a portuguesa, em que o processo de individualização parece não se ter difundido ainda ao mesmo ritmo dos países mais desenvolvidos (Beck e Beck-Gernsheim, 2002: 206). Ainda assim, não deixa de ser significativo que, num dos estudos realizados, se conclua que os processos de mudança detectados estão “a pulverizar a combatividade de classe e as capacidades de emancipação colectiva, dando lugar a formas economicistas de acção, a padrões de consumo individualistas e a atitudes subjectivas de pendor conformista e adaptativo” (Estanque, 2002: 79). Por isso, cremos que o fenómeno da individualização dos pobres, objecto de tratamento abundante em muitos países, constitui um dos domínios de aplicação mais produtivos da teoria da individualização no caso português devido à sua capacidade de explicar o crescimento generalizado das desigualdades sociais.

3. Qual a relação entre estes dois processos da globalização e o *risco social*?

Sabe-se como nas economias capitalistas contemporâneas a assunção activa do risco constitui um elemento central do dinamismo económico e da inovação social. Arriscar tornou-se sinónimo de mudança. No entanto, risco é também sinónimo de incerteza dos resultados e de probabilidade acrescida de aparecimento de efeitos não desejados ou mesmo inesperados numa economia mundializada. A noção de risco social associada à globalização emerge, assim, deste contexto.

Por outro lado, as mudanças profundas ocorridas nas instituições sociais (relacionadas, por exemplo, com os novos modelos de família ou de estilos de vida) tornam os resultados das decisões individuais em certos domínios da vida quotidiana menos previsíveis e aumentam o grau do risco (Giddens, 1999: 28). Casar, empregar-se, montar um negócio são acompanhados hoje de um grau de incerteza muito elevado quanto aos resultados porque os contornos das instituições que sustentam tais actividades já não são os mesmos.

A questão do risco assume um papel importantíssimo no quotidiano dos trabalhadores, pois as novas condições de um mercado de trabalho flexível obrigam um grande número de pessoas assumir riscos, mesmo sabendo

que as probabilidades de sucesso são reduzidas. “Numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas definham” (Sennett, 2001: 103). Um exemplo da análise dos efeitos conjugados dos processos de fragmentação e individualização no quotidiano dos trabalhadores é a estimulante obra de Richard Sennett, *A corrosão do carácter*. Aí se analisam as consequências que as novas formas de trabalho do capitalismo globalizado provocam nos comportamentos dos indivíduos. “Não jogar significa a aceitação antecipada do nosso fracasso. A maioria das pessoas que entra num mercado em que ‘o vencedor leva tudo’, embora saiba da probabilidade do fracasso, suspende esse conhecimento e tal como acontece quando o risco ocorre em condições menos determinadas, a excitação imediata da sorte grande ajuda a anular o conhecimento racional sobre a probabilidade de sucesso. Mas, ainda que essas pessoas permaneçam lúcidas até ao fim, não fazer nada parece-lhes mais passividade do que prudência” (Sennett, 2001: 106).

A questão da individualização merece também alguma reflexão adicional quando se constata a popularidade dos modelos de trabalho em equipa nas empresas mais avançadas. Para Sennett não existe propriamente uma nova cultura da cooperação, mas sim um elaborado processo de encenação (e uma estratégia de sobrevivência) através do qual a posição dos que dominam a equipa sai reforçada, ficando a cooperação limitada a aspectos superficiais e contingentes da relação de trabalho. O tão propalado novo comunitarismo do trabalho em equipa é, na realidade, um princípio organizativo muito débil precisamente porque não valoriza as diferenças, em privilégios e poder, que existem nos membros das equipas.

Sendo certo que o risco comporta, em geral, um lado positivo – a probabilidade de alcançar as vantagens esperadas – e um lado negativo – a probabilidade de ter de suportar desvantagens esperadas –, o que parece específico no caso do risco social associado à globalização é a desigual repartição dos aspectos positivos e negativos pelos diferentes grupos e espaços sociais. Neste sentido, torna-se muito importante analisar o papel das instituições e, designadamente, dos Estados-Providência – mas também das instituições supranacionais –, na gestão do risco social através de meios de segurança e de protecção social para a eventualidade de produção de riscos.

Quando se analisa deste ponto de vista o caso português, Portugal parece constituir um bom exemplo de uma sociedade muito vulnerável aos impactos negativos da globalização económica. Pela sua condição semiperiférica no contexto mundial, o país apresenta certas características que favorecem uma elevada abertura à penetração das formas hegemónicas de globalização, tais como a debilidade dos seus mecanismos de regulação – económica, social ou cultural – e a sua elevada heterogeneidade social (Santos, 1993).

Esta última característica – a elevada heterogeneidade social da sociedade portuguesa – é responsável, não só por uma particular vulnerabilidade aos processos de globalização, mas ainda por um desigual e contraditório impacto desses processos nos diferentes sectores da sociedade. Dadas as relações próximas que existem entre os fenómenos da globalização e da modernização em sociedades de desenvolvimento intermédio, como Portugal, as diferenças entre os vários segmentos de uma mesma sociedade tornam-se particularmente relevantes nesta matéria. Neste sentido, os segmentos menos modernizados da sociedade detêm menor capacidade de resistência ou de negociação face aos efeitos globalizadores e, por isso, sofrem os efeitos mais destrutivos.

Os estudos de terreno realizados mostram, a este propósito, que “a operacionalidade da sociedade-providência para compensar a ausência de políticas e minimizar os efeitos excludentes do capitalismo global fracassa nos estratos mais baixos da sociedade, nos grupos sociais mais marginalizados e menos dotados de recursos. Aí, a ajuda recíproca encontra enormes dificuldades para se impor, devido à falta de meios para pagar os favores por parte de quem carece de ajuda. Aí, os indivíduos agem sob a pressão das necessidades básicas de sobrevivência e, incapazes de cumprir as regras de uma sociedade providente, ficam à margem dela numa situação próxima do estado de natureza” (Hespanha *et al.*, 2002: 50).

4. Finalmente, a questão da invisibilidade dos processos da globalização. Não sendo a globalização apenas algo que está fora e distante dos indivíduos, mas antes um fenómeno que convive com estes e influencia decisivamente os aspectos pessoais das suas vidas, importa reconhecer que os efeitos desta globalização que incidem sobre os quotidianos dos indivíduos são relativamente invisíveis.

Os estudos realizados parecem confirmar esta asserção. Em nenhum deles foram encontrados sinais claros da presença de factores de globalização económica: não houve instalação ou encerramento de fábricas integradas em cadeias produtivas transnacionais, não houve deslocação de trabalhadores atraídos pelas *soft global cities* nacionais, não houve imposições drásticas instituídas por políticas económicas de ajustamento.

Como escreve Octávio Ianni, “o globalismo não nasce pronto, acabado, e muito menos presente, visível e evidente. Revela-se aos poucos, seja à observação, seja ao pensamento. Aparece e desaparece, conforme o lugar, o ângulo de visão, a perspectiva ou a imaginação. Umás vezes parece inexistente e outras, se mostra evidente, estridente (Ianni, 1996 :218)

Boaventura de Sousa Santos introduziu a designação de globalização de baixa intensidade para recobrir situações precisamente como esta em que,

apesar de não serem aparentes os vectores globais, eles não deixam de estar presentes e de produzir os seus efeitos. Por vezes, esses vectores encontram-se mascarados sob a aparência de outros fenómenos, como a modernização, a compulsão ao consumo ou o endividamento. Outras vezes, eles manifestam-se apenas pelo imobilismo ou pela descolagem de certos segmentos sociais ou de certos espaços relativamente a outros mais dinâmicos, ficando inexoravelmente para trás na cena mundial.

Afigura-se-nos que as respostas locais são muito difíceis de compreender, porque quando as pessoas reagem às mudanças que afectam as suas vidas, estas mudanças têm em geral uma ligação muito frouxa com os fenómenos globais. Quando se analisam, por exemplo, os factores de mal-estar em populações rurais, a maior parte deles relacionam-se com o contexto de vida imediato dessas populações – tais como as dificuldades em vender os produtos, a falta de empregos fora da pequena agricultura, a falta de serviços ou de equipamento social, a perda de poder de compra, etc. Mesmo nas cidades, onde o mal-estar aparece associado à degradação ou precaridade da habitação, à falta de emprego ou à burocracia exagerada e ineficiência dos serviços, os factores mais remotos que desencadeiam esse mal-estar permanecem quase sempre ocultos e escapam, assim, à percepção das pessoas.

Porque os impactos de um fenómeno global são em geral associados ou mediados por outros fenómenos ou macroprocessos – como as políticas do Estado, o papel de intermediação das elites locais, a difusão da informação, etc. – a nível local torna-se muito difícil distinguir os agentes da mudança ou os factores de mal-estar. Por isso, designamos esta forma de globalização de insidiosa e excludente.

O que permite afirmar que a crise social vivida por certos estratos da população decorre dos fenómenos de globalização – associados, repetimos, a fenómenos de outra natureza – é o facto de esses estratos se mostrarem impotentes para aproveitar as oportunidades de mudança que permitiram aos restantes estratos aceder a níveis de vida mais avançados. O aumento das desigualdades, medido pelo afastamento crescente dos padrões de vida dos estratos mais pobres relativamente aos dos mais ricos e também aos padrões de vida médios, é a manifestação mais visível daqueles fenómenos. E o que vale para os indivíduos vale também para os territórios. Nesta dialéctica de exclusão-inclusão, os espaços que não se revelem funcionais do ponto de vista nova lógica do sistema global são deixados para trás, dando lugar a formações sociais crescentemente dualizadas.

Referências Bibliográficas

- Beck, Ulrich; Beck-Gernsheim, Elisabeth (2002), *Individualization*. London: Sage.
- Bauman, Zygmunt (2001), *La sociedad individualizada*. Madrid: Catedra.
- Chossudovsky, M. (1997), *The Globalisation of Poverty*. London: Zed Books.
- Dupas, Gilberto (1999), *Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Estanque, Elísio (2002), «A recomposição das classes face aos impactos da globalização: Classes, subjectividade e participação num contexto semi-rural», in Hespanha e Carapinheiro (orgs.), 55-80.
- Giddens, Anthony (1999), *The Runaway World. How Globalisation is Reshaping our Lives*. London: Profile Books.
- Hespanha, Pedro *et al.* (2002), «Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local», in Hespanha e Carapinheiro (orgs.), 25-54.
- Hespanha, Pedro; Carapinheiro, Graça (orgs.) (2002), *Risco social e incerteza. Pode o Estado social recuar mais?*. Porto: Afrontamento.
- Ianni, Octávio (1997), *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: O caso português», in B. S. Santos (org.), *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 17-56.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2001), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.
- Sennett, Richard (2001), *A corrosão do caráter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Therborn, Goran (1999), «Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades», in Pablo Gentili, *Globalização excludente. Desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes.

STEPHEN R. STOER

Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Educação e globalização: entre regulação e emancipação*

Neste artigo, retoma-se o trabalho publicado no livro *Transnacionalização de Educação: da crise da educação à “educação” da crise*, com o objectivo de o interrogar em três aspectos: 1) a utilização do conceito de transnacionalização no título (e não utilização, por exemplo, do conceito de globalização); 2) a concepção de mudança social que está subjacente à “crise da educação”; e 3) a relação, no livro, entre regulação e emancipação.

A minha intenção, com este artigo, não é tanto a de relatar o livro que escrevemos (Stoer, Cortesão e Correia, 2001), porque certamente muitos o irão ler, mas, antes, a de ir um pouco além dele e discutir algumas questões que, de um modo ou de outro, estão na base do texto e têm vindo a ser objecto de reflexões várias, sobretudo após a conclusão do trabalho. A primeira destas questões relaciona-se logo com o próprio título que foi dado ao livro.

1. Porquê transnacionalização da educação e não educação e globalização?

Em que sentido, ou até que ponto, é que pode falar-se da globalização da educação? Curiosamente, em todas as discussões que foram realizadas ao longo do projecto que esteve na origem do livro, nunca se relacionou *explicitamente* o conceito de transnacionalização com o conceito de globalização, embora se tivesse feito tal relacionamento de uma forma implícita no trabalho de Cortesão e Stoer (2001) publicado no livro *Globalização: Fatalidade ou utopia?* (Santos, 2001).

Num trabalho recente (Stoer e Cortesão, 1999), colocámos a questão: será que o ensino público é o último refúgio da resistência ao pro-

* Agradecimentos ao António Magalhães pela sua valiosa colaboração na produção deste texto.

cesso de *transnacionalização*? Trata-se de um dos campos que mais resistência tem mostrado face aos processos de *globalização*? A pergunta coloca-se perante a defesa por conhecidos políticos da educação em Portugal de que

a educação é o mecanismo privilegiado para a preservação e afirmação da identidade nacional, para a transmissão de valores éticos e cívicos e para a formação dos recursos humanos necessários para enfrentar o desafio do desenvolvimento económico e da modernização da sociedade. (Grilo *et al.*, 1992: 11)

Sustentámos no referido trabalho que a resposta à pergunta passava pela consideração da realidade da escola pública na semiperiferia: isto é, a renovação e a promoção do progresso da nação portuguesa passa tanto pela “preservação e afirmação da identidade nacional” através da educação como pela desconstrução “das características tradicionais e muito persistentes que têm bloqueado as nossas possibilidades de modernização”, nas palavras de Ernani Lopes *et al.* num livro que teve bastante impacto na altura da sua publicação (1989: 255). Por outras palavras, a modernização da sociedade portuguesa passaria pela internacionalização da sua economia, tendo aqui a educação também um papel importante a desempenhar. Em síntese, pode defender-se que o processo de modernização português, condicionado pela simultaneidade da crise e da consolidação da escolarização de massas,² conduz simultaneamente à desconstrução da escolarização como preservação e afirmação da identidade nacional e à sua promoção nesses mesmos termos em ordem à preservação dos valores nacionais e cívicos.

Em segundo lugar, a globalização implica uma coerência interna que a transnacionalização não tem. Neste sentido, é interessante considerar as três seguintes posições. Eric Hobsbawm, citado no trabalho de Dale e Robertson (1997), considera que até aos anos 60 a economia mundial era *internacional*. A partir dos anos 60, esta economia tornou-se *transnacional*, significando que nesta altura existia um sistema de actividades económicas para o qual os Estados, os seus territórios e as respectivas fronteiras, não constituíam o enquadramento básico. Este novo enquadramento de transnacionalização era constituído por: i) a proliferação de empresas trans- ou multinacionais; ii) uma nova divisão internacional de trabalho; e iii) o aparecimento de financiamento *off-shore*. Manuel Cas-

² A noção da simultânea crise e consolidação da escola de massas em Portugal encontra-se desenvolvida em Stoer e Araújo (2000).

tells, num trabalho escrito em 1994, parece reforçar as palavras de Hobsbawm, embora empregue, em vez do termo transnacionalização, o termo globalização:

Embora os Estados-nação sejam ainda realidades fundamentais importantes quando se pensa em estruturas e processos económicos, o que é significativo é que a unidade de contabilidade económica, tal como o quadro de referência para as estratégias económicas, não pode já ser a economia nacional. [...] O que é novo [...] é que a economia nacional funciona agora como uma unidade da economia mundial. Neste sentido, não estamos a ver somente um processo de internacionalização da economia, mas um processo de globalização [...], isto é, *a interpenetração de actividades económicas e das economias nacionais ao nível mundial*. (Castells, 1994: 18-19, sublinhado meu)

No seu *opus magnum* de 1996, Castells distingue entre a *economia mundial* e a *economia global*, defendendo que esta última “é uma economia com a capacidade de trabalhar como uma unidade de tempo real numa escala planetária” (1996: 92). A nova infra-estrutura da economia global, afirma Castells, assenta nas tecnologias da informação e da comunicação.

Robert Cox, autor canadiano conhecido pelo seu trabalho sobre as organizações internacionais, também destaca a ideia da economia global. Num trabalho recente, Cox afirma que

esta crise surge como a consequência de uma transição de uma economia internacional para uma economia global. Na economia internacional, os Estados mantinham um grau importante de controlo sobre as suas economias nacionais e podiam regular a sua relação com a economia mundial exterior. As instituições de Bretton Woods foram concebidas como um meio de promover a cooperação entre Estados na realização dessa função reguladora. Na economia global emergente, esta capacidade autónoma dos Estados tem sido reduzida para todos os Estados, embora em maior grau para alguns. Os Estados são, pouco a pouco, reduzidos ao papel de ajustar as economias nacionais às dinâmicas da economia global desregulada. [...] [O Estado] prega que o mercado global desregulado é bom para toda a gente, embora alguns possam ser mais beneficiados do que outros. O Estado retém a função de tutela e de fiscalização dos contratos e dos instrumento de influência política para assegurar o acesso aos recursos e mercados mundiais [...], no entanto, pouco a pouco, o Estado é concebido como subordinado à economia. A competitividade na economia global é o critério último da política pública. (Cox, 1996: 104-5)

No mesmo sentido de Cox, que introduz a importante questão dos mercados globais, Pierre Gonod e Philippe de la Saussay defendem que

a transição de transnacional para global implica a utilização de estratégias baseadas em duas tendências: o desaparecimento de fronteiras entre rumos diferentes de tecnologia através da emergência de tecnologias globais, genéricas e disseminadoras e, também, a redução de barreiras entre diferentes sectores de actividade através da emergência de mercados globais. (Gonod e Saussay, 1991: 5)

Pode defender-se que só muito recentemente é que estes mercados globais começaram a desenvolver-se no campo de educação.

Em terceiro lugar, torna-se importante, particularmente para a análise do campo educativo, fazer a distinção entre “mundialização” e “globalização”. Esta distinção é desenvolvida no debate promovido por Roger Dale com os investigadores liderados por John Meyer da Universidade de Stanford, em torno da noção de “cultura educacional *mundial* comum” (CEMC) em contraste com a noção da “agenda de educação *globalmente* estruturada” (AEGE). No primeiro caso,

o desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e das categorias curriculares explica-se através de modelos universais de educação, de Estado e de sociedade, mais do que através de factores nacionais distintivos. (Dale, 2001: 135)

Esses modelos são baseados em valores ocidentais. O segundo caso

baseia-se em trabalhos recentes sobre economia política internacional [...] que encaram a mudança de natureza da economia capitalista mundial como a força directora da globalização e procuram estabelecer os seus efeitos, ainda que intensamente mediados pelo local, sobre os sistemas educativos. (*ibid.*: 135)

Assim, para Dale, é o imperativo económico que assume o papel principal no processo de globalização da educação e não as dimensões cultural e normativa (ver também Cortesão e Stoer, 2001).

Em síntese, a globalização da educação implica que no campo educativo se encontrem os efeitos: i) da interpenetração de actividades económicas e das economias nacionais ao nível mundial; ii) do desenvolvimento de mercados globais; e iii) de uma agenda de educação globalmente estruturada. No livro *Transnacionalização da Educação*, estão presentes o primeiro efeito (na segunda parte do livro) e o terceiro (em quase todos os capítulos do livro). Quanto aos mercados globais no campo de educação, voltaremos a este tema mais adiante.

2. Porque é que se fala, no subtítulo do livro, “da crise da educação à ‘educação’ da crise”?

Em que é que consiste esta crise? A resposta vem no “Prefácio” do livro, onde se fala da crise de uma forma particular de educação, identificada normalmente com o modelo escolar desta que coincide com a transnacionalização da educação. A primeira parte do livro preocupa-se com a análise da crise, isto é, procura-se aí *compreender a tensão* que existe entre a crise e a consolidação da escola de massas em Portugal. Por um lado, através da análise de uma consolidação da escola de massas, num país da periferia da Europa, condicionada pela lenta transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Por outro lado, através da análise de um processo de erosão do modelo escolar onde o educativo é pensado sobretudo como oportunidade de acesso a uma cidadania de mercado.

A análise de alguns eixos da crise constitui a segunda parte do livro. Aí, abordam-se *as novas formas da gestão da tensão* que existe entre a simultânea crise e consolidação da escola de massas em Portugal. Defende-se que o reforço do papel da educação na regulação social tem um carácter eminentemente transnacional, como demonstra a própria noção de “sociedade do conhecimento”, promovida pela ainda hesitante política educativa da União Europeia. Defende-se que esta transnacionalização constitui uma globalização de baixa intensidade do modo de regulação dominante nas políticas educativas, exemplificado pelos efeitos indirectos que sobre estas exercem os grandes projectos estatísticos internacionais, por um lado, e pelas relações entre as organizações internacionais e a formulação das políticas educativas nacionais, por outro. Aborda-se o novo papel (regulador e avaliador) do Estado através do estudo da criação em Portugal de uma rede nacional de Escolas Profissionais que, por sua vez, é indissociável da emergência de processos de construção de um referencial global europeu e da interpenetração das políticas educativas públicas nacionais e comunitárias. Este papel é também estudado através da abordagem da evolução do sistema de ensino superior, onde se encontra a atribuição de uma importância crescente à auto-regulação institucional e à empresarialização da educação.

Na terceira parte do livro, enuncia-se a possibilidade da “educação da crise” através: 1) do desenvolvimento de movimentos sociais novos (por exemplo, a educação inter/multicultural), cujo carácter é simultaneamente transnacional e local, e cuja natureza política é eventualmente capaz de denunciar os excessos de regulação da modernidade; 2) da colocação da hipótese de a educação poder estar imbuída de algumas características de

lugar estrutural (o que é dependente de uma alteração paradigmática da educação formal para que, em vez de estar fundamentalmente informada de características de instituição da modernidade reguladora e transmissora de valores tradicionais, assuma as características de uma educação com preocupações emancipatórias – incluindo metodologias transgressivas, como, por exemplo, a investigação-acção); e 3) da radicalização mitigada – na semi-periferia – da contradição entre um conjunto de dispositivos tecnológicos emergentes em que não só o professor como também os espaços e os tempos da escola ficam condenados ao desaparecimento e o ressurgimento da escola reconfigurada como dispositivo estratégico de mobilidade social e de desenvolvimento das subjectividades.

Fala-se da “educação da crise” *como se a crise da educação fosse “educável”*. Assim colocada, a questão da “educação da crise” emite o cheirinho de uma postura imbuída da imodéstia do intelectual na melhor tradição iluminista. Pelo menos é isto que agora sentimos. Noutro trabalho, precisamente para nos distanciarmos dessa atitude, defendemos que

na ausência das grandes narrativas, a mudança não se domina: “surfa-se”, “pilota-se”, ou “gere-se”. [...] O real é independente do sujeito que o conhece para acerca dele decidir, mas é também uma construção narrativa deste. A reflexividade não corresponde ao *domínio* cognitivo do real e da mudança, mas é antes uma possibilidade de *lidar* com a mudança. No final das grandes narrativas, a mudança poderá, pois, ser pilotada, surfada ou gerida mas nunca *previamente estabelecida e direccionada*. [...] As metáforas para designar a mudança não são já da ordem do espaço duro (*hard*) (a roda da história, o controlo da natureza, o avanço do tempo, a colonização do futuro...), mas aquáticas, suaves (*soft*): ondas, fluxos e refluxos, voltas e reviravoltas... (Stoer, Cortesão e Magalhães, 1998: 213)

É esta distinção entre “dominar a mudança” e “gerir a mudança” que estrutura o distanciamento que agora, até certo ponto, sentimos quando nos confrontamos com a dicotomia presente no subtítulo “da crise da educação à ‘educação’ da crise”. Neste sentido, estamos de acordo com Tadeu da Silva quando, referindo o recente trabalho do sociólogo americano Popkewitz, afirma que “o que está em jogo (nesta época de grandes mudanças) não é apenas uma reestruturação neoliberal das esferas económica, social e política, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social” (Silva, 1996: 246-47). Assim, a “educação da crise” (da educação) será sempre a sua *gestão* (ou “pilota-gem” ou “surfagem”) e nunca a sua *dominação*.

3. Educação e globalização: entre regulação e emancipação

Nas considerações finais do livro *Transnacionalização da Educação* estão colocadas, de novo, as duas grandes questões acima referidas e que estruturam o conteúdo do livro: a questão da relação entre educação e regulação e a questão da relação entre educação e emancipação.

Quanto à primeira, a da relação entre educação e regulação, gostaríamos de retomar aqui o tema que acima referimos sobre a regulação da educação pelos mercados educativos.

Robertson, Bonal e Dale (2001) analisam o que designam por “GATS (*General Agreement on Trade in Services* – 1994 – da Organização Mundial de Comércio - OMC) e a indústria de serviços educativos”. Defendem estes três autores que, no âmbito de GATS, a educação é reconceptualizada como uma empresa, isto é, os serviços educacionais são re-significados como trocáveis através do mercado. Hoje em dia, é difícil encontrar um sistema educativo público que não satisfaça as condições mínimas necessárias para ser coberto pela OMC – quer dizer, a existência de um mecanismo de mercado na maneira como os serviços de educação são apresentados ao público. A aplicação de GATS à educação parece implicar o seguinte: um quadro de obrigações (o que inclui, por exemplo, não discriminação no que diz respeito aos fornecedores nacionais e não discriminação entre outros membros/partes do acordo) e a aceitação da ideia da actividade educativa como uma mercadoria potencialmente susceptível de troca. Resumindo, se o GATS fosse, de facto, aplicado aos diferentes sectores da educação, o resultado seria o fim de uma série de barreiras que, neste momento, protegem a natureza da educação pública e a natureza pública da educação. Por outras palavras, o sector privado estaria em condições de minar o funcionamento público dos serviços educativos desafiando os monopólios governamentais. Concluem Robertson, Bonal e Dale que

[...] através de GATS estão criadas as condições para descontextualizar a actividade educativa da sua posição institucionalizada como bem público desmercadorizado, obrigando-a a assumir um lugar nos mercados globais (agora sujeita – pela adesão ao GATS – às novas regras de jogo). (2002: 15)

No fundo, trata-se, defendem os autores, de um processo complexo de reescalamento e de reterritorialização da actividade educativa, de uma realocação do próprio processo educativo. Este processo, que desloca, pelo menos em parte, a regulação do nível do Estado-nação para o nível supranacional, surge como uma característica central das implicações principais para o campo educativo do capitalismo flexível.

Quanto à segunda questão, a da relação entre educação e emancipação, torna a colocar-se a questão da relação entre o sujeito e o real: emancipação quer dizer “dominar” ou “gerir” a mudança social?

Stephen Ball defende, num texto recente, que

[...] um fluxo instável, desigual, mas aparentemente imparável, de ideias de reforma intimamente relacionadas está a permear e a reorientar os sistemas educativos, com histórias muito diferentes e situados em locais social e politicamente diversos. (2001: 1)

Em contraste com a educação da tradição de bem-estar público centrado no Estado, esta educação desenvolve-se através de tecnologias políticas baseadas na trilogia “mercado, gestão e performatividade”. Performatividade, sustenta Ball, é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação. Neste sentido, as mais recentes reformas da educação constituem um processo de re-regulação, isto é, um veículo para a mudança social e cultural e, mais especificamente, mecanismos para reformar os agentes educativos. Assim, constituem um meio para alterar o que significa ser professor: o professor torna-se, diz Ball, num “sujeito empreendedor” (“an enterprising subject”), isto é, num *gestor de performatividade*. Na base deste processo está a mercadorização do conhecimento, no âmbito da qual “empenho, discernimento e autenticidade” são lidos através da *performance*. Ball pergunta: “será que a performatividade constitui um veículo para mudar a natureza do trabalho e aprendizagem académicas?”, uma espécie de meta (ou grande) narrativa que (re)define e, através das políticas que inspira e legitima, constrange toda uma variedade de relações dentro de e entre Estado, sociedade civil e economia?

Os argumentos de Ball encontram eco no trabalho de Basil Bernstein (1996; ver também 2000) sobre o que este último designa a *Sociedade Totalmente Pedagogizada* (STP). Bernstein pergunta o que acontece com as modalidades pedagógicas quando a sua base social muda. Por outras palavras, o que é que significa para a pedagogia o desenvolvimento do capitalismo flexível? (Já vimos acima as suas implicações para a reconceptualização da educação pública.) E responde que tem havido uma mudança de um modelo de pedagogia baseado na competência, dominante a partir dos anos 50, para um modelo de pedagogia baseado na *performance*, dominante a partir dos anos 80 (Bernstein, 1996). O primeiro caracterizou-se por ser uma medida importante de controlo por aquele que aprende sobre a selecção, sequência e ritmo do processo de aprendizagem e era baseado em regras de

reconhecimento e realização implícitas (isto é numa “pedagogia invisível”) em que todas as pessoas eram consideradas inerentemente competentes (Bernstein fala da competência linguística de Chomsky, da competência cognitiva de Piaget, da competência cultural de Lévi-Strauss, da competência prática de Garfinkel, da competência comunicativa de Dell Hymes). O segundo modelo coloca a ênfase no *output* específico daquele que aprende e nas capacidades necessárias para a produção desse *output* (texto, produto) específico.

Aqui é preciso fazer uma distinção entre uma “pedagogia visível” baseada em regras de reconhecimento e realização explícitas (pedagogia normalmente identificada com a dominação do sistema educativo por aquela classe que Bernstein designa por “antiga classe média”³) e aquilo que Bernstein designa por “*performance* genérica”, baseada nos objectivos de formatividade, focalizada naquilo que acontece fora da escola e nos novos locais de recontextualização – significando que este modo de pedagogia é construído e distribuído no exterior e independentemente dos campos de recontextualização pedagógica.⁴ Por outras palavras, os objectivos de formatividade inerentes à “*performance* genérica” reconfiguram o local de recontextualização dando potencialmente lugar à dominação do espaço de recontextualização pedagógica (da ordem do local) pela recontextualização oficial (do Estado), reduzindo dessa forma a autonomia relativa da educação e assegurando o controlo – mesmo quando remoto – pelo Estado. A *performance* genérica requer uma modalidade pedagógica que prepara aquele que aprende para “o trabalho e a vida”, isto é, que está baseada numa identidade projectada “para fora” em vez de uma identidade virada “para dentro” e que concebe o trabalho e a vida na base do curto prazo (*short-termism*). Neste sentido, defende Bernstein, “aquele que aprende nunca saberá o suficiente e jamais desenvolverá todas as capacidades e competências necessárias” (*apud* Bonal, 2001).

A mudança de um modelo de competência para um modelo de *performance*, sustenta Bernstein, resulta do facto de que, no primeiro, o conheci-

³ Trata-se de uma classe média que se desenvolve nos países centrais entre o século XIX e o século XX, devido ao aumento da complexidade da divisão económica do trabalho, através de unidades de produção que se identificam com as empresas, com a indústria. A distinção entre “pedagogia visível” e “pedagogia invisível” encontra-se no trabalho de Bernstein (1977) e refere-se à maior ou menor distância entre os conteúdos disciplinares e ao maior ou menor grau de transmissibilidade presente no processo pedagógico. Isto é, uma pedagogia é tanto mais visível quanto mais fortes forem as fronteiras entre as disciplinas e quanto mais transmissiva for a pedagogia utilizada.

⁴ Bernstein entende por campo de recontextualização pedagógica aquele espaço que gera os enquadramentos, as possibilidades e os próprios espaços da teoria pedagógica, da investigação sobre a educação e das práticas educativas.

mento encontra-se ligado ao *habitus* (da nova classe média⁵) e não necessariamente ao “trabalho e à vida”. Por outras palavras, no primeiro caso, o mercado só pode ter um impacto indirecto (e “invisível”) sobre o quê, e como, se aprende na escola.

Designámos noutro trabalho (Magalhães e Stoer, 2002a) esta ideia de um conhecimento específico, virado para as necessidades do mercado, como *throughput* para caracterizar um conhecimento que passa simplesmente pelo indivíduo (como o dinheiro) colocando-o no mercado de trabalho sem minimamente o formar. Para assegurar esta reconfiguração do campo de recontextualização pedagógica, defende Bernstein (1996), o Estado fraco da economia global precisa de um Estado forte para o campo pedagógico. É assim que se assiste à intrusão de agências do Estado no campo pedagógico e à tentativa, pelo campo de recontextualização oficial, de colonizar o campo de recontextualização pedagógica. Pode defender-se que, desde os anos 80, em Portugal, tal como em Espanha (Bonal, 2001), este processo de colonização se tem realizado não na base de um modelo de *performance* mas, antes, na base de um modelo de competência. Eis a razão do recente clamor no sentido do desenvolvimento de um modelo de *performance* na educação portuguesa.

Para escapar às armadilhas que a noção de competência parece trazer consigo, temos vindo a analisar o debate sobre políticas educativas em Portugal evitando entrar na discussão acerca do carácter mais ou menos amplo, ou mais ou menos restrito, das competências a criar pelo processo de formação escolar. O preço a pagar por esse centramento do debate parece-nos ser o fechamento da discussão em torno do dilema das “boas” competências – que servem a formação integral do indivíduo – e das “más” competências – aquelas que, cativas do curto prazo, apenas capacitam para lidar com situações, frequentemente em contexto de empresa, pouco complexas e com necessidade de baixa qualificação. Em alternativa, temos procurado construir um *continuum* heurístico em que pedagogia e *performance* (Magalhães e Stoer, 2002a, 2002b) constituam os extremos. Ao colocarmos aí as diferentes propostas de mandato para o sistema educativo, a natureza política destas parece mais bem explicitada. Dado que não se pode ser idealista em relação aos efeitos exponencialmente selectivos do mercado de trabalho, e dado que o conhecimento veiculado no processo educativo não deve visar apenas a *performance* de cada um em contexto de trabalho, não opomos pedagogia às exigências de *performance*. Se é verdade, como lembram os

⁵ Nova classe média essa que, emergindo nos meados do século XX, se caracteriza pelo investimento no capital cultural e escolar – em detrimento, por exemplo, do investimento na propriedade – como estratégia de classe.

neomeritocratas mais assanhados, que a pedagogia sem *performance* não é “nada”, também o parece ser que não há *performance* sem pedagogia, na medida em que, por mais mecânico que seja o conhecimento a veicular, ele é sempre “veiculado”, quer dizer, mediado por um processo pedagógico.

Assim, a assunção daquele *continuum* não só permite fazer um levantamento das propostas dos diferentes intervenientes no debate, como também sugere que, no actual contexto de um mercado de trabalho estruturado pelo capitalismo flexível, não é obrigatório ficar confinado à defesa radicalmente pedagógica da educação (como se a autonomia do pedagógico fosse independência em relação à economia) ou à redução da educação à *performance* (como se a *performance* pudesse existir sem pedagogia). Os caminhos alternativos podem ser procurados nas diferenças (eventualmente incomensuráveis) que estruturam os mandatos educativos e na sua mútua análise crítica.

Tanto mais que a escola deixou de ser percebida pelas famílias e pelos alunos/estudantes como o recurso de formação e, logo, de criação de competências. Outras organizações e instituições, públicas e privadas, assim como os mais diversos contextos proporcionam formação e qualificam os que neles se envolvem. Empresas, associações, movimentos sociais, políticos, religiosos e a própria família, etc., apresentam-se já explicitamente em alguns países como alternativas à escola pública. A escola deixou de ser a instituição socializadora central e as narrativas educacionais legitimadoras da missão quase redentora (a formação do homem novo, do indivíduo-cidadão) que o projecto da modernidade lhe atribuía parecem viver apenas em alguns e excepcionais lugares e na mente generosa de alguns estóicos educadores. A instituição e os serviços que ela presta são, antes, integradas nas estratégias que os indivíduos vão reflexivamente construindo.

Numa sociedade totalmente pedagógica, a educação escolar parece ter muita da sua relevância bastante confinada à função de acreditação, de atribuição de diplomas. Como consequência da crescente reflexividade social e individual, é a escola que é colocada nos guiões que os indivíduos fazem para a sua vida e não ao contrário, como de alguma forma sonharam muitos pedagogos modernos (isto é, a escola forneceria o “bom” material com o qual os indivíduos construiriam a sua vida). Segundo Ulrich Beck (1992), a capacidade para cada um escolher, manter e justificar as suas próprias relações sociais e opções de vida não é a mesma em e para todos, ela é,

como qualquer sociólogo das classes sabe, uma capacidade *aprendida* que *depende das origens sociais e familiares especiais*. A conduta reflexiva da vida, o planeamento que cada um faz da sua biografia e das relações sociais, dá origem a uma nova desigualdade, *a desigualdade no lidar com a insegurança e a reflexividade*. (Beck, 1992: 98)

A escolarização surge, neste contexto, a um mesmo tempo, como um instrumento a utilizar para escapar às “origens sociais e familiares” e como consequência dessas mesmas origens.

Para concluir, esta espécie de releitura do livro *Transnacionalização da Educação: da crise da educação à “educação” da crise* termina “entre regulação e emancipação”. Com isto, pretende-se sublinhar duas coisas: por um lado, assinalar o facto de a relação entre educação e regulação estar em vias de se alterar significativamente como resultado da globalização da educação (os efeitos dos mercados globais sobre a educação prometem aprofundar-se nos tempos que vêm); por outro lado, destacar o facto da aparente existência de uma nova relação entre educação e emancipação (a “educação” da crise da educação será sempre, no máximo, a sua gestão e nunca a sua dominação). Reconhece-se também, e em síntese, que a regulação e a emancipação constituem os dois pólos de um *continuum* que, por sua vez, potencialmente produz leituras várias e diversificadas do fenómeno de globalização. As implicações destas novas relações já estão a ser sentidas nas políticas educativas portuguesas, quer no que diz respeito à sua produção, quer em relação à sua análise. Neste sentido, o livro *Transnacionalização da Educação* não é mais do que um dos pontos de partida.

Referências Bibliográficas

- Ball, Stephen (2001), «Reforming Schools/Reforming Teachers and the Terrors of Performativity», comunicação ao 2.º Congresso Português e Brasileiro sobre Política Educativa e Administração.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society*. London: Sage.
- Bernstein, Basil (1977), *Class, Codes and Control, Volume 3*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Bernstein, Basil (1996), *Pedagogy, Symbolic Control and Identity*. London: Taylor & Francis.
- Bernstein, Basil (2000), «Das pedagogias aos conhecimentos», *Educação, Sociedade & Culturas*, 15, 9-17.
- Bonal, Xavier (2001), «Captured by the Totally Pedagogised Society: Teachers and Teaching in the Knowledge Economy», texto policopiado.
- Castells, Manuel (1994), «Paths Towards the Informational Society: Employment Structure in G-7 Countries, 1920-1990», *International Labour Review*, 133(1), 5-33 (com Yoko Aoyama).
- Castells, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*. Malden, Mass.: Blackwell.

- Cortesão, Luiza; Stoer, Stephen R. (2001), «Cartografando a transnacionalização do campo educativo: O caso português», in Boaventura de Sousa Santos (org.), 369-406.
- Cox, Robert (1996), *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge UP.
- Dale, Roger (2001), «Globalização e educação: Demonstrando a existência de uma ‘Cultura Educacional Mundial Comum’ ou localizando uma ‘Agenda Globalmente Estruturada para a Educação’?», *Educação, Sociedade & Culturas*, 16, 133-170.
- Dale, Roger; Robertson, Susan (1997), «Resisting the Nation, Reshaping the State: Globalisation Effects on Education Policy in New Zealand», in Mark Olssen; Kay Morris Mathews (orgs.), *Education Policy in New Zealand*. Palmerston North: Dunmore, 209-227.
- Gonod, Pierre F.; Saussay, Philippe de la (1991), *Europe: Province of the World*, Relatório para Europrospective II, Namur, 10-12 de Abril.
- Grilo, E. Marçal; Emídio, M. Tavares; Silva, J. J. R. Fraústo da (1992), «Algumas considerações sobre as reformas da educação», *Colóquio Educação e Sociedade*, 1, 11-27.
- Lopes, Ernâni R. et al. (1989), *Portugal, o desafio dos anos 90*. Lisboa: Presença.
- Magalhães, António M.; Stoer, Stephen R. (2002a), *A escola para todos e a excelência académica*. Porto: Profedições.
- Magalhães, António M.; Stoer, Stephen R. (2002b), «A nova classe média e a reconfiguração do mandato endereçado ao sistema educativo», *Educação, Sociedade & Culturas*, 18 (no prelo).
- Robertson, Susan; Bonal, Xavier; Dale, Roger (2001), «GATS and the Education Service Industry: The Politics of Scale and Global Re-Territorialization», *Comparative Education Review* (no prelo).
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2001), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Tomaz Tadeu da (1996), «O adeus às metanarrativas educacionais», in T. T. da Silva (org.), *Identidades terminais*. Petrópolis: Vozes, 236-250.
- Stoer, Stephen R.; Araújo, Helena Costa (2000), *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Stoer, Stephen R.; Cortesão, Luiza (1999), “Levantando a Pedra”. *Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*. Porto: Afrontamento.
- Stoer, Stephen R.; Cortesão, Luiza; Correia, José Alberto (orgs.) (2001), *Transnacionalização da educação: Da crise da educação à ‘educação’ da crise*. Porto: Afrontamento.
- Stoer, Stephen R.; Cortesão, Luiza; Magalhães, António M. (1998), «A questão da impossibilidade racional de decidir e o despacho sobre os currículos alternativos», in Albano Estrela; Júlia Ferreira (orgs.), *A decisão em educação*. Lisboa: AFIRSE, 201-215.

ISABEL GUERRA

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”

Comentam-se alguns dos resultados da pesquisa sintetizada na colecção «A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização» à luz dos conceitos de cidadania, exclusões e solidariedades e com acento especial na problemática das “novas políticas sociais”. O comentário, de ordem sobretudo heurística e epistemológica, permite retomar a questão do confronto entre uma análise sistémica da globalização e uma análise estratégica dos actores em situação de exclusão.

1. Da análise dos processos à incompletude dos conhecimentos

Esta reflexão pretende comentar alguns dos resultados da pesquisa sintetizada na colecção «A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização», que responde ao longo de vários volumes a uma questão central – o actual processo de globalização é uma fatalidade ou uma oportunidade de novas emancipações sociais? O comentário é realizado à luz dos três conceitos de *cidadania, exclusões e solidariedades*, com acento especial num dos ângulos da pesquisa, a problemática das “novas políticas sociais”.

O comentário às “novas políticas sociais” permite também retomar a questão que atravessa os volumes 1 e 3 da pesquisa (Santos, 2001a; Hespanha e Carapinheiro, 2002) e que se centra no confronto entre uma análise sistémica da globalização e uma análise estratégica dos actores em situação de exclusão. A reflexão que se apresenta sobre os paradoxos e desafios actuais das chamadas “novas políticas sociais”, a partir de alguns dos textos da pesquisa, é o pretexto para ilustrar alguns embaraços teórico-metodológicos com que nos confrontamos.

Os comentários são generalistas e, sobretudo, de ordem heurística e epistemológica, desenvolvendo-se em três partes que servem de introdução ao texto:

- a necessidade de olhar as dinâmicas sociais como processos;

- a urgência da reconstrução de uma “teoria da acção colectiva” que permita a análise articulada da relação entre o “sistema” e as racionalidades dos “actores”;
- a defesa de um tipo de análise que aproxime a teoria da acção.

1.1. O fim das dicotomias e a sociologia como análise dos processos

É um facto – tal como afirma Boaventura Sousa Santos (2001b) – que o pensamento sociológico tem estado preso a um sem fim de dicotomias de difícil ultrapassagem – indivíduo/sociedade; global/local, alienação/ emancipação, etc. Esta pesquisa, avançando empiricamente em campos diversificados essenciais à compreensão das globalizações e dos seus impactes sociais, não consegue ultrapassar essas dicotomias, e o próprio título o ilustra – fatalidade ou utopia?

Utilizando a terminologia da pesquisa, poderíamos dizer que a maioria dos modelos de pensamento que estão hoje disponíveis na academia decorrem de leituras enraizadas no paradigma anterior e são largamente subparadigmáticas. E mesmo nesta pesquisa, o esforço de sistematização da complexidade dos impactes sociais das globalizações orienta para a utilização de tipologias contrastadas ou ordenadas que, tendo um valor teórico-analítico indesmentível para “arrumar” conceptualizações complexas, não permite, a maioria das vezes, ultrapassar essa análise dicotómica.

Não é sequer suficiente considerar que essas dicotomias são as duas faces de uma moeda, pois as faces da moeda só se permitem ver uma de cada vez. Estamos perante a necessidade de substituir o pensamento dicotómico pela análise dos *processos*, na linha defendida por Touraine (1984) que refere a necessidade da passagem de uma análise das regularidades para uma análise dos processos, “reconciliando Marx com Weber”, pois se o primeiro autor defendeu que a sociedade é atravessada por desigualdades estruturais, o segundo sistematizou a racionalidade do comportamento humano. Touraine incita à ultrapassagem do conceito de “sociedade” pelo conceito de “vida social”, centrando o trabalho sociológico na *análise da estratégia dos actores*, identificando a dialéctica contraditória dos fenómenos e relações sociais:

O essencial é que a separação crescente do actor e do sistema seja substituída pela sua interdependência, graças à ideia de sistema de acção. Em lugar de descrever os mecanismos de um sistema social, da sua integração e da sua desintegração, da sua estabilidade ou mudança, os sociólogos devem voltar ao estudo das respostas sociais à análise dos mecanismos de autoprodução da vida social. (Touraine, 1984: 31, 104)

1.2. À procura de uma teoria da “acção colectiva”

Um segundo comentário introdutório, articulado com o anterior, relaciona-se com o facto de as teorias de que dispomos serem também elas assaz dicotómicas, confrontando-se geralmente as de génese mais sistémica (centradas nas instituições, normas e funções sedimentadas) com teorias de ordem mais estratégica (centradas nas “racionalidades” dos sujeitos). Do ponto de vista de uma sociologia crítica, a tendência maioritária tem-se traduzido numa sobrevalorização das teorias sistémicas e consequente subvalorização das teorias mais antropocêntricas, etnometodológicas, etc.

A dificuldade de reconciliação destes paradigmas numa “teoria da acção colectiva” é perturbadora da análise do social e impede o detectar dos factores de mudança, pois estes factores encontram-se nos projectos dos actores e nas instituições que deles decorrem e não nas representações sistémicas e estruturas abstractas. A mudança é fruto da acção de actores concretos no *hic et nunc* da produção da sociedade, e as dificuldades na compreensão das lógicas desses actores, na detecção dos seus conflitos e consensos, estão hoje no centro da compreensão da teoria sociológica mas também da mudança sociopolítica.

Como escrevem Mendras e Forsé:

[D]epois de um período em que os sociólogos viveram fascinados pelas tendências pesadas que atravessaram o planeta, vem um período em que eles se interessam mais pelas diversidades, pelas forças discretas presentes em cada segmento da sociedade. Sem nos atrevermos a defender que não há sociologia senão a dos actores individuais, esforçamo-nos por demonstrar que há maior liberdade nas rodas da engrenagem e que o resultado das forças globais é segmentário e, por vezes, contrário à expectativa. (Mendras e Forsé, 1983: 9)

Este debate não defende uma “sociologia do quotidiano” e das pequenas coisas, tão grata a Maffesoli ou a Goffman, mas chama a atenção para o necessário equilíbrio entre a análise das grandes forças sistémicas que historicamente formatam a nossa sociedade, e a análise da estratégia de actores que em cada circunstância concreta têm nas suas mãos o fermento da mudança.

As “estruturas” que organizam os sistemas e os modos de acção colectiva não são dados “naturais”, que aparecem espontaneamente, e cuja existência é por si o resultado automático de uma dinâmica qualquer, e também não são o fruto da soma linear das decisões individuais. Neste sentido, as “estruturas” desenvolvem-se sempre como “provisórias e contingentes”,

fruto das soluções encontradas pelos actores graças a recursos e capacidades específicas e historicamente datadas.¹

Esta articulação entre sistema e actor é enunciada por Curie do seguinte modo:

Se os homens fazem a história é a partir daquilo que a história fez deles, mesmo se é conveniente não esquecer que, segundo J. P. Sartre, são os homens e não as condições anteriores de vida que são os autores da história. (Curie, 1989: 11)

1.3. Impactes metodológicos – uma nova relação entre a teoria e a acção

Finalmente, o terceiro comentário enunciado nesta introdução toma corpo na chamada de atenção à indispensável precaução epistemológica que advém das teorias gerais “explicativas” dos fenómenos sociais gerais e o apelo ao seu enraizamento em *grounded theories*, nomeadamente através do estabelecimento de uma outra relação entre pesquisa e acção.

Nunca como hoje conhecimento e acção se interpelam tanto nos grandes problemas com que se depara a sociedade moderna, seja o da exclusão, da preservação ambiental, da utilização da biogenética, etc. O ensaio das rearticulações que poderiam fundamentar uma “teoria da acção” necessita do desenvolvimento de teorias de longo alcance, de pesquisas empíricas, mas exige também uma nova relação entre teoria e acção, na medida em que esta é, por definição, sistémica, integrada, multidimensional e só ela pode dar conta da unidade complexa dos fenómenos sociais que a ciência fragmenta.

Na análise dos impactes sociais da globalização, estamos perante conhecimentos de origem variada, uns de ordem mais abstracta, outros de génese mais concreta, que, não estando articulados, referenciam diversas esferas do social e têm origens e explicações racionais diferentes. Quanto mais global é uma tentativa de interpretação do universo, maiores os cuidados epistemológicos exigidos, pois aumentam os graus de inexactidão e diminui o controlo sobre a produção do conhecimento.

Acrescente-se à fragmentação dos conhecimentos o divórcio ainda presente entre a teoria – que precisa da verificação empírica – e as dificuldades de enquadramentos conceptuais dos profissionais que estão no

¹ As estruturas e as formas de acção colectiva (mais ou menos formalizadas/institucionalizadas) são “artefactos humanos”, estruturação de um “mínimo de organização dos campos de acção social”. Isto significa que o sistema é o resultado de “efeitos de agregação” ou de “efeitos de sistema” (Crozier e Friedberg, 1977), cuja lógica de funcionamento não provém directamente da racionalidade/intencionalidade dos actores individuais.

terreno. Apesar dos esforços de ambos os lados, a não linearidade da relação entre pensamento e acção tem dificultado as pontes entre uns e outros.

De facto, os grandes paradigmas (pensamos, nesta temática, nomeadamente no marxismo e freudismo) juntamente com a ramificação e atomização das disciplinas e escolas de pensamento, leva a um nevoeiro teórico, ou pior, a uma vacuidade conceptual que as dimensões instrumentais e gestionárias só agravam. (Dartiguenave e Garnier, 1998 : 5)

Estamos num momento em que as explicações da ciência só podem ser parciais, porque repousam sobre métodos de observação e de experimentação que fragmentam o real em diferentes domínios, e cada domínio em diferentes níveis de integração. A questão da passagem de um nível para outro, na realidade e no conhecimento que tentamos obter, está condicionada pelos utensílios de que dispomos, teóricos e técnicos, para efectuar esses recortes.

Ora a acção não se pode dar ao luxo de esperar pela formalização do conhecimento para se iniciar, ela é, por definição complexa, multidimensional e urgente, retirando da ciência o seu fundamento, mas também da moral, da política e da filosofia as suas justificações.

Sobretudo em contextos de pobreza, a experiência marca profunda e definitivamente uma certa concepção do ser humano, do sofrimento, da justiça social. Os que lidam com populações em situação de exclusão sabem que os excluídos não são um conceito, são pessoas com nomes, onde cada caso referencia uma situação real e, neste percurso, é o sujeito que nos toca, mais do que o conceito, ou a situação colectiva em que esse sujeito se encontra, e isso faz dele “uma síntese activa” de um conjunto social. Do ponto de vista da intervenção, sentimos que cada um merece ser socorrido antes de mais pelo que é, e depois pelo que representa o seu sofrimento no conjunto social e é por isso que nem sempre os técnicos do social fazem as melhores opções políticas, incapazes de fecharem os olhos a quem lhes bate à porta na urgência das situações individuais e familiares. A intervenção social é, muito frequentemente, um apelo humano e generoso, mais do que um gesto racional ou científico, é uma resposta existencial (De Ridder, 1997).

Uma maior harmonia entre ciência e acção exige a rearticulação das formas do conhecimento, das metodologias de recolha da informação e o respeito mútuo entre os profissionais. Exige ainda a recusa de modelos muito fixistas e cartesianos e a aproximação a modelos indutivos e sistémicos de pensamento e observação.

Qualquer destas práticas – científicas e praxeológicas – visa satisfazer duas necessidades legítimas, embora contraditórias: por um lado, explicar, dar sentido às coisas e, por outro, suprimir o seu carácter de surpresa e inquietude, ligando-as ao “já visto” e “já explicado”. Mas, como diria Henri Atlan (1986), a nossa necessidade de explicação e de ordenação parece não conseguir satisfazer-se verdadeiramente senão quando inclui não apenas as percepções do meio social incorporadas pelas nossas racionalidades, mas ainda as percepções que temos de nós próprios com o inventário de todas as características físicas, biológicas, sociais e éticas.

2. As “novas políticas sociais” como processos contraditórios de formas de construção da acção colectiva

2.1. As “novas políticas sociais” como sistemas de acção entre o Estado, os actores em situação de exclusão e os mediadores

Pretende-se ilustrar o entendimento da vida social como forma de acção colectiva, partindo de uma reflexão sobre as “novas políticas sociais” que têm ensaiado nos últimos anos formas de resposta aos riscos sociais crescentes, visando uma melhor articulação entre os recursos sistémicos e as racionalidades dos actores, nomeadamente os que se encontram em situações de exclusão.

O pressuposto é que as “novas políticas públicas” são um “sistema de acção complexo” que exige uma análise sistémica de causalidades múltiplas, mas onde é possível identificarmos desde logo os principais conjuntos de actores: por um lado, o Estado (na sua diversidade de lógicas e aparelhos); por outro, os *actores* em situação de exclusão [onde situamos a miríade de actores e de situações produtoras de risco e de exclusão detalhados em *Risco social e incerteza: Pode o Estado Social recuar mais?* (Hespanha e Carapinheiro, 2002)]; e ainda os mediadores (actores que, ao nível local e regional, tentam reaproximar as necessidades dos actores em situação de exclusão dos recursos do sistema). Neste sub-sistema de mediação estão presentes, quer os técnicos, quer as instituições sociais mediadoras das políticas sociais.

O accionamento destes instrumentos de política social é o resultado de uma determinada leitura da realidade nacional que reconhece a existência de formas de exclusão persistentes, nomeadamente: i) problemas de desenvolvimento e permanência de um desemprego estrutural; e ii) insuficiência dos esquemas de protecção da segurança social tradicional. O seu mérito é a ultrapassagem do tratamento sectorial das populações desfavorecidas e a recusa em abandoná-las à sua sorte, promovendo programas e projectos que se pretendem inovadores.

Quais são a lógica interna e as intenções das políticas sociais? Como são produzidas e qual o seu sentido social, político e simbólico? São elementos de reforço da hegemonia das forças dominantes ou contêm elementos de contra-hegemonia? São elementos de inclusão ou de manipulação?

A tese defendida é que as políticas públicas são o resultado de processos complexos de negociação em contextos de poder desiguais, funcionando como mecanismos de regulação social e de governação (*governance*).² As políticas públicas não são factores de dominação ou de emancipação, já que contêm simultaneamente tendências hegemónicas e contra-hegemónicas, não sendo estádios de desenvolvimento, mas dimensões inerentes às formas de construção da vida social. Nesse contexto, a reflexividade crescente da sociedade e a importância dos factores de desvendamento dos conflitos, faz dos intelectuais mediadores importantes neste processo, trazendo, inevitavelmente, novas contradições à relação entre a ciência e a acção.

Jean-Pierre Garnier (1988) defende que, através da análise das políticas públicas, é possível entender as formas de representação do Estado, da vida colectiva e da imagem que uma sociedade tem das formas de inserção social. A dimensão social é, hoje, uma dimensão importante da agenda política nacional e europeia e palavras como *Cidadania*, *Exclusão* e *Solidariedade* aparecem pelo menos dez vezes em cada discurso político, seja de um primeiro-ministro, de um ministro das Finanças ou de um ministro da Solidariedade. E a relação entre “competividade e solidariedade” traduz realmente as duas faces da mesma moeda de discursos de organismos que têm políticas económicas com impactes sociais profundamente catastróficos, como é o caso do Banco Mundial ou da Tríade.

As políticas sociais têm, hoje, uma visibilidade pública e um impacte político como nunca tiveram. Veja-se, por exemplo, as referências recorrentes ao rendimento mínimo em toda a Europa, e em Portugal em particular. A globalização das políticas económicas é, cada vez mais, acompanhada da globalização das medidas sociais e pressiona-se hoje os Estados Unidos, o Japão e outros países emergentes na cena económica mundial para que dêem provas do seu cumprimento de princípios básicos de protecção social (trabalho infantil, etc.).

É verdade que se desmistificou a existência de uma relação linear entre desenvolvimento e coesão social, mas assimilou-se a ideia de que as “políticas sociais” são uma forma inevitável de colmatar os défices de funciona-

² Faremos mais à frente uma distinção entre estes dois conceitos, considerando que o conceito de governação é mais exigente, exigindo do Estado um papel mais activo de “Estado animador”.

mento do sistema. A opinião dominante parece assentar numa leitura a que Boaventura Sousa Santos chamaria *subparadigmática* (Santos, 2001b: 95), pois acredita que os ajustamentos necessários a esta fase pós-fordista podem ser colmatados através do reforço das políticas sociais e desprezando-se os impactes que nos actores sociais têm os actuais mecanismos produtores de exclusão.

Mas Boaventura de Sousa Santos vai mais longe, propondo novas formas de olhar e agir, referindo que é preciso entender a imbricação das formas de desenvolvimento e a coexistência de “globalismos localizados” e “localismos globalizados” na implantação das políticas sociais públicas. Assim, Portugal não escapa à regra e as nossas políticas sociais são decalcadas dos modelos europeus com as adaptações que o nosso sistema financeiro e as nossas instituições exigem.

Se a gestão do social é da responsabilidade de uma nação inteira, não é menos verdade que o Estado é o seu garante. Estamos numa democracia representativa e tem sido sempre ao nível mais elevado da nação que competem as decisões políticas: o rendimento mínimo, ou de inserção, a política de equipamentos sociais, etc., são sempre decisões do governo central. Reconhece-se ao Estado a legitimidade de conduzir as grandes políticas públicas sociais, mesmo se as descentraliza na sua concretização e adaptação.

Hoje, muitos outros actores pretendem partilhar com o Estado essa tarefa, com particular ênfase para as instituições da “sociedade civil” que exigem ter responsabilidade social na execução das políticas sociais.³ As orientações políticas são desenvolvidas através de complexos sistemas de governação assentes em diversos territórios e contextos socioeconómicos que podem ser sintetizados segundo 3 dimensões:

– *Alargamento dos campos de intervenção, dos actores e das formas organizativas* envolvidas no desenvolvimento e implementação das políticas, num quadro de decisões dispersas, tendencialmente interrelacionadas;

– *Alargamento do campo de relações e problemáticas* na gestão da coisa pública (político-económicas, políticas activas de recursos humanos, desenvolvimento de políticas tecnológicas e ambientais, marketing territorial, etc.);

– *Alteração do papel dos actores públicos ao nível institucional formal* e alargamento e novas oportunidades de envolvimento com actores da sociedade civil: representantes de proprietários, de associações várias, etc.

³ A noção de governação retira daqui a sua importância e pode ser entendida na difusão de abordagens de concertação e de construção de consensos e novos modos de institucionalização das práticas territoriais que estão a surgir.

Governança parece ser o conceito que adquiriu o papel de conceito-síntese respeitante às formas de evolução da acção pública nos sistemas social-democráticos maduros, significando “uma modificação do significado do governo referente a um novo processo de governar; ou a uma condição nova da autoridade organizada; ou um novo método de governar a sociedade” (Rhodes *apud* Gualini, 2001: 4).

Mas a generalização do uso desse conceito incorre em certos riscos, pois vem acompanhada de popularidade, mas também de muita imprecisão e polissemia. O conceito de governança traz consigo desafios de ordem bem diversa e cuja valorização pode ser diferenciada, quer entre países, quer no interior dos países, em função do tipo de governo ou do jogo de forças em causa: a gestão da complexidade, da eficácia e da legitimidade das decisões.

De forma simplista, poderemos dizer que as novas formas de acção exigidas pelas políticas sociais assentam no aprofundamento da complexidade das dinâmicas sociais e na procura de coesão social, e a esta exigência de aprofundamento cognitivo associa-se a necessidade económica de rentabilização dos recursos e a obrigatoriedade política de garantir a legitimidade pública. Estas três exigências, estando articuladas, não se relacionam de forma linear e contêm mesmo ingredientes contraditórios.

a) *As políticas sociais emergem como novas formas (contraditórias) de regulação social: são processos e não estádios*

As políticas sociais emergem como *novas formas (contraditórias) de regulação social*, e devem ser analisadas como processos e não como estádios. Elas decorrem de profundas alterações das formas de agir do Estado, nomeadamente do seu apelo à sociedade civil, fazendo emergir novas formas de governança e de regulação social, em redes de interacções complexas, onde se digladiam interesses contraditórios que negociam estabilidades relativas.

Recentemente, assiste-se a uma renovação do pensamento sobre o papel do Estado, relacionado com as suas novas funções num contexto globalizado de alto risco. A diferença entre governo e governança (complexo conjunto de actividades incluindo a primeira, mas não se limitando a ela) coloca a ênfase no realinhamento de racionalidades institucionais várias para uma concepção de “Estado-empresarial”, onde os actores não institucionais são parte integrante do processo de decisão política, senão mesmo motores desse processo.

A noção de governança inclui, e combina, o conhecimento de processos políticos de regulação social com compromissos em formas institucionais, organizativas e gestionárias várias.

À primeira vista, governação e regulação são noções de diferente ascendência. Mas à noção de regulação associa-se geralmente uma concepção gestonária voluntarista, através de um “um processo sem objecto”, enquanto a noção de governação apela à existência de objectivos próprios na intervenção pública, que seriam mais do que uma simples geração de consensos, mas uma real procura de equidade social. Tem aqui sentido a discussão entre as versões mais conservadoras da gestão pública – a “democracia de gestão” – e as mais igualitárias – “a democracia política” que visa a equidade e justiça social. Como refere Padioleau, frequentemente a administração

prefere o consumidor ao cidadão e, em nome da eficácia, prefere o gestor ao democrata. Cego pelas falsas virtudes do pluralismo, consagra o triunfo do compromisso, uma espécie de média entre as vontades em presença, obtida pelo compromisso entre os interesses concorrenciais. Ao fazê-lo, assemelha a democracia urbana a um jogo de mercado. (Padioleau, 1989: 186)

As teorias da regulação não conseguem evitar a discussão do papel do Estado na própria regulação e dos conteúdos de equidade e solidariedade inerentes às políticas públicas. O Estado não é um mero gestor de interesses, mas um actor de pleno direito, cuja função reguladora tem conteúdos intimamente ligados à redistribuição social.

Estas diferenças entre governação e regulação são enfatizadas por autores que pretendem reforçar as perspectivas críticas da visão do sistema-mundo, mas que têm em comum uma dimensão realista das formas de conduzir a mudança social, pois consideram que regulação ou governação acontecem no “acto de se fazer” e que os processos de construção da acção colectiva não assentam em pressupostas teleologias ou meta-teorias.

O resultado da acção colectiva é sempre um sistema de relações estabilizado através de três factores: a coordenação das actividades e das relações entre actores; a distribuição de recursos relacionados com essas actividades; e a estruturação (prevenção e resolução) dos conflitos. Nesta perspectiva, governação e regulação são noções que concorrem para definir modos de institucionalização emergentes, pluralistas, não intencionais mas *processuais*.

A perspectiva construtivista emergente desta co-evolução dos modos de regulação implica a saída de uma perspectiva monista ou dualista para uma perspectiva interpretativa pluralista, onde se valorizam os processos de articulação e a capacidade de aprendizagem dos “sistemas de acção”.

O objectivo da coordenação pública, perante a tendência crescente de fragmentação das estruturas e competências da actividade administrativa, é

combinar a diversidade de actores, mantendo os seus graus de autonomia, com a resolução não linear de problemas e de soluções. A governação representa, assim, uma perspectiva de exercício da autoridade de gestão da iniciativa pública que não se identifica com as formas de acção e controlo tradicionais, mas que se define agora num contexto de *redes de interacção*. Actualmente, o campo dos estudos que se socorre do conceito de governação tem vindo a ser redefinido, dizendo respeito à resolução de problemas (para)políticos (no sentido de problemas com objectivos colectivos a atingir) num contexto de instituições, organizações e práticas governamentais (hierárquicas) e extra-governamentais (não hierárquicas).

Uma das razões do interesse desta problemática é a evidente dissolução da distinção entre Estado e sociedade civil: “o Estado torna-se num conjunto de redes inter-organizacionais constituídas por actores governamentais e societais, sem que haja um actor soberano que conduza ou regule” (Rhodes *apud* Gualini, 2001: 7).

De acordo com estas perspectivas, muda-se radicalmente o olhar sobre a análise das políticas, agora com base em dimensões construtivistas através da própria percepção do poder. Abandonam-se estratégias racionalistas de coordenação com vista à redução da complexidade, em favor de uma assunção consciente da complexidade do ambiente social e do reforço da inovação e da mudança, que possam determinar *ex-post*, um resultado concreto e efeitos de coordenação sinérgicos entre políticas, interesses e estratégicas que não são previsíveis *ex-ante*.

b) *A politização da vida social e das políticas públicas*

A mudança de paradigma da “resolução de problemas” (*problem solving*) para os “processos de interacção múltipla” centra a atenção nos processos de gestão e de decisão num contexto de reconhecida dialéctica das relações de poder inerentes ao funcionamento da sociedade. Assim, entendem-se as relações sociais como mediatizadas por relações de poder, *i.e.*, por relações de troca desigual que comportam sempre uma base de negociação potencial. Esta atitude teórica, ao mesmo tempo que politiza a análise da vida quotidiana, banaliza também a noção de poder, considerando-a como uma dimensão irreduzível e perfeitamente “normal” de todas as relações sociais, quer sejam conflituais, quer cooperativas.

Este entendimento das relações sociais permite incluir *a análise dos conflitos na vida quotidiana*, bem como evita as armadilhas de uma visão demasiado consensual das estruturas da acção colectiva. A instabilidade e conflitualidade dos comportamentos é considerada como normal e é acentuado o carácter contraditório e complexo do comportamento dos actores. Dito

de outra forma, concebem-se as políticas como processos, centrados em objectivos estratégicos contraditórios, continuamente adaptáveis aos contextos em mudança e aos riscos emergentes.

Assim, as políticas públicas não decorrem de processos lineares resultantes dos níveis decisórios da esfera do Estado (*decision-making*), mas são o resultado evolutivo de processos de decisão interactivos.

Esta concepção do poder tem grandes implicações teóricas e práticas, nomeadamente para o entendimento das relações entre a análise política e a análise institucional (Gualini, 2001):

1. Revisão do conceito de poder, quebrando com o paradigma “distribucional”: passagem da concepção de poder como distribuição, para aspectos de condicionamento, dimensões construtivas, relacionais, estratégicas (Crozier e Friedberg: 1977) e dualidade constitutiva do poder (Giddens, 1984);

2. Introdução da dimensão de incerteza e de ambiguidade nas políticas e nas decisões: implica uma dimensão co-evolutiva, mais do que sequencial, no accionamento das políticas públicas entendidas agora como um processo colectivo de decisão baseado em formas de entendimento do devir societal e em acordos sempre refeitos.

A partir de agora as políticas públicas e, muito particularmente, as políticas sociais têm um significado, representam uma visão do mundo e um projecto de sociedade. Dito de outra forma, poderíamos dizer face a um país “diz-me que políticas sociais ensaias e dir-te-ei que mundo queres e que visão de sociedade tens”.

Tudo isto num contexto em que o desafio da eficácia das políticas públicas está cada vez menos identificado com a falta de recursos e de poder dos técnicos, mas mais com os constrangimentos que advêm do jogo de actores e com a habilidade com que exercem o seu papel, apesar da diferença de poderes reais e simbólicos como co-produtores das políticas públicas.

Assim, simultaneamente, “politiza-se” cada vez mais a decisão política e dá-se visibilidade ao actor político, mas também cada vez mais se co-responsabiliza a colectividade pelos problemas e soluções e cada vez mais se apela aos mediadores de vários tipos para que intervenham na efectivação das políticas sociais. As políticas públicas e o *policy making*, são cada vez mais interpretados como práticas no contexto de constrangimentos sociais, mediados por formas plurais de conhecimento, contradições inerentes aos objectivos do planeamento das políticas públicas e intenções de prosseguir um tipo ideal de eficiência entendida como justa, integradora e inclusiva.

O desenho das políticas públicas como práticas baseadas no inter-conhecimento, pode ser entendido como uma forma de institucionalização das formas de acção colectiva, através de mediações interpretativas, simbólico-cognitivas e estratégico-comunicativas, realizadas na moldura dos processos de interacção social.

O seu potencial generativo reside na capacidade de:

- Conseguir equilíbrios efectivos e legítimos entre as dimensões de *empowerment* e os constrangimentos vários da vida social, *i.e.*, conciliar diversidade e justiça social;
- Definir modelos de acção colectiva abertos à inovação social;
- Renovar as práticas democráticas nas combinações entre objectivos sociais, valores normativos, objectivos públicos.

As políticas sociais pretendem, em último lugar, concretizar um equilíbrio efectivo e legítimo entre interesses contraditórios de redistribuição social, num contexto marcado por interesses contraditórios e onde os níveis de consenso são continuamente negociáveis.⁴

A mudança dos princípios de gestão e a emergência destas novas formas de desenho e gestão das políticas públicas representa um desafio, quer à pesquisa, quer à acção.

Se todos aceitam o aumento da complexidade, fluidez e “efeito vitrina” das políticas sociais, as contradições entre perspectivas de análise estão ainda presentes. Por um lado, há os que valorizam os pressupostos conceptuais que informam os novos pensamentos sobre a governação e insistem em fomentar práticas de parceria auto-regulada; por outro lado, os que apregoam a necessária inovação institucional, a recusa da burocracia em nome da eficácia e legitimidade da acção da esfera pública.

Estas concepções de políticas públicas exigem transformações institucionais e decisórias.

Os processos políticos são considerados como arenas de contextos de interacção de múltiplos actores e tornam-se mais evidentes as contradições entre os processos de formulação política e os de implementação. Pedro Hespanha e outros autores referem mesmo que

as próprias instituições da sociedade civil portuguesa – caracterizada pela sua debilidade organizativa, pela ausência de uma cultura de cidadania e pela tradicional dependência relativamente ao Estado – têm dificuldade em assumir a sua parte nas

⁴ É por isso que a maioria dos investigadores está hoje pouco preocupada com a análise das políticas sociais em si, tal como emergem neste processo de institucionalização, e se debruça sobre os processos de construção, evolução no tempo e contratualização sucessiva que vão assumindo. Associa-se a este objectivo um objecto recente que é a compreensão de como estes processos de co-produção das políticas públicas afectam “a construção social da realidade”.

responsabilidades sociais, assumindo uma posição ambígua de reivindicar para si iniciativa em matéria de protecção social e, ao mesmo tempo, de exigir do Estado que continue a suportar os encargos e os riscos dessa iniciativa. (Hespanha *et al.*, 2000: 330)

Em síntese, as novas políticas públicas exigem uma dimensão política e prospectiva que vá para além da coordenação, orientando as acções para a alteração da distribuição do poder e dos recursos.

c) A gestão da complexidade nas políticas públicas e o conhecimento para a acção: reconciliações dialécticas entre pensamento e acção, mas também entre repressão e emancipação nos processos de globalização

A gestão da complexidade nas políticas públicas coloca, simultaneamente, um problema científico e um problema de gestão que dele decorre.

A complexidade crescente dos problemas, das transformações sociais e, sobretudo, de mutações nos riscos, fazem cada vez mais apelo à ciência no desvendamento desta complexidade. No entanto, e como escreve Boaventura de Sousa Santos, o contexto demasiado endogeneizado (nacional) ou a incapacidade de sair das dicotomias que tradicionalmente atravessam as ciências sociais, fizeram-nos entrar num “período de grande incerteza teórica, caracterizado pela subteorização dos fenómenos emergentes e pela obsolescência das teorias existentes” (Santos, 2001b: 21).

Acrescente-se que as variáveis que intervêm nos processos de decisão política exigem combinar uma grande multiplicidade de bases do conhecimento, desde a matriz mais científica ao conhecimento “ordinário”. Assim, através de uma interacção construtiva, reforçam-se os laços entre acção e conhecimento, transformando um e outro.

É neste contexto que se vai reforçando a interactividade entre a academia, os decisores e os interventores, amarrados pela sua pertença mútua a dimensões de acção que dão mercado a uns e a outros e que, pela interactividade situacional e relacional, geram novos processos simbólico-cognitivos, novas solidariedades, mas também novos conflitos, novas confusões de competências e de estatuto.

As competências científicas e profissionais vão-se politizando, exigindo actividades de interacção entre actores com diferentes lógicas e processos de negociação, dos entendimentos e das decisões. A academia, que já não via com bons olhos a promiscuidade entre pensamento e acção, tem dificuldade em lidar com as dimensões políticas do conhecimento, isto é, com o impacte político que podem ter as reflexões que vai produzindo. Para os profissionais, o envolvimento na racionalidade administrativa, reconheci-

damente política, marca uma nova fase da intervenção dos técnicos, tornando-os actores de práticas institucionais decorrentes da acção pública, função que ainda há bem pouco tempo recusavam.

Os decisores políticos, muitos vindos da academia, vão sendo sensíveis e incorporam as novas reconceptualizações, as novas variáveis e perspectivas assentes em compromissos políticos, normativos, gestionários e éticos.

Não é, pois, de estranhar que esta curiosa meta-teorização, ecléctica, transversal e comprometida, esteja na origem de alguns dos maiores dilemas das políticas públicas. A distância entre o pensamento, os objectivos, as capacidades técnicas e os saber-fazer está, em larga medida, na origem da conflitualidade entre as fontes (e lógicas) do conhecimento e os níveis de reconciliação pretendidos: científicos, éticos, políticos, gestionários, etc. E atrevo-me a dizer que passa por aqui o irrealismo de certas políticas, os “efeitos perversos” atribuídos a certos programas, etc.

Coloca-se, simultaneamente, um problema da epistemologia do conhecimento – o conhecimento que vem da acção – e um problema político que decorre dos níveis de acção provenientes desse conhecimento enraizado. O primeiro põe em causa análises cartesianas, dedutivas, assentes em causalidades lineares. O segundo apela à reformulação da relação entre as formas de conhecimento substantivas (tal como a consultoria) e as orientações da acção, ao mesmo tempo que *deslegitima* processos normativos e positivos de acção, apelando para processos de interacção e de construção do conhecimento na acção.

Mas a principal consequência desta complexidade do social, acrescida da complexidade trazida pela reflexividade sobre os fenómenos quotidianos, é fazer com que as dinâmicas de que se fala não possam ser entendidas como “estádios”, mas como processos. As globalizações não são momentos estáticos da sociedade actual, os quatro processos de globalização não são exclusivos.

Esta constatação tem enormes consequências políticas, pois doravante vamos considerar que os elementos hegemónicos e contra-hegemónicos coexistem (conflitualmente) no quadro de interacções do “sistema-mundo”. Os elementos hegemónicos e contra-hegemónicos têm existência num contexto de sistemas complexos onde causas e efeitos se diluem e estão, portanto, amarrados pelas mesmas contradições lógicas, isto é, as alternativas contra-hegemónicas não existiriam sem as hegemónias e estas, por sua vez, não deteriam a sua lógica mutável se não fossem as correntes de contra-poder com que se confrontam.

Assim, nos processos de globalização parecem estar, em simultâneo, as contradições que geram as alternativas e as forças de opressão.

3. Os actores em situação de exclusão

3.1. A exclusão do ponto de vista dos actores. A necessidade de um olhar socio-antropológico

Uma “teoria de acção” assume que no centro da análise está essa relação complexa e complementar entre o actor e o sistema nos mais diversos contextos históricos.

Apesar das inúmeras tentativas centradas na análise da vida social como processo, não conseguimos ainda, nem teórica, nem metodologicamente, escapar à dualidade da análise, ora sistémica, ora estratégica. Isto é, por um lado, procuramos a lógica do funcionamento do sistema, os elementos do jogo político e a relação interactiva entre os vários elementos da sociedade e, por outro, aprofundamos a lógica da acção, entendida como o conhecimento das racionalidades, sentidos e estratégias que actores concretos accionam nessa mesma dinâmica de mudança.

Uma “teoria da acção” deveria ser capaz de reconciliar a análise do *sistema* e do *actor* e ainda acompanhar esse entendimento com a identificação de pessoas ou acontecimentos que, comprometendo-se na análise dos problemas, detêm recursos e encontram soluções e, por essa via, constroem o mundo social mudando-se a si próprios e aos sistemas de acção e de liderança em situações de mudança social.

Neste olhar, o sociólogo encontraria, numa mesma metodologia, a capacidade de conhecimento e o vigor da sua inserção profissional. Ele não se interessa pelo funcionamento do sistema de acção e dos actores num dimensão moral de denúncia dos seus males e punição dos responsáveis. É a própria forma de conhecimento que lhe permite procurar no sistema os recursos disponíveis, os objectivos consensuais (e os conflituais), orientar a historicidade na melhor relação entre a coesão dos sistemas e a liberdade dos actores. “A modernidade não é o triunfo do Único mas o seu desaparecimento e a sua substituição pelas difíceis, mas necessárias, relações entre a racionalização e a liberdade individual e colectiva” (Touraine, 1984: 107). Tudo distingue o saber científico da militância, pois o saber profissional assenta numa análise serena das situações, do contexto social e dessa articulação actor/sistema. Não é por acaso que, do ponto de vista profissional, uma das principais dificuldades de olhar os “excluídos” é transformá-los em “categorias”, explicativas de per si: populações-alvo, grupos de risco, “famílias monoparentais”, “minorias étnicas”, toxicodependentes, etc. É uma “construção institucional” que não corresponde a situações concretas, a comunidades precisas, inscritas em processos sociais desestruturantes. Infelizmente, essas categorias acabam por

ter valor por si, ou pior ainda, ao assumirem a responsabilidade explicativa da própria noção que as designa, absolvem o “sistema” de qualquer responsabilidade explicativa.

Poucos de nós passámos por situações de exclusão que nos permitissem entender a lógica interna dessas dimensões complexas, multidimensionais, evolutivas no tempo e espacialmente diferenciadas. Não é certa a garantia de que os nossos modelos culturalmente etnocêntricos tenham capacidade de entender muitos dos fenómenos que se colocam. Também são raros os estudos sobre os “excluídos” que conseguem ultrapassar essa dimensão descritiva, em larga medida fruto de uma insuficiência de exploração de enquadramentos socio-antropológicos capazes de lidar com a complexidade das dimensões da construção das identidades e modos de vida em situações de exclusão.

Sabemos pouco sobre a pobreza e não saberemos mais enquanto tivermos um discurso generalista e não avançarmos na pesquisa empírica. A compreensão dos fenómenos da pobreza exige a desmontagem dos conceitos do senso comum e um aprofundamento e recomposição analítica que não temos conseguido realizar. Mas não temos dúvidas de que o percurso passa pelo tipo de estudos que estamos fazendo, nomeadamente o livro que comento neste momento (Hespanha e Carapinheiro, 2002).

Há uma dezena de anos que o conceito de exclusão social se tornou de uma gritante actualidade, sendo usado por uma grande diversidade de agentes de características muito diferentes (*media*, políticos, cientistas e investigadores, cidadãos) e abordando noções diversas que vão da pobreza a marginalidades várias. Um tal imperialismo da noção de exclusão social, que se tornou categoria de representação social e categoria de acção, levanta inúmeras questões:

- Designa um novo fenómeno singular e inédito?
- É um utensílio conceptual apropriado para compreender as transformações contemporâneas?
- É um *passpartout* que serve para ocultar as questões fundamentais?
- É um artefacto que obscurece as ditas mutações convidando a ler a sociedade de forma homogénea pelo prisma da urgência e do sofrimento?
- É simplesmente um estandarte a que se apegam os sociólogos depois de terem sido desapossados da pobreza pelos economistas?

Tememos que esse conceito *passpartout* tenha uma função de sugestão/ocultação. Embora possa reconhecer-se que “exclusão” é um conceito com utilidade política, é difícil reconhecer-lhe grande utilidade científica e analítica. A utilidade política advém do facto de permitir designar – de forma

rápida – um conjunto de fenómenos identificadores do mau funcionamento societal. Mas lembremos as cinco maiores dificuldades científicas em utilizar o conceito:

a) A noção de exclusão não tem fundamentação teórica. A noção emerge como tendo valor *per se*, o que se torna numa ilusão pois parece ter um valor explicativo. Aliás, Hespanha e Carapinheiro (2002) reconhecem que o obscurecimento da noção se relaciona, em larga medida, com o facto de que o recurso à expressão parece ter já um valor explicativo. A sua utilização alargada e ideológica é fomentadora de imprecisões semânticas e permite uma utilização não controlada, numa quase ausência de construção e fundamentação teórica e, nesse sentido, é um conceito saturado simultaneamente de vários sentidos, de “contra-sentidos” (*contre-sens*) e de “ausência de sentidos” (*non-sens*). Em síntese, “exclusão” é utilizada de forma académica ou ideológica explicando-se a si mesma.

b) É uma definição pela negativa, não dando conta de que qualquer dimensão de inserção social tem dimensões de inclusão e de exclusão. Esta dificuldade vem da complexidade e multiplicidade de situações e fenómenos que recobre e da redução que opera logicamente. O trabalho de teorização não é suficiente para fazer esgotar a multidimensionalidade. Mais ainda, referencia uma qualificação exclusivamente negativa, por defeito, não analisando positivamente de que é feita a exclusão e a inclusão. Assim, é um conceito de geometria variável, flutuando ao sabor das representações e das preocupações. Raramente o conceito de exclusão pode ser tomado como conceito teórico ou analítico no contexto de uma pesquisa concreta.

c) Recobre uma grande diversidade de fenómenos com diferentes causalidades e matizes e não pode dizer-se que contenha em si uma dimensão multicultural (como outros conceitos, como modos de vida, por exemplo). Esta crítica chama a atenção para o carácter mutante das situações e dos contextos. Um exemplo mostra isso, a experiência da exclusão feita pelos imigrantes nos trinta gloriosos anos do pós-guerra e a que conhece hoje a terceira geração de imigrantes. Inicialmente, os imigrantes eram integrados pelo trabalho, mas desintegrados social e culturalmente, e ficaram estrangeiros aos valores e às normas da sociedade de acolhimento. Actualmente, estão culturalmente integrados, mas estão excluídos do mercado de trabalho, a assimilação cultural e a exclusão social substituiu-se de alguma forma à inclusão pelo trabalho e diferença cultural. O seropositivo é excluído? E nós, se ficarmos desempregados no final do curso? E a comunidade cigana? Os sem-abrigo e as minorias étnicas? São os mesmos mecanismos que nos fazem nomear a exclusão nestes domínios. Como referem Pedro Hespera-

nha *et al.*, a primeira nota que ressalta da análise das histórias de vida é a complexidade das situações de risco social vividas por estas famílias. A multiplicidade de problemas sociais que atinge esta população torna difícil isolar um evento ou factor de risco” (2002: 28).

d) Implica uma visão linear da exclusão, concebida num *continuum* entre inclusão e exclusão, tendo pois um limitado carácter explicativo. Como mostram os estudos, não há inteiramente inclusão e exclusão. Noutros termos, é difícil conceber um excluído total. A maioria das vezes falamos de uma exclusão parcial em esferas da actividade social e do trabalho.

e) Finalmente, é uma noção confusa, pois serve para denominar dois níveis distintos da realidade – o do sistema e o do actor. Quer dizer, poderemos analisar a exclusão por uma dupla via – partindo das dimensões societárias e partindo das dimensões individuais. Num caso, estamos perante uma análise macro-social, propondo uma análise dos factores de desintegração social num contexto de enfraquecimento das dimensões de protecção social, públicas ou familiares, produzindo aquilo a que poderemos chamar uma crise de cidadania. No outro lado, estamos numa dimensão micro-social, esforçando-nos por entender uma trajectória social e um percurso que levou a uma exclusão de indivíduos particulares, vendo como é que os indivíduos participaram nesse processo. A oscilação entre estes dois pólos é um dos indicadores da incapacidade de teorias integradas (que recusam as dicotomias) capazes de compreender os mecanismos sociais de exclusão e os processos individuais de exclusão.

Talvez seja devido a uma subvalorização da dimensão individual dos fenómenos sociais, acompanhada da subvalorização das teorias mais etno-antropológicas, que a maior parte dos estudos sobre os “excluídos” tem dificuldade em fazer a articulação entre sistema e actor e tende (pelo menos os estudos sociológicos) a valorizar as variáveis sistémicas nas explicações dos fenómenos sociais. Os nossos estudos sobre os actores, nomeadamente os que estão em situação de exclusão, situam-nos em situação de vítimas dos sistemas opressivos, isolados, sem comunidades de pertença, sem racionalidades próprias que não as que lhes transmitimos de sentimentos de impotência.

No campo da luta contra a exclusão, o entendimento da relação entre sistema e actor toma, assim, uma forma comunicacional ampla, onde argumentos de ambos os lados se encontram, confrontam-se negociando-se as formas de vida social e as condições de inserção na diversidade dos mundos sociais e culturais de referência.

3.2. O sujeito alienado/determinado em última instância: de vítima a actor

Apesar das diferenças, nem sempre muito evidentes, todas as teorias sociais têm uma determinada concepção do indivíduo e do seu papel nas interações e instituições sociais. As concepções mais sistémicas e marxistas dos anos 60 e 70 acentuavam uma concepção global da sociedade e uma oposição de classes sociais polarizadas. Nessa concepção, a análise sociológica seguia as manobras de “exploração” dos grupos “dominantes” sobre os “grupos dominados”. O actor estava sujeito ao mero papel de sujeito, coisificado, “alienado”, incapaz de libertação, a não ser através da “revolução socialista”. Este sujeito “coisificado” não merecia o interesse do olhar sociológico.

Uma das principais “invenções” da pós-modernidade foi o “retorno do actor”, a emergência do sujeito activo, individual. O carácter democrático das políticas sociais volta a colocar o indivíduo tal como a Revolução Francesa o colocou perante o Estado: participante (democrático e eleitor), com direitos que passam por reconhecer aos utentes os seus direitos, a sua capacidade de participação e responsabilização. Considera-se hoje que os “excluídos” são capazes de passar de vítimas a actores e que só os utentes responsáveis poderão tornar-se actores potenciais da mudança do seu quadro de vida.

3.3. O sujeito isolado: do sujeito individual à acção colectiva

Mas raramente o excluído emerge numa situação de exclusão total. Os indivíduos em situação de exclusão têm família, amigos, vizinhos, pertencem a comunidades religiosas, étnicas, culturais e desportivas. Se é verdade que a situação de exclusão tem evidentes dimensões individuais, nomeadamente no relativo à construção identitária e à auto-estima, isso tem impactes na sua vida social, mas não estamos perante sujeitos desligados do corpo social.

O “retorno do actor” não defende uma percepção de individualismo liberal que releva de uma concepção a-histórica, a-social e desencarnada do sujeito. O indivíduo, átomo sem ligação exercendo a sua capacidade de escolher objectivamente e independentemente da situação não pode ser titular de um quadro de direitos e de liberdades fundamentais. É esta articulação que tentam as abordagens de Habermas e Walzer. Têm em comum romper com os fundamentos da filosofia do sujeito, para se abrirem à dimensão intersubjectiva das relações sociais. Revoltam-se contra a redução cognitivo-instrumental da razão, que se encontra em Weber, os utilitaristas e ainda Rawls, porque dispensam os indivíduos de uma verdadeira dialéctica do reconhecimento recíproco.

Assim, Habermas (1990) junta aos tipos de agir racionais de Weber um agir de nível superior, o *agir comunicacional*, no qual os actores procuram um entendimento sobre as situações de acção, de forma a coordenar, consensualmente, os seus lugares sociais e as suas acções. Este agir comunicacional supõe um mundo vivido individualmente que, numa perspectiva praxeológica, forma um contexto, fornecendo o horizonte de uma situação de acção e um reservatório de convicções.

A sociedade pode ser pensada a partir desse conceito (de racionalidade comunicacional), mais do que ser vista como composta por indivíduos isolados ou grupos orgânicos. Em vez de uma liberdade negativa, a liberdade individual garante a independência, apela à descentração intersubjectiva das subjectividades individuais, que conduz à liberdade comunitária moderna. Esta combinação entre liberdade individual e comunitária dá a capacidade de elaborar uma cultura democrática. Ao lado das comunidades tradicionais, de que subsistem inúmeras manifestações, as comunidades modernas tomam a forma de laços sociais, ligando indivíduos independentes e separados: não se opõem à liberdade, mas procuram reconfortá-la.

As políticas sociais desenvolvem conceitos como contrato, cidadania, actor, sendo tentativas de resolver este conflito entre indivíduo e sociedade. Estas noções continuam prisioneiras de uma representação atomizada dos laços sociais, representando o sujeito como objecto de um “dever ser”. São perspectivas que têm dificuldade em pensar simultaneamente unidade e pluralidade, porque não conseguem integrar a diferença, a alteridade.

Partilhamos a ideia da emergência do humano no social: “a pessoa não é nem individual nem colectiva. É o fruto da dialéctica entre o singular e o universal” (Garnier, 1998). É nesta dupla dimensão que se joga a nossa racionalidade social.

Assim, a modernidade não é perda progressiva das relações comunitárias. Define-se mais pela relativização das formas de pertença comunitária, que vai a par de uma afirmação das relações societárias e uma pluralidade de comunidades vividas. Essa relativização das pertenças comunitárias é exigente para o sujeito que tem de construir a sua identidade numa multiculturalidade de referência, mas numa solidão de pertenças. Como sublinha Mouffet,

do que necessitamos é de uma concepção do indivíduo que não o apresenta como mónada, como um eu sem entraves existente anteriormente à sociedade e independentemente dela, mas como constituído por um conjunto de posições de sujeito, inscrito numa multiplicidade de relações sociais, membro de numerosas comunidades e participante de toda uma pluralidade de identificações colectivas. (Mouffet *apud* Laville, 1997: 65)

Nestas formas de pertença residem, em larga medida, os recursos disponíveis para a inserção, mas elas constituem também a dimensão política do ser humano. Não se trata apenas do campo das interações, mas do agir no campo político, o que significa que, na modernidade, a comunidade humana pode ser apreendida como a articulação da liberdade individual e a comunidade política.

3.4. O sujeito irracional: da racionalidade ao projecto

A recusa do fatalismo determinista do sistema sobre o actor é também a preocupação pela compreensão das suas racionalidades. Concebe-se o actor capaz de acções estratégicas e, portanto, portador de racionalidades. Racionalidades que não significam lucidez ou consciência, tal como o cálculo não conduz ao utilitarismo e instrumentalização pura. Há, assim, uma insistência na natureza activa e consciente das formas de comportamento social (no carácter emergente do seu significado), o qual não pode ser “deduzido” de um conjunto de normas ou de uma colecção de dados, mas pode ser entendido como enraizado nas perspectivas e experiências do “senso comum” partilhado pelos que vivem a mesma vida social.

A consideração do sujeito activo, socialmente enraizado e racional, vai valorizar as dimensões prospectivas e de projecto – individual e colectivo – que permitem a compreensão da sua luta contra a exclusão e a opressão.

A construção da identidade faz-se num processo dinâmico em que os sujeitos têm uma percepção da realidade, organizando os seus modos de vida num contexto balizado pelas conjunturas históricas. O processo de construção das identidades está, por definição, em constante reformulação. Esta dimensão temporal, de continuidade faz com que os modos de vida sejam entendidos como um conjunto integrado de práticas articuladas a “representações do mundo” e a “imaginários sociais”, que irá exigir um conceito aglutinador das lógicas estruturantes das práticas.

O conceito de “projecto” parece resultar dessa necessidade de reforçar a dimensão temporal de construção permanente, de uma percepção do mundo e de clarificação do lugar no mundo de cada um. O projecto, é assim, a dimensão emancipadora e prospectiva onde se reconhece, a todos, e a cada um, o desejo de agir em função dos seus objectivos, e reforça, ainda, o reconhecimento da racionalidade intencional da acção humana (Guerra, 1993).

Gilberto Velho (1983) defende que o conceito de projecto permite escapar aos riscos de considerar as acções individuais como categorias residuais, fruto da soma de “acções estratégicas” dispersas. Mais ainda, segundo o autor, o conceito de projecto permite uma compreensão sociológica da acção social como um elemento decisivo de entendimento dos processos globais

de transformação da sociedade, baseando-se nas acções racionais dos sujeitos com vista à concretização dos seus objectivos e controlo dos seus próprios destinos.

Sendo um elemento da praxis, e estando também ele em reformulação permanente, o projecto pode ser definido como “a intenção de uma transformação do real, guiado por uma representação do sentido dessa transformação tendo em consideração as condições reais, e animando as práticas” (Castoriadis, 1975: 106).

Como sublinha Boutinet (1990: 101), o projecto implica uma capacidade de individualização através de uma intencionalidade, uma vontade claramente recebida que tem sentido para os actores: “Assim, os processos identitários são apreendidos na articulação das interacções locais no seio do projecto”.

Trata-se de tentar entender as formas de construção identitária, as visões do mundo e do futuro no seio de um sistema de acção e de encontrar a especificidade das suas relações com a organização global.

Relativamente aos sujeitos em situação de exclusão, são inúmeras as dificuldades destas perspectivas:

- Qual o grau de racionalização e de formalização do projecto?
- Qual a temporalidade em que é possível exprimi-lo?
- Qual o grau de integração das diferentes esferas de influência de terceiros (a família, vizinhos, etc.) nesse projecto?
- Qual o grau de negociação e de mediação possível sem ser cedência ou manipulação?
- Qual o grau de adequabilidade dos recursos aos projectos?

Estas questões estão longe de serem apenas questões teóricas, pois têm uma implicação prática na construção de processos de inserção. Qual o processo de inserção que se consegue edificar sobre o desconhecimento de uma “racionalidade prática” necessária a um projecto de sobrevivência, que tem uma temporalidade praticamente diária?

Nesta fase, as nossas explicações – diria descrições – das lógicas dos sujeitos, das suas comunidades de sentido e das suas relações com os recursos mais sistémicos estão limitadas. Especifico algumas das principais limitações a que os estudos também não escapam:

- Sobrevalorização das dimensões estruturais na explicação sociológica das dimensões de exclusão; não se critica a sobrevalorização da dimensão trabalho (ou ausência dele) na compreensão das situações de precariedade, mas antes a subvalorização da percepção que os actores têm da sua relação com essa dimensão de inserção, dos seus projectos, expectativas e imaginários face a isso;

– A limitada capacidade de entendimento dos processos de construção identitária e das estratégias de sobrevivência em situações de pobreza geracional; onde assenta a tradicional crítica às posturas de assistencialismo, como se forja no “destino de classe” a percepção sobre si próprio e a percepção dos seus direitos (reside aqui hoje o discurso sobre a contrapartida em deveres do “assistido”)?

– Dificuldades no entendimento das racionalidades na percepção do tempo, da temporalidade dos projectos em situações de privação; como é contemplada esta dimensão na mediação e contratualização das formas de inserção?

– Dificuldades no entendimento da relação entre as representações prospectivas e as dimensões imaginárias, que, descoladas do real, funcionam como referências simbólicas, mas também como “impossíveis” e, portanto, como travões ao projecto possível;

– Insuficiência de entendimento de como opera esse “destino de classe” num percurso biográfico, onde a precocidade dos factores de exclusão é alimentada por quase todas as instâncias de socialização.

4. Em defesa de uma sociologia de elucidação das “formas de acção colectiva”

Três teses atravessaram a presente argumentação:

– As “novas políticas sociais” constituem novas formas de regulação social num processo (contraditório e conflitual) de construção da acção colectiva onde três conjuntos de actores interagem, devendo ser analisadas exactamente através dos seus processos de interacção;

– As diversas escalas (*layers*) em que se colocam os problemas, as soluções e as mediações estão hoje confusas, devido, quer à complexidade dos problemas, quer às contradições inerentes à mudança de paradigma de onde emergem novas articulações entre o económico e o social, os processos de acumulação e de redistribuição social, quer ainda pela incapacidade que tivemos até agora de analisar a intencionalidade complexa de cada um dos actores intervenientes;

– Considera-se ainda que o grande desafio das novas políticas sociais emerge exactamente desta capacidade de articular os projectos de sujeitos, grupos e territórios ditos de exclusão com os sempre escassos recursos que o sistema pode disponibilizar, e que essa articulação não é um mero processo de participação ou de associação, mas de *empowerment*, e é eminentemente político.

Mas as dificuldades teóricas e metodológicas deste tipo de análise não se diluíram. Por um lado, nem todos os níveis de reflexão têm o mesmo desen-

volvimento teórico e metodológico: as questões de ordem “sistémica” estão mais desenvolvidas e articuladas do que as questões ligadas às vivências quotidianas dos actores, às suas formas de construção identitária e estratégias de sobrevivência. Estas são mais descritivas e os níveis de reflexão existentes menos fecundos e problematizados.

Por outro lado, do ponto de vista da academia, carecemos dramaticamente de teorias, instrumentos e culturas que nos permitam aprofundar os fenómenos sociais da pós-modernidade. Carecemos de produção sobre a especificidades dos contextos semiperiféricos (eis uma das enormes vantagens desta pesquisa e do seu potencial impacte nacional e internacional), nomeadamente no relativo às políticas de redistribuição social.

Mas há ainda que reconhecer que no trabalho de terreno há uma falta real de referências onde assentar a reflexão e a problematização académica tem poucas pontes com os contextos de acção concreta. Acrescente-se uma atomização crescente das disciplinas e escolas de pensamento e uma miscigenação entre os conceitos científicos e os sociopolíticos (nomeadamente os que têm origem nas instâncias comunitárias) que tornam a reflexão confusa para a acção, com uma grande indefinição de conceitos, reforçada por um discurso gestor pouco exigente nos seus fundamentos científicos.

Claro que, a este nível, o pressuposto é de que só poderemos avançar no conhecimento da nossa realidade através de um percurso conjunto entre a academia e os profissionais de terreno num processo de “aculturação recíproca” (Dartiguenave e Garnier, 1998), numa perspectiva de “transdisciplinaridade” e na procura de uma reflexão antropológica e epistemológica que alimente o discursos de uns e de outros.

4.1. Os desafios às novas formas de produção do conhecimento

A mudança de paradigmas civilizacionais não desadequou apenas o nosso pensamento às novas dinâmicas sociais, envelheceu as instituições que herdámos da sociedade industrial e do seu modelo fordista de funcionamento. As “novas políticas sociais” opõem-se à lógica das formas organizativas e decisórias da administração: centralizadas, prepotentes, burocráticas.

Mas o nosso pensamento também não se modernizou o suficiente. A teoria da acção colectiva que sustenta a análise estratégica dos processos sociais nasceu das necessidades e contingências dos processos de pesquisa, sendo o produto de um confronto contínuo entre os dados do terreno e os problemas que colocam a sua análise e interpretação. As oposições dos quadros de leitura – e dos métodos – tornam difícil encontrar os elementos de coesão e de fragmentação social, de alienação e de emancipação, de fatalidade e de utopia.

Assim, os pressupostos que enunciámos de início são antes de mais um desafio aos métodos, uma heurística que tem implicações em três planos separados e solidários: o do raciocínio, o das técnicas de investigação e o da utilização dos resultados para a acção.

4.2. Premissas de um raciocínio

Há três premissas características do raciocínio empregue que têm profundas consequências metodológicas, quer tomadas isoladamente, quer em articulação:

- Uma determinada compreensão do sujeito como actor capaz de cálculo e de escolha;
- Um actor capaz de acções estratégicas e, portanto, portador de racionalidades;
- O entendimento das relações sociais quotidianas, não como meras interacções, mas como relações de poder e este como meio de troca, de negociação, de contratualização, mas também de hierarquização, de manipulação e de conflitualidades várias; a análise das dinâmicas sociais como mediatizadas por relações de poder, *i.e.*, por relações de troca desigual que comportam sempre uma base de negociação potencial.

Mesmo se esta premissa se prestou a mal entendidos, ela traz não apenas uma politização da vida quotidiana, mas também uma banalização e uma normalização da noção de poder que é considerada como uma dimensão irreduzível e perfeitamente “normal” de todas as relações sociais, quer sejam conflituais, quer cooperativas. Esta politização das relações sociais obriga a pensar todos os contextos da acção como um conjunto de relações interdependentes mutuamente condicionadas e chama a atenção para a sociologia das organizações e das decisões, já que a gestão das organizações exige competências que é necessário criar.

4.3. A necessidade de desenvolver uma teorização da prática: as perspectivas indutivas

Uma questão prévia é interrogarmo-nos sobre se existe uma teoria da prática e, nesse caso, que fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos a fundamentam. Este questionamento é hoje cada vez mais pertinente, não apenas devido às transformações sociais recentes, mas também porque é apoiado pela própria crise do pensamento científico e dos tradicionais paradigmas da cientificidade que questionam profundamente a relação entre teoria e prática.

Mas a sua pertinência advém, sobretudo, da inserção profissional da maioria dos profissionais das ciências sociais. Para estes, a realidade emerge

anteriormente à teoria, e os seus questionamentos não são deduzidos *a posteriori* de um quadro conceptual, mas induzidos *a priori* por uma realidade interpelante. Só a força política da academia e a debilidade da inserção profissional, nomeadamente dos sociólogos, fez adiar a reflexão sobre o interesse e necessidade de desenvolvimento de metodologias indutivas mais próximas da acção.

A ciência é a interpretação do real, dito de outra forma, o objecto e a função da teoria é a sua confrontação com a realidade de forma a, comprovando-a ou infirmando-a, produzir conhecimentos que avançam sobre o estado de explicação que a humanidade detém sobre ela própria. Neste sentido, a teoria é um meio e não um fim, o fim é a ciência entendida na forma de aprofundamento do saber sobre a produção da sociedade.

As implicações metodológicas de uma teoria da acção orientam para a preferência por uma análise qualitativa assente numa atitude de indução e numa incessante procura de comparação. A inserção do sociólogo na reflexão sobre a mudança social está apoiada pela teoria sociológica, cuja revisão permite organizar uma série de postulados que sustentam teórica e metodologicamente o trabalho intelectual. As tensões actuais resultam da dinâmica fundamental das sociedades modernas, da economia do mercado e das várias globalizações em curso. São tensões que podem (e devem) ser analisadas, mas é preciso, ao formalizar o diagnóstico, identificar as perspectivas de controlo – e este é um objectivo político. Este é o sentido do retorno ao político: a capacidade de descrever e entender as inquietações; formalizar e partilhar uma grelha de interpretação das mutações em curso com as suas consequências benéficas e efeitos perversos; propor trajectórias colectivas de natureza a determinar com base num contrato social renovado e durável. Assim, a intervenção social – considerada intelectualmente como o desvendamento dos problemas e na acção prática perante eles – não é já o *problem solving* mas o *problem setting*. Mais do que técnicas formalizadas de resolução de divergências e tomada de decisões entre diferentes conjuntos de soluções, a identificação dos conflitos e a construção do consenso deve ser encarado como uma prática criativa, institucionalizada e apoiada, de ajustamento de posições entre actores em função da partilha de soluções na criação de condições do “viver em conjunto”.

Referências Bibliográficas

- Atlan, Henri (1986), *A tort et à raison: intercritique de la science et du mythe*. Paris: Seuil.
- Boutinet, Jean-Pierre (1990), *Anthropologie du project*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Castoriadis, Cornelius (1975), *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil.
- Crozier, Michel; Friedberg, Erhard (1977), *L'acteur et le système: les contraintes de l'action collective*. Paris: Seuil.
- Curie, J. (1989), «M. Crozier et le changement sans fins», in Philippe Malrieu (org.), *Dynamiques sociales et changements personnels*. Paris: Editions CNRS, 11-125.
- Dartiguenave, Jean-Yves; Garnier, Jean-François (1998), *Travail social. La reconquête d'un sens*. Paris: Harmattan.
- De Ridder, Guido (1997), *Les nouvelles frontières de l'intervention sociale*. Paris: L'Harmattan.
- Garnier, Jean-François (1998), «Les logiques internes des politiques sociales», in Jean-Yves Dartiguenave; Jean-François Garnier, *Travail social La reconquête d'un sens*. Paris: Harmattan.
- Gualini, Enrico (2001), *Planning and the Intelligence of Institutions*. Aldershot: Ashgate.
- Guerra, Isabel (1993), «Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos», *Sociologia: Problemas e Práticas*, 13, 59-74.
- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, Jürgen (1990), *Moral Consciousness and Communicative Action*. Cambridge: Polity Press.
- Hespanha, Pedro *et al.* (2002), «Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local», in Hespanha e Carapinheiro (orgs.), 25-54.
- Hespanha, Pedro *et al.* (2000), *Entre o Estado e o mercado: As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Quarteto: Coimbra.
- Hespanha, Pedro; Carapinheiro, Graça (orgs.) (2002), *Risco social e incerteza: Pode o Estado Social recuar mais?*. Porto: Edições Afrontamento.
- Laville, Jean-Louis (1997), «Communauté, société et modernité», in Pierre-Noel Denieuil, *Lien social et développement économique*. Paris: L'Harmattan.
- Mendras, H.; Forsé, M. (1983), *Le changement social*. Paris: Armand Colin, Collection U.
- Padioleau, Jean-Gustave (1989), «Un mouvement de rationalisation de l'action publique urbaine: Le planning stratégique», in Serge Wachter (org.), *Politiques publiques et territoires*. Paris: L'Harmattan, 157-187.
- Santos, Boaventura Sousa (org.) (2001a), *Globalização. Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (2001b), «Os processos da globalização», in Santos (org.), 31-106.
- Touraine, Alain (1984), *Le retour de l'acteur: Essai de sociologie*. Paris: Fayard.
- Velho, Gilberto (1983), *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.

TERESA CRUZ E SILVA

Centro de Estudos Africanos e Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo

A presente contribuição baseia-se na análise dos resultados de uma pesquisa sobre solidariedades sociais realizada nas áreas periurbanas da cidade de Maputo. Partindo de um estudo de caso sobre mercados informais, no contexto de uma sociedade onde o Estado se apresenta erodido e manietado para contrariar as consequências das políticas neoliberais e para torneir os modelos de políticas sociais impostos pelas instituições multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, este texto coloca no prato da balança as determinantes globais e locais que levam à emergência e/ou desenvolvimento de solidariedades sociais, ao mesmo tempo que avalia os constrangimentos que limitam a sua capacidade de resposta à produção do bem estar, como uma possível alternativa à incapacidade do Estado de prover serviços sociais básicos aos cidadãos.

1. Introdução

Depois que se tornou independente, em 1975, Moçambique passou por vários processos de mudança nos campos político, económico e social. O sistema político “democrático-popular” adoptado no país depois de 1975 estruturava-se internamente em moldes socialistas e assentava no não-alinhamento em termos de política externa (Hanlon, 1991).

Durante o período de transição e implantação de um sistema socialista, o Estado tentou reorientar as políticas sociais públicas, visando diminuir as desigualdades criadas pelo sistema colonial e abrir a possibilidade de acesso a oportunidades a todo o cidadão, com o alargamento dos seus direitos sociais. Neste processo, Moçambique nacionalizou todos os serviços nas áreas sociais (saúde, educação, habitação, advocacia, funerais, etc.) e expandiu-os para um nível básico. A prioridade à educação primária e à alfabetização de adultos, levou a uma redução drástica dos índices de analfabetismo. Na área de saúde, a opção foi pela priorização de cuidados de saúde

primários, campanhas nacionais de vacinações, com coberturas nacionais bem sucedidas, alargamento de unidades de saúde na área rural e uma política de importação de medicamentos menos onerosa e mais racional. Os sucessos registados com a introdução dos sistemas de saúde e de educação de massas durante a primeira década de governação da FRELIMO tornaram o regime popular (Francisco, 2000: 7-36; Hanlon, 1991: 1-2).

As estratégias económicas introduzidas pelo governo entre 1974-75 e 1983-84, visando a transformação das relações sociais de produção e com o objectivo de tornar o país independente do sistema mundial capitalista, mostraram, no entanto, ser as menos adequadas para a solução dos problemas económicos e sociais existentes.

O avolumar dos conflitos nos planos económico, político, social e cultural no período pós-independência levou à eclosão de uma guerra que atingiu as suas maiores proporções nos anos 80. A tentativa de correcção dos problemas existentes, conjugada com as pressões internacionais (no plano regional da África Austral e a nível mais global), levaram a mudanças na política externa da FRELIMO, e na sua relação com as agências multilaterais, e a uma consequente mudança da política interna “rumo ao socialismo”.

Depois de uma fase de economia centralmente planificada, em 1985, dão-se os primeiros passos para a sua liberalização. O processo de reformas que levou à transformação da economia socialista centralizada numa economia de mercado capitalista adquiriu um enquadramento sistemático e amplo a partir de 1987, com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), que visava fazer reverter as tendências negativas do crescimento económico através de um reajustamento estrutural. Em 1990, é introduzido o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), num esforço para enfatizar a área social do programa de reajustamento estrutural (Francisco, 2000: 42).

A subordinação do Estado aos programas de reajustamento estrutural e o consequente programa de reformas introduzido no país tiveram efeitos directos no peso das políticas sociais no orçamento do Estado e erodiram a sua capacidade de contrariar os impactos das políticas neoliberais. Já enfraquecido¹ e desacreditado pela guerra de desestabilização, o Estado estava agora incapaz de prover o bem-estar social aos seus cidadãos através de serviços básicos como a saúde, educação, abastecimento de água e saneamento público.

¹ Apesar de o Estado estar restringido nas suas funções de regulador da economia e poder ser caracterizado como minimalista, a sua fraqueza é apenas relativa, porque reformador (Santos, 2001; Hanlon, 1991).

2. Redes de protecção social: a imposição de modelos de previdência social

Nos anos 80, o país encontrava-se mergulhado numa profunda crise de abastecimento em bens de consumo, o que contribuiu para o desenvolvimento de mercados paralelos e uma subida de preços de bens essenciais, nomeadamente bens alimentares, afectando particularmente a cidade de Maputo. A situação foi agravada pela desvalorização da moeda nacional, o metical (MT).

A agenda neoliberal introduzida em meados da década de 80 para dominar a política de desenvolvimento e as consequentes medidas de liberalização económica introduzidas em Moçambique resultaram em significativas mudanças no funcionamento dos mercados, sobretudo de produtos alimentares básicos. A partir de 1987, com a introdução do PRE, houve um enquadramento sistemático e amplo de “um comércio liberalizado em grande escala e as unidades agrícolas e industriais foram privatizadas” (Francisco, 2000: 7-42).

O nível de degradação da situação económica e social das populações sofreu uma aceleração ao longo dos anos 80 e durante a década de 90, devido à situação de guerra e a uma economia pós-guerra, ao regresso ao país de deslocados, migrantes retornados dos países vizinhos, da ex-República Democrática Alemã, e desmobilizados de guerra, criando assim mais pressões sobre zonas caracteristicamente afectadas pelos processos de migração campo-cidade, como a cidade de Maputo, cuja população se estima ter crescido em cerca de 50% num período de 10 anos (Hanlon, 1991: 149). O aumento da vulnerabilidade criada pelas reformas económicas sobre as famílias já empobrecidas veio piorar a sua já fraca capacidade de sobrevivência.

Uma ilustração da degradação, na década de 90, da qualidade de vida das populações, e particularmente do aumento da pobreza urbana, pode ser dada pelo perfil dos habitantes da periferia da cidade de Maputo que foram objecto do nosso estudo e que sofrem maioritariamente a contigência de problemas como: i) difícil acesso à educação, saúde, água potável, electricidade, transportes e saneamento do meio; ii) desemprego ou subemprego, recorrendo maioritariamente ao sector informal, como única estratégia de sobrevivência; iii) salários e rendimentos baixos; iv) dependência da pequena agricultura para complementar os rendimentos familiares; v) elevados índices de criminalidade e um sentido geral de insegurança física e social.

A pobreza e o desemprego, que representam a incapacidade destes cidadãos para poderem participar nos mercados de consumo e de produção,

levam à ruptura dos seus laços económicos e também sociais, condenando-os a um processo de exclusão, que está naturalmente associado a outros processos de estigma e desqualificação, que aumentam na mesma proporção do crescimento das clivagens sociais.

Numa sociedade onde o Estado está praticamente ausente como garante do bem-estar social e se apresenta relativamente fraco e erodido, como a situação que caracterizou Moçambique nas duas últimas décadas do século XX, este não pode garantir a defesa legal dos direitos dos cidadãos, o que leva consequentemente a uma crise do próprio conceito de cidadania. Assim, é possível verificar que a erosão do Estado trouxe consigo a erosão da cidadania e, portanto, a perda de direitos sociais e políticos dos cidadãos e o crescimento acelerado dos níveis de pobreza e de exclusão (Hettne, 2000: 35-36; Hespanha, 2001: 174-175). A situação é agravada pela existência de uma “democracia formal” que foi em grande medida imposta “como condição política para a assistência internacional” (Santos, 2001: 32). Colocado perante a situação de ter que negociar os programas económicos com forças externas, e simultaneamente com grupos domésticos, tal como aconteceu com outros países africanos ao longo da década de 90 (Jeong, 1997: 84), Moçambique foi também pressionado pelos países ocidentais e pelas agências multilaterais a adoptar um sistema democrático pluralista.

2.1. As redes de protecção social e as suas limitações

O nível de acesso a serviços sociais básicos (educação, saúde, bens e serviços essenciais: água potável e saneamento do meio) é um dos indicadores utilizados para avaliar a qualidade de vida e a longevidade dos indivíduos. As políticas sociais públicas já debilitadas pelas crises sucessivas que o país foi atravessando, foram penalizadas pela imposição de medidas económicas pelas agências multilaterais, ao longo do processo de adesão de Moçambique às instituições de Bretton Woods, como já referimos. Tudo isto reduziu drasticamente o acesso das populações a serviços sociais básicos. As pressões dessas mesmas agências condicionam, assim, a existência de políticas sociais públicas a uma relação custo-benefício, “que marginaliza e subalterniza a justiça social” (PNUD, 2001).

Os programas de segurança social que formam a Rede Formal de Protecção Social introduzida pelo governo a partir de finais de 1980, englobam as seguintes acções: Subsídio de Alimentos; Programa de Reabilitação Nutricional; Fundo de Acção Social Escolar – Caixa Escolar; Programa de Lanches Escolares e o Suplemento de Vencimento, que vieram a constituir os programas de protecção social para apoio às populações mais vulneráveis

e desfavorecidas do país. A estes programas, acrescem os ligados aos planos de acção na estratégia nacional de redução da pobreza absoluta (PARPA), mais recentemente introduzidos no programa de acção do governo, que contam com o apoio das agências multilaterais.

Uma avaliação dos programas que constituem a Rede Formal de Protecção Social em Moçambique levar-nos-á a observar que esta: i) é manifestamente insuficiente para conter os efeitos das crises económica e social que o país atravessa; ii) funciona com vários constrangimentos originados pela escassez de recursos e restrições nas despesas públicas; iii) caracteriza-se por uma falta de clareza na selecção da população beneficiária, jogando com um conceito ambíguo de vulnerabilidade; iv) mais do que “proteger” os mais pobres, ela visa sobretudo “limitar” a pobreza em alguns grupos como: idosos, viúvas chefes de agregados familiares e/ou agregados familiares com baixos rendimentos, portadores de deficiência física e algumas crianças em idade escolar; v) tem uma limitada cobertura nacional.

Outros programas criados para apoiar as populações mais carentes nas áreas de segurança alimentar e emergência ou são ineficientes para cobrir as necessidades existentes, ou em muitos casos já foram desactivados.²

O decreto 17/88 de 27 de Dezembro de 1988, que cria o Instituto Nacional de Segurança Social,³ refere no preâmbulo a garantia do direito à segurança social a todo o cidadão moçambicano, prevista pela Lei Fundamental, nomeadamente a prestação de assistência aos trabalhadores e seus familiares, “atendendo às possibilidades económicas do País e à capacidade administrativa do próprio sistema”. Este preâmbulo justifica, à partida, as eventuais falhas no cumprimento do programa de protecção social aos cidadãos e é revelador da impotência do Estado para fazer ultrapassar a situação de vulnerabilidade social que coloca a maioria da população numa situação de permanente exclusão do mercado do trabalho e de consequente exclusão social, que tende a cristalizar-se e a reproduzir-se às gerações subsequentes, contribuindo assim para a dificuldade em romper o ciclo da pobreza.

Uma breve avaliação do papel que os sindicatos têm vindo a desempenhar nas negociações com o governo para a melhoria dos salários dos trabalhadores (incluindo o salário mínimo), posta lado a lado com as formas de previdência social acima referidas, é também elucidativa da forma como

² Refira-se que alguns dos Programas de Protecção Social foram desactivados temporariamente ou permanentemente, na maior parte dos casos por incapacidade financeira, como aconteceu com o programa dos lanches escolares, que, depois de um longo período de inactividade, está novamente em funcionamento.

³ Publicado em *Boletim da República*, I série (51), de 27 de Dezembro de 1988.

as agências multilaterais influenciam quer os modelos de previdência social, constituídos por redes de “protecção social mínima”, quer a recusa em aceitar as pressões dos sindicatos (Santos e Ferreira, 2002: 183).

A subordinação do Estado aos Programas de Reajustamento Estrutural e o conseqüente programa de reformas introduzido no país tiveram efeitos directos no peso das políticas sociais no orçamento do Estado e na sua capacidade de contrariar os impactos das políticas neoliberais.

Os programas sociais incentivados pelo Banco Mundial e pelo FMI acabam, assim, por ser mais uma ilustração da grande vulnerabilidade de Moçambique ao impacto dessas mesmas políticas, face à sua posição no sistema-mundo e à sua incapacidade de gerir ou contornar a multiplicidade de processos cuja decisão está para lá das suas fronteiras.

3. Redes de solidariedade e políticas sociais: que papel a desempenhar na protecção social?

Se concordarmos que o sistema capitalista global, através da hegemonia do mercado, fragmenta e permeia as áreas políticas, culturais e sociais, fica também claro que a sua violência gera a produção de alternativas não exclusivamente económicas, mas abrangendo também as dimensões sociais (Giddens, 1998; Santos, 1998; Appadurai 1999). Deste modo, ao mesmo tempo que crescem os processos universais de exclusão, crescem também formas de resistência aos mesmos, que englobam iniciativas, alternativas e movimentos populares variados, relativamente aos quais Moçambique não constitui excepção.

No quadro das condições estruturais e económicas que geram situações de pobreza, privação, exclusão e vulnerabilidade, os membros da comunidade buscam alternativas para fazer frente aos aspectos excludentes. As condições económicas, políticas e sociais que marcaram as duas últimas décadas do século XX em Moçambique criaram um ambiente propício ao ressurgimento ou criação de redes de solidariedade, diferentes formas de associativismo e práticas cooperativas, em busca de formas alternativas de gestão social para assegurar o acesso das “classes populares” a bens e serviços básicos (Santos e Rodriguez, 2002; Silva, 2002).

Nas áreas que foram objecto do nosso estudo, foi possível constatar que as redes de solidariedade primária (Nunes, 1995) desempenham não só um papel importante na resolução de problemas imediatos, como a procura de emprego ou alojamento, e a mais longo termo, como estratégias económicas de sobrevivência, mas jogam também um papel vital ao estabelecer outro tipo de apoios que ultrapassam o campo financeiro e moral e interferem com outras esferas da exclusão social, quando ajudam a reconstruir a

auto-estima, a dignidade e o respeito por si próprios e pelos outros. As redes constituem assim um capital social que pode ser definido em função das relações de reciprocidade existentes na sociedade, baseadas em laços sociais onde factores como sexo, idade, religião e posição social dos seus membros definem as hierarquias e as relações de poder, e onde as normas vigentes e a confiança facilitam a cooperação e coordenação para benefício mútuo.

Os mercados informais da cidade de Maputo são ricos em exemplos de formas variadas de associativismo realizadas com o objectivo de defender interesses comuns, que resultam em sistemas de auto-organização formais e informais, baseados na confiança e empatia existente entre os indivíduos, mas resultantes das mais diversas identidades. Neste processo, podemos referir a existência de redes de solidariedade da mais diversa índole, accionadas em situações de crise, e em alguns casos de doença ou de morte, cujo funcionamento é vital para a estabilidade dos comerciantes deste sector.

3.1. Os mercados informais e os seus contextos

O desenvolvimento descontrolado da cidade de Maputo, com níveis acentuados de pobreza, o crescimento das taxas de desemprego, a redução de oportunidades e o crescimento da exclusão, deixavam à maioria dos cidadãos poucas possibilidades de emprego no sector formal, o que foi agravado pelo próprio sistema produtivo urbano, baseado em serviços, na indústria e num sistema de capital intensivo, ficando como única alternativa o emprego no sector informal (Cimeira Nacional para o Desenvolvimento Social de Copenhagen, 1995). Ilustrando esta situação, Ardeni, citado pelo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano para Moçambique, refere que “84,6% dos trabalhadores em Moçambique aparentam estar empregues no sector informal: 92,6% dos trabalhadores rurais e 65% de todos os trabalhadores nas zonas urbanas” (PNUD, 2001: 83).

A utilização dos conceitos formal e informal, que assumem frequentemente formas ambíguas, pela sua permeabilidade, tem sido objecto de vários debates e, no caso que estamos a tratar, particularmente associados ao acesso aos recursos e formas de acumulação (Bowen, 2000). Embora essa problemática esteja fora do foco da nossa discussão, convém observar que, no contexto deste estudo, o sector informal se refere particularmente ao pequeno negócio, que envolve com frequência apenas o proprietário e um ou dois membros da família e, nalguns casos mais raros, um ou dois empregados. Os pequenos comerciantes operam com um capital de base limitado e as suas actividades situam-se normalmente nas áreas de: alimentação confeccionada e bebidas, venda de bens alimentares diversos, roupas, uten-

sílios domésticos, ferragens, quinquilharias, entre outros. Refira-se, no entanto, que nos mercados informais onde realizámos o nosso estudo estão também presentes comerciantes com vários empregados, para além de familiares, e manuseando um volume maior de capitais, entre grossistas e retalhistas.

O sector informal enquadra os novos tipos de actores que, operando na área do comércio, não são reconhecidos pelos regulamentos vigentes e por isso são gravemente reprimidos pelas autoridades policiais no exercício das suas actividades. Hoje, o sector informal representa formas novas ou ajustadas do exercício da actividade comercial, resultantes das experiências de guerra e pós-guerra e influenciadas pelos impactos dos processos das reformas económicas impostas pelo neoliberalismo (Bowen, 2000: 23).

Um aspecto importante a observar no sector informal, e em que o caso de Moçambique não constitui excepção no continente africano, é o facto de a maior parte dos agentes informais serem mulheres. A vulnerabilidade criada pelas mudanças operadas no mercado do trabalho incrementou a fraca capacidade de sobrevivência das famílias urbanas. Nestas circunstâncias, o número de mulheres que se juntou ao mercado de trabalho cresceu de forma considerável, como modo de tentar responder ao declínio do rendimento familiar. Para além do trabalho como empregadas domésticas que soluciona muitas vezes problemas a curto prazo, permitindo garantir a compra de alimentação para a família e/ou o pagamento da escola para os filhos e pequenas despesas, o sector informal, embora bastante competitivo, constitui um caminho para a geração de rendimentos e, muitas vezes, uma das poucas alternativas reservadas à mulher, pela inequidade de acesso à escolarização, ao crédito e aos bancos. “À função doméstica, não remunerada e invisível, alia-se o salário ou o dinheiro obtido prioritariamente em actividades informais” (Andrade *et al.*, 1998: 60).

Voltando a referenciar Ardeni, citado pelo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano para Moçambique, constata-se que nos últimos anos cresceu a proporção de mulheres empregadas no sector informal e, “entre as mulheres, 95,9% daquelas que trabalham nas zonas rurais e 77,9% das que estão nas cidades trabalham no sector informal” (PNUD, 2001: 83-84). Este aspecto acaba por assumir uma importância maior, se considerarmos que a mulher se encontra entre o maior grupo de excluídos sociais. Refira-se, no entanto, que se trata de uma actividade que até muito recentemente era considerada pouco convencional para indivíduos do sexo feminino.

Se quisermos situar o surgimento dos mercados informais, em termos de espaço e tempo histórico, poderemos colocar o ano de 1987 como um marco, já que não podemos dissociar este processo do sistema de liberalização do

mercado. O pequeno negócio de esquina, feito nos passeios das estradas, dominado por mulheres e associado inicialmente à venda de bens alimentares (que sofreram o primeiro impacto da liberalização de preços), constitui assim a fase emergente do que são presentemente estes mercados. Hoje mantêm-se as formas de pequeno comércio de esquina, ou ambulante, mas a evolução deste sector assumiu características diferentes. Entre grossistas e retalhistas, o sector informal oferece-nos uma variedade de produtos em termos de qualidade e quantidade, que são o reflexo do seu crescimento (Silva, 2001).

Uma vez que a maior parte dos regulamentos vigentes não contempla o tipo de actividade comercial praticada pelo sector informal, os seus agentes são considerados pelas autoridades municipais como exercendo actividades ilegais, porque não licenciadas e porque instaladas em locais considerados impróprios para o seu exercício. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, ao pagarem taxas municipais para o seu funcionamento, os operadores e trabalhadores do sector informal acabam por funcionar dentro de um quadro relativamente legal. Uma tal ambiguidade, se por um lado lhes permite lutar por algumas regalias, por outro lado cria algumas dificuldades ao município para definir políticas ligadas ao sector. A situação assume características mais difíceis quando se analisa o sector informal no âmbito da crise económica e social que atinge o país, onde as medidas administrativas não podem ser a alternativa para uma situação conjuntural. Não podemos perder de vista que a pobreza e as taxas de desemprego atingem uma parte significativa da população que habita Maputo, que sobrevive do comércio informal, e que Moçambique continua ainda situado no *ranking* internacional dos países mais pobres do mundo (Ministra do Plano e Finanças de Moçambique, *apud* Sixpence e Rungo, 2002).

Com uma variada gama de intervenientes, é comum nos mercados informais a existência de uma diversidade de sistemas informais de poupança e crédito e de mecanismos de entreaajuda.⁴ As redes de solidariedade, acciona-

⁴ Os sistemas de ajuda mútua (troca de mão-de-obra por mão-de-obra, por dinheiro ou por alimentos) e o sistema informal de poupança conhecido por “xitique” são práticas de longa tradição, quer nas zonas rurais, quer nas urbanas, e funcionam quer como estratégias de sobrevivência para lidar com crises de segurança alimentar, quer como sistemas de poupança e apoio financeiro. Existe ainda o “sistema móvel” de poupança, onde, com base na confiança, um indivíduo que funciona como “banqueiro informal” e que circula pelo mercado fazendo as colectas financeiras desconta uma comissão para os seus serviços e fica depositário das poupanças (PNUD, 2001: 85). O “xitique” e o “sistema móvel” funcionam com base na confiança mútua e empatia entre os seus membros, sendo comum um mesmo indivíduo aderir simultaneamente a mais do que um “sistema móvel” e a mais do que um “grupo de xitique”. O “sistema móvel” e algumas formas de entreaajuda e ajuda de tipo financeiro, apoio em casos de doença, morte ou de crise, são muito comuns nos mercados informais da cidade de Maputo.

das em momentos de crise ou para manter a estabilização da sociedade, os grupos de poupança e crédito, alguns de tradições centenárias, que foram ajustados e recuperados para se adaptarem a um contexto diferente e a um meio ambiente urbano, podem caracterizar mecanismos que, ultrapassando universos mais limitados, desenvolvem formas mais amplas de organização que poderão ser eventualmente utilizadas para uma gestão alternativa de serviços sociais, desde que estimuladas e enquadradas. Uma ilustração típica desta situação pode ser dada pela Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI)⁵, que nasceu da experiência das Comissões e Núcleos de Trabalho gerados nos mercados informais, num sistema de auto-organização, para defender as posições e interesses dos operadores e trabalhadores deste sector. Tirando partido da situação ambígua em que se encontram os mercados informais da cidade de Maputo, entre o não reconhecimento pelas autoridades municipais e o facto de pagarem taxas municipais para poderem funcionar, a ASSOTSI tenta fazer uma gestão social alternativa dos mercados informais, visando ocupar o vazio deixado pela ausência do Estado.

A fraqueza do Estado na produção do bem-estar social, ao inibir o funcionamento e extensão de serviços sociais básicos (saneamento, água, electricidade, educação, saúde, etc.) à maioria da população, não pode priorizar a extensão destes benefícios (mesmo mínimos) aos mercados informais, não só pela sua incapacidade, mas também pelo estatuto que estes mercados ocupam no quadro legal existente, como foi acima referido. A acção do Estado acaba, assim, por se resumir a medidas administrativas, onde o estatuto de “provisório” que rotula os mercados informais acaba por criar uma relação de permanente tensão entre este sector e a administração da cidade. Assim, no processo de negociações com o Estado e outras entidades públicas e privadas, a ASSOTSI assume o papel de defesa dos interesses dos operadores e trabalhadores do sector informal, nos mercados onde está inserida, ao mesmo tempo que procura preencher o vazio criado pela ausência do Estado, na produção de condições básicas mínimas para o funcionamento dos mercados informais (água canalizada, higiene e limpeza, lavabos, criação de uma força de segurança para a protecção física dos vendedores e utentes dos mercados onde estão inseridos, bem como para a protecção das mercadorias). No exercício das suas funções, esta associação também se destaca no processo informal de resolução de

⁵ Com o apoio da OTM-Central Sindical, onde se destaca a acção da COMUTRA – Comité da Mulher Trabalhadora, a ASSOTSI é hoje uma organização registada, gozando de plenos direitos como tal.

litígios na área laboral, quando assume a função de mediadora nos conflitos entre empregador e empregado ou entre operadores/trabalhadores do sector.

Não podemos, no entanto, deixar de referir que a ASSOTSI enferma ainda de vários constrangimentos, que são um obstáculo para que, a curto e médio prazo, ela possa eventualmente fazer a gestão social alternativa no sector informal: i) uma inserção ainda fraca nos mercados; ii) fraca capacidade económica, pela dificuldade em angariar fundos entre os seus membros (que sofrem também de constrangimentos económicos) e a nível nacional; iii) dificuldade do ponto de vista organizativo e financeiro para poder preencher o vazio criado pela ausência do Estado, na criação de condições de trabalho mínimas e criação de um sistema de crédito aos seus associados; iv) embora tendo origem num processo de auto-organização nos próprios mercados, está desligada, em termos institucionais, dos processos informais de ajuda mútua e redes de solidariedade existentes nos mercados.

Longe de poder ainda desempenhar o papel de alternativa viável para assegurar o acesso a serviços básicos aos seus associados, a ASSOTSI acaba por contribuir, através dos seus serviços, para uma estratégia de sobrevivência, minimizando a exclusão social e económica dos seus membros. Destaca-se, no entanto, o facto de esta associação, através do seu comité de mulheres, estar a desenvolver acções cujo objectivo consiste em dar mais poder às mulheres que estão nos mercados informais, para a defesa dos seus direitos e criação de melhores condições de trabalho.

Na cidade de Maputo desenha-se já a criação de uma outra associação para a defesa dos interesses dos operadores grossistas dos mercados informais, o que reflecte mais uma vez o crescimento do movimento associativista, em busca de soluções alternativas para assegurar o acesso das “classes populares” a bens e serviços básicos que o Estado não consegue prover.

As redes de solidariedade existentes nos mercados informais, baseadas em laços de parentesco e etnia,⁶ funcionam regra geral para a ajuda no sistema de empregos, montagem de um novo negócio e financiamento de algum empreendimento. É assim que, por exemplo, para arranjar um local bem situado para vender no mercado (dada a competição existente), obter o capital inicial necessário para iniciar o negócio, fazer obras ou melhorar

⁶ Refira-se que à volta das identidades que se criam entre pessoas da mesma etnia ou da mesma região geográfica, quer nos mercados, quer no geral nas áreas periféricas da cidade de Maputo que foram objecto do nosso estudo, emergem várias redes de solidariedade primária. No caso dos mercados, o facto de indivíduos de determinadas regiões exercerem um certo tipo de negócio (por exemplo, os vendedores de cocos e tangerinas serem normalmente provenientes da Província de Inhambane), é um factor estimulador de criação de mecanismos de ajuda e entreajuda.

as infra-estruturas da banca ou local de venda de produtos, se acciona este tipo de redes de solidariedade primária. Os laços de tipo religioso⁷ e profissional são geralmente activados em casos de funerais e doenças.

A morte é um momento de passagem rodeado de rituais e simbologias, que despoleta, mesmo entre os grupos mais empobrecidos, sistemas de ajuda aos familiares da pessoa falecida e desencadeia o cruzamento entre diversos tipos de solidariedade, onde laços de parentesco, vizinhança, religiosos e étnicos se cruzam com os profissionais. Nos bairros residenciais da periferia da cidade, foi possível constatar a existência de sociedades funerárias baseadas em diversos tipos de laços, viradas para a organização dos funerais e apoio aos familiares do indivíduo falecido, ou sistemas de ajuda despoletados apenas para situações pontuais. Em qualquer dos casos, foi possível constatar que a solidariedade gerada através da morte de um vizinho, conterrâneo ou colega de trabalho acabou muitas vezes por constituir um embrião para a formação de associações, formais e informais.

Nas duas últimas décadas do século XX, o sector informal na cidade de Maputo sofreu um processo de crescimento explosivo, não só em termos quantitativos, mas também na variedade do seu espectro de actividades económicas e formas de trocas sociais entre os seus mais diversos tipos de actores. Esse crescimento e evolução podem ser vistos como uma resposta aos constrangimentos criados pelo desenvolvimento dos impactos provocados por uma economia neoliberal, que produziu o aumento do desemprego, da exclusão e da vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, a procura de uma resposta para preencher o vazio criado pela ausência de políticas sociais públicas. O sector informal acaba, assim, por espelhar a crise geral que afecta o país, representando por um lado a fraqueza do Estado na produção de respostas para os problemas económicos e sociais e, ao mesmo tempo, as formas alternativas (e seus constrangimentos) que visam compensar quer os impactos económicos, quer os impactos sociais produzidos pela crise, através das redes de solidariedade.

Tenho que concordar com Graça Carapineiro (2001: 221) quando refere que “é possível afirmar que o modelo de desenvolvimento orientado para o mercado colonizou, mas não destruiu ainda as solidariedades primárias [...] sem que com isso possamos referir que se reconheçam formas de globalização contra-hegemónica”, já que os constrangimentos que as rodeiam dificultam a sua capacidade de encontrar respostas adequadas aos problemas.

⁷ Os laços religiosos envolvem em regra grupos mais restritos no espaço de trabalho, mas alargam-se a outros universos, sobretudo nos bairros residenciais.

A exclusão gera processos de reagrupamento e de reconhecimento recíproco e a reemergência de alternativas e de identidades. Em torno destas identidades constitui-se, nos casos por nós estudados, a maioria das solidariedades sociais, que se cruzam e interligam com outros laços familiares e sociais e alargam o seu universo, passando a desempenhar um papel vital para a sobrevivência dos cidadãos.

O crescimento do mal-estar e, no geral, o agravamento da exclusão e das desigualdades que levaram ao desenvolvimento desenfreado do sector informal, a diminuição de oportunidades e a incapacidade do Estado para fazer face a determinados problemas através do desenvolvimento de políticas sociais, reduzem também a capacidade de resposta das redes de solidariedade à minimização dos impactos resultantes dos processos de exclusão e acabam por transformar as suas iniciativas para uma gestão social em alternativas de sobrevivência, transformando, nalguns casos, os impactos da globalização numa “fatalidade”, para tomar de empréstimo uma parte do título da obra dirigida por Boaventura de Sousa Santos (2001).

Numa situação em que se torna cada vez mais difícil romper o ciclo da pobreza que se vai reproduzindo ao longo de gerações, a solidariedade social que funciona através de mecanismos de ajuda e entreatajuda, cada vez mais fragilizada, perde a sua capacidade de funcionar como alternativa de segurança, ficando limitada no seu papel e operacionalidade.

4. Conclusão

No período imediato à independência nacional, o governo de Moçambique reorientou as políticas sociais públicas visando diminuir as desigualdades criadas pelo sistema colonial e abrir a possibilidade de acesso a oportunidades a todo o cidadão, com o alargamento dos seus direitos sociais e sua expansão para um nível básico. Com um aumento importante nas despesas sociais, foram priorizadas as áreas de saúde e educação, com a introdução de sistemas massificados, e foram nacionalizados os serviços sociais básicos. A guerra civil e os erros cometidos nas estratégias e políticas de desenvolvimento do país, aliados a factores externos, a que acrescem os impactos das políticas neoliberais, levaram ao enfraquecimento da capacidade do Estado de prover o bem-estar social e a uma erosão acentuada no acesso dos cidadãos a benefícios sociais. A pressão das agências multilaterais acabou, finalmente, por impor o desenho de políticas sociais reduzidas a “redes mínimas” de protecção social, que se mostram não só insuficientes, mas também ineficazes.

A redução do peso das políticas sociais no orçamento de Estado e a consequente redução da Providência Social pública geraram formas de com-

pensação de parte desses serviços sociais através de sistemas de entajuda baseados em solidariedades primárias, no quadro da denominada sociedade-providência (Santos, 1995). Assim, as redes de solidariedade baseadas no parentesco, religião, etnia e afinidades profissionais, aliadas às Organizações Não-Governamentais, tentam promover uma gestão social alternativa, acabando por funcionar de certa forma como redes de protecção.

Apesar do registo de algumas iniciativas bem sucedidas na área de gestão social, as suas capacidades para funcionarem como uma alternativa viável à não providência social pública, estão na maior parte dos casos condicionadas pelo crescimento do nível de pobreza dos seus membros e o consequente enfraquecimento destas redes na sua capacidade de dar respostas aos problemas existentes. Como nos dizia Maria B (vendedora de um mercado informal em Maputo), “como é que eu posso ajudar os meus sobrinhos se não tenho sequer comida suficiente para os meus filhos, e nem ajuda do Estado, para poder mandar as crianças à escola ou ao hospital quando estão doentes?”

Poderíamos, assim, concluir que as formas de previdência geradas através da sociedade-providência, para compensar a ausência da previdência social, porque constringidas pela redução da operacionalidade dos mecanismos de solidariedade, numa situação de elevados níveis de pobreza, desemprego e exclusão, longe de funcionarem como alternativa para a protecção social, acabam por se reduzir, na maioria dos casos, a formas de afrouxamento de níveis de exclusão, através da garantia de geração de formas e estratégias de sobrevivência.

Referências Bibliográficas

- Andrade, Ximena *et al.* (1998), *Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*. Maputo: WLSAMAZ/CEA.
- Appadurai, A. (1999), «Globalization and the Research Imagination», *International Social Science Journal*, 160, 229-138.
- Bowen, Nina (2000), *Traders and Livelihood Strategies in Post-Conflict Zambezia Province, Mozambique*. Tese de Doutoramento. London School of Economics and Political Science.
- Carapineiro, Graça (2001), «A globalização do risco social», *in* Santos (org.), 197-229.
- Cimeira Nacional para o Desenvolvimento Social, Copenhagen (1995), *Relatório Nacional de Moçambique, sobre o Desenvolvimento Social*. Maputo.
- Francisco, António (2000), «Reestruturação económica e desenvolvimento de Moçambique», *in* Boaventura de Sousa Santos; João C. Trindade, *Conflito e transfor-*

- mação social: Uma paisagem das justiça em Moçambique*. Maputo/Coimbra, CEA/CES (mimeo).
- Giddens, Anthony (1998), *As consequências da modernidade*. Lisboa: Celta.
- Hanlon, Joseph (1991), *Mozambique: Who Calls the Shots?*. London: James Currey.
- Hespanha, Pedro (2001), «Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social», in Santos (org.), 163-196.
- Hespanha, Pedro; Carapinheiro, Graça (orgs.) (2002), *Risco social e incerteza: Pode o Estado social recuar mais?*. Porto: Afrontamento.
- Hettne, Bjorn (2000), «The Fate of Citizenship in Post-Westphalia», *Citizenship Studies*, 4(1), 35-46.
- Jeong, Ho-Won (1997), «The Role of African States in Economic Development», *Africa Insight*, 27(2), 84-90.
- Nunes, João Arriscado (1995), «Com o mal ou com o bem, aos teus te até: As solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 5-25.
- PNUD (2001), *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique*. Maputo.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), «Sociedade-Providência ou autoritarismo social?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, i-vii.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998) “A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”. *Congresso sobre a sociedade e a reforma do Estado*. São Paulo, Março.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2001), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Ferreira, Sílvia (2002) «A reforma do Estado-Providência, entre globalizações conflituantes», in P. Hespanha; G. Carapinheiro (orgs.), 177-225.
- Santos, Boaventura de Sousa; Rodriguez, César (2002), «Introdução: para ampliar o cânone da produção não-capitalista», in B. S. Santos (org.), *Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 23-77.
- Silva, Teresa Cruz e (2001), «Gestão comunitária de serviços sociais em Moçambique: o caso dos mercados informais de Museu, Malhangalene, N’kakana e Xhikelene, na cidade de Maputo, e o papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal – ASSOTSI», in *Estratégias e técnicas contra a exclusão social e a pobreza: promoção da inclusão social nos PALOP*. Dakar: Projecto n.º INT/99/MO7/POR, STEP/PALOP (mimeo).
- Silva, Teresa Cruz e (2002), «União Geral de Cooperativas em Moçambique: Um sistema alternativo de produção?», in B. S. Santos (org.), *Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 401-434.
- Sixpence, Jorge; Rungo (2002), «PARPA e Segurança Alimentar: Governo mostra que a ‘caravana’ está a andar», *Domingo* (Maputo), 31 de Março, 12-13.

JOSÉ REIS

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Mobilidades e territorializações, Estado e mercado: A economia portuguesa e as suas “novíssimas” dinâmicas

Neste texto – com que se pretende fazer alusão à pesquisa que deu origem ao livro *A economia em curso* (Reis e Baganha, 2002) – exprimem-se duas preocupações. A primeira é acerca do próprio debate sobre a globalização: revela-se cepticismo e propõe-se uma visão não-globalista e não-funcionalista. A segunda é sobre a economia portuguesa: insiste-se na importância das relações de proximidade com a Espanha, por um lado, e, por outro, dá-se atenção à crescente importância das relações financeiras transnacionais. Nesta dupla dimensão (a proximidade ibérica e a aterritorialidade financeira) radicam as “novíssimas” dinâmicas da nossa economia.

1. Revelar os quadros conceptuais

Vivemos uma época em que as análises sobre a organização da economia mundial tendem a dar grande predominância à noção de *liberdade territorial* dos agentes. E há razão para isso, pois é coisa certa que assistimos a uma intensificação original das interações socioeconómicas (seja nos planos inter-estatais, inter-regionais ou transnacionais, seja nas relações entre os domínios económico, cultural, territorial ou simbólico). As visões globalistas é deste princípio que partem. E, por isso, se pressupõe que a dependência perante o que é dotado de mobilidade e de capacidade de hierarquização sistémica se torna num dado geral, visto que estas são as qualidades dos agentes que têm poder de comando principal, os quais agem num plano aterritorial.

Contudo, os nossos dias mostram também que não é irrelevante aquilo a que podemos chamar uma profunda *dependência contextual* dos processos socioeconómicos. Na economia mundial, como nas economias nacionais, são muitos os mecanismos diferenciados e plurais que estruturam a vida concreta. São economias de proximidade, relações horizontais, economias de aglomeração, dinâmicas territorializadas.

Por isso, parece-me muito importante que se mantenha nas nossas análises e nas nossas cabeças uma linha de tensão permanente que contraponha *mobilidades* (ou desterritorializações) a *localizações* (diferenciações territoriais), porque é disso que as dinâmicas económicas são feitas.

A visão que aqui quero exprimir não pretende sugerir uma rendição ao eclectismo ou à simples adição de pontos de vista. Devo confessar que me determino por uma distância radical relativamente às visões globalistas (cujo funcionalismo me parece evidente), e para as quais pouco mais espaço sobra para além do que é estruturado a partir de uma lógica global única e uniforme, mesmo que contraditória. Penso, ao contrário, que o princípio da *incerteza* é o princípio mais forte da estruturação social e que é mais relevante atendermos às *trajectórias inesperadas* e à *singularidade* dos processos sociais concretos do que concentrarmo-nos na obsessão da procura da permanente compatibilização “cósmica” dos processos sociais (cf. Reis, 2001, para uma apresentação completa das razões a que aqui aludo).

Dou um exemplo: é comum falar-se, nas visões globalistas, do binómio global/local como um dos dados centrais das relações sociais, políticas e económicas contemporâneas (e até se fala de glocalismos, o que me parece a expressão máxima da visão funcionalista). Ora, ao contrário do que isto pretende significar, não há aqui nenhuma atenção à diferença, ao contexto, à variabilidade das coisas, à capacidade de iniciativa individual e colectiva, pois, nesta forma de ver, a visão da diferença e dos territórios é apenas o resultado de uma relação tributária da dominação e da hierarquia estabelecidas por oportunidades oferecidas verticalmente, heteronimamente. Pouco fica, pois, para dar o devido espaço ao “processo da vida”, como bem aconselha uma preocupação institucionalista e como é exigido pelos objectivos de percepção da mudança e do concreto.

2. Dois traços recentes da economia mundial

São estes os bordões que me servem de utensílio para me interrogar sobre quais são as mais significativas evoluções das circunstâncias supranacionais que rodeiam as nossas economias nos dias de hoje.

Detenho-me em dois factos que me parecem muito significativos. São eles: (1) a tendência registada na organização económica mundial para a formação de *blocos económicos regionais* constituídos por economias contíguas, que reforçam o seu grau de integração de modo muito mais intenso do que a economia global; (2) as *inovações financeiras* que se registam na economia transnacional, cuja velocidade é o grande facto novo dos nossos dias, sem grande comparação com as dimensões tecnológicas e industriais,

onde me parece, apesar da “nova economia” e do significado das tecnologias da informação e da comunicação, que não há grandes motivos para espanto.

O primeiro fenómeno representa bem a influência da proximidade e das relações territoriais; o segundo é o exemplo da dominância aterritorial e da impessoalidade das interacções. Se nos concentrarmos nas questões da geografia da economia mundial e do que ela revela (não nos esqueçamos de que globalização é um termo que representa o uso de uma metáfora espacial para apreender as relações de força na economia), constatamos com facilidade que estamos perante uma espécie de *dupla regionalização* do mundo.

Por um lado, temos a *triade*. O mundo é, afinal, um conjunto de três grandes espaços económicos (Europa, América e Pacífico), os quais concentram hoje 3/4 das trocas mundiais, com a particularidade de 2/3 serem dentro de cada bloco. Quer isto dizer que o comércio se concentrou apenas em três pólos e que cada um dos pólos aprofunda as trocas dentro do seu próprio espaço muito mais rapidamente do que acontece com as relações estabelecidas por cada um com o resto do mundo e mesmo com os dois restantes blocos. Falar de triadização significa, afinal, que “o mundo encolheu” à medida que a integração económica e cultural se acentuou, de tal forma que é nas três regiões do planeta acabadas de referir que a maior parte das transacções económicas (e simbólicas) tende a efectuar-se (Petrella, 1997). O resto do mundo é exclusão (Reis, 2002a). Esta é a primeira regionalização da economia global (ou, se quisermos, a sua primeira segmentação).

A outra regionalização, a que resulta do aprofundamento das relações económicas em subespaços transnacionais contíguos, dentro dos blocos, tem nas dinâmicas de proximidade fronteiriça o seu elemento essencial. Regressarei a este ponto quando falar da *iberização* da economia portuguesa, de 1986 para cá.

Quanto à liberalização dos movimentos financeiros, que assumem uma grande volatilidade e uma óbvia aterritorialidade, eles obrigam-nos a distinguir, mais abertamente do que nunca, entre mercados financeiros e mercados “reais”, tornando-se claro que há uma nova “superestrutura” de circulação de activos que “paira” sobre a economia, influenciando os seus diferentes espaços “reais”. Esta predominância da dimensão financeira convida-nos a que recordemos que o compromisso que predominou nas economias desenvolvidas entre os anos cinquenta e oitenta do século passado tinha essencialmente a ver com a inserção dos cidadãos perante o trabalho. Nisto se baseou o fordismo e o círculo virtuoso do crescimento nos trinta anos gloriosos do pós-guerra. Os termos desse compromisso colocavam no

centro das dinâmicas económicas as questões relacionadas com a lei (económica) de formação dos salários (o salário directo passou a formar-se antecipando os ganhos de produtividade de um sistema económico com forte crescimento), com o acesso às carreiras profissionais e ao reconhecimento de qualificações, com o salário indirecto e as políticas sociais, com a repartição social dos benefícios do crescimento. *Regulação* condizia, pois, com *relação salarial*.

Ora, o acordo que hoje tende a predominar dentro de cada economia nacional é o que reconhece e estimula um forte papel para a inserção no sistema mundial através de mecanismos essencialmente privados (poupança, consumo, crédito, imitação simbólica, mobilidade). As questões da inserção nos fluxos financeiros internacionais e do financiamento do consumo substituem a anterior centralidade da inserção salarial, mesmo numa economia como a portuguesa (Reis, 2002b; encontro a mesma leitura em Boyer, 2002).

3. Portugal: iberização e volúpia financeira

Quanto a Portugal, vale também a pena que recordemos que esta é uma economia semiperiférica que gerou autarcicamente uma significativa industrialização a partir dos anos cinquenta, que se inseriu nos mercados internacionais de mercadorias de forma difícil (visto que a mão-de-obra foi a “mercadoria” mais amplamente colocada nos mercados exteriores quando se iniciou a abertura da economia), que convocou repetidamente as especificidades internas para calibrar a sua organização, e que hoje está sujeita a mecanismos novos e intensos de transnacionalização, com novíssimas originalidades que importa analisar.

Ora, se quisermos fazer um retrato rápido (para maior desenvolvimento, cf. Reis, 2002a) do que há de novo na nossa economia, são duas as questões incontornáveis, duas as originalidades dos tempos recentes da economia portuguesa: a sua iberização e a intensificação das relações financeiras supranacionais.

Todos sabemos já que o grande facto *novus* que a adesão de Portugal às comunidades europeias, em 1986, trouxe à nossa economia foi a alteração radical do relacionamento com Espanha, ou seja, a importância assumida pelas relações económicas de proximidade.

Pode, assim, dizer-se que, numa época em que o termo emblemático é globalização, o espaço económico do nosso relacionamento externo passou a ser mais europeu do que mundial e mais ibérico do que europeu. Dou três números: ¹ em 1980, importávamos de Espanha 5,5% das mercadorias

¹ A fonte são as Estatísticas do Comércio Externo (INE).

que entravam no país e hoje importamos de lá mais de 25%; exportávamos para Espanha 3,6% das mercadorias que colocávamos no exterior e hoje exportamos para lá 18%. O défice com Espanha é 46% do nosso défice comercial. Mas quem sabe de economia sabe que não é nestes números que está o essencial das questões: o essencial está no facto de a *Ibéria* ser o grande referencial simbólico, material e político das nossas possibilidades, mesmo que outras novíssimas realidades se vão constituindo, como já veremos.

Por sua vez, a intensificação da internacionalização dos fluxos financeiros entre as economias acelerou-se de maneira muito forte. E, enquanto no mundo material vemos a proximidade reforçar-se, no mundo financeiro vemos a aterritorialidade ganhar uma importância absolutamente original. Em Portugal, este facto é dos mais relevantes dos últimos tempos.

Evidentemente que no início está a produção... De facto, convém não esquecer que a questão que define a crescente inserção da economia portuguesa no sistema transnacional de fluxos de capitais é o diferencial crescente entre despesa e produto, entre investimento e poupança, coisa que origina uma necessidade de financiamento da economia através de recursos externos. O nosso défice no comércio de mercadorias foi 13,3% do PIB em 2000² (11% em 1998, 12% em 1999). Quando a balança financeira regista uma entrada líquida de meios financeiros correspondente a 9,6% do PIB, está, em primeiríssimo lugar, a dar-nos a medida das necessidades de financiamento da economia depois dos movimentos correntes.

Esta inserção nos movimentos financeiros internacionais é, como é evidente, um facto complexo e multidimensional. Dou conta de três factos importantes que me parecem dignos de registo e dois dos quais antecedem a questão que estou a colocar (até porque, tecnicamente, se reportam às balanças correntes e de capitais, e não à balança financeira). Todos nos recordamos de que nos habituámos a pensar os movimentos financeiros que incidem sobre a economia portuguesa como questões associadas, sobretudo, às remessas dos emigrantes e aos fundos europeus. Vejamos o que se passa hoje:

(1) As remessas dos emigrantes continuam a registar valores significativos, estabilizados à volta de 3% do PIB;

(2) O saldo dos fluxos financeiros com a União Europeia representa um valor ligeiramente inferior ao das remessas dos emigrantes, na proximidade de 3% do PIB (o menor valor das transferências públicas de 2000, 1,4%, é circunstancial e deve-se ao início de um novo QCA);

² A fonte é o Relatório do Banco de Portugal, 2000.

(3) O investimento directo de Portugal no exterior, que começou a ser assinalável a partir de 1997 e colocou o nosso país na posição de investidor líquido, foi em 1999 e 2000 superior ao saldo dos fluxos financeiros com a União Europeia e em 2000 foi superior à soma das remessas dos emigrantes e dos financiamentos europeus.

Ora, para além destes dados (onde já há novidades interessantes), acontece que o essencial dos movimentos da balança financeira é hoje constituído por movimentos “anónimos” de capitais. São dois os factos assinaláveis. O primeiro refere-se aos investimentos de carteira. Os residentes adquiriram títulos no exterior segundo valores anuais que representam entre 4 e 6% do PIB e que, em 1998 e 2000, significaram, comparados com as entradas (aquisições de títulos nacionais por não-residentes: 5% do PIB em 1988, 9% em 1999, 2,5% em 2000), uma saída líquida de capitais. O segundo facto é o mais assinalável dos dois. Diz respeito, no essencial, aos movimentos de financiamento externo das instituições bancárias, tendo em vista o desenvolvimento da política de crédito. O financiamento da nossa economia no exterior equivaleu, em 2000, a 25% do PIB (13,2% líquidos, descontando o movimento de activos). Esta tendência é crescente, pois o saldo destes movimentos de activos e passivos foi de cerca de 6% nos dois anos anteriores. Tudo somado (isto é, considerando o stock destes movimentos – investimento directo, investimento de carteira e financiamentos bancários – até 2000), Portugal tem um acumulado de activos equivalente a 130,5% do PIB e de passivos equivalente a 165,5% (ou seja, uma “posição de investimento internacional” devedora equivalente a 35% do PIB).

Estamos perante uma realidade radicalmente nova e que nem sequer tem de ser lida com os grandes dramatismos nacionalistas habituais, como se estivesse em causa a Pátria ou os sacos de dinheiro do Banco de Portugal... De facto, o que se passa é que assistimos a uma “privatização” das relações financeiras com o mundo. Num país que deixou de ter moeda própria, este já não é um fenómeno associável à falta de divisas ou à gestão cambial (caso em que se trataria de assunto do Estado e das políticas monetárias e cambiais e implicaria cenários recessivos), para passar a ser “uma acumulação de dívida privada dos particulares e empresas”, com limites introduzidos pelos próprios agentes individuais, visto que “a restrição externa é agora a que decorre da simples agregação das restrições orçamentais intertemporais dos vários agentes económicos”, como indica o governador do Banco de Portugal no relatório sobre a economia portuguesa em 2000.

Claro que, por isto mesmo, as famílias registam hoje um rácio entre a dívida e o rendimento disponível de 88,4% (era menos de 20% em 1990), sendo certo que agora os encargos com juros pesam 4,1% no rendimento disponível e então representavam 5%.

4. Conclusão: novíssimas questões na internacionalização da economia portuguesa

As questões do investimento directo de Portugal no exterior e a crescente dependência da economia relativamente a fluxos financeiros exteriores, aqui sublinhadas, são – na sua radical novidade – matríciais para olharmos a economia portuguesa nesta fase. Ambas exprimem uma relação cada vez mais intensa com o ambiente internacional e a mobilidade dos capitais. A isto se juntam, aliás, outras tendências, que importa não desligar destas, e que reforçam a marca de internacionalização que rodeia a nossa economia.

Em primeiro lugar, o facto de Portugal se ter tornado também país de imigração e ser essa, porventura, a marca sociológica mais impressiva que influencia o interior da sociedade portuguesa neste início de século, ao mesmo tempo que exemplifica bem o modo como o mercado de trabalho traz inovações à nossa vida colectiva (fazendo lembrar o que aconteceu no final dos anos setenta com os que retornaram das ex-colónias, num processo aliás de rápida absorção, que bem evidencia os elevados graus de flexibilidade da nossa economia e da nossa sociedade).

Finalmente, parece-me de sublinhar o facto de tudo isto acontecer num contexto em que Portugal, enquanto Estado, é parte (não discuto agora com que estatuto real, sendo o estatuto formal conhecido) de uma arena onde mais claramente se exprime um dos principais papéis dos Estados contemporâneos e que é o de serem agentes das configurações internacionais da economia.

O meu fito principal nesta intervenção foi mostrar, para além dos dados empíricos convocados, a complexidade da vida económica e resistir à simplificação das visões globalistas e da sua linearidade. Falei de mercados e de instituições, de mobilidades e de territorializações – procurei encontrar na economia a densidade de problemas que há no “processo da vida” (e, por isso, recordei a mensagem institucionalista na ciência económica).

É, aliás, para remeter para esse mesmo campo de preocupações e para os desenvolvimentos que elas podem ter, em diferentes planos, que deixo um convite a uma leitura atenta dos textos que compõem o livro *A economia em curso* (Reis e Baganha, 2002), onde encontro uma intuição comum, que é aquela que procurei aqui exprimir. Nos mercados de trabalho internacionais, nos processos territoriais de inovação, na análise do significado das

aglomerações urbanas, nas diferenciações com que se valoriza o rural, nas estratégias das empresas – em todos estes estudos que integram o livro, vejo uma preocupação com a apreensão concreta da intensificação das interacções económico-sociais actuais e vejo uma preocupação com a identificação concreta da dependência contextual dos agentes envolvidos e dos processos em causa. É por isso, aliás, que as conclusões são mais interessantes e mais surpreendentes do que seria de esperar a partir das hipóteses iniciais...

Referências Bibliográficas

- Boyer, Robert (2002), «Institutional Reforms for Growth, Employment and Social Cohesion: Elements for a European and National Agenda», in Maria João Rodrigues (org.), *The New Knowledge Economy in Europe: A Strategy for International Competitiveness and Social Cohesion*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Petrella, Ricardo (1997), «Globalization and Internationalization: The Dynamics of the Emerging World Order», in Robert Boyer; Daniel Drache (orgs.), *States Against Markets: The Limits of Globalization*. London/New York: Routledge.
- Reis, José (2001), «A globalização como metáfora da perplexidade: Os processos geo-económicos e o “simples” funcionamento dos sistemas complexos», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento: 109-134.
- Reis, José (2002a), «Introdução», in José Reis; Maria Ioannis Baganha (orgs.), 13-32.
- Reis, José (2002b), «A economia portuguesa: Entre Espanha e as finanças transnacionais», *Boletim de Ciências Económicas*, 45-A, 683-712.
- Reis, José; Baganha, Maria Ioannis (orgs.) (2002), *A economia em curso: Contextos e mobilidades*. Porto: Afrontamento.

JOSÉ MANUEL PUREZA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Quem governa? Portugal e as novas teias da governação global

O mapa da governação pós-vestefaliana está em turbulenta elaboração. A cultura institucional e regulatória moderna persiste, mas agora em combinação com processos de internacionalização da autoridade política, que desapropriam o Estado do seu monopólio nesta matéria. A “teia global” é a metáfora dessa multiplicidade de instâncias de governação global. A inserção de Portugal neste processo de transformação é ambivalente. Por um lado, dá continuidade à subalternização da sua posição mundial, o que se evidencia sobretudo no sentido de desnacionalização do Estado assumido em grande parte das reformas institucionais ocorridas recentemente no país. Mas, por outro lado, Portugal também aparece associado a sinais de novas fórmulas de governação internacional, marcadas por uma articulação militante entre Estado e não-Estado para a defesa de uma agenda transformadora das relações internacionais.

Turbulência é certamente a palavra adequada para retratar a actual cartografia institucional da globalização. Usou-a James Rosenau (1990) para caracterizar o momento que vivemos como uma bifurcação em que coexistem, de um lado, uma lógica institucional estadocêntrica, cujas expressões orgânicas se reconduzem aos rituais solenes e lentos das soberanias e, do outro, uma nova lógica institucional, a do mundo multicentrado em que se cruza um número praticamente infinito de actores cujas iniciativas tendem a ignorar totalmente a referência identitária ou regulatória aos Estados.

As narrativas da transição histórica operada nos finais do século XX deram o lastro teórico que conferiu sentido à noção de turbulência institucional. Como sabemos, foram três essas narrativas (Shaw, 2000: 2). Primeira, a da pós-modernidade, denunciadora das certezas e quietudes estabilizadas do mundo moderno, a que contrapôs a primazia da indeterminação e dos fluxos. Segunda, a narrativa do pós-Guerra Fria que, para alguns, canonizou a democracia liberal mas, para outros, foi apenas o prelúdio de uma intensa e exigente dinâmica de refrescamento da teoria e prática democráticas. Enfim, em terceiro lugar, a narrativa da globalização que, seja na sua versão hege-

mónica, seja na sua versão contra-hegemónica, anuncia uma inédita e crescente porosidade das fronteiras – uma “política pós-internacional” (Rosenau, 1990) – deixando em aberto – e, por isso, em estado de turbulência – as recomposições institucionais exigidas por esses novos contornos.

Neste tempo de turbulência, a pergunta “quem governa?” transporta consigo a incerteza própria dos tempos de transição e a noção de que aquilo que marca o mapa institucional deste tempo é, acima de tudo, um conjunto variado e desordenado de combinações entre ruptura e continuidade com a cultura organizacional e regulatória moderna. Nas palavras de Richard Falk, estamos hoje a experimentar processos de construção e destruição institucional simétricos daqueles que ficaram simbolizados pelos tratados de 1648, celebrados na Vestefália, e que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos:

O século XVII pôs termo a um longo movimento histórico que partiu de uma dominação não territorial centralizada e se consumou numa descentralização territorial, ao passo que o actual processo de transição parece orientado de volta a uma direcção central desterritorializada. (1989: 5)

Que cultura regulatória e institucional herdámos de Vestefália? Jon Pierre e Guy Peters (2000: 81) sintetizam esse legado em três notas principais. Em primeiro lugar, e acima de tudo, *uma cultura estadocêntrica*, que encara o Estado como um centro de poder absolutamente superior aos demais. A centralidade do Estado-nação no universo regulatório e institucional de Vestefália edificou-se sobre a simultaneidade da descentralização do poder em termos internacionais e da centralização do poder no interior das fronteiras dos Estados. E esta conjugação alicerçou-se em dois contrastes institucionais que estão no centro da herança vestefaliana: por um lado, o contraste entre público e privado, com o processo de afirmação hierárquica do primeiro sobre o segundo a ser coroado pelo mandamento weberiano do monopólio do uso legítimo da força; por outro lado, o contraste entre interno e externo, com o primeiro a ser representado como domínio da ordem, da paz e da relação contratual, ficção que é potenciada pela representação do externo como o campo da anarquia, da guerra de todos contra todos e da insusceptibilidade de regras vinculativas e minimamente influentes.

A segunda nota característica do modelo institucional vestefaliano, intimamente associada a esta primeira, é a da *compreensão do Estado como uma entidade soberana*, o que supõe uma absolutização dos seus poderes, incluindo, em última análise, o poder de definir os poderes.

Em terceiro lugar, Pierre e Peters apontam a *insularidade e a homogeneidade institucional*. Na cultura institucional vestefaliana, em que governação não é outra coisa senão actividade do governo como órgão do Estado, não há lugar para parcerias entre o governo e outros actores mas sim para a efectivação impositiva das prerrogativas de jurisdição legalmente atribuídas ao poder público. Ao que acresce uma compreensão homogénea das instituições, de que a construção weberiana da burocracia é exemplar.

Ora, esta cultura institucional – em que a territorialização de base nacional e a equivalência entre governação e governo são marcas absolutamente fundamentais – tem vindo a ser sujeita a um desconstruído processo de erosão e transformação. O processo de “internacionalização da autoridade política” de que dá conta a literatura crítica de Relações Internacionais (Wendt, 1997) passou, ao longo do século XX, por uma dinâmica de “formação estatal internacional” que, de acordo com Alexander Wendt (*ibid.*: 57), é ainda tematicamente confinada (*issue-specific*) e, em grande medida, de alcance apenas regional. O processo de criação das organizações intergovernamentais de cooperação e de integração ao longo da segunda metade do século passado materializou efectivamente a estratégia de internacionalização da lógica regulatória própria do princípio do Estado, ensaiando aquilo a que já se chamou projecção mundial do Estado regulador do *New Deal* (Burley, 1993).

Ora, se já esta primeira importante transformação dos modos e cenários de governação implicou uma progressiva desarticulação da soberania, em que diferentes funções do Estado são desempenhadas a diferentes níveis de agregação (Shaw, 2000: 93), a viragem para o século XXI acrescentou mais turbulência e complexidade a este fenómeno central que é a emancipação da governação relativamente ao governo. Devemos a James Rosenau a definição mais conclusiva da “governação sem governo”:

[G]overno significa um conjunto de actividades que são levadas a cabo por autoridades formais, pelo poder político [...], enquanto governação se refere a actividades assentes em valores partilhados, resultantes ou não de responsabilidades impostas formalmente pela lei, e que não requerem inevitavelmente o apoio do poder político para ultrapassar as resistências e garantir o seu efectivo cumprimento. (1992: 4)

A multiplicação das fórmulas institucionais e a disseminação das competências regulatórias são marcas do tempo da globalização e da governação sem governo que a caracteriza. A par do robustecimento de plataformas intergovernamentais multilaterais de tipo clássico (por exemplo, no domínio da disciplina orçamental ou no estabelecimento de parâmetros de políticas educativas), emergem fenómenos novos como as redes horizontalizadas de

empresas de alcance global ou as alianças transnacionais de movimentos cidadãos, ou ainda parcerias temáticas entre Estados e entidades não estatais para combate por causas transformadoras do *status quo* internacional. Aos velhos movimentos sociais, organizados como resposta aos processos de estruturação das relações de poder económico e político no interior dos Estados, acrescem os novos movimentos sociais, cuja espacialidade de referência é a das vítimas, a da identidade sexual ou a dos ecocídios. À velha consideração de que todo o Direito é Direito do Estado contrapõe-se uma malha cada vez mais diversificada e caótica de fórmulas sub-, para-, inter- e supra-estatais de regulação e de solução dos conflitos, em que os mecanismos de auto-regulação assumem lugar de crescente importância. E, a par de tudo isto, é o próprio velho Estado vestefaliano que se reconfigura para tomar parte também no mapa institucional da globalização. Neste sentido, Alexander Wendt sublinha que o resultado destas mudanças

não é nem anarquia nem hierarquia, mas a emergência de uma nova forma de Estado e, conseqüentemente, de sistema interestatal, que rompe com a coincidência entre Estado-como-actor e Estado-como-estrutura. Como tal, a erosão da soberania de cada Estado não implica a erosão do Estado. A soberania não é uma característica intrínseca da actuação do Estado, mas tão só uma identidade social que o Estado pode ter. Transferindo-a para outros colectivos, os Estados podem até reforçar a sua capacidade de resolver problemas. A internacionalização é um modo de reorganizar e relançar o poder do Estado – e não necessariamente um afastamento do Estado. (Wendt, 1997: 61)

Apesar desta persistência do Estado como rosto institucional no mapa da globalização, a substituição de uma leitura estadocêntrica por uma perspectiva multidimensional da governação tornou-se imperativa. A governação global, na imensa diversidade dos seus actores e das respectivas agendas políticas, configura-se como uma governação simultaneamente difusa e fragmentada, por um lado, e reconcentrada por outro.

Em si mesmo, o conceito de governação global é vazio de conteúdo político. Ilustra-o a aproximação conceptual proposta pela Comissão sobre Governação Global (presidida pelo social-democrata sueco Ingvar Carlson), segundo a qual governação constitui “a soma das muito diversas formas como os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, gerem os seus assuntos comuns”, envolvendo não apenas as relações intergovernamentais, mas “também as organizações não-governamentais, os movimentos de cidadãos, as empresas multinacionais e o mercado global de capital” (1995: 2-4). Ora, esta neutralidade política do conceito de governação glo-

bal e a sua diferenciação relativamente ao conceito tradicional de governo não dão resposta à questão decisiva que percorre a reflexão de Gramsci: quem é o príncipe moderno? Ao sugerir que o príncipe é sempre um actor colectivo, Gramsci antecipou a bifurcação em que hoje nos encontramos quando deparamos com a pergunta “quem governa nas novas teias da governação global?” Eu creio, seguindo Martin Shaw (2000: 96), que há duas respostas para essa pergunta: por um lado, o “Estado internacionalizado”, transposição para a escala transnacional do princípio vestefaliano, em relação de articulação, com uma intensidade variável, com o poder auto-regulatório das empresas e mercados globais; por outro lado, os movimentos da sociedade civil global – em que incluo quer “velhos” quer “novos” movimentos sociais – que projectam uma globalização alternativa. Mas creio igualmente que, seguindo agora a sugestão de Boaventura de Sousa Santos (1998: 42), estamos no limiar do surgimento de novos rostos institucionais da globalização, formas compósitas de Estado e não-Estado, transformado este em novíssimo movimento social de combate, articulado com ONG’s transnacionais (os processos conducentes à criação do Tribunal Penal Internacional ou à adopção da Convenção de Interdição das Minas Anti-Pessoal são disso ilustrações expressivas).

A governação pós-vestefaliana está, pois, longe de ter uma identidade linear e simples. A substituição da imagem estadocêntrica pela nova imagem multidimensional, feita de redes entre Estados, organizações intergovernamentais, comunidades locais, cidades, organizações não governamentais, regiões, empresas e actores privados – a “teia global” – é, afinal, um processo com expressões muito variadas, consoante o vemos a partir do centro ou da periferia do sistema mundial.

E é precisamente aqui que radica a especificidade do caso de Portugal. A condição semiperiférica do nosso país e a circunstância decisiva de a inserção de Portugal no novo contexto global se vir operando principalmente pela via da assimilação dos esquemas institucionais e regulatórios da União Europeia determinam um novo retrato singular.

Os estudos reunidos no volume *A teia global. Movimentos sociais e instituições* (Pureza e Ferreira, 2002) são pedaços úteis desse novo retrato turbulento que importa fazer da sociedade portuguesa. Aí se evidenciam três traços marcantes da velha/nova singularidade portuguesa.

Em primeiro lugar, o modo específico como se experimentou a centralidade do Estado no panorama institucional português ao longo das últimas décadas – e que o trabalho desenvolvido no Centro de Estudos Sociais foi captando em referências como o Estado paralelo, o Estado heterogéneo, a sociedade providência ou o Estado-como-imaginação-do-centro – tem uma

das suas contra-faces principais na exiguidade e debilidade dos movimentos sociais. E porventura mais ainda na endémica falta de autonomia dos movimentos sociais relativamente ao Estado (de que o crescente peso do neocorporativismo em Portugal é um sinal indiscutivelmente forte). Por isso, não surpreende que a inserção dos movimentos sociais (dos consumidores à defesa do ambiente, passando pelo movimento sindical ou pelas lutas pelos novos direitos humanos) no espaço simbólico venha sendo, ela própria, vincadamente subalterna.

Em segundo lugar, Portugal é hoje atravessado por inúmeras dinâmicas de reconfiguração do espaço regulatório tradicionalmente ocupado pelo Estado. Em termos gerais, as transformações operadas no Estado legislador e no Estado regulador de conflitos vão no sentido de uma desnacionalização dos poderes de elaboração normativa e de uma descentragem dos modos de resolução dos conflitos. Em cada um destes domínios, fazem-se sentir, em simultâneo, dinâmicas de padronização das políticas públicas e dos respectivos suportes institucionais, por um lado, e, por outro, uma substituição da administração impositiva por formas negociadas, formais e informais, de governação.

Em terceiro e último lugar, descortinam-se na sociedade portuguesa sinais de novos cenários institucionais de articulação internacional militante entre Estado e não-Estado. É significativo que seja no domínio ambiental – veja-se o protagonismo assumido por Portugal no dossier oceanos – e dos direitos humanos – em especial, com o caso de Timor Leste – que se faz sentir entre nós mais impetuosamente essa inovação.

Eis, enfim, para concluir, como em Portugal se reflecte o acerto das palavras de Zygmunt Bauman:

[A] integração e a divisão, a globalização e a territorialização são processos mutuamente complementares. Mais precisamente, são as duas faces do mesmo processo: a redistribuição mundial da soberania, do poder e da liberdade de agir desencadeada [...] pelo salto radical na tecnologia da velocidade. (1999: 77)

Referências Bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (1999), *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Burley, A. M. (1993), «Regulating the World: Multilateralism, International Law, and the Projection of the New Deal Regulatory State», in John Gerard Ruggie (org.), *Multilateralism Matters. The Theory and Praxis of an Institutional Form*. New York: Columbia UP.

- Comissão sobre Governação Global (1995), *Our Global Neighbourhood*. Oxford: Oxford UP.
- Falk, Richard (1989), *Revitalizing International Law*. Ames: Iowa State University Press.
- Pierre, Jon; Peters, Guy (2000), *Governance, Politics and the State*. London: Macmillan Press.
- Pureza, José Manuel; Ferreira, António Casimiro (orgs.) (2002), *A teia global. Movimentos sociais e instituições*. Porto: Afrontamento
- Rosenau, James (1990), *Turbulence in World Politics. A Theory of Change and Continuity*. Princeton: Princeton UP.
- Rosenau, James (1992), *Governance without Government. Governance, Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge UP.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998), «Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo», *Oficina do CES*, 107.
- Shaw, Martin (2000), *Theory of the Global State*. Cambridge: Cambridge UP.
- Wendt, Alexander (1997), «Identity and Change in International Politics», in Yusuf Lapid; Friedrich Kratochwil (orgs.), *The Return of Culture and Identity in International Relations*. London: Lynne Rienner.

LEONARDO AVRITZER

Universidade Federal de Minas Gerais

Globalização e espaços públicos: A não regulação como estratégia de hegemonia global

Este artigo tem como objetivo tratar o recente processo de globalização do ponto de vista da relação entre regulação e emancipação. A minha tese principal será que o processo de globalização muda a relação entre essas duas categorias e exige a introdução de um terceiro elemento que denominarei de não-regulação. O meu argumento não é o de que a não regulação constitui uma característica completamente nova na modernidade e sim de que a forma como a hegemonia no espaço político globalizado ocorre no começo do século XXI consiste em uma combinação entre super-regulação e não regulação que adquire características completamente novas. A segunda questão que será tratada neste trabalho é: em que medida os novos espaços públicos globais que estão surgindo na modernidade tardia podem fazer frente a esses espaços globais não regulados.

1. O recente processo de globalização é um processo desigual que se desdobra de forma diferenciada nos campos econômico, político e cultural (Santos, 2001; Robertson, 2000). As assimetrias desse processos estão ligadas ao fato de que nem todos os elementos e as forças nele envolvidas se globalizam ao mesmo tempo, provocando formas diferenciadas de globalização das diversas entidades econômicas e instituições internacionalizadas. Assim, ao mesmo tempo que nós temos algumas entidades econômicas operando ao nível do sistema mundial, como as chamadas empresas transnacionais, nós temos também um forte presença de forças locais nas economias dos Estados nacionais recentemente globalizados.¹ Da mesma maneira, assim como nós temos hoje em dia a existência de forças políticas transnacionais, tais como, os diferentes fóruns e conferências das Nações Unidas, a capacidade de organizações não governamentais de atuarem a nível internacional

¹ Hirst e Thompson foram os autores que mostraram essa tensão com maior clareza. Segundo os autores, a maior parte das empresas transnacionais ainda opera tendo como forte referência o espaço de certas economias nacionais (Hirst e Thompson, 1995).

e um conjunto de instituições multilaterais com capacidade de influenciar decisivamente os Estados nacionais (Held, 1995), nós temos também um conjunto de Estados nacionais fortes que podem se opor ou simplesmente ignorar a dinâmica política pós-nacional, tal como os Estados Unidos fizeram com o tratado Anti-Minas e com o Protocolo de Kyoto.

A questão das assimetrias no recente processo de globalização recoloca a nível internacional uma questão presente no debate político dos séculos XIX e XX: a da relação entre regulação e emancipação (Santos, 2000). A primeira modernidade foi um momento de tensão entre essas duas categorias, a primeira delas identificada com as formas de controle sobre o mercado, o estado e a sociabilidade e a segunda identificada com os potenciais emancipatórios identificados pelos atores sociais na primeira modernidade. Uma categoria da moderna ciência social esteve fortemente ligada, desde a mais tenra modernidade, ao processo de emancipação: a categoria de espaço público (Habermas, 1989; Fraser, 1989, 1997; Thompson, 1995; Avritzer, 2000, 2002). Essa categoria, entendida na sua forma plural² como a maneira através da qual diversos atores sociais criaram formas de sociabilidade pública e questionaram em público as diferentes formas de dominação política dos trabalhadores, das mulheres, das minorias raciais e das maiorias coloniais, cumpriu um papel central em criar na primeira modernidade um duplo do Estado e do mercado. Esse duplo foi um espaço público no qual a idéia de igualdade e solidariedade foi trabalhada informalmente por diversos tipos de atores sociais que passaram a exigir formas de limitação do mercado e do Estado e reivindicar um conjunto de direitos vinculados a uma nova condição e/ou identidade. A questão central do ponto de vista heurístico é que, uma vez que a ação dos atores sociais no espaço público passou a adquirir hegemonia, a limitação do Estado e do mercado e o reconhecimento de direitos tornaram-se estratégias efetivas de emancipação. Esse fato deve-se a apenas uma característica da primeira modernidade, qual seja, a efetividade da forma regulação enquanto duplo da emancipação, ou seja, deveu-se ao fato de que os Estados modernos tiveram capacidade de *enforcement* de uma tradição de direitos e de limitação do mercado dentro do escopo geográfico político.

Este artigo tem como objetivo tratar o recente processo de globalização do ponto de vista da relação entre regulação e emancipação. O meu argu-

² Jürgen Habermas foi o autor que primeiro resgatou a categoria de esfera pública nas ciências sociais contemporâneas. No entanto, a definição habermasiana de espaço público tendeu a privilegiar o que se convencionou chamar de públicos homogêneos (Fraser, 1997). Hoje diversos autores recuperaram a noção de público enquanto públicos plurais (Thompson, 1995; Melucci, 1996; Avritzer, 2002). É a essa tradição que estaremos nos referindo nesse trabalho.

mento principal será o de que o processo de globalização muda a relação entre essas duas categorias e exige a introdução de um terceiro elemento que denominarei de não-regulação. A minha tese não é a de que a não regulação constitui uma característica completamente nova na modernidade e sim de que a forma como a hegemonia no espaço político globalizado ocorre no começo do século XXI consiste em uma combinação entre super-regulação e não regulação, combinação essa que adquire características completamente novas. A segunda questão que será tratada nesse trabalho é: em que medida os novos espaços públicos globais que estão surgindo na modernidade tardia podem fazer frente a esses espaços globais não regulados.

2. A questão da relação entre regulação e emancipação foi introduzida como forma de entendimento da modernidade por Boaventura de Sousa Santos. O autor da *Crítica da razão indolente* entende a modernidade enquanto um processo de diferenciação. Para ele, dois tipos distintos de diferenciação ocorreram na modernidade: a diferenciação entre Estado, mercado e comunidade e a diferenciação entre três tipos de racionalidade: a cognitivo-instrumental, a prático-moral e a estético-expressiva.³ Para Boaventura de Sousa Santos, o primeiro eixo da diferenciação estaria ligado ao eixo da regulação e seria baseado na idéia de obrigação, enquanto o segundo eixo estaria ligado à idéia de emancipação:

O princípio do Estado consiste na obrigação política vertical entre cidadãos e Estado. O princípio do mercado consiste na obrigação política horizontal, individualista e antagonica entre os parceiros de mercado. O princípio da comunidade consiste na obrigação política horizontal solidária entre os membros da comunidade e entre associações. (Santos, 2000: 50)

³ O entendimento da modernidade como um processo de diferenciação de três esferas axiológicas remete a Max Weber, ainda que Weber de saída já tenha colocado em questão os potenciais emancipatórios dessas esferas e trabalhado com a idéia de fragmentação. Em *A ciência como vocação* Weber irá tratar da oposição entre a ciência, o direito e a moral pretendendo mostrar que cada uma dessas esferas possui um critério próprio de racionalidade em oposição ao das outras esferas. Para Weber, “alguma coisa pode ser verdadeira, ainda que não seja sagrada, bela e nem boa [...] esses casos [de conflito entre as diferentes ordens valorativas] são os mais elementares na luta em que os deuses das várias ordens e valores se estão empenhando” (Weber, 1946: 148). O argumento weberiano é de que apenas a ciência se preserva na luta entre as várias esferas de valores. Santos retoma o diagnóstico weberiano atribuindo à ciência um carácter de dominação do senso comum. Para uma crítica à posição de Weber sobre o diagnóstico do politeísmo das ordens de valor, cf. Avritzer, 1996.

A originalidade da concepção de modernidade proposta por Santos irá se manifestar na forma como o problema da dominação é transferido do campo do mercado e do Estado para o campo da ciência e do direito. Para Santos, não é no eixo Estado, mercado e comunidade onde os problemas da modernidade irão se manifestar, mas sim no eixo ciência e direito. Nesse eixo, duas categorias que originalmente estavam destinadas no projeto original da modernidade a se constituírem como categorias emancipatórias,⁴ se tornaram eixos a partir dos quais a regulação se processa. Tanto a ciência quanto o direito foram se tornando eixos de regulação na medida em que a modernidade se desenvolvia: “promovidos pela rápida conversão da ciência em força produtiva, os critérios científicos de eficiência e eficácia logo se tornaram hegemônicos, ao ponto de colonizarem gradualmente os critérios racionais das outras lógicas emancipatórias.” (Santos, 2000: 51). Desse modo, o que passamos a ter na modernidade tardia, foi a absorção do pilar da emancipação pelo pilar da regulação; mercado, ciência e direito se associam em um projeto regulativo hegemônico capaz de anular potenciais emancipatórios.

No entanto, para Boaventura de Sousa Santos, o pólo da emancipação não se esgotou. Ele continuaria presente em duas categorias, uma delas presente no pólo da regulação e a outra presente no pólo da emancipação: trata-se das categorias comunidade e racionalidade estético-expressiva. A comunidade, apesar de localizada por Santos inicialmente no pólo da regulação, em virtude das formas de obrigação entre os indivíduos por ela gerada, retêm, ao longo da modernidade, potenciais de emancipação:

[P]orque é uma representação aberta e incompleta, a comunidade é ela própria dificilmente representável [...] e os seus elementos constitutivos são também eles abertos e inacabados [...]. Têm, contudo, uma característica comum: todos resistiram à diferenciação técnico-científica através da qual a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna colonizou os outros princípios da regulação: o mercado e o Estado. (Santos, 2000: 75)

Ou seja, o que Santos procura apontar na modernidade é o processo através do qual Estado e mercado são subordinados à lógica da ciência, lógica essa que é de abstração do conteúdo e de criação de uma lógica da

⁴ Certamente a ciência moderna foi vista, inicialmente, em especial, pela tradição marxiana como a categoria produtora da emancipação. Para Marx, o ato de reflexão próprio à atividade produtiva era, ao mesmo tempo, um ato de transformação e domínio da natureza. É nesse ponto que se funda boa parte do determinismo econômico e da teleologia própria ao pensamento marxiano. Cf. Avritzer, 1996.

eficácia e da instrumentalização. A comunidade, por ter sido entre os três pilares da regulação o menos susceptível à regulação instrumental é o que preserva algumas categorias emancipatórias, em especial as idéias de solidariedade e de participação.

Ainda que o autor não tenha feito um esforço teórico nessa direção, é possível apontar uma série de superposições entre a forma como Santos entende o resgate da emancipação e a categoria que se convencionou denominar de espaço público. O conceito de esfera pública foi o conceito central desenvolvido pela teoria crítica na segunda metade do século XX (Habermas, 1989; Thompson, 1995; Fraser, 1997; Cohen, 1997; Bohmann, 1996; Avritzer, 2002). Ele cumpriu o papel de recuperar na modernidade temporã uma esfera de interação entre grupos, associações e movimentos, capaz de criar um terceiro caminho no interior da teoria democrática no debate entre a democracia elitista e a democracia participativa. O conceito de esfera pública introduz a possibilidade de uma relação crítico-argumentativa com a política, ao invés de uma relação diretamente participativa (Avritzer, 2002), abrindo, desse modo, a possibilidade de uma nova conexão, no interior da teoria democrática, entre racionalidade, participação e emancipação.

O conceito de esfera pública levou ao desenvolvimento de dois campos no interior da teoria social contemporânea: um primeiro campo é composto pelas teorias da sociedade civil e um segundo composto pelos movimentos sociais. Ambas as teorias, apesar dos seus diferentes enfoques,⁵ se baseiam na idéia do desenvolvimento no interior das sociedades modernas de uma esfera dialógica e interativa, à qual pertencem tanto os movimentos sociais quanto as associações voluntárias. A tematização de novas questões, a formação de identidade e de solidariedades capazes de aferir a validade dos reclamos morais envolvidos na política seriam a dimensão central da esfera pública entendida dessa forma. É em relação a essa forma de ação no interior do espaço público que a democracia tem sido abordada no campo da

⁵ Existem diferenças analíticas importantes entre as teorias dos movimentos sociais e as teorias da sociedade civil. O pano de fundo dessas diferenças está relacionado com o fato que cada uma das teorias lida com momentos diferentes da ação coletiva. As teorias dos movimentos sociais enfatizam aqueles momentos da vida social nos quais as relações sociais ainda não se cristalizaram nas estruturas sociais. Questões como a formação de identidades, de solidariedades e a tematização de novas questões tornam-se as dimensões centrais das teorias dos movimentos sociais. Já no caso das teorias da sociedade civil, elas enfatizam um momento posterior da ação coletiva no qual formas de ação coletiva se institucionalizam em redes associativas, redes essas que através de fluxos de comunicação e influência alcançam o sistema político. As teorias da sociedade civil enfatizam, nesse caso, a autonomia legal das formas associativas e as práticas democráticas internas às associações civis (Avritzer, 2000).

teoria crítica, enquanto uma teoria que aposta na capacidade democratizada dos movimentos sociais e dos atores da sociedade civil entendidos como parte de um espaço emancipatório interativo e, portanto, livre das regulações próprias ao mercado e ao Estado moderno.

Podemos, desse modo, perceber o papel do espaço público na constituição de um pólo emancipatório e não regulador na primeira modernidade. Esse pólo foi constituído pelos atores sociais cujas condições coletivas de vida não foram tematizadas, em um primeiro momento, por uma forma liberal e individualizante de direito. Os trabalhadores seriam o primeiro grupo nessa situação, na medida em que nem o direito privado nem o direito estatal os reconheceram como sujeitos de direitos; as mulheres também estiveram claramente nessa situação na medida em que os problemas envolvidos em uma esfera privada desigual permaneceram não tematizados pelo direito. Cada um desses grupos utilizou a esfera pública para apresentar uma condição e reclamar um conjunto de direitos que estavam além da ordem liberal individualizante estabelecida na primeira modernidade.

No entanto, o ponto sobre o qual gostaria de chamar a atenção para estabelecer um contraste entre uma modernidade fundamentalmente localizada no interior dos Estados nacionais e uma modernidade tardia globalizada é o do papel da instância política estatal no processo de reconhecimento de direitos. O que me parece relevante aqui é que, ainda que movimentos sociais e associações civis tenham atuado em um espaço público constituído por práticas informais, a forma de implantação desses direitos se deu através da sua incorporação em um direito estatal cuja efetividade não estava em questão. Sendo assim, a característica central das formas emancipatórias na primeira modernidade seria a sua capacidade de fazer com que a forma estatal dominante, o Estado moderno, reconhecesse uma condição de exclusão e tornasse a sua incorporação na normatividade existente uma realidade cuja efetividade não estaria em questão. O meu argumento na seção seguinte desse artigo será o de que no mundo globalizado essa dimensão não está mais presente.

3. O atual processo de globalização não é um processo homogêneo. Pelo contrário, ele é um processo de globalização econômica, política e cultural que obedece a ritmos e lógicas distintas em cada uma dessas esferas. Nesta seção nós pretendemos tratar do problema da globalização a partir de três óticas: da ótica da constituição de uma institucionalidade pós-nacional reguladora; da ótica da constituição de mecanismos de pressão próprios ao espaço público a nível internacional; e da ótica da constituição de espaços políticos pós-nacionais não regulados.

A globalização econômica opera a partir de uma complementaridade entre

[a] autonomia dos mercados e os «Estados facilitadores» orientada para a liberalização, a privatização, a desregulamentação da economia, a retração dos gastos com bens públicos e dos encargos com o bem estar social, a plena mobilidade dos capitais em simultâneo com um estrito controlo internacional e uma total flexibilidade nacional. (Pureza, 2001: 240)

A globalização econômica, assim entendida, é claramente uma nova forma de relação entre Estado e mercado. Por um lado, passa a haver um conjunto de atividades econômicas que se desenrolam a nível global e, por outro lado, a idéia westfaliana de uma ordem internacional hobbesiana é substituída por um conjunto de instituições reguladoras a nível internacional. Desde o pós-segunda guerra mundial foi constituído um conjunto de instituições técnicas e políticas a nível global, das quais vale a pena mencionar, entre as técnicas, a União Postal Universal, a União Internacional de Telecomunicações e a Organização Meteorológica Mundial. Entre as organizações internacionais de fundo político vale a pena mencionar o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e um conjunto de outras organizações internacionais ligadas às Nações Unidas. Assim, a partir do pós-guerra, a assimetria que já existia entre Estados fortes e Estados fracos assume uma nova forma:

[...] a soberania dos Estados mais fracos passa a estar ameaçada, não tanto pelos Estados mais poderosos, como costumava ocorrer, mas sobretudo por agências financeiras internacionais e outros actores transnacionais privados, tais como as empresas multinacionais. (Santos, 2001: 44)

O problema em relação a essas organizações é que elas exercem um papel regulador externo, isto é, elas não têm capacidade de *enforcement* e sim capacidade de pressão. Desse modo, estabelece-se uma assimetria entre os países que não são capazes de resistir à agenda das organizações internacionais e os países que nem ao menos necessitam recorrer a tais agências. Por um lado, temos os países que não têm alternativa a não ser aceitar os programas de ajustamento estrutural do Fundo Monetário Internacional, que passam a constituir uma forma de “auto-regulação” imposta de fora. De outro lado, temos países como os Estados Unidos, que ainda conseguem se auto-regular através dos mecanismos clássicos de uma economia nacional, devido à hegemonia da sua própria moeda. Nesse sentido, ao

mesmo tempo que temos a emergência de uma institucionalidade pós-nacional, tal institucionalidade apresenta assimetrias profundas (Held, 1995).

O segundo movimento que nós temos enquanto resultado do atual processo de globalização é a constituição de um conjunto de associações que operam a nível internacional e de um conjunto de atividades que ocorrem nesse espaço. O associativismo, assim como os movimentos sociais, são formas de ação coletiva que tiveram suas origens fortemente ligadas a tradições culturais e formas de luta no interior do Estado nacional. Tal fato é verdadeiro no que diz respeito a alguns dos movimentos e associações mais importantes da primeira modernidade, como o movimento operário, o movimento feminista, o movimento de direitos civis norte-americano. A dimensão pós-nacional dos movimentos da sociedade civil é um fenômeno recente ligado à características do próprio processo de globalização: o aumento do uso da Internet por uma fatia da população que atinge um quarto do seu total nos principais países desenvolvidos; o aumento da porcentagem de pessoas que se movimentam para além dos seus Estados nacionais de origem que, nos principais países da Europa, atinge o índice de 1% por ano (Anheir *et al.*, 2001: 8). Finalmente, houve também na última década um aumento significativo de questões que passaram a adquirir uma dimensão pós-nacional, tal como tem sido o caso da questão dos direitos humanos e do meio ambiente.

Todos esses processos, conjuntamente, levaram a um aumento significativo no número de associações civis transnacionais ou, para utilizar um dos termos da literatura hegemônica sobre o assunto, de INGO's (organizações não governamentais internacionais), acelerando assim dois processos: a constituição de uma agenda de reuniões internacionais institucionalizadas patrocinadas pelas Nações Unidas e a constituição de uma arena de fóruns e movimentos não institucionalizados.

A constituição de um conjunto de fóruns internacionalizados teve como objetivo acelerar a tematização de questões relevantes. Chamo aqui a atenção para as reuniões internacionais patrocinadas pelas Nações Unidas. Se, por um lado, é correto afirmar que as Nações Unidas sempre realizaram reuniões mundiais, por outro lado, os anos 90 marcaram uma mudança de qualidade dessas reuniões devido à sua intensificação e devido ao florescimento de eventos paralelos a essas reuniões. As principais conferências organizadas pelas Nações Unidas nos anos 90 foram: a Conferência do Rio em 1992 sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Conferência de Viena sobre direitos humanos em 1993, a Conferência do Cairo sobre população em 1994 e as Conferências de Copenhague e Beijing em 1995. Em todas

essas conferências houve uma acentuada participação paralela de ONG's, culminando com a participação de milhares de ONG's na Conferência de Beijing sobre Direitos das Mulheres (Pianta, 2001: 174). Pode-se observar, no caso das reuniões nas Nações Unidas, uma tentativa de introduzir um elemento das esferas públicas nacionais em uma arena internacional: em primeiro lugar, as reuniões das Nações Unidas foram baseadas na idéia da tematização de questões candentes, uma forma de ação que ecoa as formas de ação dos movimentos da sociedade civil na esfera pública (Melucci, 1996). Em segundo lugar, o objetivo dessas reuniões foi a criação de consenso pós-nacional acerca de determinados temas, processo esse que utilizou dois mecanismos próprios à tradição dos movimentos da sociedade civil: a tradição declaratória (que é própria das instâncias políticas sem a efetividade do Estado moderno) e as formas de interação face-a-face.

O fim da década dos 90 marcou também o surgimento de um conjunto de movimentos e de fóruns internacionais no campo do que podemos denominar de globalização contra-hegemônica (Santos, 2001). Movimentos como o movimento anti-globalização e sua forte presença nas reuniões de Seattle e Gênova passam a representar uma grande novidade no campo pós-nacional na medida em que passa a haver atores internacionais que se reúnem e protestam simultaneamente a realização de reuniões de organizações como a OMC ou o FMI. Uma novidade ocorreu em Seattle: a realização de uma manifestação internacional pública com o objetivo de, através da mobilização, impedir que a nova rodada de liberalização do OMC ocorresse. Vê-se aqui, mais uma vez, a operação de um elemento próprio dos espaços públicos nacionais: a agregação de atores sociais com o objetivo de impedir a ação de atores antagônicos, forma clássica de ação de movimentos como o operário e o feminista na primeira metade do século XX.

Um segundo momento no processo de constituição de espaços públicos pós-nacionais é o constituído pelo Fórum Social Mundial, ou Fórum de Porto Alegre. O Fórum Social Mundial é uma reunião anual sediada em Porto Alegre organizada por um conjunto amplo de organizações nacionais e internacionais da sociedade civil, entre as quais caberia destacar: a Abong, Associação Brasileira de ONG's, a ATTAC, Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Civis, Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania. Participam também movimentos sindicais e rurais importantes no Brasil, tais como a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem Terra. Podemos aqui perceber que o Fórum Social Mundial é uma tentativa de articulação de

entidades locais que lutam contra a assim chamada globalização hegemônica com entidades internacionais que buscam democratizar o processo de globalização, como é o caso da ATTAC.

Três elementos centrais fazem parte da proposta do Fórum e são responsáveis pelo seu amplo apelo público e mediático: em primeiro lugar, o fato de ele se ancorar em uma experiência local de democracia participativa e justiça social, a assim chamada experiência de Porto Alegre (Santos, 2002; Avritzer, 2002); A experiência de Porto Alegre, uma experiência participativa e distributiva em um país do Sul, mostra os potenciais de uma forma mais democrática e distributiva de gestão pública que sensibiliza atores sociais nos países do Sul e do Norte. Em segundo lugar, vale a pena mencionar a capacidade do Fórum Social Mundial de sistematizar uma temática progressista de democratização da globalização, temática essa que envolve questões como o desenvolvimento sustentável, a criação de mecanismos democráticos de gestão global e a constituição de bases para um comércio internacional mais justo. Em terceiro lugar, o fato de o Fórum ser um momento de interação entre um conjunto de atores locais e globais com o objetivo específico de se contrapor ao, mas também de influenciar o encontro de referência do processo de globalização hegemônica que é o Fórum Econômico Mundial realizado na cidade Suíça de Davos. É possível perceber que o Fórum Social Mundial também expressa características das formas de ação no espaço público presentes na primeira modernidade, na medida em que consegue reunir em um mesmo local um conjunto diverso e plural de atores com o objetivo de protestar contra uma reunião organizada pelas forças hegemônicas da globalização e de elaborar uma agenda paralela de globalização. Temos, portanto, em cada um dos três exemplos mencionados acima, o das reuniões paralelas aos Fóruns das Nações Unidas, o do Movimento Anti-Globalização e o do Fórum Social Mundial, a perspectiva de constituição de uma arena pública pós-nacional baseada na extensão para o nível internacional de características do espaço público nacional. Seriam o movimento anti-globalização e o Fórum Social Mundial evidências de que poderíamos pensar uma forma de espaço público pós-nacional semelhante ao espaço público nacional?

A resposta a essa questão me parece negativa por um motivo principal, que eu denominaria a emergência dos paraísos políticos, isto é, de uma forma de ação política não regida pela normatividade pós-nacional e que se desenvolve em espaços não regulados. A partir da emergência de formas diversas de ação social em oposição ao atual processo de globalização, passaram a surgir locais nos quais a normatividade internacional da modernidade tardia não se aplica ou países que utilizando o desequilíbrio das rela-

ções internacionais se recusam a aceitar os tratados resultantes das conferências das Nações Unidas. Abaixo enumeramos o que podemos denominar de três evidências nessa direção.

O primeiro tipo de ação está relacionada à recusa dos Estados Unidos em aderirem a tratados internacionais que detêm amplo consenso pós-nacional. Dois tratados recentes, o Tratado Anti-Minas e o Protocolo de Kyoto apontam nessa direção. O Tratado Anti-Minas é resultado do que denominamos acima de formas de ação pública semelhantes àquelas próprias da primeira modernidade. Ele se iniciou por ocasião de uma campanha pública lançada em 1992 e que reuniu 1.300 Organizações Não-Governamentais de diversas áreas. A Campanha passou a tematizar a questão da eliminação das minas terrestres no plano internacional, utilizando atores e personagens públicas e adquirindo um apoio crescente. Em 1997, em Ottawa, 122 países assinaram um tratado banindo o uso de minas terrestres. Em 1997 os organizadores da Campanha foram agraciados com o Prêmio Nobel da Paz (ICBL, 2002). O exame do Tratado Anti-Minas revela, no entanto, as assimetrias da normatividade internacional emergente e a facilidade de recorrer à não regulação. Na medida em que o texto nomeia o secretariado geral da Nações Unidas como depositário da Convenção, mas não prevê nenhum tipo de sanção contra aqueles que se decidam pela não adesão, ele abre espaço para a não adesão do país hegemônico da ordem globalizada se ele assim o desejar. De fato, foi o que aconteceu com o governo Clinton anunciando a adesão ao Tratado Anti-Minas em 2006 e o governo de Georg W. Bush anunciando a não adesão ao tratado (ICLB, 2002).

Uma postura semelhante ocorreu na tentativa de se estabelecer um limite para emissão de gases poluentes, conhecido como Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto é o resultado das políticas da Nações Unidas para o controle de mudanças climáticas, uma política que teve início nos anos 90 através de um Comitê Intergovernamental que conduziu negociações ratificadas na Conferência do Rio de Janeiro de 1992. Desde então, o acordo foi ratificado por 186 países, se aproximando do que, na terminologia das Nações Unidas se denomina “universal membership.” Para avançar a implementação da convenção sobre mudanças no clima ocorreram uma série de novas negociações, que conduziram ao Protocolo de Kyoto em 1997. Esse é o Protocolo que a administração Bush se recusa a assinar, mais uma vez colocando em pauta o problema da capacidade de *enforcement* de uma normatividade internacional (Sanger, 2001). Nesse primeiro caso, o problema não é o da ausência de uma normatividade internacional emergente e sim de um super-ator que não é influenciado por essa nova normatividade e cuja não adesão compromete os objetivos dela.

O segundo tipo de ação no sentido de uma ordem internacional não normalizada está relacionado com a recente reunião do OMC em Doha. À medida que as reuniões da Organização Mundial do Comércio foram sendo afetadas pela mobilização de atores sociais, o primeiro tipo de resposta baseada na adesão a uma normatividade paralela surgiu: a transferência da reunião da OMC para Doha, no Qatar. Nessa reunião de ministros, realizada em um pequeno Emirato, as organizações internacionais, os grupos de protesto e até mesmo a mídia internacional tiveram dificuldade em acompanhar os acontecimentos através da sua presença no local. Como relata Walden Bello, a delegação americana estava conectada a um conjunto de navios de guerra que operam no Golfo Pérsico e que estavam de prontidão. Temos, assim, uma primeira forma de manifestação da relação entre uma normatividade internacional emergente e o acesso privilegiado a espaços paralelos, como o dos Emiratos Árabes. Nessa nova relação, utiliza-se o espaço de um Estado nacional que não chegou a aderir plenamente ao processo de democratização próprio aos Estados nacionais da primeira modernidade para se criar uma barreira às formas de desenvolvimento de um espaço público internacionalizado. Esse é o primeiro motivo para se pensar que uma abordagem sobre a emergência de espaços públicos internacionalizados tem que envolver a relação entre regulação, emancipação e não regulação.

Um terceiro exemplo torna a questão ainda mais relevante que é a decisão dos Estados Unidos, depois do 11 de Setembro, de recorrer a Tribunais Militares para julgar pessoas acusadas de terrorismo e prisioneiros da Al Qaeda na Guerra do Afeganistão. Mais uma vez, o que está em jogo aqui é a tentativa de um país signatário das principais convenções internacionais de direitos humanos de não pautar as suas ações por essa normatividade. Nesse caso, os julgamentos de terroristas da Al Qaeda se dariam fora das regras do direito internacional e da Convenção de Genebra, através da criação de um espaço internacional não regulado por regras internacionais. Acrescente-se a tal postura a tentativa de não atribuir aos prisioneiros da guerra do Afeganistão os direitos estabelecidos pela convenção de Genebra (Seelye, 2002) e podemos perceber, também nesse caso, a emergência de uma terceira forma de ação internacional não pautada pela vigência da normatividade internacional existente.

Temos, assim, três padrões emergentes de não regulação a nível internacional: o primeiro padrão é o de negar às convenções internacionais que são resultado de um processo longo de interação face-a-face, tais como o Tratado Anti-Minas e o Protocolo de Kyoto, o carácter de um normatividade com efetividade. A forma da negação é a recusa pelo país hegemônico

em assinar essas convenções, um elemento do processo de criação de uma normatividade internacional que não se vê presente ao nível nacional no qual as maiorias são suficientes para a criação de leis. O segundo elemento é a associação entre uma normatividade local democrática e uma normatividade local não democrática, no sentido de fortalecer a nível internacional uma posição insustentável na maior parte dos Estados nacionais democráticos. É o caso da reunião da OMC em Doha. Nesse caso, utiliza-se a normatividade pré-moderna de um Emirato Árabe para impedir a atuação do movimento anti-globalização, o que não foi possível fazer nem em Seattle nem em Gênova. Nesse caso, temos também uma estratégia que não foi possível de ser adotada pelos Estados nacionais na medida em que eles não puderam nem suprimir as manifestações públicas nem transferir o local de reunião das instituições estatais. Por fim, temos uma terceira estratégia, que é a defesa de espaços internacionais nos quais a normatividade internacional não pode vigorar, como é o caso dos julgamentos dos responsáveis por terrorismo em navios de guerra dos Estados Unidos. Os três elementos conjuntamente colocam com força o problema da não-regulação na ordem pós-nacional emergente. Na parte final desse artigo, tentaremos apontar algumas conseqüências teóricas dessa análise.

4. O entendimento da modernidade como uma relação entre regulação e emancipação tem como pano de fundo a democratização dos Estados nacionais europeus. Durante esse processo, surgiram públicos informais cuja influência constitui um fator decisivo de democratização e de cidadanização na Europa e posteriormente nos Estados Unidos. Esses públicos foram baseados em formas de ação coletiva tais como os movimentos sociais, as associações civis, as grandes manifestações públicas como formas de apresentação de demandas e a possibilidade sempre presente de ações que interrompessem as atividades do governo (Tilly, 1986). Em todos os casos, o Estado moderno foi democratizado por essas formas de ação devido à relação que elas foram capazes de constituir entre legitimidade e efetividade. A legitimidade esteve ligada à capacidade de convencimento dessas formas de ação e sua influência sobre o sistema político. A efetividade ao fato de o Estado nacional ter incorporado demandas pela cidadania ou pela limitação do exercício do poder econômico e tornado essas demandas a lei da cidade.

Este artigo teve como objetivo argumentar que é insuficiente mostrar a existência de paralelismo entre as formas públicas de ação no interior do Estado nacional e as formas públicas de ação pós-nacional. Apesar de ser possível mostrar que as formas de interação face-a-face, as manifestações

simultâneas à realização de eventos e a constituição de fóruns são possíveis de ocorrer a nível pós-nacional, mostramos também que a reação a essas formas de ação coletiva assume uma nova feição. Atribuímos essa assimetria ao problema da não regulação que, como mostramos acima, possui uma dimensão não presente no processo de construção dos Estados nacionais: a sua centralidade nas estratégias das forças políticas hegemônicas. No processo de construção dos estados nacionais e sua posterior democratização, o campo da não regulação foi o campo das forças pré-modernas solapadas pela própria construção do Estado nacional. Assistimos hoje a um novo balanço de forças que recoloca o problema da relação entre regulação e emancipação como dois conceitos a serem completados por um terceiro, o da não regulação. Qual seria a relação, nesse caso, entre a emancipação e a não regulação?

A nosso ver, a criação de uma normatividade pós-nacional que faz parte dos objetivos de uma emancipação auto-limitada terá de recorrer a duas arenas que no processo de construção dos estados nacionais estiveram no pólo da regulação: a da institucionalização e da efetividade. Os movimentos emancipatórios da modernidade assumiram corretamente essas dimensões ou como dadas ou como não problemáticas. No processo de democratização da globalização essas duas dimensões passam a fazer parte de um campo emancipatório na medida em que a dominação passa a estar ligada à procura da não regulação pelos atores econômicos e políticos hegemônicos. Uma nova normatividade pós-nacional terá assim de recorrer à tentativa de institucionalizar a sua agenda emancipatória de forma a torná-la efetiva. Nesse sentido, cabe às novas instituições globalizadas o papel de se tornarem tão experimentais como os movimentos sociais da modernidade, sem abdicar da tentativa de serem tão efetivas quanto os Estados modernos.

Referências Bibliográficas

- Amheir, Helmut; Marlies, Glasius; Kaldor, Mary (2001), «Introducing Global Civil Society», in H. Amheir *et al.*, *Global Civil Society*. Oxford: Oxford UP.
- Avritzer, Leonardo (1996), *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva.
- Avritzer, Leonardo (2000), «Entre o diálogo e a reflexividade: A modernidade tardia e mídia», in L. Avritzer; J.M. Domingues, *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.
- Avritzer, Leonardo (2002), *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton UP.
- Bohman, James (1996), *Public Deliberation*. Cambridge: MIT Press.

- Cohen, J. (1997), «Deliberation and Democratic Legitimacy», in James Bohman; William Rehg, *Deliberative Democracy*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Fraser, Nancy (1989), *Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Fraser, Nancy (1997), *Justice Interruptus*. London: Routledge.
- Habermas, Jürgen (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Held, David (1995), *Democracy and the Global Order*. Cambridge: Polity Press.
- Hirst, Paul; Thompson, Grahame (1995), *Globalization in Question*. Cambridge: Polity Press.
- ICLB (2002), *International Campaign to Ban Land Mines*. Disponível em: <www.iclb.org>.
- Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge UP.
- Pianta, M. (2001), «Parallel Summits of Global Civil Society», in H. Amheir *et al.*, *Global Civil Society*. Oxford: Oxford UP.
- Pureza, José Manuel (2001), «Para um internacionalismo pós-vestefaliano», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 233-254.
- Robertson, Roland (2000), *Globalização: Teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes.
- Sanger, D. (2001), «Bush Will Continue to Oppose Kyoto Pact on Global Warming», *New York Times*.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), «Os processos de globalização», in B. S. Santos (org.), 31-106.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), «O orçamento participativo em Porto Alegre: Para uma democracia redistributiva», in B. S. S. (org.), *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- Seelye, D. (2002), «A Nation Challenged», *New York Times*.
- Tilly, Charles (1986), *The Contentious French*. Cambridge: Harvard UP.
- Thompson, John (1995), *The Media and Modernity*. London: Polity Press.
- Weber, Max (1946), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Org. H. H. Gerth; C. Wright Mills. New York: Oxford UP.

CARLOS FORTUNA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico¹

O texto começa por perguntar se seremos capazes de construir *mais e melhor* cidade no futuro próximo. Implícito está o pressuposto de que a sociologia urbana, na sua versão clássica, não está em condições de oferecer indicações sobre como fazê-lo. Para tal, ela terá que repensar-se e que reformar os seus quadros teóricos e procedimentos analíticos. Para ilustrar esta necessidade, o texto percorre terrenos (*zonas de intermediação*) onde habitualmente apenas se vêem sinais de retração dos espaços públicos e busca neles potenciais virtudes políticas em emergência.

Introdução, ou sobre a sociologia das cidades

A julgar pela análise demográfica prospectiva, dentro de uns cinquenta anos a população mundial a viver nas cidades deverá rondar os seis biliões, o que representa *grosso modo* o dobro da população urbana actual. Se juntarmos a isto a precariedade das condições de vida urbana oferecidas pelas cidades e grandes metrópoles de hoje, reconheceremos de imediato que, ao longo das próximas décadas, se torna absolutamente inevitável construir não apenas *mais* cidade, mas também *melhor* cidade. A questão central que se nos coloca é, desde logo, a de saber se seremos capazes de construir a cidade que imaginamos. Trata-se de uma questão compartilhada com outros, nomeadamente Richard Rogers (2001) ou Susan Fainstein (1999), que questionam a cidade do futuro, não tanto do ponto de vista técnico, apesar das limitações que imperam nos domínios da capacidade política e de liderança, dos recursos e do conhecimento necessários para construir *mais cidade*, mas, sobretudo, do ponto de vista sociocultural e da capacidade para conferir expressão prática ao amplo património de reflexão de que dispomos sobre o que poderá ser amanhã uma *cidade melhor* do que aquela que conhecemos hoje.

¹ Retomam-se neste texto alguns argumentos expandidos num outro ensaio – “As cidades do lado da cultura” – escrito em co-autoria com Augusto Santos Silva (Fortuna e Silva, 2001).

O presente texto é apenas um modesto contributo para a questão que acabo de enunciar.² Limito-me, na verdade, a equacionar alguns dos traços gerais da evolução da cidade ou, mais propriamente, da análise sociológica que sobre ela se produziu, para, de seguida, me referir a algumas dimensões socioculturais mais recentes que, à medida que se vão instituindo no cenário urbano, parecem requerer uma reflexão sociológica renovada sobre as cidades. Por outro lado, trata-se aqui de proceder ao registo de alguns aspectos que, vistos do ponto de vista do sociólogo, poderiam ser lidos como notas sobre algumas expressões actuais da vida e da cultura urbanas que condicionam de uma ou outra forma os ordenamentos urbanos das próximas décadas.

A afirmação moderna da cidade como entidade autónoma, política, económica, administrativa e cultural, é uma longa história de tensões e conflitualidades. Na cidade medieval e barroca, por exemplo, este quadro de tensões coloca a cidade em manifesta oposição àquilo que hoje designamos por “campo”. “Os ares da cidade libertam”, esse velho aforismo da Alemanha pré-moderna é elucidativo deste conflito, pois, nele, a cidade representa a liberdade e emancipação política e social a que aspiram os camponeses.

Esta oposição cidade-campo está presente nos estudos consagrados de Lewis Mumford (1961), Arnold Toynbee (1970), Fustel de Coulanges (1997) e Aidan Southall (1998) que, entre outros, se aventuram na mais profunda escatologia da urbanidade. Mas também Henri Pirenne (1973) ou Fernand Braudel (1984) mostram como a efervescência da economia e do comércio medievais ajudaram a forjar a cidade como centro nevrálgico da modernidade, à custa da economia agrícola e do mundo rural.

É desta “guerra” que a sociologia urbana clássica dá conta nos seus primórdios. Max Weber (1982) e Werner Sombart (1978), nomes sonantes da “Escola Alemã” fundadora desta tradição sociológica (Jonas, 1995), cuja perspectiva permanece fundamentalmente histórica, demonstram como o urbano se foi tornando hegemónico e sobrepunhou o rural através da constituição daquilo a que o autor de *Economia e sociedade* chama o “urbanismo pleno” (Fortuna, 1997).

² Entre as referências que me parecem conter propostas e linhas de análise particularmente ricas para o reforço da investigação sociológica em torno desta preocupação, assinalo, particularmente, os trabalhos de Pais (1993, 1999), Baptista (1997), Esperança (1997), Silvano (1997), Sebastião (1998), José Luís Fernandes (1998), José Manuel Fernandes (1999), Costa (1999), Ferreira e Indovina (1999), Salgueiro (1999), Silva *et al.* (2000) e Lopes (2000). Para uma resenha de outros trabalhos, pode consultar-se a bibliografia fornecida no n.º 1 da recém-surgida publicação *Cidades: Comunidades e Territórios*.

Ferdinand Tönnies, com o seu influente par *Gemeinschaft/Gesellschaft*, (Tönnies, 1972), ainda se deteve sobre este confronto. Contudo, poucos anos depois, o ensaio de Georg Simmel *A metrópole e a vida do espírito*, (Simmel, 1997a), seria premonitório do modo como a sociologia viria a consagrar a cidade como domínio autónomo da investigação.

Como se sabe, a sociologia urbana de Simmel teve influência mais directa e imediata entre estudiosos americanos e, mais especificamente, entre destacados membros da Escola de Chicago. No decurso da primeira metade do século XX, quando ganharam destaque os estudos de ecologia urbana, as análises sobre a estrutura espacial da cidade e o conceito de sistema urbano, articulado com os de especialização funcional e de hierarquia urbana, fecha-se, em definitivo, a discussão em torno da autonomia da cidade e consagra-se o estatuto próprio e especializado do seu estudo.³

Após o interregno político e de produção académica europeia de entre guerras, a sociologia urbana ressurge na Europa, pela mão de Raymond Ledrut (1968), Henri Lefebvre (1968, 1974) e de Manuel Castells (1973, 1984), discípulo deste. Estes autores renovam profundamente o quadro de análise sociológica da cidade, ao dirigirem a investigação para a relação entre o ordenamento urbano e a estrutura social. A relação da cidade com os movimentos sociais e o papel do Estado ganha proeminência, sobretudo na obra de Castells, que, talvez por isso, recorde-se, funcionou como verdadeira “doutrina” quando o estudo da sociologia se desenvolveu em Portugal após 1974. O contributo de Lefebvre, como mostram hoje diversos estudos (*maxime* Shields, 1999), é bem mais sofisticado. O modo como este “marxista humanista” inscreve o espaço nas relações sociais, que aliás ecoa a própria “sociologia do espaço” de Simmel (1997b), não só resistiu mais duradouramente à usura do tempo como permanece uma referência incontornável para a compreensão da cidade actual e das suas dimensões socioculturais (A. T. Fernandes, 1999).

A partir desta rapidíssima síntese, podemos dar-nos conta, em traços muito largos, da situação em que a cidade, tanto a cidade reflectida pela/na teoria como a cidade da realidade vivida, permaneceu por longo tempo um universo social dependente, nomeadamente da vitalidade da economia agrária e da sociedade rural (Rémy e Voyé, 1994). Como era de esperar,

³ É nesta época que, pela mão da sociologia urbana norte-americana, se estipula o princípio elementar de que as cidades não podem ser analisadas isoladamente; ao invés, a sua compreensão requer uma atenção muito particular aos fenómenos de interdependência urbana. O conceito de sistema urbano ganha destaque nos estudos sobre as cidades, que assim tendem a conjugar a análise dos elementos singulares (cidades), com os seus recursos e atributos (dimensão populacional, emprego, estrutura produtiva, etc.) e as relações estabelecidas entre uns e outros.

também a análise sociológica permaneceu refém, por muito tempo, da história social. Com o advento da cidade da era industrial, à medida que a cidade se desvinculava do mundo rural, também a sociologia se afastava da análise histórica. Não estou certo de que tenha ganho maior nitidez de análise, mas, por certo, perdeu no tocante à profundidade de perspectiva.

O melhor exemplo que posso dar desta poderosa inscrição da contemporaneidade na análise da cidade retiro-o do acutilante relato sócio-etnográfico de Friedrich Engels sobre as condições da vida operária na Manchester vitoriana. Desse relato retenho apenas a descrição da estratégia de segregação da classe operária e da sua invisibilização. De acordo com Engels, em virtude da “curiosa configuração da cidade”, era possível viver em Manchester anos a fio, ir e vir para o emprego, sem nunca se avistar um bairro operário (Engels, 1958: 54).⁴ A referência remete-nos para a fractura profunda da ordem política da cidade da era industrial, fundada no princípio da demarcação das desigualdades, das diferenças e das distâncias sociais. A cidade é agora eminentemente excludente: repele e subalterniza os grupos sociais vulneráveis que, para usar a fina ironia de Engels, “ofendem a frágil sensibilidade do olhar burguês”.

Por outras palavras, diria que, com a era industrial, a “morte” do campo e a hegemonização do urbano precipitaram a sociologia para a análise da contemporaneidade vitoriosa da cidade. O contraponto simbólico desta “morte” do campo é a “morte” também simbólica de uma parte da cidade – a dos mais frágeis, pobres e incultos – às mãos da outra parte – a dos mais ricos, cultos e poderosos. Metaforicamente, dir-se-ia que a cidade substituiu o seu conflito com o campo e o rural pelo conflito consigo própria e que se instaurou na cidade moderna e industrial o conflito da cidade contra a “não”-cidade.

A Manchester de Engels, como arquétipo da cidade moderna e industrial, não é episódica nem epifenomenal. Com efeito, a leitura de *The City of Quartz* de Mike Davis (1990) sobre Los Angeles, escrita quase 150 anos

⁴ Esta deliberada ocultação das classes operárias e das suas condições de vida constitui uma das principais justificações do processo de suburbanização que haveria de revelar-se o principal agente do crescimento futuro das cidades. Tal desenrolar inspirou uma vastíssima e aguerrida reflexão anti-urbana, alimentada não apenas pelos malefícios da industrialização e da monetarização das relações sociais, como no caso de Engels, mas principalmente pela moral burguesa que acusa a cidade de promover a degradação cívica e moral dos cidadãos, precarizar a sua condição física e intelectual e instigar a desordem, o vício e a doença (por exemplo, Stallybrass e White, 1986; Short, 1991). Em contraste com este pessimismo urbano, nas sociedades em que se tornara impossível oferecer o campo e a vida rural como alternativa mercê da maciça fuga para a cidade, os subúrbios eram frequentemente referidos como a solução mais segura, onde a família, a estabilidade e a comunidade de valores podiam desenvolver-se a coberto dos riscos da grande cidade (Stilgoe, 1988; Chaney, 1994).

depois do surgimento da *A situação da classe operária em Inglaterra*, é particularmente ilustrativa da continuidade histórica da “guerra” entre cidade e “não”-cidade. Se é isto que une Engels e Mike Davis, tomados como personificações de contextos temporais distantes entre si, interrogo-me sobre o que os separa e distancia.

Aquilo que separa a metrópole industrial e moderna da metrópole tardia e pós-moderna é um lapso de tempo e de transformações profundas que podem ser resumidos no seguinte conjunto de factores:

1. A incessante urbanização do mundo e o crescimento das cidades, a partir do centro para as margens, de que resulta a desvitalização recíproca tanto social como cultural de ambos os territórios;

2. O poder de intervenção e o monopólio de *expertise* de urbanistas e arquitectos para imporem um sistema de significação e de intencionalidade ao espaço urbano, à margem da participação pública e democrática dos não-especialistas;

3. A flexibilização pós-fordista, conjugada com o processo duplo de desindustrialização e reindustrialização, e os seus efeitos sobre a criação de espaços vazios no interior das cidades;

4. O desenvolvimento das tecnologias e as correspondentes compressão espaço-temporal e desterritorialização dos processos produtivos e comunicacionais;

5. A cultura da velocidade (e da mobilidade) e a transfiguração de vastas áreas urbanas em lugares de passagem (“não-lugares”), com repercussões sobre o efeito de memória e o sentido de lugar;

6. A globalização económica, financeira e dos modos de governação política e os seus efeitos sobre a implosão do estado-nação e a concomitante insinuação das cidades como meso-esfera de governação;

7. A globalização da cultura, associada às novas formas de afirmação contra-hegemónica de valores, identidades e comunidades locais;

8. A urbanização da injustiça, como resultado da contínua privatização dos lugares e patrimónios públicos e os seus efeitos colaterais na fragilização da cidadania e na retracção generalizada para o domínio da domesticidade e dos círculos de convivialidade restrita.

Ao olhar para a cidade e a metrópole de hoje, tendo em consideração este conjunto de factores, resulta claro que eles não estão devidamente enquadrados pela sociologia urbana clássica, entendida amplamente de modo a incorporar tanto as contribuições originais do século XIX (Weber, Sombart, Simmel, etc.), como as investidas da Escola de Chicago (Park, Wirth, etc.) e mesmo as reconceptualizações do último quartel do século XX (Castells, Lefebvre, Harvey, etc.).

Nestas circunstâncias, pode dizer-se que a sociologia urbana clássica não dispõe hoje de instrumentos analíticos, teóricos e interpretativos capazes de escrutinar e compreender cabalmente a cidade contemporânea. Tal decorrerá do facto de assentar em dois fundamentos tópicos e epistemológicos – o tempo e o espaço – que foram profundamente abalados no seu significado filosófico. Na verdade, a sociologia urbana clássica mostra-se subsidiária das epistemologias positivistas triunfalistas que subordinam a relação da cidade com as estruturas sociais a uma espécie de “ambiente externo”. Este “ambiente” é definido a partir de uma concepção dupla de tempo linear e “objectivo” e de espaço cartesiano e absoluto. O tempo social encontra-se, assim, dependente de uma perspectiva newtoniana, equivalendo-se a uma invariante da vida social. É o sentido do tempo linear, do tempo como medida da duração e da sucessão regular dos factos sociais (Kern, 1983; Lash e Urry, 1994). O espaço, por seu turno, é concebido como “objecto” e “suporte” em que a acção humana se desenrola, sempre de modo confinado e num sentido de clausura euclidiana (Emberley, 1989: 745). É a concepção de espaço como “arena” passiva, susceptível de ser visualizada e cartografada, de modo inerte, fixo e não-dialéctico (Soja, 1989; Massey, 1992).

Estas perspectivas absolutas e objectivas do tempo e do espaço são, evidentemente, constitutivas do próprio pensamento da modernidade. Analistas (das vicissitudes) da ciência e (das incompletudes) das promessas sociais da modernidade, como Boaventura de Sousa Santos (1995, 2000), Bruno Latour (1987) ou John Urry (2000a, 2000b), entre outros, partindo embora de pressupostos diversos, parecem concordar em que uma e outra – ciência e sociedade – não podem hoje ser tratadas como se enclausuradas num quadro rígido espaço-temporal, absoluto e universal, dentro do qual a vida social se desenrola. Esta crítica implica uma alteração das concepções de tempo e de espaço da modernidade e a reconceptualização destas dimensões como constituindo elas próprias acções humanas relevantes.

Estou, portanto, a reclamar uma mudança epistémica e uma transição paradigmática a operar no domínio do conhecimento sociológico sobre a cidade.⁵ Uma alteração dos seus fundamentos epistemológicos e dos seus

⁵ Uma boa forma de dar conta do anquilosamento teórico da sociologia urbana clássica reside em apontar o seu culto do “sociologismo”, ou seja o seu fechamento disciplinar e sua defesa da tradição. O que caracteriza este “sociologismo” é sustentar e fazer crer que tudo o que é novo e desafia o nosso conhecimento não passa de manifestação espúria de algo que já nos é familiar. A análise da cidade contemporânea feita com base na sua condição “pós-industrial”, ou no paradigma de Castells (1984), a seu tempo inovador dos movimentos sociais radicais e nos consumos colectivos, por exemplo, ilustram bem este fechamento à rectaguarda da sociologia urbana. Outro exemplo é a tentativa de neutralização do lugar do espaço na análise e no discurso sociológicos sobre o urbano, como faz Saunders (1980), que assim contribui para a retraditionalização da disciplina.

instrumentos teóricos, analíticos e processuais. Numa palavra, a reforma da sociologia urbana que advogo, de modo a torná-la capaz de oferecer guiões para a acção dos “construtores” da cidade das próximas décadas, implica uma capacidade para inverter os sentidos da leitura sociológica da cidade e passar a lê-la também de “baixo para cima” e “das margens para o centro”.

Ser capaz de ler sociologicamente a cidade do avesso é sustentar que, com o *cultural turn* dos anos 80 (Chaney, 1994), o velho grito de Lefebvre sobre o “direito à cidade” está hoje assegurado. Mas é incompleto e é preciso dar-lhe consistência e juntar-lhe o direito à diferença. É aceitar que, em democracia, a cidade concede liberdade. Mas que é preciso juntar-lhe criatividade. É defender que a política está presente na cidade, mas que é preciso reinventá-la para a aproximar da velha e abstracta polis, da participação cívica e da garantia dos direitos de cidadania. É admitir que, além da sua forma, da sua estética, do seu uso e função, a arquitectura deve também re-imaginar-se na sua relação com o espaço, o tempo, os sentidos e as pulsões da cidade. É indispensável reconhecer que nem o espaço é monolítico nem o tempo absoluto e linear. Por estas razões, ler sociologicamente a cidade de “baixo para cima” e “das margens para o centro” é, numa palavra, reinventar o sentido do acto e do espaço público, participado e democrático. É imaginar a conjugação da cidade com a “não”-cidade e ousar vivê-la.

Um pressuposto, quatro hipóteses e outra interrogação sobre os espaços públicos das cidades

Perante as transformações socioeconómicas assinaladas desde os tempos da cidade da era moderna e industrial até aos nossos dias e perante o imperativo científico e social de uma visão sociológica renovada, viro-me agora, mais em concreto, para a questão dos espaços públicos urbanos. Faço-o partindo de um pressuposto, enunciando um conjunto de quatro hipóteses e, por fim, formulando uma interrogação.

O pressuposto, ou a retracção do espaço público urbano⁶

O pressuposto é o da chamada “crise” do espaço público das cidades, sobejamente analisado (*maxime* Sennett, 1978; Light e Smith, 1988; Chambers, 1990; Sorkin, 1992; Weintraub e Kumar, 1997; Jacobs, 2000). Em

⁶ Convém esclarecer que a noção de espaço público que aqui utilizo não é coincidente nem com a “esfera pública” de Habermas, entendida como comunidade interpretativa, racional e crítica, constitutiva da ordem burguesa (Habermas, 1989), nem com os ambientes e lugares honoríficos em que, até ao século XVIII, se celebrava o poder dos reis ou da aristocracia e se evocava a sua

regra, esta “crise” é vista como resultante da lógica cultural contemporânea que acentua, de um lado, o reino do individualismo e da domesticidade e, de outro lado, a cultura do movimento e da velocidade que, aplicada à técnica urbanística, organiza a cidade de acordo com o princípio geral de que os sujeitos se encontram em contínuo trânsito entre lugares (Sheller e Urry, 2000).

Em Portugal, esta “crise” do espaço público das cidades pode ser ilustrada com recurso aos contornos da participação social, cívica e cultural dos portugueses pós-1974 e, mais concretamente, através do que podemos designar por *ciclos de governação política das cidades*, organizados em função da vitalidade da sociedade civil e da capacidade de regulação estatal (Fortuna e Silva, 2001).

O *primeiro ciclo de governação* política das cidades é o ciclo da *espontaneidade da sociedade civil*, durante o chamado período revolucionário (1974-76), quando as ruas, praças, cafés e outros recintos se constituíram em cenários de entusiásticas manifestações públicas de indivíduos, grupos e movimentos sociais. Nesse processo, aqueles recintos públicos foram apropriados culturalmente e sujeitos a novas leituras e códigos de interpretação simbólica. “Participar” era a palavra de ordem mais mobilizadora, que continha uma carga simbólica muito particular: a de estar na rua, em grupo, soltando gestos e opiniões sobre a vida pública.

O *segundo ciclo de governação* é o ciclo da *institucionalização da vida política*, centrado em matérias de natureza política e socioeconómica formal. É a fase da recomposição política do Estado (década de 80), que amorteceu o ímpeto anterior da sociedade civil. O papel institucionalizador de “legisladores e intérpretes” (Bauman, 1987) foi essencial para a constituição do que Boaventura de Sousa Santos designou por “sociedade civil secundária” (Santos, 1990). A adesão de Portugal à União Europeia em 1986 viria a codificar os termos da discussão política que foi sendo canalizada para o domínio do desenvolvimento socioeconómico e de infra-estruturação do país. A esfera cultural permanecia remetida a um plano secundário.

O *terceiro ciclo de governação* é o ciclo da *europeização*. Estamos hoje a vivê-lo e corresponde a uma estratégia de modernização do país e das cidades por intermédio da cultura. Reduzida a preocupação com a infra-estruturação

soberania (Sennett, 1978; Boyer, 1994; Hetherington, 1998). Refiro-me ao espaço público urbano para significar os contextos físico-espaciais de localização das sociabilidades, cujos arquétipos principais são a rua e a praça pública. No entanto, uma análise sociológica mais fina aconselha a desagregar estes espaços de sociabilidade e convivialidade em pelo menos quatro categorias de espaços públicos: os *marcadamente comerciais*, os *histórico-monumentais*, os *grandes equipamentos* e os *espaços da realização de eventos culturais efémeros* (Fortuna, Abreu e Ferreira, 1999).

do país, o papel político do Estado e das autarquias ganha relevo e a cultura é potenciada nesta fase de compaginação de Portugal com padrões económicos, educativos e culturais europeus.⁷ A participação pública dos cidadãos, grupos e movimentos sociais surge condicionada e, perante os efeitos sensíveis da globalização da economia, da cultura e da comunicação, o espaço público das cidades surge pautado pelos desígnios da massificação e da estetização dos consumos, do mesmo modo que o planeamento urbano e mesmo numerosas imagens identitárias e promocionais das cidades passam a sujeitar-se à lógica do mercado.⁸ É a chamada colonização do espaço público urbano.

Neste período, tornou-se notória uma nova orientação política relativamente à cultura como estratégia de renovação das economias locais urbanas (lazer, turismo, *media* e outras “indústrias culturais”), que evidencia também maior envolvimento e participação cultural, como forma de integrar sectores sociais jovens ou menos qualificados, ao lado da criação de infra-estruturas, equipamentos e competências culturais novas.⁹

Estas novas acções culturais têm sido acompanhadas, em muitos casos, por processos de revitalização e recriação de espaços que estão a tornar a cidade mais legível e mais atractiva (ruas pedestres, recuperação de áreas e edifícios degradados, ocupação de casas devolutas, vida nocturna, etc.). De alguma forma, tudo se inclina agora para uma espécie de retorno ao centro

⁷ Esta situação pode ser ilustrada com recurso a duas situações. Por um lado, através da evolução da despesa das administrações públicas (autárquica e central) com a cultura (M.L.L. dos Santos, 1998). Os dados disponíveis põem em relevo o investimento crescente das autarquias que, em 1992, terão mesmo ultrapassado os gastos da administração central com a cultura (Neves, 2000). Uma parte substancial deste investimento autárquico na cultura (cerca de 1/3) concentra-se em áreas “tradicionais” como o património, as publicações, os recintos e actividades socioculturais. As actividades “emergentes” como a música, as artes cénicas e plásticas, o cinema e a fotografia tendem a coincidir com as escolhas sectoriais do investimento da administração central. Por outro lado, a tendência para a “culturalização” das cidades (e do país) pode ser ilustrada pela sucessão de grandes acontecimentos culturais, com que se tem promovido a imagem internacional do país ou de cidades específicas. São exemplos destas iniciativas, entre outros, a Europália, a Lisboa’94, o Festival dos Cem Dias, a Expo’98, a Porto 2001, como de resto também a recém-enunciada intenção política de lançar um programa de Capitais Nacionais da Cultura, a ser iniciado em Coimbra, no ano de 2003.

⁸ Para esta variedade de situações podem consultar-se os trabalhos recentemente publicados pelo Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, do Centro de Estudos Sociais (Fortuna e Silva, 2002).

⁹ Desde os inícios do *terceiro ciclo de governação política das cidades*, tornaram-se manifestos os programas e acções estratégicas de requalificação urbana apoiados pela União Europeia para um vasto conjunto de cidades em Portugal. O conjunto destas medidas está a ser coroado pela entrada em vigor do extremamente ambicioso Programa POLIS que define como objectivos gerais a requalificação e revitalização dos centros urbanos através da promoção do que é designado por *cidades verdes, digitais, do conhecimento e do entretenimento* e, por último, *intergeracionais*.

da cidade, embora um retorno de tonalidade diferente do registado no primeiro ciclo de governação enunciado.

Perante a escassez de estudos de avaliação de impactos destas políticas em Portugal,¹⁰ o recurso à análise produzida sobre outras experiências semelhantes na Europa, pode levar-nos a concluir não ser líquido que este investimento seja consistente do ponto de vista social e cultural ou que produza efeitos directos e sustentados sobre as economias locais das cidades (Bianchini e Schwengel, 1990; Bianchini e Parkinson, 1993; Zukin, 1995; Matarasso, 1997; Landry, 2000; Amin *et al.*, 2000). Quer dizer, alterar os padrões da oferta e os gostos do consumo pode não ter nada a dizer aos sectores sociais mais frágeis (famílias operárias, desempregados, idosos e reformados, grupos marginais ou lateralizados, incluindo grupos étnicos) cujos consumos, como sabemos, permanecem baixos e as suas formas de expressão política pública limitadas.

Esta diversidade de situações e níveis desiguais de envolvimento e benefício das novas políticas culturais tornam claras as dificuldades de instituir acções socialmente abrangentes de redesenvolvimento cultural das cidades. A razão de fundo desta dificuldade reside na própria ontologia da cidade moderna, feita de fragmentações e incoerências políticas, sociais e culturais. Se é destes fragmentos que se pode constituir e revigorar a imagem cultural de uma qualquer cidade, não é menos verdade que, em tempo de globalização, de crescente competitividade intra- e inter-cidades, a identificação de uma imagem emblemática ou de uma expressão identitária revelar-se-á sempre paradoxal e pode mesmo incorrer no reforço daquelas fragmentações e incoerências. Por outras palavras, as cidades não podem ser nunca globalmente globais, nem para dentro nem para fora, porquanto a globalização virtuosa ou a hegemonização de um ou vários dos seus “fragmentos” (que assim se tornam imagem de marca local) projecta-se sempre na localização ou na subordinação de outros, sejam eles grupos ou movimentos sociais, espaços ou monumentos, linguagens, artes ou saberes, actividades ou acontecimentos.¹¹

¹⁰ Entre os estudos disponíveis sobre esta matéria, cabe assinalar os trabalhos desenvolvidos no quadro do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, nomeadamente os de Ferreira (1997), de Ferreira e Indovina (1999) e de Castro *et al.* (1997). No Centro de Estudos Sociais (Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas) está em curso um projecto de investigação sobre os “intermediários culturais” que, entre outras linhas de trabalho, se dedica ao acompanhamento do Programa POLIS que, à data, engloba acções de requalificação urbana num vasto conjunto de 25 cidades.

¹¹ É neste sentido que, de acordo com Ian Chambers, muitas cidades estão a perder centralidade cívica, pois que segmentos das suas populações se encontram, como nunca, sujeitos a catalogações ameaçadoras da sua condição e vêm-se convertidos em estigmatizantes minorias étnicas e culturais, ou em (novos) pobres, reformados, inactivos ou delinquentes urbanos (Chambers, 1990: 53).

Mas a questão é ainda mais complexa se admitirmos que, além da vertical “geometria do poder” (Massey, 1993), que reparte desigualmente direitos e capacidades – a cidade vista de “cima para baixo” –, as desigualdades e as diferenças sociais e culturais nas sociedades e nas cidades de hoje organizam-se também ao longo de um eixo horizontal, igualmente fracturante – a cidade vista “do centro e das margens”. Nesta perspectiva, é preciso considerar as situações em que sujeitos, grupos ou movimentos sociais se põem deliberada e assumidamente “ao lado” ou “fora” do centro, num acto de *lateralização social* consciente e resistente.¹² “Estar na margem” significa, como diz bell hooks, ocupar “um lugar de criatividade [...] a partir do qual se constrói um outro sentido do mundo” (hooks, 1990: 153).¹³

Este “outro sentido do mundo” revela, na verdade, uma cidadania disputada, de resistência, oposta à “estética do desaparecimento” de que fala Paul Virilio (1989). Mais do que um jogo de dualidades, este é um jogo de recombinações de referências, estilos de vida e práticas sociais que conduz à experiência de incoerência e diversidade culturais como condição urbana e, logo também, como imperativo imposto a uma renovada análise sociológica.

¹² O uso da expressão “lateralização social” não rejeita e contém mesmo uma relação de poder e de “subordinação” política como a que Doreen Massey (1993) assinala, embora com estratégias de acção totalmente diversas porque fundadas noutras capacidades dos agentes sociais. Neste sentido, reconhecimento pertinência ao juízo de Alain Touraine quando se exprime dizendo que “estamos, hoje, a viver um momento de transição de uma sociedade vertical, que nos tínhamos habituado a designar por sociedade de classes, [...] para uma sociedade horizontal, em que o que importa é saber se estamos no centro ou na periferia” (Touraine, 1991: 166).

¹³ Este “outro sentido do mundo”, enquanto *lateralização social*, pode ter sentidos políticos muito diversos de afirmação das identidades subalternas. Mas também sentidos estéticos. Dou dois exemplos: O primeiro diz respeito à estética decorativa alternativa das cidades, contida nos *graffiti*. Na verdade, a conotação dos *graffiti* com sinais identitários de grupos e (sub)culturas ameaçados está sujeita a interpretações estereotipadas de marginalidade e delinquência, na precisa medida em que a partir dos espaços e zonas pobres e marginais das cidades foram chegando aos centros residenciais mais centrais, ricos e poderosos das cidades. Fora deste espaço ideologicamente confinado, os *graffiti* são vistos por grupos dominantes como o “lixo” que, como assinala Mary Douglas, a cultura ocidental reconhece em qualquer “matéria fora do lugar” (Douglas, 1966: 35). Referências à cultura dos *graffiti* e dos *graffiters* nas cidades portuguesas podem encontrar-se nos textos de Filomena Marques *et al.* (1999) e de José Machado Pais (1993). Uma versão ilustrativa do discurso radical da intolerância policial perante os *graffiti* pode encontrar-se nas declarações de William Bratton – ex-comandante da polícia de Nova Iorque – aquando da sua visita recente a Portugal (*Expresso*, 28/10/2000). O segundo exemplo retiro-o do *rap* e da cultura *hip-hop* que, em Portugal, ganhou projecção, sobretudo a partir das periferias de Lisboa, através de nomes como AC, General D, Pac Man, Da Weasel, Black Company, Bantú e outros. A estética do seu “sentido do mundo” tende a ser tão política como artística e oferecer, num ou outro caso, recursos narrativos e simbólicos da identidade lateralizada e resistente, tema cuja relevância pode ser analisada mais de perto através do estudo recente de António Contador (2001).

Quatros hipóteses, ou sobre a hibridação da cultura urbana

As recombinações a que acabo de aludir implicam reconhecer que a sociedade e a cultura, mais do que apenas compósitas, são de uma plasticidade enorme. Disse acima que nem o espaço é monolítico nem o tempo é linear e que, por isso, nos encontramos hoje perante a necessidade de revisão dos nossos instrumentos teóricos e analíticos. Em manifesta oposição à estratégia modernista de classificação racional (Zerubavel, 1991) as leituras binárias da realidade tornaram-se inaptas e sem poder explicativo, num quadro de excesso e de volatilidade dos significados das coisas e dos lugares. A alternativa tem sido a valorização da metáfora da hibridação, que enuncia o princípio da mobilidade dos elementos e da permissividade das fronteiras, bem visível em tempos de globalização (Featherstone *et al.*, 1995; Canclini, 1989). Os objectos e as situações híbridas revelam sempre, ainda que em graus variáveis, os antecedentes naturais ou culturais das partes que neles se combinam. Na investigação académica, o corolário desta situação tem sido a gradual autonomização dos processos e mecanismos de intermediação, as suas zonas de contacto, em detrimento dos próprios elementos bem delimitados que nelas confluem e se contaminam mutuamente (Rosaldo, 1997).¹⁴

Aplicada ao estudo das cidades e dos seus espaços públicos, esta sugestão de procurar maior inteligibilidade nas zonas de contágio entre campos complexos de acção, conduz-me a sintetizar, a partir de texto recente (Fortuna e Silva, 2001), alguns possíveis desfechos para a compreensão dos espaços públicos urbanos, se perspectivados de acordo com aquilo que designo por *zonas de intermediação cultural*.

Admito que possamos identificar quatro zonas de intermediação principais. A primeira diz respeito às chamadas “terceiras culturas”.

¹⁴ Em *Culture and Truth*, Renato Rosaldo sustenta que esta autonomia da zona de contacto nos obriga a conceder uma atenção renovada ao que antes era tido como “espaço vazio” e de invisibilidade cultural (Rosaldo, 1989: 208). Uma boa ilustração desta reconfiguração paradigmática da investigação no domínio da história das culturas encontra-se sintetizada na literatura sobre as diásporas, em que, entre outros, se destaca o trabalho de Paul Gilroy que sugere mesmo aos historiadores da cultura que tomem “o Atlântico como uma unidade de análise singular” (Gilroy, 1993: 15), em vez de se fixarem em perspectivas analíticas absolutas. É manifesta a ressonância do trabalho de Fernand Braudel (1984) sobre o Mediterrâneo, enquanto plataforma de intermediação política, económica e geográfica entre civilizações diferentes. Reconheço que esta problemática tem ganho maior relevo quer nos chamados estudos literários e culturais comparados, quer no domínio da antropologia e etnologia. No entanto, a própria sociologia tem recebido recentes re-interpretações de sinal semelhante, nomeadamente por parte da etnometodologia (Harold Garfinkel, Harvey Sacks, Aaron Cicourel), mas também do Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies (Stuart Hall e Paul Willis).

Zona de Intermediação 1: Terceiras Culturas

As terceiras culturas referem-se ao território transnacional de negociação e resolução de problemas e conflitos decorrentes do contacto intercultural (Featherstone, 1997). Os seus protagonistas, ao actuarem no campo da retradução e acomodação dos sentidos e significados da cultura local e global, remetem-nos para um universo de referências cosmopolitas. Detentores de competências técnicas e culturais específicas, os profissionais das terceiras culturas, se, por um lado, podem constituir-se em agentes de actualização da cultura local, por outro, podem fazer perigar a sua autenticidade, em virtude da supremacia e controlo que exercem sobre os sistemas de significação e de intencionalidade cultural.¹⁵

A hipótese que gostaria de colocar diz respeito ao eventual potencial progressista das terceiras culturas e dos seus profissionais. Um exemplo desse potencial pode retirar-se do papel comunicacional actual das novas tecnologias de comunicação (McBeath e Webb, 1997) que, no limite, podem estar a fazer emergir um novo *ethos* cosmopolita (Shields, 1997). Sendo certo que este *ethos* tanto pode actuar no sentido do reforço da ordem institucional global, como se lhe pode opor, gostaria de assinalar a possibilidade de este *ethos* emergente produzir efeitos significativos no relacionamento entre lugares e grupos sociais que, até há pouco, se conheciam apenas através de conotações simbólicas de oposição e distância, do género *nós e outros*. Ao potenciar a aproximação entre entidades distantes e opostas, as terceiras culturas e o possível *ethos* em emergência podem converter-se em agentes da revitalização dos espaços e dos encontros públicos das cidades. O requisito de base para que a hipótese frutifique é que o encontro de posições, discursos e narrativas dissonantes accione códigos alternativos e linguagens solidaristas que capacitem os sujeitos para o diálogo com a diversidade cultural e a alteridade. Por outras palavras, é essencial que esta expressão das terceiras culturas e o novo *ethos* reconfigurem a base elitista e segregadora, que tem dominado os contactos entre culturas (Santos, 1995, 2000; Hannerz, 1996).

15 Vejam-se, por exemplo, as intervenções estéticas e artísticas a cargo de especialistas da arquitectura e do urbanismo e a exclusão dos não-especialistas da sua apreciação ou contestação (Miles, 1997: 131). Mesmo quando justificadas formalmente com base na funcionalidade da cidade, da intencionalidade dos edifícios, ou da promoção da “transparência” e “abertura” dos espaços, não deixam de revelar um sentido de autoridade decorrente do monopólio de *expertise* dos seus mentores (Brain, 1997).

Zona de Intermediação 2: Relações sociais de estranhamento e tolerância

Que os profissionais cosmopolitas das terceiras culturas possam ser equiparados à figura sociológica do estranho é a minha segunda hipótese de trabalho. A presença do estranho anula a eficácia dos nossos juízos e preconceitos, pois que é uma categoria terceira, desafiadora dos esquemas classificatórios elementares por se situar algures entre o amigo, ou o conhecido, de um lado, e o inimigo, ou o opositor, do outro. Imaginamos saber como reconhecer e o que esperar de uns e de outros. Mas não sabemos como lidar com o estranho – essa espécie de personificação da imprevisibilidade que, presente desde sempre no espaço público das cidades (Simmel, 1997a; Wirth, 1997; Park, 1967; Jacobs, 2000; Sennett, 1978; Lofland, 1998) não deixa, contudo, de surpreender o nosso quotidiano cidadão. Tal como no caso das relações de anonimato, também o contacto fortuito e ocasional com o estranho poderá alimentar formas novas de sociabilidade e associação cívica desde que alicerçado numa noção nova de tolerância social, que supere a tolerância negativa, sinónimo de descomprometimento e de “indiferença civil” (Goffman, 1963), segregadora e subordinante. Ao contrário, de uma tolerância positiva que promova o (re)conhecimento do estranho poderá brotar a disponibilidade dos sujeitos e grupos para negociarem, de modo autónomo e no respeito por aquilo que os diferencia, as condições de maior equidade social e de juízo sobre a sua condição e a sua individualidade.¹⁶ O requisito de base para que esta hipótese se concretize é que sejam aspectos relevantes para a vida social aquilo sobre que, numa relação social de estranhamento, os indivíduos e grupos são chamados a negociar.

Zona de Intermediação 3: Domesticidade e práticas socioculturais

Como já sustentei noutro lugar, o confronto com a alteridade é sempre interpelante. Ao invés, a exclusão desse confronto e o refúgio no isolamento doméstico impedem a construção de uma linguagem do bem-comum (Fortuna, 1999). Vale a pena reflectir acerca da função da casa, sobejamente apontada como um dos responsáveis pela atrofia e crise do espaço público.¹⁷ Desejo enunciar apenas a hipótese geral da relação

¹⁶ Boaventura de Sousa Santos, embora num outro registo temático de discussão, elabora uma fórmula igualmente reveladora do que pode ser uma prática solidária como forma de conhecimento em condições de relacionamento intercultural: “é o reconhecimento do outro como igual, sempre que a diferença lhe acarreta inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco a identidade” (Santos, 2000: 228).

¹⁷ No domínio da teoria, é conhecida a função do espaço doméstico enquanto garante da reflexividade pessoal e condição para que os indivíduos regressem ao domínio público e sejam sociáveis. Recorde-se, a este propósito, o risco de desequilíbrio psíquico e emocional que, no entender de Simmel, os indivíduos corriam de permanecer no espaço público da metrópole, sem capacidade de recuo na

do espaço privado, doméstico e familiar com o espaço público, à luz das influências da globalização da cultura e do desenvolvimento das tecnologias. A técnica de miniaturização, da portabilidade dos equipamentos, e a própria lógica do mercado (preços e sistemas de crédito) permitem sustentar que as residências particulares estão a tornar-se auto-suficientes, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a sons, imagens, à informação e à comunicação em geral (Benko, 1997). Neste sentido, e contra a convenção sociológica, a casa pode ser vista como um espaço de abertura activa (e não apenas de passiva receptividade) a tudo o que se passa no mundo. Paralelamente, é também conhecida a tendência crescente para a multifuncionalidade das residências particulares, nomeadamente em vista das novas modalidades de trabalho flexível – teletrabalho e trabalho independente (Rocheftort, 1997). Do uso, a um tempo privado e profissional, da casa tem resultado o aumento da área média dos apartamentos, bem como a subdivisão e especialização dos seus espaços interiores (Rocheftort: 80-93; Lopes, 2000).

Deste modo, a casa, tal como o espaço público, está a tornar-se um espaço “colonizado” por um conjunto de agentes e instituições que lhe são exteriores. O efeito mais imediato desta “colonização” é a sua progressiva fragmentação em cada vez mais recônditos espaços de privacidade intra-familiar.

A minha hipótese, compartilhando aliás a interpretação de Daniel Vidal (1996), é, portanto, a da implosão do espaço privado. De arena familiar compartilhada, o espaço da casa está a ser estilhaçado. Como uma câmara de ressonância, está a acomodar no seu seio os mesmos sinais de agressividade, dissonância e fractura social e intergeracional que germinam no quotidiano público da cidade. O relevo da minha hipótese sobre a relação da privacidade do lar com o espaço público é, deste modo, o conselho para que olhemos para a cidade a partir da porosidade das fronteiras entre os domínios público e privado. Não podemos continuar a aceitar quaisquer definições nominalistas dos espaços, senão de forma operativa, porquanto eles se influenciam e contaminam reciprocamente a cada instante. Mas o

esfera da privacidade: “Se aos incessantes contactos públicos das pessoas nas grandes cidades” – afirma Simmel – “correspondessem as mesmas reacções interiores dos contactos que têm lugar na pequena localidade, [...] estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável” (Simmel, 1997a: 36). A mesma linha de raciocínio surge em Sennett: “os seres humanos necessitam de criar uma certa distância face à observação íntima, feita por outros, de modo a poderem sentir-se sociáveis” (Sennett, 1978: 15). No domínio empírico das práticas e consumos culturais da população portuguesa, por exemplo, é conhecida a centralidade do espaço doméstico e o diminuto consumo cultural em espaços exo-domiciliários (Fortuna e Abreu, 2001).

desafio para os nossos esquemas mentais e operativos, para nada dizer da nossa própria estabilidade emocional, decorrente desta porosidade das fronteiras não é de todo um desafio menor.

Zona de Intermediação 4: Espaços sociais de proximidade relacional

A minha quarta hipótese decorre daqui. Viver em situações que não são nem as situações típicas do espaço público (que retrocede e vê continuamente alterada a sua natureza – o meu pressuposto inicial) nem do espaço privado (que implode ao mesmo tempo que se mundializa a cada instante – a minha terceira hipótese de trabalho) gera inseguranças, não apenas físicas, mas também mentais e ontológicas. Como poderemos, assim, *viver em fronteira*, delimitá-la e dar-lhe sentido de lugar? A *fronteira* é sempre um *outro espaço* e, como tal, só podemos habitá-lo de forma imaginada. A partir de posições imaginadas de poder ou de não-poder, como a partir de posições imaginadas do centro ou da periferia e das margens. A hipótese que quero desenvolver diz respeito ao que designo espaços sociais de proximidade relacional que são, portanto, espaços de imaginação e produção pessoal e colectiva, como, por exemplo e entre outros, os espaços da nossa memória identitária como os complexos históricos e monumentais das nossas cidades. São espaços orgânicos, com uma forte estrutura e espessura simbólica. Esta espessura, como tudo o que é sólido, ameaça hoje dissolver-se... não no ar, mas na lógica da objectivação e do mercado. Como outros espaços – residenciais ou de comércio e consumo – também estes complexos histórico-monumentais se encontram em vias de serem hegemonzados pelos princípios ordenadores do mercado e, nesse sentido, de promoverem contextos em que os sujeitos se vêem arrastados para uma condição alienante e atomizada.

O que está em causa é a necessidade de se pensar, sem rodeios nem nostalgias, em como confrontar esta lógica de mercadorização dos espaços públicos, históricos e monumentais, com outras lógicas, nomeadamente a do espírito de comunidade e associação, das relações de afectividade e do espírito de lugar, dos objectivos de encontro, festa e entretenimento, ou mesmo as estratégias de emblematização das identidades (Fortuna e Peixoto, 2002). Como será possível redinamizar esses espaços perante a ameaça de dissolução deslizante do seu significado e incorporá-los de modo significativo numa acção de redesenvolvimento cultural das cidades, reaproximando entre si a *urbe* e a *polis*? Da resposta que dermos resultará ou não a clareza e o sentido da *fronteira* em que estamos condenados a viver. Precisamos, para tanto, de assegurar um requisito fundamental: é preciso que o redesenvolvimento cultural das cidades e dos seus espaços resulte de uma

conferência alargada de consenso participado que se debruce sobre o lugar e o significado do tempo e do espaço na cidade, para o que se torna essencial pôr em confronto as visões díspares do que antes designei por cidade e “não”-cidade e as suas respectivas leituras e sentidos desta relação espaço-temporal. Se esta é a hipótese, a contra-hipótese traduz-se no facto de, perante a impossibilidade desta conferência de consenso, a cidade, em vez de diversa, permanecer sujeita a intervenções medíocres, ou à arrogância e à insensibilidade de muitos profissionais das terceiras culturas, ou ao utilitarismo de muitos investimentos e usos dos seus espaços públicos. Ou mesmo a tudo isso simultaneamente.

A interrogação, ou sobre a beleza dos espaços públicos

A interrogação que me inquieta respeita aos critérios estéticos dos espaços públicos da cidade. Se, como exercício académico, tivesse que apontar os responsáveis principais pela estética actual dos espaços públicos urbanos assinalaria, entre outros, naturalmente, arquitectos e urbanistas. Não sendo a cidade um produto exclusivo seu, todavia, pode afirmar-se que ambos surgem como, ou julgam ser, os negociadores, por excelência, da sua criação e reforma e, assim, da sua linguagem e significado estéticos. Não raramente, a arquitectura e a técnica urbanística são praticadas e compreendidas como actividade intelectual, estética e artística dependente de sofisticados sistemas de perícia, qualificação e gosto pessoal (Borden *et al.*, 2001). Mesmo quando justificadas formalmente, com base na funcionalidade da cidade, na intencionalidade dos edifícios, ou na promoção da “transparência” e “abertura” dos espaços, as acções dos seus praticantes não deixam de revelar um sentido de autoridade decorrente do monopólio de *expertise* que, em regra, exclui a intervenção e a avaliação dos não-especialistas, remetidos à condição de meros utentes ou receptores de um produto final (Brain, 1997; Miles, 1997).

Da mesma maneira que Engels se referiu à “curiosa configuração da cidade” de Manchester que instigava a segregação social, ou que Mike Davis aborda a “arquitectura de fortaleza” de Los Angeles, encontramos na literatura sociológica especializada as mais diversas referências à influência negativa da arquitectura e do urbanismo sobre o espaço público.¹⁸ A prin-

¹⁸ Desde a crítica a Haussman e aos planos anti-insurreccionais da renovação urbanística de Paris pós-1848, passando por Jane Jacobs e a “morte” do sentido de comunidade nas cidades americanas do século XX (Jacobs, 2000), ou por Richard Sennett e a “consciência do olhar” nova-iorquino que tudo e nada vê (Sennett, 1990), ou por Neil Smith e a denúncia dos limites dos processos de enobrecimento urbano (*gentrification*) (Smith, 1996), ou por Michael Sorkin e os efeitos perniciosos das novas centralidades comerciais (Sorkin, 1992), passando por todos estes, a mais concisa e

cial crítica que lhes é dirigida é a de terem subordinado um certo princípio social da realidade às preocupações estéticas e simbólicas – é o que Vattimo chama a produção da “nova monumentalidade”. O trabalho de arquitectos e urbanistas, marcado por uma desmedida exaltação do princípio autoral, sacrifica a perspectiva de conjunto e dá primazia ao detalhe e ao ornamento. Ora, como argumentam Ernst Bloch (1988) ou Gianni Vattimo (1987), o ornamento estético e arquitectónico não obedece a critérios funcionais nem a lógicas e linguagens racionalistas. Por isso, os seus autores não podem já ser tratados, como no século XVIII, como “funcionários” contratados ao serviço de clientes nobres, ricos ou poderosos. Ao contrário, perdido este “vínculo”, o arquitecto deixa de ser um representante fiel do imaginário dos poderosos e, por essa via, de uma determinada comunidade ou constelação de poder, e passa a trabalhar numa zona de intermediação delimitada pelo seu imaginário de criação e a consciência mais ou menos explícita da multiplicidade de linguagens estéticas e sociais. Neste sentido, o arquitecto constitui-se como autêntico intermediário cultural ou profissional das terceiras culturas.

Num tempo em que se multiplicam as imagens e os códigos de referência, as acções de intermediação são fundamentais e o papel dos arquitectos revela-se determinante na medida em que o pluralismo das suas perspectivas rejeita imagens ou interpretações únicas do espaço público. Quando pensadores como Walter Benjamin (1992) sustentam que é o nosso presente que ilumina e dá sentido ao nosso passado, ou quando Alois Riegl (1984) estabelece que somos nós, os sujeitos modernos, que estipulamos o sentido histórico e vernacular do “monumento” histórico, do mesmo modo que Dominique Poulot (1998) conclui que é a experiência actual vivida que define o que virá a ser o património histórico do futuro, estão todos eles a caucionar uma outra qualidade (ou será dificuldade?) da intermediação dos arquitectos: a possibilidade de a produção da “nova monumentalidade” vir a inscrever-se na cidade como sinal enraizado e duradouro da identidade e da cultura da cidade.

Se, como Halbwachs (1950) e Simmel (1997b) sustentaram com veemência, a nossa memória é tanto mais consistente quanto mais espacializada,

acutilante denúncia da retracção dos espaços públicos venho encontrá-la em Marc Wiel que, sem rodeios, declara que a desvitalização do espaço público urbano, se deve à mediocridade dos profissionais da arquitectura e ao utilitarismo dos investimentos” (Wiel, 1999). Evidentemente que é também da reflexão produzida por arquitectos e urbanistas que nos chega uma perspectiva crítica sobre os efeitos da sua acção na vida social urbana. Para dar apenas alguns exemplos desta perspectiva entre nós, vejam-se, entre outros, os trabalhos de Helena Roseta (1999), José Manuel Fernandes (1999) ou Manuel Graça Dias (2000).

então a possibilidade de a “nova monumentalidade” vir a constituir-se em marca ou vestígio patrimonial de um determinado passado social dependerá da qualidade da realidade presente que estejamos a viver. E este não é um desafio menor imposto à obra de arquitectos e urbanistas e à filosofia da sua acção que, de acordo com vários comentadores (por exemplo, Neil Leach, 2000), corre riscos de saturação em vista do investimento excessivo na estética e na imagem dos espaços e paisagens urbanos. Arquitectos e urbanistas encontram-se, assim, obrigados à construção social de um espaço público urbano bem sucedido hoje, para que possa ser belo amanhã. Mas o que é o espaço público bem sucedido? É um espaço público que, para além do seu sentido estético, se revela inteligível, relativamente abstracto e não apenas funcional, mas, ao mesmo tempo, suficientemente definido e explícito, de modo a promover a intersubjectividade da cidade. É da espacialidade prática e tangível dos espaços públicos de hoje que se avaliará amanhã a sua beleza e o significado patrimonial da sua linguagem.

Conclusão

Admito que todas estas considerações – as minhas e as de que me fiz eco – tenham por detrás um imaginado e, porventura, romanceado espaço público, enquanto espaço de co-presença, transclassista e solidarista, garante de direitos, de acesso livre e democrático, histórica e culturalmente denso. Esse era, aliás, o meu pressuposto. O referente do espaço público que hoje temos é histórica e culturalmente difuso, traduzido talvez pela representação que temos da velha *urbe*, da clássica *polis*, e da transparente *ágora*, onde a justiça, a coesão social, a democracia e a consciência de si se alcançam e asseguram apenas na relação directa dos sujeitos uns com os outros. A história e a política têm reservas profundas sobre a efectiva concretização deste generoso espaço público num passado mais ou menos distante. Tal não nos impede porém, de o imaginarmos como um cenário futuro que deve orientar e mobilizar o nosso presente. Um futuro que, além do mais, se precipita velozmente sobre o presente ao enunciar a duplicação da população da cidade em poucas décadas e, portanto, uma precarização ainda maior das condições de vida urbana. É preciso fazer das nossas cidades algo politicamente criativo e cultural e socialmente sustentável. O que é isto? É construir a cidade do futuro próximo como uma cidade nova. Quero dizer, construir uma cidade que corrija os principais erros da cidade de hoje e se mostre uma cidade justa, imaginativa, ecológica, tão compacta como policêntrica, com memória e sentido de lugar, de fácil contacto social, culturalmente diversa e, acima de tudo, uma cidade bela.

Recentemente, num ensaio sobre a cidade e a globalização (Fortuna, 1997), sustentei que nunca estivemos tão perto como hoje de produzirmos um discurso renovado da cidade, nem de reconhecer que só no cruzamento de diferentes campos discursivos e tradições intelectuais poderemos reencontrá-la na plenitude da sua multivocalidade e polivalência. Argumentava então que de uma sociologia urbana clássica em perda de capacidade analítica e interpretativa, teríamos de passar a uma sociologia das cidades. Conservo esta opinião. Mais do que isso, julgo que dispomos hoje de um património de conhecimento a partir do qual se podem pensar os fundamentos dessa nova teoria sociológica da cidade contemporânea. Parte desse património de saberes tem que ser resgatada à usura sofrida com a consagração da perspectiva modernista/racionalista que assolou a sociologia urbana clássica. Desde o perspicaz Simmel (1997a) ao sofisticadíssimo Benjamin (1992), passando pelo voluntarista Lefebvre (1974) e ainda Foucault (1986). Outra parte deve permanecer activa como teste de hipóteses a sufragar. Penso em Sennett (1990), Harvey (1973, 1989), Zukin (1991, 1995) e Michel de Certeau (1980), para só nomear alguns. Outra parte ainda, como a que ressalta dos recentes contributos oriundos das mais diversificadas áreas e perspectivas que estão a reclamar uma atitude sociológica nova sobre a cidade e a cultura urbana, terá de ser capaz de incluir “os outros lados” da condição urbana de hoje e, assim, também da cidade de amanhã.

Referências Bibliográficas

- Amin, A. *et al.* (2000), *Cities for the Many, Not for Few*. Bristol: The Policy Press.
- Baptista, Luís V. (1997), *Crescimento urbano e migrações internas (Lisboa, 1900-1985)*. Arcozelo: Estratégias Criativas.
- Bauman, Z. (1987), *Legislators and Interpreters*. Oxford: Polity Press.
- Benjamin, Walter (1992), «Infância em Berlim por volta de 1900», in W. B., *Rua de sentido único e infância em Berlim por volta de 1900*. Lisboa: Relógio d'Água, 109-197.
- Benko, G. (1997), «Introduction», in G. Benko; U. Strohmayer (orgs.), *Space and Social Theory*. Oxford: Blackwell, 1-44.
- Bianchini, F.; Parkinson, M. (1993), *Cultural Policy and Urban Regeneration: The Western European Experience*. Manchester/New York: Manchester UP.
- Bianchini, F.; Schwengel, H. (1990), «Re-imagining the City», in John Corner; Sylvia Harvey (orgs.), *Enterprise and Heritage: Cross Current at National Culture*. London/New York: Routledge, 212-234.
- Bloch, E. (1988), *The Utopian Function of Art and Literature*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

- Borden, I. *et al.* (2001), «Things, Flows, Filters, Tactics», in I. Border *et al.* (orgs.), *The Unknown City: Contesting Architecture and Social Space*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 3-27.
- Boyer, M. C. (1994), *The City of Collective Memory. Its Historical and Architectural Entertainments*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Brain, D. (1997), «From Public Housing to Private Communities: The Discipline of Design and the Materialization of the Public/Private Distinction in Built Environment», in J. Weintraub; K. Kumar (orgs.), *Public and Private in Thought and Practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 237-267.
- Braudel, F. (1984), *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: D. Quixote.
- Canclini, N. (1989), *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Castells, M. (1973), *La question urbaine*. Paris: Maspero.
- Castells, M. (1984), *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Presença.
- Castro, A. *et al.* (1997), «O plano de urbanização da Expo'98 e os compromissos da política urbana de Lisboa», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, 197-209.
- Chambers, I. (1990), *Border Dialogues: Journeys in Postmodernity*. London/New York: Routledge.
- Chaney, D. (1993), *Fictions of Collective Life: Public Drama in Late Modern Culture*. London/New York: Routledge.
- Chaney, D. (1994), *The Cultural Turn: Scene-Setting Essays on Contemporary Cultural History*. London: Routledge.
- Contador, A. (2001), *A cultura juvenil negra em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Costa, A. F. (1999), *A sociedade de bairro*. Oeiras: Celta.
- Coulanges, Fustel de (1997), *La cité antique*. Paris: Flammarion.
- Davis, M. (1990), *The City of Quartz: Escavating the Future in Los Angeles*. London/New York: Verso.
- de Certeau, M. (1980), *L'invention du quotidien*. Paris: Gallimard.
- Dias, M. G. (2000), *O Homem que gostava de cidades*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Douglas, M. (1966), *Purity and Danger*. New York: Praeger.
- Emberley, P. (1989), «Places and Stories: The Challenge of Technology», *Social Research*, 56, 741-785.
- Engels, F. (1958), *The Condition of the Working Class in England*. Stanford: Stanford UP.
- Esperança, E. J. (1997), *Património e comunicação: Políticas e práticas culturais*. Lisboa: Vega.
- Fainstein, S. (1999), «Can We Make the Cities We Want?», in R. Beauregard; Body-S. Gendrot, (orgs.), *The Urban Moment*. Thousand Oaks: Sage, 249-272.
- Featherstone, M. *et al.* (1995), *Global Modernities*. London: Sage.

- Featherstone, M. (1997), «Culturas globais e culturas locais», in C. Fortuna (org.), 83-103.
- Fernandes, A. T. (1999), *Para uma Sociologia da Cultura*. Porto: Campo das Letras.
- Fernandes, J. L. L. (1998), *O sítio das drogas: Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fernandes, J. M. (1999), *Cidades e Arquitecturas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ferreira, V. M.; Indovina, F. (orgs.) (1999), *A cidade da Expo'98*. Lisboa: Bizâncio.
- Ferreira, V. M. et al. (1997), *Lisboa, a metrópole e o rio. Centralidade e requalificação das frentes de água*. Lisboa: Bizâncio.
- Fortuna C.; Silva, A. S. (2001), «As cidades do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural», in B. S. Santos, (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 407-459.
- Fortuna, C. (org.) (1997), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta.
- Fortuna, C.; Abreu, P. (2001), «Consumos e práticas culturais: Coimbra e outras paragens», *OBS – Boletim do Observatório das Actividades Culturais*, 9, 8-16.
- Fortuna, C.; Peixoto, P. (2002), «Recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas portuguesas», in C. Fortuna; A. S. Silva, (orgs.), 15-65.
- Fortuna, C.; Silva, A. S., (orgs.) (2002), *Projecto e circunstância: Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Fortuna, C. (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais: Estudos sociológicos de cultura urbana*. Oeiras: Celta.
- Fortuna, C.; Ferreira, C.; Abreu, P. (1999), «Espaço público urbano e cultura em português», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 85-117.
- Foucault, M. (1986), «Other Spaces: The Principles of Heterotopia», *Lotus International*, 48-49, 9-17.
- Gilroy, P. (1993), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso.
- Goffman, E. (1963), *Behavior in Public Places*. New York: Free Press of Glencoe.
- Habermas, J. (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge Mass.: The MIT Press [1962].
- Halbwachs, M. (1950), *La mémoire collective*. Paris: PUF.
- Hannerz, U. (1996), *Transnational Connections*. London/New York: Routledge.
- Harvey, D. (1973), *Social Justice and the City*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1989), *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blackwell.
- Hetherington, K. (1998), *Expressions of Identity: Space, Performance, Politics*. London: Sage.
- hooks, b. (1990), *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*. Boston: South End Press.

- Jacobs, J. (2000), *The Death and Life of Great American Cities*. London: Pimlico [1961].
- Jonas, S. (1995), «La Grosstadt-métropole européenne dans la sociologie des pères fondateurs allemands», in J. Rémy (org.), *George Simmel: Ville et modernité*. Paris: L'Harmattan, 19-35.
- Kern, S. (1983), *The Culture of Time and Space, 1880-1918*. Cambridge Mass.: Harvard UP.
- Landry, Ch. (2000), *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*. London: Comedia.
- Lash, S.; Urry, J. (1994), *Economies of Signs and Space*. London: Sage.
- Latour, B. (1987), *Science in Action: How to Follow Scientist and Engineers Through Society*. Milton Keynes: Open UP.
- Leach, Neil (2000), *The Anaesthetics of Architecture*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Ledrut, R. (1968), *L'espace social de la ville*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1968), *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1974), *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Light, A.; Smith, J. M. (orgs.) (1988), *The Production of Public Space*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- Lofland, L. (1998), *The Public Realm: Exploring the City's Quintessential Social Territory*. New York: Aldine de Gruiter.
- Lopes, J. T. (2000), *A cidade e a cultura: Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Afrontamento.
- Marques, F. et al. (1999), «Traços falantes: A cultura dos jovens *graffiters*», in José Pais Machado (org.), *Traços e riscos de vida*. Porto: Ambar, 175-211.
- Massey, D. (1993), «Power Geometry and a Progressive Sense of Place», in J. Bird, et al. (orgs.), *Mapping the Futures*. London: Routledge, 59-69.
- Massey, D. (1992), «Politics and Space/Time», *New Left Review*, 196, 65-84.
- Matarasso, F. (1997), *Use or Ornament: The Social Impact of Participation in the Arts*. London: Comedia.
- McBeath, G.; Webb, S. (1997), «Cities, Subjectivity and Cyberspace», in Sallie Westwood; John Williams (orgs.), *Imagining Cities: Scripts, Signs, Memory*. London/New York: Routledge, 249-260.
- Miles, M. (1997), *Art Space and the City: Public Art and Urban Futures*. London/New York: Routledge.
- Mumford, L. (1961), *The City in History*. New York: Harcourt Brace and World.
- Neves, J. S. (2000), *Despesas dos municípios com Cultura*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Pais, J. M. (1993), *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pais, J. M. (org.) (1999), *Traços e riscos de vida*. Porto: Ambar.
- Park, R. (1967), «The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in an Urban Environment», in R. E. Park et al. (orgs.), *The City*. Chicago: Chicago UP, 1-46 [1915].

- Pirenne, Henri (1973), *As cidades da Idade Média*. Mem Martins: Europa América [1925].
- Poulot, D. (1998), «Le patrimoine et les aventures de la modernité», in D. P. (org.), *Patrimoine et modernité*. Paris: L'Harmattan, 1-67.
- Rémy, J.; Voyé, L. (1994), *A cidade: Rumo a uma nova definição?*. Porto: Afrontamento.
- Riegl, A. (1984), *Le culte moderne des monuments*. Paris: Seuil [1903].
- Rocheffort, R. (1997), *Le consommateur entrepreneur: Les nouveaux modes de vie*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Rogers, R. (2001), *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Rosaldo, R. (1989), *Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis*. Boston: Beacon Press.
- Rosaldo, R. (1997), «Cultural Studies and the Disciplines», in Peter Gibian (org.), *Mass Culture and Everyday Life*. London/New York: Routledge, 26-33.
- Roseta, H. (1999), «A cidade insustentável ou as quatro dimensões da sustentabilidade urbana», *Urbanismo*, 1(2), 12-22.
- Salgueiro, T. B. (1999), *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (1990), *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (1995), *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge.
- Santos, B. S. (2000), *Crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, M. L. Lima dos (org.) (1998), *As políticas culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Saunders, P. (1980), *Urban Politics*. London: Penguin.
- Sebastião, J. M. (1998), *Crianças da rua: Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Sennett, R. (1990), *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*. New York/London: Norton.
- Sennett, R. (1978), *The Fall of Public Man*. New York: Vintage Books.
- Sheller, Mimi; Urry, John (2000), «The City and the Car», *International Journal of Urban and Regional Research*, 24(4), 737-757.
- Shields, R. (1997), «Spatial Stress and Resistance: Social Meanings of Spatialization», in G. Benko; U. Strohmayer (orgs.), *Space and Social Theory*. Oxford: Blackwell, 186-202.
- Shields, R. (1999), *Lefebvre, Love and Struggle: Spatial Dialectics*. London/New York: Routledge.
- Short, J. R. (1991), *Imagined Country: Environment, Culture and Society*. London/New York: Routledge.
- Silva, A. S. et al. (2000), *Públicos para a cultura na cidade do Porto*. Porto: Afrontamento e CMP.

- Silvano, F. (1997), *Território da identidade: Representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*. Oeiras: Celta.
- Simmel, G. (1997a), «A metrópole e a vida do espírito», in C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 31-43 [1903].
- Simmel, G. (1997b), «The Sociology of Space», in D. Frisby; M. Featherstone (orgs.), *Simmel on Culture*. London: Sage, 137-170 [1903].
- Smith, N. (1996), *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. London/New York: Routledge.
- Soja, E. (1989), *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Theory*. London: Verso.
- Sombart, W. (1978), *Il Capitalismo moderno*. Turim: Unione Tipografico [1916].
- Sorkin, M. (org.) (1992), *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. New York: Noonday Press, 154-180.
- Southall, A. (1998), *The City in Time and Space*. Cambridge: Cambridge UP.
- Stallybrass, P.; White, A. (1986), *The Politics and Poetics of Transgression*. London: Methuen.
- Stilgoe, J. R. (1988), *Borderland: Origins of the American Suburb (1820-1939)*. New Haven: Yale UP.
- Tönnies, Ferdinand (1972), *Comunidad y Asociación*. Barcelona: Ed. Península [1887].
- Touraine, A. (1991), «Face à l'exclusion», in J. Baudrillard et al., *Citoyenneté et urbanité*. Paris: Editions Esprit, 165-173.
- Toynbee, Arnold (1970), *Cities on the Move*. Oxford: Oxford UP.
- Urry, J. (2000a), *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. London/New York: Routledge.
- Urry, J. (2000b), «O Tempo, a complexidade e o global», *Boletim Informativo*. Associação Portuguesa de Sociologia. Série 3, n. 4.
- Vattimo, G. (1987), *O fim da modernidade: Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Presença.
- Vidal, D. (1996), «Le territoire de l'altérité», in Sylvia Ostrowetsky (org.), *Sociologues en Ville*. Paris: L'Harmattan, 45-56.
- Virilio, P. (1989), *Esthétique de la disparition*. Paris: Editions Galilée.
- Weber, M. (1982), *La ville*. Paris: Aubier Montaigne [1921].
- Weintraub, J.; Kumar K. (orgs.) (1997), *Public and Private in Thought and Practice*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Wiel, M. (1999), «La transition urbaine», *Recherches – Revue du MAUSS*, 14, 175-184.
- Wirth, L. (1997), «O urbanismo como modo de vida», in C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 45-65 [1938].
- Zerubavel, E. (1991), *The Fine Line: Making Distinction in Everyday Life*. Chicago/London, University of Chicago Press.

Zukin, S. (1991), *Landscapes of Power: From Detroit to Disneyworld*. Berkeley: University of California Press.

Zukin, S. (1995), *The Cultures of Cities*. Cambridge, Mass./Oxford: Blackwell.

Sheller, Mimi; Urry, John (2000), «The City and the Car», *International Journal of Urban and Regional Research*, 24(4), 737-757.

JOSÉ MACHADO PAIS

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Questionando culturas e identidades, utopias e fatalidades: Reflexões de um sociólogo na solidão do quarto n.º 514 de um *Meliá Confort*

Na solidão do quarto de um *Meliá Confort*, um sociólogo frustrado debate-se com um *stress* de ansiedade provocado pela responsabilidade de ter de comentar dois volumes de uma vultuosa obra. Desapontado com os apontamentos que alinhavara, decide refazer a comunicação inspirando-se no *hic et nunc* do seu descontentamento. Levado por uma curiosidade espontânea, o nosso sociólogo parte das contingências e banalidades do quotidiano para chegar a um mundo de significações, através de mediações entre o particular e o global, o individual e o colectivo, o subjectivo e o objectivo. O mundo (*vivido*) que o rodeia parece desvendar-se, num espectro de *culturas* e de *identidades*, a partir do momento em que é sociologicamente problematizado (*concebido*). É possível desvelar o social através das imediaticidades do quotidiano? Pode ser que sim, pode ser que não. Tudo depende dos questionamentos sociológicos, capazes ou não de recapturarem na sua aparente facilidade que é dada pelos traços epidérmicos da quotidianidade.

1. Com agrado recebi o convite para participar no Colóquio “Globalização: Fatalidade ou utopia?”, comentando dois volumes de uma das mais vultuosas obras da recente produção sociológica portuguesa (Fortuna e Silva, 2002; Ramalho e Ribeiro, 2002). Depressa o grato convite se transformou em fardo ingrato, quando constatei que desses dois volumes faziam parte mais de 20 capítulos e apenas dispunha de 20 minutos para os comentar, o que daria menos de um minuto por capítulo. Cheguei a Coimbra com um indisfarçável *stress* de ansiedade, desapontado com a amálgama de notas dispersas e desconexas que havia reunido. Enclausurei-me no hotel, decidido a enviar para o *Recycle Bin* do meu portátil a versão da comunicação que havia compilado na base controversa de uma ficha de leitura por capítulo.

Na madrugada do dia da minha apresentação, ensonado e com a cabeça pesada, escrevia, no meu computador: “Quero agradecer à Comissão Or-

ganizadora do Colóquio o ter-me providenciado alojamento confortável no Meliá Confort, de onde, mais precisamente do quarto n.º 514, acabei por alinhar as reflexões que agora vos apresento”.

2. Olhando à nossa volta, como é que o mundo *vivido* de pequenas significâncias se pode transformar num mundo *concebido* de sociológicas relevâncias (Martins, 1996)? Como é que de um recôndito quarto de hotel se podem alinhar reflexões sociológicas sobre a alteridade e a identidade do outro? Eu próprio, quando estou só no silêncio de um quarto de hotel sinto a minha identidade ameaçada e oprimida e, como os poetas “L=A=N=G=U=A=G=E” ou os emigrantes desterritorializados (Capinha, 2002), fico na ânsia de dar voz a esse silêncio que é feito de ausências. Um quarto anónimo de hotel é, para mim, um “não-lugar”, um quase “espaço vazio” (Kociatkiewicz e Kostera, 1999: 43-48), um território sem significado, ou que a ele resiste; e é por essa razão que entro sempre num quarto de hotel como um explorador nato, consciente de poder colonizar aquele espaço estranho, espalhando livros pelas mesinhas de cabeceira e tentando experimentar tudo o que possa instigar a minha curiosidade de explorador: vasculhando o frigorífico para bisbilhotar o que nele se armazena; escancarando gavetas de cómodas e roupeiros com a ilusão de nelas encontrar mais do que o vazio; consultando listas de *room-service* de produtos que não me interessa solicitar; folheando listas telefónicas na expectativa de encontrar não sei o quê; activando interruptores para me surpreender com os efeitos das luzes, do ar condicionado, da música ou da televisão (apenas me retraio com o botão de alarme, por recordação de sabores passados). Na solidão de um quarto de hotel sinto-me “insularizado”, aprisionado num espaço ilhéu. Mas, como se adivinha na literatura da insularidade (Mendes, 2002), qualquer ilhéu acaba quase sempre por reconhecer que a sua ilha é um permanente cais de embarque, nem que seja do pensamento.

Sempre me sinto desconfortável em qualquer quarto de hotel (mesmo que seja de um *Meliá Confort*), como se minha identidade concreta ficasse confiscada logo que, na recepção do hotel, me pedem o bilhete de identidade. Na cómoda do 514, mesmo ao lado da televisão, encontro uma revista da *Cadeia Meliá*, intitulada *Check in*. Na capa da revista vem a referência de um *site*. Digitando, no meu computador, www.solmelia.com entrei na *fatalidade da globalização*, descobrindo que a cadeia *Meliá* é uma das dez maiores do mundo, com mais de 350 hotéis espalhados por 4 continentes.

Navegando nesta *fatalidade* oligárquica, através da Internet, depressa me dei conta da sua dimensão *utópica*. No enclausuramento do meu 514 do

Meliá Comfort vislumbrei uma oportunidade de filiação num clube ciberespacial de amigos *Meliá*. Aprestava-me para fazer amizades virtuais quando reparei que o *Clubamigos* é apenas um cartão de fidelização que me oferecia tantos mais prémios quantos mais pontos acumulasse. Ou seja, estava perante um conhecido truque de *marketing* que impulsiona a clientela a consumir, aguçado que seja o desejo de acumulação de pontos que, naturalmente, se convertem em lucrativa acumulação de contos (ou euros). Encontrei ainda uma “bolsa de trabalho”, dando-me oportunidade de trabalhar na cadeia *Meliá* como auxiliar administrativo, animador cultural, criado, cozinheiro, recepcionista, etc.

Aportei ao verdadeiro mundo da utopia navegando pelos *Meliá* dos paraísos turísticos. Como as opções eram múltiplas, a escolha foi difícil mas acabei por me instalar no *Meliá Bali*, na Indonésia. Aí, imagino-me em Lua de Mel. O pacote hoteleiro oferece-me certificado de casamento, cerimónia religiosa se disso fizer questão, ramalhete de flores para a noiva, bolo de boda, vinho espumoso, álbum de fotografias, vídeos da cerimónia, damas de honra (bailarinas balinesas), ceia de gala. No dia anterior ao do casamento, posso deleitar-me com um *spa*, termo que provém do latim (*sana per aquam*) e que significa “são graças à água”.

Nisto, aparece no écran do meu computador a mensagem *illegal operation*. Será que o raio do computador estará afectado por alguma doença tropical? – questiono-me, pensando nos temores do colonizador (Porto, 2000) que via o mundo tropical como primitivo e perigoso, em oposição a um mundo temperado, seguro e sanitizado, próprio da civilização. Os *banhos spa* fazem-me pensar em como os turistas que aportam a antigas colónias são agora alvo de uma colonização sanitária inversa, uma vez que sempre a colonização foi entendida como uma guerra civilizacional sob a égide da “conquista sanitária” (Porto, 2002).

Reactivo a conexão com a Internet, mas a representação idílica da ilha indonésia desfaz-se quando penso em Timor e comungo da “comunidade de sofrimento” do povo timorense. Estarei assolado do tal “sensacionismo português” (Canelo, 2002) que Fernando Pessoa definia como a “redução das outras culturas a sensações nossas, ou seja, a conversão do ‘outro’ em ‘eu’”? Vejo-me como os índios *Pataxó Hã Hã Hã*, do aldeamento baiano *Caramuru-Paraguaçu* (Viegas, 2002), induzidos a fixarem-se nos chamados “Postos de Atracção” para beneficiarem dos “ventos da civilização”.

Abandono o “posto de atracção” Bali e, ao simples clicar de um botão, eis-me em Punta Cana, defronte da praia Bávaro, na ilha de Santo Domingo. Aí deparo-me com espaços irrequietos e chamativos que, em suas imagens digitais, me provocam euforia, êxtase, embriaguez, enfim, um “colapso na

temporalidade” (Jameson, 1991: 27) que eclipsa o próprio espaço que a contém, pois já não sei se estou lá ou no 514. As oportunidades múltiplas de lazer criam-me um *stress* de indecisão: inscrevo-me nas classes de Merengue que decorrem nas areias brancas da ilha? Ou opto por um mais trivial *volley* de praia, aeróbica, tiro ao arco, “futbito”, ping pong, “petanca”, dados? Mas tenho ainda ténis, bicicletas, *windsurf*, vela, canoas, motas aquáticas, botes com fundo de cristal para ver os peixinhos... enfim, uma rede densa de “trilhas opcionais”.

Só em pensar em todas estas actividades acuso sinais de desgaste que me activam apetites gastronómicos. Aí procuro o que poderia ser um típico restaurante caraíba, mas o que me espera é uma globalização gastronómica *à la carte*, é a passagem de “particularismos contextualizados” a “universalismos sem contextos” (Santos, 1994) – a reinvenção do “global a partir de suas próprias localizações” (Ramalho e Ribeiro, 2002): comida “internacional francesa” no *El Romántico*; pratos chineses no *El Pabellón Chino*; massas e pizzas em *Dolce Vita*; arroz e comidas espanholas no *Albufera*; comida picante no restaurante *Antojitos*; cozinha japonesa no *Sakura* (especializado em *Tapanyaki*) e, claro, no *El Rodizzio*, especialidades brasileiras. Os menus são bons não apenas para estimular apetites gastronómicos mas também para imaginar comunidades como “artefactos culturais” (Anderson, 1991).

A situação periférica de Portugal é manifesta neste processo de globalização das identidades nacionais *à la carte*. Nada de *Cozido à Portuguesa*, *Leitão da Bairrada*, *Bacalhau com Todos* ou iguarias do género. De nada valem as receitas *pedagógicas* se não existem condições para a *performativização* dos gostos e dos sabores.¹ De apetite perdido, decido-me por uma bebida e, na dúvida entre o *Lobby Bar*, o *Bar Playa*, o *Aquabar*, o *Beach Bar*, ou o *Pub de Karaoke*, abro a porta do minibar do meu 514 e saco uma Coca-Cola. Na mão um símbolo da globalização e a minha cabeça sem saber que rumo dar à comunicação.

Ainda galanteei uma garrafa “Dom Vinho” que a Comissão Organizadora do Colóquio gentilmente me ofereceu. Na embalagem *grenat* da caixa de papelão que alojava a garrafa podia ler: “aqui encontra o génio dentro da garrafa e os instrumentos que tornam o seu serviço um acto de cultura”. Embora a cultura me estimule, achei mais sensato não abrir a garrafa.

¹ A distinção, proposta por Homi Bhabha, entre o *pedagógico* (entendido como normativo e prescritivo) e o *performativo* (entendido como criatividade transgressiva) percorre algumas das comunicações do volume dirigido por Ramalho e Ribeiro (2002).

*Cocacolando*² o sabor da globalização, quase me engasgava ao lembrar os focos localistas de resistência à *cocacolonização* do mundo. Salazar foi um feroz paladino contra os interesses da multinacional (Bebiano, 2002) pois, como escrevia ao director europeu da companhia, temia que as modernas associadas ao refrigerante agitassem o país conservador, paternalista e (louvadamente) atrasado (afogado em vinho). Focos de resistência mais recente, e de cariz popular, surgiram no Brasil, mais precisamente da cidade de São Luís, capital do Maranhão. Em todo este Estado brasileiro, e até aos anos 70, imperava nos hábitos locais um refrigerante de nome “Jesus”. Por mais campanhas publicitárias que fizesse, a *Coca Cola*, que já era um império na maior parte do Brasil, não conseguia penetrar no mercado maranhense. Levando à derrocada as empresas de refrigerantes locais e regionais, a estratégia demolidora da multinacional consistia, muitas vezes, na aquisição das pequenas empresas concorrentes, para as paralisar. Foi o que aconteceu em S. Luís: A *Coca Cola* comprou “Jesus”, fechou a linha de produção e deixou o povo maranhense sem alternativa. Na estratégia da multinacional, antevia-se que, sem “Jesus”, os consumidores se tornariam fiéis da *Coca Cola*. Mas a estratégia fracassou pois os maranhenses recusavam-se a trocar “Jesus” por *Coca Cola*. Admitido o insucesso, a multinacional retoma a fabricação de “Jesus”, correspondendo às pressões dos consumidores. Nas estradas de acesso a S. Luís, os desavisados viajantes surpreendiam-se, então, com imensos *out-doors* que anunciavam um retorno messiânico: “Jesus está voltando”. A história³ é interessante porque nos mostra que, para além dos focos localistas de resistência à globalização, esta pode travestir-se com ícones identitários regionais e imperar até com a ajuda de “Jesus”.

3. Depois da ter acabado de beber a minha já desgaseificada *Coca Cola*, desconecto-me do ciberespaço e aterro na realidade. Como sempre acon-

² Um poeta português emigrado nos Estados Unidos e citado por Graça Capinha (2002) usa a expressão “cocacolo a garrafa no beijo”. A experiência de imigrantes vivendo entre duas ou mais culturas coloca o problema das “comutações de código” (*code switching*, como dizia Goffman) que funcionam como marcadores estilísticos de identidade, mas cumprem também uma função semântica ao permitirem que os falantes transmitam informações de acordo com diferentes estratégias de compromisso, numa conversação determinada, passando, por exemplo, de um estilo neutro a um estilo pessoal. Neste sentido, a *comutação do código* funciona como uma extensão de léxico disponível, ou seja, trata-se mais de um enriquecimento linguístico do que de um empobrecimento (Joseph, 1999: 95-96).

³ Relatado pela Prof.^a Neusa de Gusmão, antropóloga da Unicamp (Campinas). O meu interesse pela história foi tal que, numa das minhas últimas visitas ao Brasil, a Prof.^a Neusa de Gusmão ofertou-me duas latinhas do conhecido guaraná “cor de rosa”, fabricado segundo a fórmula original do farmacêutico Jesus N. Gomes.

tece quando regresso do estrangeiro, dou um suspiro de alívio por voltar à *santa terrinha* que, no caso, é o meu 514. Creio que todos utilizamos o substantivo “*terrinha*” no sentido de “local de origem” (Matos, 2002), definidor de uma identidade que o adjectivo “*santa*” ajuda a precisar, mito de “portugalidade” que ainda persiste associado a uma essência religiosa e bucólica. O drama é que fico sem saber que rumo dar à minha comunicação.

A vossa suspeição é certa se pensam que me deixei tentar pela televisão. Todavia, a consumação da tentação provocou-me um maior desconforto identitário e, provavelmente isso passar-se-á com a maioria dos telespectadores. O *zapping* televisivo faz-nos ganhar consciência de nossas próprias identidades *zapping*. Mudamos de cenário ou palco de representação com a mesma facilidade com que transitamos de um a outro canal ou programa televisivo – e já nem nos surpreendemos com nossa capacidade de adaptação. Somos seres *diatópicos*, com identidades *diatópicas*, um pé numa cultura e outro noutra,⁴ como transparece nos poemas dos emigrantes portugueses (Capinha, 2002). Estamos permanentemente baralhando os papéis de nossa identidade no baralho da representação quotidiana. Somos nómadas em nossa própria existência, de um modo que nos torna multifacéticos, polimorfos, incoerentes (ao abrigo deste último adjectivo desculpo-me da incoerência das ideias desalinhasadas que vos estou apresentando). Em suma, a profusão de canais da TV dá-nos a possibilidade de estar significativamente presentes em mais de um lugar ao mesmo tempo – capacidade que se pode retratar com o conceito de “multiplicação do eu” (Gergen, 1997).

Uso o telecomando como uma arma para esgrimir a minha insatisfação, removendo programas que não quero ver, banindo-os da cena televisiva, criando uma ilusão de felicidade disponível ao simples premir de um botão – ilusão que se desfaz quando se confirma a falaciosidade dos programas ante as promessas programadas. Pode dizer-se que o telecomando é um instrumento de democracia visual ao permitir fazer desaparecer rapidamente do campo de observação os programas que não agradam. O problema está nas opções de escolha: entre a *Filha do Mar* e as *Filhas da Mãe*, ou entre os *Malucos do Riso* e *Bora lá Marina*, a escolha não é muito democrática. Neste sentido, o telecomando sustenta uma democracia visual que é bem mais virtual do que real e – poderia acrescentar-se – uma cultura de massas que é mais massiva do que cultural (Silva *et al.*, 2002a). Com efeito, a “arte de ser culto” está apenas ao alcance de uns poucos (Silva *et al.*, 2002b).

⁴ O conceito de *diatopia* é enunciado por Santos (1997: 11-32).

Dou comigo a pensar nas paradoxais identidades que se desenvolvem nos espaços privados (Magalhães, 2002, e Tavares, 2002): como acontece com a televisão, também a casa é marcada pelo paradoxo da ligação e da desconexão, do afecto e do conflito, do trabalho e do lazer, da sujeição e do conflito, da pertença e da despertença. Mas se pensarmos no espaço público, ele é sobretudo uma “tela gigante em que as afiliações privadas são projectadas sem cessar” (Bauman, 2000:49) – o que sugere que se a vida privada ganhou ascendência sobre a esfera pública, o “privado” tem vindo também a colonizar o “público” (o exemplo dos “condomínios privados” é elucidativo). A individualização da sociedade faz com que as preocupações dos indivíduos tendam a reduzir o espaço público a uma esfera de interesses privados. Neste sentido, o público acaba por ser colonizado pelo privado, sendo o interesse público reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas das figuras públicas. Mesmo não sendo uma “figura pública”, porque razão me decidi falar, nesta sessão pública, da minha experiência do 514 do *Meliá*? Porque vos quis surpreender com uma caricatura da nossa modernidade – caricatura, na medida em que os contornos da realidade que pretendemos representar ficam aquém da realidade real, mas não deixam de a reflectir, numa imagem que se constitui em realidade por si mesma. O lado ridículo da situação é este: a arte da vida pública está a ficar reduzida à exposição pública de questões privadas e a confissões de sentimentos, quanto mais íntimos melhor. Mas isto dá-nos que pensar. Será que, como sustentava Tocqueville, o indivíduo pode ser inimigo do cidadão?

Caio na inevitável MTV, e aí mergulho num mundo de pós-modernidade por excelência. Os vídeos de *rock* representam um colapso de sentido em relação à coerência do mundo racional: num mero fragmento de vídeo, a identidade de um objecto modifica-se várias vezes, e a sequência de imagens não tem uma estrutura lógica de sucessão (Kaplan, 1987).

Dou depois um giro nas notícias. A embrulhada provocada pela organização do Campeonato Europeu de Futebol de 2004 clarifica-se tomando por referência o ocorrido com a “Expo” de Lisboa (Ferreira, 2002). De facto, num como noutro caso vemos que nos mega-acontecimentos culturais interactivam lógicas conflituosas de afirmação identitária, a nível internacional, nacional e local. A concorrência começa pela luta travada entre vários países candidatos à organização do evento. Depois – e podemos continuar a pensar no “Euro 2004” – a concorrência dá-se entre várias cidades que reivindicam ser palco dos jogos. Depois vem o sabor amargo da vitória: “Onde arranjar dinheiro para realizar o evento?” Surge então o confronto entre o Estado e as autarquias, entre o poder central e o local, entre as “performatividades dos eventos” mas também as “condições em que essas

performatividades se forjam” (Ferreira, 2002). Na opinião sagaz de uma qualquer estrela fugaz da TV poderia sustentar-se: “não há condições”. Mas no permanente “jogo negocial” de variados interesses de monta (não sendo de excluir os da construção civil), sempre surge a convicção da possibilidade de uma solução, apenas dependente das “boas vontades”. E, claro, “como este género de eventos incorpora um elevado potencial enquanto *veículo de produção e difusão de discursos e representações sobre a nação e a identidade nacional*” (Ferreira, 2002: 282), gera-se logo uma onda de patriotismo: Portugal não pode desistir, não pode falhar compromissos. É uma questão de palavra. É uma questão de honra. Pode até ser uma questão de independência nacional, ante as ameaças dos espanhóis de co-organizarem o evento.

5. Desligo a televisão. Eis-me envolvido num ritual sacro, sempre que me confronto com a solidão de um quarto de hotel. Não sei porquê, mas fico relaxado quando passeio os dedos pelas *Páginas Amarelas* de uma qualquer lista telefónica. Se viajando na *Net* me sinto um “bárbaro tecnificado” ao consultar as *Páginas Amarelas* vejo-me um “engenheiro das sensações”, como era Fernando Pessoa (Canelo, 2002).

Agora tenho entre mãos a grossa Lista Classificada (2000-2001) que cobre a Região Centro-Beiras e Alta Estremadura. Começo o meu trabalho de pesquisa, naturalmente pela letra “A”. Encontro 26 *agências de turismo* e 71 *agências de viagens*, mas o que mais me espanta é o contraste entre apenas 4 *agências de teatro* contra 223 *agências funerárias*, algumas com nome bem sugestivo como “Paraíso”, “Cá-te-Espero”, etc. (enfim, expressões linguísticas e semióticas de representação do mundo, ou do outro mundo). Se as leis do mercado funcionarem bem, este contraste mostra, de forma clara, que o negócio de enterro rende muito mais do que o do teatro, e mostra também o perfil cultural do português: mais para o lado da morte do que para o da arte. Na região encontro ainda 447 farmácias, o que também representa um indicador do poder da indústria farmacêutica em globalizar doenças, medicações, males de cura e, naturalmente, lucros chorudos.

Uma das práticas culturais mais frequentes nesta região (Silva *et al.*, 2002a), e provavelmente no país, será a corriqueira sociabilidade de café. Encontrei vários milhares de registos de cafés que vão deste um popularucho *Pimba* até aos mais virados para outras bebidas, como o *Café Alcoolémica*, o *Cheira Moina* ou o *Sai de Gatas*. A designação de alguns cafés sugere que foram estabelecidos por emigrantes retornados: *Nederlands*, *Ceará*, *Emigrante*, *Paris*, *O Francês*, *Yes Brasil*, *Zé Carioca*, *Flor de Ipanema*, etc. Os nomes destes cafés são “memórias relocalizadas”, como relocalizadas são

as linguagens dos percursos discursivos dos emigrantes, nos interstícios de uma reterritorialização feita de desenraizamentos e enraizamentos (Keating, 2002). Os países de ida e volta destes emigrantes ter-se-ão relocalizado num sonho (de emigrante) para o qual valeu a pena emigrar: o café, eventualmente construído no piso térreo da moradia para cuja construção se andou uma vida a trabalhar. Os nomes, a arquitectura, o recheio e os rumores desses cafés de emigrantes são marcas expressivas de “hibridismos contemporâneos” (Matos, 2002) que também se manifestam na “música rock” que berra ao lado de um transistor que relata um jogo de futebol, ou nos “sinos electrónicos” das igrejas rurais. Contudo, estes processos de relocalização geram algo diferente das culturas locais originárias, geram uma nova cultura que, sob influências modernistas e urbanas, se traduz numa reinterpretação de tradições destradicionalizadas num contexto *global*.

Por outro lado, também a intercomunicação cultural em contexto urbano se faz, crescentemente, em territórios culturais fronteiriços, como se sugere na análise do cinema de animação, banda desenhada, fotografia e *jazz* e de outras “artes de fronteira” (Santos e Abreu, 2002). Mas a globalização não impossibilita, pelo contrário, a afirmação das culturas locais, das tradições exóticas. Nas artes dramáticas aparece uma tendência tribalizante, expressa numa crescente valorização das tradições étnicas e raciais, capazes de satisfazer múltiplas possibilidades de expressão estética e teatral (Gergen, 1997: 31).

Em suma, as práticas culturais anunciadas pelas *Páginas Amarelas* não se circunscrevem a lazeres consumistas e passivos. Um contraste pode ser posto em evidência através das 56 entradas de bandas de música, conjuntos, músicos individuais e orquestras que sugerem a existência de um terreno de agentes culturais apostados na divulgação e criação artísticas (Fortuna e Silva, 2002 e Santos e Abreu, 2002). Ainda hoje, no *Diário de Coimbra*, um amplo anúncio promovido por uma discoteca coimbrã lançava um repto à performativização musical: “Tens boa voz? Gostas de cantar? Bons prémios! Concorre!!!”⁵

Qual o papel da dimensão simbólico-estética nos actuais processos de reconstrução identitária frente à globalização cultural? Tudo leva a crer que a síntese entre o global e o local esteja a ser mediada por uma importante dicotomia (Rosa, 2001: 167-184): enquanto o *global* toma posse dos níveis infra-estrutural, sociopolítico e ético-axiológico da cultura, promovendo uniformização, o *local* agita-se ao nível formal e estético dos símbolos e ícones, dando forma a identidades diferenciais e auto-referenciais.

⁵ *Diário de Coimbra*, de 22 de Fevereiro de 2002.

Algumas das transformações das paisagens urbanas portuguesas (Fortuna e Peixoto, 2002) parecem orientadas por uma valorização *estético-simbólica*. De facto, o surgimento de novos símbolos urbanos e de novas formas de representar as cidades tem tido um efeito sobre a transformação das identidades simbólicas. O mesmo acontece quando o fenómeno é analisado pela banda das “ofertas culturais” (Silva, 2002), ou ainda no caso de impulsos museológicos inovadores que se insurgem contra as valorizações de carácter patrimonial. Também neste caso, as “conjunções ideológicas sobre os sentidos da História e os processos de desenvolvimento” (Faria, 2002), de natureza *ético-axiológica*, parece cederem terreno a consagrações de natureza mais *estético-simbólica*. A questão a debater é, pois, a de saber se o nível *estético-simbólico* não estará experimentando um processo de relativa autonomização em relação ao nível *ético-axiológico*. Se assim for, é possivelmente a este nível *estético-simbólico* que mais espontaneamente ocorrerão os processos de reconstrução cultural de natureza *glocal*.

Retomando a dualidade “raízes/opções” proposta por Boaventura de Sousa Santos (*apud* Faria, 2002: 327), diríamos que o eixo *ético-axiológico* respeita às *raízes* de um tempo longo em que tudo é profundo, permanente, singular, único e dá segurança e consistência às vivências individuais e colectivas; o eixo *estético-simbólico* estará mais associado a *opções* – por natureza variáveis, efémeras, substituíveis. Um exemplo de empolamento *estético-simbólico* encontra-se nas *performatividades corporais*. De facto, continuando com a consulta das *Páginas Amarelas* desta região, verifico que os registos relacionados com o culto do corpo sobreelevam, em muito, os de outras procuras culturais. Por exemplo, contra 90 livrarias (e muitas delas, na verdade, são papelarias ou quiosques) encontro 144 institutos de beleza e 896 cabeleireiros. Estes dados são significativos dos investimentos feitos na imagem pessoal. Aliás, as próprias designações de muitos destes cabeleireiros induzem a ideia de *mudança* ou de *valorização* de imagem: *Nuance, Onda Dourada, New Look, Pente Mágico, Pentearte, Novo Estilo, Novo Visual, Metamorfose, Nova Imagem, Novo Olhar, Inovação, Três Dimensões, Surpresas Mágicas, Bela, Charme, Elegante, Elite Africana, Ladi Hair, Linda Imagem*. A ideia de metamorfose do corpo é também sugerida pelo nome de alguns dos 54 ginásios registados: *A Transformação, Físico Loucura, Fitness, Bodyform, Kulto, Opção Slender* – para já não falar de um estabelecimento de tatuagem, aqui mesmo em Coimbra, que redundava em *Dirty Pig*. Questiono-me: será a individualidade uma *fatalidade* ou, apesar desta, poderá alimentar-se uma *utopia* que se traduza numa capacidade realista e prática de auto-afirmação?

6. Talvez que a identidade corporal possa ser encarada, simultaneamente, como *fatalidade* e *utopia*. Num caso ou noutro, o termo de comparação é um corpo-modelo que é produto de uma *globalização* do que se entende ser uma boa imagem corporal. E é essa utopia que nos amarra à imagem globalizada de um corpo perfeito que, por sua vez, nos arrasta para a fatalidade de termos de conviver com ele e de o subjugar a uma ditadura espartana de controlo. De facto, o exercício físico programado, predispondo ao dispêndio máximo de esforço selectivamente dirigido, tem por objectivo a produção de um “corpo objecto perfeito” (Willis, 1997: 87). Também neste campo, as diferenciações de género são marcantes. Na competição pelo estilo, pela aparência e pelo desempenho, os homens valorizam sobretudo os músculos, e nos exercícios de flexões ou pesos mostram para si mesmos e para os outros como a sua identidade é musculada. Já a imagem da mulher parece resultar de uma contradição fundamental entre o desejo de transformação e a identidade de género, daí surgindo a preocupação com as bandeletas, os *maillot*, as maquiilhagens que não se dissolvam com a transpiração. O intrigante é que, em qualquer ginásio comum, as paredes espelhadas reflectem um ritual de movimento corpóreo *sui generis*: de corpos que se comparam mas que não se compartilham, isto é, que se vêem apenas como corpos. Assaltado por sugestões miméticas que os sociólogos têm estudado desde Tarde, pensei que me caía bem uma sauna, uma caminhada na passadeira rolante, um mergulho na piscina do Hotel. Uma chamada para a recepção convenceu-me que nem todos os *Meliá Comfort* têm destas mordomias.

Fico-me por um questionamento: se é certo que a “apresentação do eu” apela para investimentos de comunicação visual que estabelecem hierarquias de gosto e de identidade, a quem queremos comunicar e com que propósitos? Se, numa sociedade saturada de imagens – há mesmo quem fale em processos de *sign-flation* (Canevacci, 2001: 240) – o corpo se revela um instrumento comunicativo por excelência, que significa essa primazia dada ao corpo?

Preocupação! – exclamo – logo que constatei que me esquecera, em Lisboa, do *after shave* e do desodorizante. Bauman diz-nos que “o viajante esperto fará o possível para imitar os felizes globais que viajam leves” (Bauman, 2000: 187). No meu caso imitei-os mal ao esquecer-me do essencial. Menos mal que não me esquecera da escova e da pasta de dentes. Ao escová-los, penso nos milhões de bocas que, como a minha, espumam, várias vezes ao dia, o fluoreto de sódio da *Colgate “Protection Caries”*. As referências no tubo da pasta dentífrica em seis Línguas mostram que a Colgate se vende em meio mundo. Também aqui os efeitos da globalização convergem

numa *utopia* tornada *fatalidade*: a crença de que com *Colgate "Protection Caries"* os dentes resistirão às malévolas cáries destruidoras. Ao sair da casa de banho, reparo nos cromados e na cestinha de produtos de higiene com inscrições *Meliá Confort*. Questiono-me, então, sobre o modo como as modernas ideologias emergem de uma superfície visual através de uma espécie de essência mítica que as faz pulsar nos produtos que nos rodeiam. Trata-se, sem dúvida, de uma *globalização* do fetichismo.

Saio do hotel para comprar um desodorizante e um *after shave*. Sorrio quando verifico que mesmo ao lado do *Meliá* existe um centro comercial, *Coimbra Sol*. Praguejo quando constato que no *shopping* apenas existem cabeleireiros e uma florista. Como já é tarde, tomo um táxi para a *baixinha* da cidade e entro numa espécie de “loja dos 300”, exemplo típico de uma *globalização* nivelada pelo cifrão. Apesar de tudo, gosto mais destas pequenas lojinhas locais do que das superfícies globais e impessoais dos hipermercados, onde sinto que a liberdade do mercado é penalizada pela falta de liberdade do consumidor em se libertar do mercado de consumo.

Nos hipermercados tenho a sensação de perder em definitivo a minha identidade. Certamente que estou a falar para um público selecto que não frequenta hipermercados, mas se experimentarem lá ir verificarão que nessas grandes superfícies somos todos diferentes na diversidade das compras que fazemos, mas todos iguais no modo como as transportamos, atrelados aos carrinhos que as carregam, enfileirados na espera do pagamento, abarrotados com sacos de plástico com o mesmo rótulo (de novo a *globalização* do fetichismo). Sempre me questiono sobre o tipo de sentimentos de pertença que podemos ter nestes espaços. Há quem sugira a possibilidade de estarmos perante um certo tipo de “comunidade”, se a entendermos como uma versão compacta do estar junto (Bauman, 2000: 116-117). Mas é de um “estar junto” feito de pura semelhança, do tipo “nós que somos todos o mesmo”, e entre os quais não há nós sociais para além dos que nos agregam como um somatório de indivíduos, como acontece nas teorias económicas do consumidor.

Em contrapartida, as pindéricas lojas dos 300 retratam bem a decadência do país, cuja “identidade tropo” (Matos, 2002) deixou nas covas a gloriosa “Idade de Ouro” quinhentista a favor da corriqueira “Idade de Plástico” trezentista. Já numa dessas lojinhas, de novo me confronto com o *fetichismo* dos rótulos. Numa fileira de desodorizantes destacam-se os *Denin Cologne*. Dou-me então conta de que a marca se demarca em quatro tipos: *Original, Black, Evasion e River* – palavras que se constituem em “arena de confrontos” simbólicos. Olho os rótulos com atenção para ver em que se distinguem, confirmando que a “linguagem filtra as nossas percepções da

realidade” (Macedo e Amaral, 2002). O tipo *Original* oferece-me “uma fragrância verdadeiramente masculina”; o *Black* garante-me que “o seu charme é o mistério da sedução”; o *Evasion* diz-me que “a sua magia é o poder de libertação”; o *River* sugere-me que “a sua liberdade é uma maravilhosa aventura”. Vejo-me “traduzido” em quatro diferentes aromas, pressinto-me objecto de uma “cultura translativa” (Macedo e Amaral, 2002). Afinal de contas, as identidades são também constituídas por interferência das palavras e do poder que arrastam: desde logo, o da enunciação. Dando “nome às coisas” fazemos com que as coisas sejam diferentes, participamos na “negociação de sentido” dessas coisas (Keating, 2002).

Imagino-me numa posição *dia-tópica*, a cada sovaco seu desodorizante. Aliás, vale a pena pensarmos na possibilidade de as diversidades diatópicas (Capinha, 2002) poderem também ocorrer a nível da linguagem – e não apenas a nível do imaginário, embora a linguagem nos transporte ao imaginário. Bem sei que nos tempos que correm as identidades são *flutuantes* (Memmi: 1997: 94-106), oscilando entre um pólo universalista e um pólo particularista, mas resquícios da minha moral kolbergiana deixam-me baralhado perante tamanha ambivalência, perante as eminentes fracturas das “noções holísticas de identidade” (Macedo e Amaral, 2002). Os desodorizantes são como as identidades, tanto se formam de semelhanças quanto de diferenças, ainda que persista uma epistemologia essencialista que nos sugere que as coisas são como são. Sabemos também que as reivindicações identitárias se apresentam sob o signo de uma revalorização da particularidade. É a tomada de consciência do diferente que marca o empenhamento por uma reconstrução da identidade em afirmar desde cada particularidade uma dimensão de distinção. Decido-me pelo *Black*, não tanto pelo “charme” proposto, ou pelo anunciado “mistério da sedução”, mas por briosa filiação clubística, pensando nas camisolas negras da minha Académica.

Já com a cabeça feita de sofisticadas técnicas sociológicas de análise de conteúdo, marcho para a prateleira dos *after shave* e passo uns largos minutos a cotejar (e cortejar) os rótulos, em “busca de identidades narrativas”. Um funcionário da loja olha-me desconfiado e ouço-o dizer para outro: “deve ser fornecedor”. O problema é que tinha encajado numa colónia/*after shave* que me deixou desconcertado: *Jóvan Musk Oil* (passe a publicidade). No rótulo podia ler:

O aroma provocante que, ao mesmo tempo, acalma e excita a sua sensualidade. E a dela também... Basta espalhar esta loção natural no rosto, pescoço e peito. Depois da barba e antes do resto... Inconfundivelmente masculino. De longa acção. Poderá não pôr mais mulheres na sua vida. Mas provavelmente dará mais vida às suas mulheres.

A cada momento tropeçamos com estereótipos que reflectem a sociedade sexista em que vivemos: “Se, no plano lexical, ou seja, do uso de palavras isoladas, o sexismo se faz sentir, o mesmo se passa também no plano sintáctico – sendo neste segundo plano que o sexismo é mais difícil de combater e de erradicar, porque está ligado sobretudo à mentalidade. E ele passa pelo uso de estereótipos, de expressões discriminatórias onde impera a óptica do masculino” (Macedo e Amaral, 2002: 399).

O aroma do *after shave* não direi que é repugnante mas simplesmente irrelevante, evapora-se perante a força persuasiva da mensagem do rótulo, de onde se pode concluir que, na construção das identidades, as identificações ideais valem tanto ou mais que as realidades fácticas. Fico então assolado numa contradição (entre o *ter* e o *ser*) que antecede um outra (entre o *ser* e o *estar*). No ter ou não ter (*after shave*) jogava-se meu ser projectado num estar ou não estar (bem colonizado, duplamente: pela água-de-colónia e pela publicidade). Afinal, a identidade é um conceito dinâmico, representando não apenas “o que se é” mas “o que se devém” (Ribeiro e Ramalho, 2002).

Vivendo estas contradições experimenta-se um verdadeiro *horror vacui*, próprio de “homens sem atributos” (Musil, 1993). Em contrapartida, surge também a arte de me poder tornar num outro, através de uma lógica metonímica que transforma o sentido olfactivo (o cheiro de mim que não é meu mas de *Jóvan Musk Oil*) numa totalidade de sentidos orientados para a sedução do outro/a (que não é outro/a fora de mim, já que é fruto de minha imaginação). Os artigos de higiene pessoal, salvo raras excepções, não cumprem uma mera função protectora da pele. As fragrâncias são intensas e orientam-se para a promoção de uma relação olfactiva com o outro.

De regresso ao hotel, reparo que ao lado do meu 514 existe uma arrecadação com pilhas de toalhões e lençóis esperando ser repostos nos quartos – observação que se constitui em pretexto para questionar a teoria de valor das mercadorias. Porque razão é que o fetichismo das mercadorias aparece apenas associado ao seu valor de troca? Decido tomar um duche e na bancada do lavatório vejo uma cartolina com a pergunta: “Consegue imaginar quantas toneladas de toalhas se lavam desnecessariamente todos os dias em todos os hotéis do mundo?”

Quando saio do duche e me enxugo com o toalhão branco do *Meliá Confort* penso no desconforto das empregadas que diariamente engomam centenas de toalhões: o trabalho produtivo de muitas mulheres continua a ser um “trabalho reprodutivo” (Tavares, 2002). Ou seja, a obliteração da força de trabalho e das relações sociais de produção em muitos dos valores

de uso de bens que consumimos produz um fetichismo oculto, ao tornar invisível a natureza social e mercantil do valor de uso. Coloco a toalha de banho no toalheiro, o que segundo o aviso da cartolina significa: “vou utilizá-la uma vez mais, obrigada”.

A empregada de hotel com quem de manhã me cruzei deu-me apenas um seco “bom dia”, mas se dissesse tudo o que lhe ia na alma, talvez o mundo se quebrasse com palavras reprimidas, talvez se banisse o “silêncio das ficções vigentes” (Tavares, 2002). Como escapar da fatalidade? Dando conta da rede complexa de causas que a provocam e a transformam em fatalismo. A partir desse reconhecimento, talvez que a fatalidade possa abrir portas à utopia, dando lugar a identidades de resistência, a novos movimentos sociais.

7. Relaxei um pouco no bar do hotel. Aí experimentei uma espécie de *colonização do eu* – conceito usado (Gergen, 1997) para indicar um dos traços marcantes da pós-modernidade, o de favorecer a aquisição de múltiplas e díspares possibilidades de ser. Como se dá a *colonização do eu*? Através da incorporação da informação do meio que nos rodeia, expostos que estamos aos rumores circulantes, como acontece num bar de hotel. Assim aumenta a nossa capacidade de saber *acerca de* e de *saber como*. Experiência idêntica tive-a à tardinha quando, regressado dos 300, passei pelo café *Briosa* que sempre visito nas minhas vindas a Coimbra. Os rumores de café ensinam-nos uma infinidade de detalhes sobre palavras, actos, vestimentas, gestos, etc. Através desses rumores dá-se uma assimilação de um caudal significativo de informação acerca das pautas que norteiam as trocas sociais: conversas sobre a cotação das bolsa, sobre futebol, política, etc. Assim, cada um de nós torna-se um outro, não importa se representante ou sucedâneo. Não sou sociólogo de identidade singular, unitária, íntegra; sou um universo de várias possibilidades ocultas: um director executivo, um treinador de bancada, uma cigana pedinte, um curioso a quem pediram para falar das *fatalidades* e *utopias* da globalização. São estes “outros” que nos constituem – *visitantes invisíveis* (Watkins, 1986) que dialogam entre si, em nós mesmos.

Porque é que estou para aqui a falar de meus problemas e conflitos identitários, de uma forma quiçá dramatizada? Porque são precisamente as imagens “superdramatizadas” da identidade que interessa debater quando se vivem vidas duplas num mundo marcado por viveres diaspóricos (Bhabha, 1998: 294). Dramatizações articuladas com experiências de ansiedade encaçadas em molduras duplas de vida. Mas a “globalização cultural” é isso mesmo, uma figuração nos “entre-lugares de enquadramentos duplos”,

palcos híbridos de cruzamento entre o local e o global, palcos de performatividade de “sujeitos descentrados”, em cenários onde prevalecem identidades ambivalentes.

As identidades podem também estar sujeitas a um processo de fantasiamento. Em qualquer centro comercial bem apetrechado podemos trocar de identidade. Identidade que se constrói pelo uso de objectos produzidos e comercializados em massa mas que garantem uma individualidade. E se formos para o campo da biogenética, a individualidade pode sobreviver à custa da sua alteridade genética. Conhecem, certamente, a história dos cinco porquinhos clonados,⁶ “primos” da ovelha Dolly (Noel, Angel, Star, Joy e Mary) que, messianicamente nascidos no Natal passado, prometem facilitar o trânsito de órgãos de porco para o ser humano. Ou seja, a globalização faz-se também sentir no campo genético. Quem sabe, daqui para amanhã, talvez os nossos sentimentos sejam mais sublimes ao virem do fundo do coração de um porco, embora possamos correr riscos de herdar doenças até agora impróprias do ser humano, como a peste suína – descontando que a vida de muitos humanos é já uma inegável porcaria, dadas as condições imundas e miseráveis em que vivem.

Porque é que o questionamento sociológico das identidades está na ordem do dia? Provavelmente é quando a comunidade entra em colapso que se inventa a identidade (Young, 199: 164). A precariedade do sentimento comunitário é flagrante nas chamadas *comunidades fantasma* (Gergen, 1997: 270), cuja característica é serem constituídas por interações superficiais, ou nas ditas *comunidades simbólicas*, ligadas primordialmente por trocas simbólicas – de palavras, imagens ou informação (Anderson, 1991). Algumas comunidades estruturam-se sem que entre os seus participantes haja um conhecimento real. Quando vejo a *Académica* (de Coimbra, naturalmente), o meu cachecol negro projecta-se em muitos outros cachecóis negros de adeptos da *Briosa*. Mas não conheço um único adepto da *Mancha Negra* ou dos *Cow Boys*. Os cachecóis negros, vermelhos, verdes, azuis ou aos quadradiños são meros símbolos de *comunidades simbólicas* (Cohen, 1985), tantas vezes sustentadas em utopias.

As múltiplas pertenças sociais são constitutivas de identidades ambivalentes. E mesmo quando se discutem identidades mais amplas, como o são as identidades nacionais, a heterogeneidade e a fugacidade estão presentes,

⁶ Porcos clonados pela empresa biofarmacêutica que ajudou a criar a ovelha Dolly, a PPT Therapeutics. Os porcos clonados foram os primeiros a serem criados de maneira a prevenir a rejeição dos seus tecidos pelo corpo humano.

como acontece com as representações nacionais em eventos culturais do tipo “Expo” ou “capitais de cultura” (Ferreira, 2002). Também aqui se vive num terreno de ambivalência, apesar de algumas representações de identidade se acoitarem ao abrigo de estereótipos reificados ou de “fundamentações míticas” (Ribeiro e Ramalho, 2002), como acontece nas representações identitárias e nos imaginários urbanos de algumas cidades portuguesas: “Lisboa diverte-se, o Porto trabalha, Coimbra estuda, Braga reza” (Fortuna e Silva 2002) ou nos silêncios do “pós-colonialismo” (Santos, 2002: 40-46).

8. Muitas dessas identidades estereotipadas, muitos desses *topoi* identitários (Ribeiro e Ramalho, 2002), resultam de artifícios metonímicos que se consolidam através de narrativas oralizadas ou escritas. Na literatura encontramos retratada a força enorme da ideia de nação através de relatos do quotidiano, de detalhes reveladores do dia-a-dia que emergem como metáforas da vida nacional. Por exemplo, a figura do *Zé Povinho* expressa bem a metáfora progressista da “coesão social moderna” – *muitos como um* – que é “compartilhada por teorias orgânicas do holismo da cultura e da comunidade e por teóricos que tratam do género, classe ou raça como totalidades sociais que expressam experiências colectivas unitárias” (Bhabha, 1998: 203). Na metáfora da comunidade nacional “*muitos como um*”, o “um” pode não traduzir apenas a tendência totalizadora do social como um tempo homogêneo e vazio, podendo ser o “um” subtraído ao todo, o “um” marginal, o “um” que é ocupado por invisíveis, excêntricos, todos os que se encontram submergidos, relegados para as margens.

É esse “um” (*Zé Povinho*) que é instrumentalizado como meio de representação do Português quando, nomeadamente, é visto por um olhar estrangeiro. Esta metonímia representacional é evidente num livro publicado nos finais da 1.^a Grande Guerra, com o sugestivo título: *John Bull e Zé Povinho. Análise à Vida Portuguesa*.⁷ Apesar dos esforços de contenção do *Zé Povinho* para “inglês ver”, o autor inglês (Kotnay, 1918) não pode deixar de se impressionar com o que vê – e o que vê é mais e menos do que lhe é mostrado.

⁷ Não sei se o livro se encaixa propriamente no género “literatura de viagens” (Matos, 2002). Se o é, podemos discutir se essa literatura, embora de género “não-ficcional”, não acabará por estar na origem de ficções de identidade. Como quer que seja, os escritores portugueses participaram também nesta construção ficcional com categorizações semelhantes à dos observadores estrangeiros. Num conto de Eça de Queirós (*A Catástrofe*) que Adriana Bebianio refere (2002), a “pobreza moral” do país é representada na traição da Igreja e da nobreza, dos funcionários públicos, dos políticos com medo de perder o emprego, dos burocratas, das *cocotes*...

Da mesma forma que Graça Abranches (2002) nos mostra os conflitos de “nativização” do “alheio central” quando, por exemplo, as nossas *misses* imitavam as inglesas,⁸ também o escritor inglês, a passar uma temporada em Portugal, teve dificuldades em “nativizar” o “alheio periférico” que era dado pelo comportamento insólito dos portugueses.⁹ O poder do olho observador inglês é o poder de naturalizar a retórica da afiliação nacional e suas formas de expressão colectiva através de uma metonímia que toma o “Zé” como o “povinho”, identificando “um” com “muitos”. Detalhes da observação quotidiana são repetidamente transformados em signos de *cultura nacional*, pretensamente coerente. Tomem-se os seguintes exemplos que importei do ficheiro onde gravei a primeira versão desta comunicação, entretanto recuperada do *Recycle Bin*:

Afáveis: “Costumam apertar muito as mãos, como se não tivessem visto há muitos anos, dão-se mutuamente fortes massagens nas espáduas, e cumprimentam-se tantas vezes quantas se avistarem ao dia” (Kotnay, 1918: 55).

Cínicos: É comum ver-se uma pessoa saudar respeitosamente outra e fazer-lhe, por detrás, repetidos gestos com os braços e em diversas posturas, que têm uma significação pouco decente (59).

Expressivos (Expressividade feminina): Cospem no chão e raspam com o pé para significar desprezo, batem sonoras palmadas nas nádegas, põem as mãos nas ancas em atitudes provocantes (60).

Beberrões: O vinho é uma esponja nacional. Tudo se lava com ele e todos de vinho se inundam (47).

Indolentes: “Dado a marchar numa lentidão de burro teimoso” (p. 65). Excepção: “Não há forma de o apressar a não ser que lhe acene com a aveia, que para os homens deve tomar a forma da caneca ou o vulto de uma mulher graciosa” (65).

Politicamente interesseiros: “imensa gamela para enfartar duas varas. Uma que já se alambaza, e outra que, impaciente pela sua vez, morde o rabo aos que estão na frente” (70).

Volúveis na política: “abjuram credos tão naturalmente, que até chamam a isso pitorescamente: *mudar de casaca*” (70).

⁸ O “mal-dizer” em relação às inglesas tem, entre os portugueses, razões outras que não apenas as derivadas de uma necessidade de afirmação identitária de pendor nacionalista. Existe também uma preocupação em preservar a dominação masculina ante influências externas nefastas no que respeita à possibilidade de emancipação feminina. No fundo, a “má-língua” cumpre uma função normativa que assegura a manutenção de uma fronteira de grupo e o reforço da conformidade dentro desse mesmo grupo.

⁹ Como diria Eça de Queirós, nas *Cartas de Inglaterra*, os ingleses “nunca se desinglesam”, onde quer que estejam (Abranches, 2002).

Manipuladores da lei: há a propensão tendenciosa para iludir as determinações legais, e defraudam-se impudicamente as decisões da autoridade (92).

Boicotadores: “Quando alguma inovação surge para moralizar ou civilizar, o português esforça-se por contrariar a sua eficácia” (228).

Impreviáveis: “Tanto quebram vasos na cabeça da esposa como a acariciam com as flores dos mesmos” (228).

Sensuais: “ímpetos de irascível concupiscência” (237)

Caducos: “Enfraquecem-se prematuramente e dão, na meia idade, um deplorável exemplo de senilidade” (237).

Enfermiços: “O estômago esfacela-se com lentidão em arrotos. Em Portugal o arroto é livre” (254).

Fraudulentos: “Em Portugal vive metade da gente a iludir a outra metade, se não for antes um todo em que todos se iludem. Tudo se esforça por aparentar aquilo que não é uma realidade” (329).

Pouco dialogantes: “Responderá a um porquê? Com insolentes porque sim, e acabará por raciocinar com murros” (330).

Pedinchões: “Tudo pede, tudo mendiga, tudo pedincha” (336).

Conformistas: “É sina dos portugueses: pagar e não bufar” (338).

Embora possa existir uma parte de verdade, aliás actual, em alguns dos atributos elencados, o certo é que os símbolos de identificação que surgem nos discursos sobre as identidades permitem enfatizar a natureza imaginária e mítica das nações,¹⁰ tendo como suporte construções discursivas. Em vários capítulos de um dos volumes que me pediram para comentar (Ramalho e Ribeiro, 2002) temos sugestivos exemplos de como as identidades são construídas através do poder da língua, de sua capacidade enunciativa.¹¹ As nações são construções imaginárias resultantes de ficções narrativas (Bebiano, 2002).

9. Sempre hesito quanto ao que comer quando tomo o pequeno almoço num hotel. A banca das frutas – bananas da Costa Rica, mangas da Venezuela, Kiwis da Nova Zelândia – é também uma banca de exposição de uma “mercantilização sem fronteiras” (Rifkin, 2000). As referências de origem fazem-me saborear a fruta com um travo especial. A cada trincada corresponde uma miragem de trópicos e terras ignotas, mas o que na verdade mastigo é a qualidade de fetiche dos produtos que consumo. Se, como

¹⁰ Num sentido próximo ao de “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991).

¹¹ Graça Abranches (2002), por exemplo, mostra-nos como o século XIX foi, no mundo ocidental, palco de representações bipolares de género sexual, em termos que ainda hoje nos são familiares.

dizia Marx, as mercadorias são expressão de relações sociais ocultas, a ocultação é tanto maior quanto mais as relações sociais de produção estiverem deslocalizadas, quanto mais profunda for a dissociação entre produção e consumo. É claro que quando olho uma banana Chiquita da Costa Rica, no que penso é nas paisagens idílicas da Costa Rica, na imagem lúdica estampada no sorriso da Chiquita, a camponesa cujo rótulo está colado à casca de banana. A Chiquita retrata bem a natureza de uma força de trabalho transformada em fetiche pela etiqueta adesiva que me alimenta de utopias. Mas, aqui, as utopias são apenas a espuma visível de uma fatalidade feita de exploração de muitas Chiquitas.

E ao adoçar o café não posso deixar de pensar no sabor amargo do açúcar, química alimentar do colonialismo. Com razão Husserl caracterizava o “mundo da vida” como *coisa e consciência da coisa*. O mundo da vida (*Lebenswelt*) não é só o que nos rodeia mas também o “mundo percebido”, enquanto objecto de consciência. O açúcar que dissolvo no café não é apenas uma substância, é também um campo de referências de sentido. Num simples gole de café posso beber a história do colonialismo. O café adoçado alimenta-me a utopia de me manter desperto, depois de uma noite sem dormir, mas, simultaneamente, adormece a lembrança de uma realidade tornada fatalidade: a escravatura. Meu gole de café é um sinal remoto da formação do capitalismo global, é produto de uma acumulação de capital que beneficiou traficantes, investidores, atacadistas, retalhistas, especuladores. Urge pensar em projectos de libertação tendo em conta que os projectos dependem das circunstâncias mas também as podem superar. As *circunstâncias* não devem ser tomadas como uma *fatalidade*, da mesma forma que as contingências da vida não lhe moldam o destino. Os projectos são tanto mais emancipadores quanto mais se libertem das circunstâncias que atrofiam a sua realização.

10. Olho com nostalgia o *décor* do meu 514. O acoplamento de um pronome possessivo a um número impessoal de quarto, denota já a familiarização com uma territorialidade. Antes de abandonar o 514, e já com a mala arrumada, volto ao meu computador, cliço no *Outlook Express* e cotejo o correio electrónico. Lembro-me de meus amigos cibernautas com quem costumo comunicar em *chat rooms*. Agora não tenho tempo para lhes falar, já que a distância não seria problema. Hoje em dia, a ideia de proximidade é controversa. Podemos estar próximos de quem está longe e longe de quem está perto. Das mensagens recebidas nos últimos dias, uma desperta-me a atenção. É de Nelsy, minha cunhada paraguaia. Trata-se de um chiste que

me faz reflectir no “ser” e no “estar”; nas “raízes, percursos e discursos da identidade” (Ramalho e Ribeiro 2002). Passo a transcrevê-lo, tal como me chegou, em Castelhana:

Existían 10 bellas islas desiertas en medio de la nada, donde quedaron varadas las siguientes personas:

- * Isla Desierta 1: dos italianos y una italiana.
- * Isla Desierta 2: dos franceses y una francesa.
- * Isla Desierta 3: dos alemanes y una alemana.
- * Isla Desierta 4: dos griegos y una griega.
- * Isla Desierta 5: dos ingleses y una inglesa.
- * Isla Desierta 6: dos búlgaros y una búlgara.
- * Isla Desierta 7: dos estadounidenses y una estadounidense.
- * Isla Desierta 8: dos irlandeses y una irlandesa.
- * Isla Desierta 9: dos japoneses y una japonesa.
- * Isla Desierta 10: dos portugueses y una portuguesa.

UN MES DESPUÉS, en estas islas completamente desiertas, en medio de la nada, ocurrió lo siguiente:

ISLA DESIERTA 1: Un italiano mato al otro para quedarse con la italiana.

ISLA DESIERTA 2: Los dos franceses y la francesa viven muy felices en un ‘menage a trois’

ISLA DESIERTA 3: Los dos alemanes hicieron una programación semanal donde ellos se turnan para tener sexo con la alemana.

ISLA DESIERTA 4: Los dos griegos están durmiendo juntos y la griega limpia y les cocina.

ISLA DESIERTA 5: Los 2 ingleses están esperando que alguien les presente a la inglesa.

ISLA DESIERTA 6: Los 2 búlgaros miraron el mar, luego miraron a la búlgara, miraron el mar nuevamente y empezaron a nadar.

ISLA DESIERTA 7: Los 2 estadounidenses están contemplando las virtudes del suicidio, mientras la estadounidense continua hablando de ella, de la naturaleza del feminismo, de la necesidad de la tranquilidad interior, de la igualdad, de su ultimo novio, etc.

ISLA DESIERTA 8: Los irlandeses dividieron la isla en Norte y Sur, en donde cada uno abrió una cervecería; ellos no se acuerdan si han tenido sexo o no con la irlandesa después de algunos litros de whisky de coco, pero están satisfechos porque los ingleses no están cerca.

ISLA DESIERTA 9: Los 2 japoneses enviaron un fax a Tokio y están esperando instrucciones.

O chiste sugere que a identificação de um país pode ser feita, em termos simbólicos ou representacionais, num cenário de “territorialização aparente”, já que as ilhas são fictícias e, logo, as identidades são desterritorializadas, como acontece quando se aborda a problemática da identidade e da nação na(s) poética(s) da modernidade (Ribeiro e Ramalho, 2002). Depois lá vinha a pergunta matreira, como apêndice do chiste:

Que harian dos portugueses con una portuguesa en una isla desierta? solo a los efectos de ir completando el chiste no te parece ? Besos. Nelsy.

Senti-me picado. A minha querida cunhada queria saber da minha identidade narratológica. António Sousa Ribeiro e Maria Irene Ramalho (2002: 416) explicam bem o sentido destas identidades: elas estruturam-se na base de um *plot* (trama, intriga), “formando um modelo ideal que permite o estabelecimento de uma identificação individual e o relacionamento entre história pessoal e história colectiva”. As comunidades identitárias constroem-se tendo a montante um passado mitificado e a jusante um destino idealizado. A Literatura, e em particular a História (com os cultos personalizados a heróis e mártires e a exaltação simbólica de bandeiras, monumentos e mortos), contribuem para uma memorização glorificada do passado que se projecta numa fraternidade mitológica. O Estado-nação é uma identidade dual que combina elementos de *paternidade* e *maternidade*. Por um lado, a Nação, de substância feminina, faz-nos sentir filhos da mãe – da mãe pátria, por quem nutrimos sentimentos de afecto e por quem até se pode estar disposto a dar a vida. A figura paterna é assumida pelo Estado, ao qual se deve obediência, mesmo que seja um pai tirano.

Senti que na minha resposta ao chiste se jogava a identidade do meu país, para além de minha própria identidade masculina. Dou-me então conta de que o conceito de identidade social é tão esquivo quanto o conceito que toda a pessoa tem de sua própria identidade pessoal. Invocando a “perícia de extraterritorialidade” que caracteriza os portugueses (Canelo, 2002), despi-me de minha identidade de sociólogo e respondi-lhe:

Bueno, querida Nelsy, estoy cierto que los portugueses intentarían contornar la fatalidad echando mano a la utopía. Con su reconocido gusto por la aventura y la navegación, descubrirían en 9 islas una situación semejante a la suya. Condolidos por sus compañeros isleños, seducían a las chicas y a todas las traín para su isla, donde vivirían muy felices y tendrían muchos hijos.

Ao reler a mensagem da minha cunhada, bem como a resposta que lhe dei, e ao fazer a transposição de ambas para o corrente texto (*select, copy, paste*), reavivo um sorriso patriótico – que não sei como é, mas deves imaginar – e desligo o computador, pensando na definição de fronteira dada por algumas tribos indígenas do Nordeste brasileiro: a fronteira entre duas tribos pode projectar-se, aproximadamente, no ponto de onde um homem deve voltar se deseja chegar a casa antes de anoitecer (Viegas, 2002). No caso das minhas notas de reflexão a fronteira era dada por um ponto de retorno se as quisesse acabar antes do começo da sessão do Colóquio para a qual havia sido convidado. Depois, olhando para o número de páginas que já tinha redigido, imaginei o moderador da mesa pedindo-me, discretamente, para terminar a minha apresentação. Assim o fiz, agora o faço.

Referências Bibliográficas

- Abranches, Graça (2002), «Homens, mulheres e mestras inglesas», *in* Ramalho e Ribeiro (orgs.), 255-305.
- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities*. London: Verso.
- Bebiano, Adriana, «A invenção da raiz. Representações da nação na ficção portuguesa e irlandesa contemporâneas», *in* Ramalho e Ribeiro (orgs.), 503-537.
- Bhabha, Homi K. (1998), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Bauman, Zigmunt (2000), *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Canelo, Maria José (2002), «Nações em revista(s)», *in* Ramalho e Ribeiro (orgs.), 437-471.
- Canevacci, Massino (2001), *Antropologia da comunicação visual*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Capinha, Graça (2002), «A Magia da Tribo. Para uma concepção agonista e poética dos discursos e identidades: A desterritorialização das palavras na poesia L=A=N=G=U=A=G=E e na poesia dos emigrantes portugueses», *in* Ramalho e Ribeiro (orgs.), 115-141.
- Cohen, Anthony (1985), *The Symbolic Construction of Community*. London: Tavistock.
- Faria, Margarida Lima de (2002), «Etapas e limites da globalização da cultura institucional: Os museus», *in* Fortuna e Silva (orgs.), 315-354.
- Feldman-Bianco, Bela (2002), «Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal. Antigas rotas, novos trânsitos e a construções de semelhanças e diferenças culturais», *in* Ramalho e Ribeiro (orgs.), 143-184.
- Ferreira, Claudino (2002), «Processos culturais e políticos de formatação de um mega-evento: do movimento das exposições internacionais à Expo'98 de Lisboa», *in* Fortuna e Silva (orgs.), 255-313.

- Fortuna, Carlos; Silva, Augusto Santos (orgs.) (2002), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Fortuna, Carlos; Peixoto, Paulo (2002), «A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas», in Fortuna e Silva (orgs.), 17-63.
- Gergen, Kenneth J. (1997), *El yo saturado. Dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*. Barcelona: Paidós.
- Jameson, Fredric (1991), *Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke UP.
- Joseph, Isaac (1999), *Erving Goffman y la Microsociología*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Kaplan, E. Ann (1987), *Rocking around the Clock*. New York: Methuen.
- Keating, Clara (2002), «Linguagens deslocadas: Percursos discursivos de duas mulheres portuguesas em Londres», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 87-113.
- Kociatkiewicz, Jerzy; Kostera, Monika (1999), «The Anthropology of Empty Space», *Qualitative Sociology*, 1, 43-8.
- Kotnay, A. (1918), *John Bull e Zé Povinho. Análise à vida portuguesa*. Porto: Editado por Hygino J. Assumpção.
- Macedo, Ana Gabriela; Amaral, Ana Luísa (2002), «A palavra, identidade e a cultura translativa. Para uma introdução ao *Dicionário Terminológico de Conceitos da Crítica Feminista*», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 383-408.
- Magalhães, Isabel Allegro (2002), «Capelas Imperfeitas: Configurações literárias da identidade portuguesa», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 307-348.
- Martins, José de Souza (1996), *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Matos, Jacinta Maria (2002), «‘Viagens na nossa terra’: Construções de identidade nacional e definições de portugalidade na narrativa não-ficcional portuguesa contemporânea», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 473-502.
- Memmi, Alberto (1997), «Les fluctuations de l’identité culturelle», *Esprit*, 228, 94-106.
- Mendes, José Manuel de Oliveira (2002), «A violência da pureza: A identidade açoriana no discurso jornalístico regional (1974-1975)», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 439-576.
- Musil, Robert (1993), *El hombre sin atributos*. Barcelona: Seix Barral.
- Porto, Nuno (2002), «O corpo nas colónias: A comunidade colonial na margem do Império – o caso da Companhia de Diamantes de Angola», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 213-252.
- Ramalho, Maria Irene; Ribeiro, António Sousa (orgs.) (2002), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, António Sousa; Ramalho, Maria Irene (2002), «Identidade e nação na(s) poética(s) da modernidade. Os casos de Fernando Pessoa e Hugo von Hofmannsthal», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 411-435.

- Rifkin, John (2000), *L'era dell'accesso*. Milano: Mondadori Editore.
- Rosa, F. Javier Ullán de la (2001), «El papel de la dimensión simbólico-estética en los actuales procesos de reconstrucción identitaria frente a la globalización cultural», *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, LVI(2), 167-184.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1997), «Por uma concepção multicultural de direitos humanos», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), «Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 23-85.
- Santos, Helena; Abreu, Paula (2002); «Hierarquias, fronteiras e espaços: O(s) lugar(es) das produções intermédias», in Fortuna e Silva (orgs.), 211-253.
- Silva, Augusto Santos *et al.* (2002b), «A arte de ser culto: A formação e as práticas dos consumidores regulares», in Fortuna e Silva (orgs.), 109-162.
- Tavares, Teresa (2002), «'Um mundo que se quebra enquanto falo'. Representações do espaço social e sexual na ficção narrativa de escritoras contemporâneas», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 349-381.
- Viegas, Susana de Matos (2002), «Trilhas: Território e identidade entre os índios do sul da Bahia/Brasil», in Ramalho e Ribeiro (orgs.), 185-211.
- Watkins, Mary (1986), *Invisible Guests. The Development of Imaginal Dialogues*. Hillsdale (NJ): Analytic Press.
- Willis, Susan (1997), *Cotidiano. Para começo de conversa*. Rio de Janeiro: Graal.
- Young, Jock (1999), *The Exclusive Society*. London: Sage.

GEORGE YUDICE

New York University

O lugar da cultura no contexto pós-Onze de Setembro

Este ensaio discute os efeitos que os novos sistemas de segurança e vigilância postos em prática após os ataques do 11 de Setembro têm sobre a cultura. Já transformada pelos processos da globalização e, efectivamente, contribuindo para esses processos, a cultura constitui um espaço primordial de conflito e controlo na sequência dos ataques: movimentos contestatários, muitos dos quais são culturalmente constituídos, são identificados com o terrorismo; os filmes de Hollywood, a imprensa electrónica e a imprensa tradicional são recrutados ao serviço da segurança; planeiam-se novas formas culturais de controlo. Em última análise, a guerra ao terrorismo também consegue proteger o regime de acumulação estabelecido pelo Consenso de Washington. Será o movimento anti-globalização capaz de enfrentar o novo regime de acumulação?

A tese que proponho neste ensaio é que as consequências dos atentados do onze de Setembro, sobretudo o fortalecimento dos aparelhos e tecnologias de segurança e vigilância não só nos EUA mas em todo o mundo, abrem uma janela interessante para essa turbulência que Boaventura de Sousa Santos detecta na coexistência de interpretações paradigmáticas e subparadigmáticas com respeito à transição entre a actual hegemonia do capitalismo neoliberal e um novo modo de acumulação, já apontado pelo pós-consenso de Washington, que ele menciona, citando Stiglitz (Santos, 2001: 88). É muito cedo ainda para adivinhar se essas consequências darão maior apoio a uma ou outra interpretação, mas é evidente que as acções dos EUA procuram estabelecer uma ordem onde parece haver grande desordem. Na encruzilhada actual, desordem e ordem se alimentam reciprocamente, pois as intervenções dos Estados Unidos no Médio Oriente e na Ásia do Sul têm desencadeado uma longa série de *blowbacks* ou ricochetes que, ao mesmo tempo que aumentam a turbulência, também legitimam o militarismo e as agências de segurança.

Um segundo aspecto da minha proposta é que essa tentativa de ordem não é só militar mas também profundamente cultural. Tal deve-se, em pri-

meio lugar, a que o capitalismo neoliberal, ao procurar debilitar o Estado-Providência (seja do tipo que for) por meio das instituições financeiras internacionais e multilaterais que impõem ajustamentos estruturais, desencadeia uma miríade de recomposições de identidades estabelecidas em relação à malha institucional de um país particular. Essas recomposições operam sobre as necessidades ligadas às identidades que, segundo Nancy Fraser (1989), se abrem à interpretabilidade derivada da luta de interesses que circulam e colidem nas instituições do *Welfare State*. Trata-se de uma renegociação dos termos da cidadania, que se culturaliza na medida em que se presta à interpretabilidade das necessidades e dos direitos estabelecidos. É evidente que a definição de operário, grupo étnico, minoria, imigrante, família, sexualidade, etc., assim como as necessidades atribuídas a essas identidades, mudam de acordo com esse processo e com a transição para uma outra ordem social.

Cabe assinalar, além disso, que o cálculo de risco que representam essas identidades para os poderes sociais, políticos e económicos também muda de um regime para outro. Na actual conjuntura, não existem condições para negociar um compromisso keynesiano, por todas as razões que em geral se agrupam nas teorias da sociedade pós-industrial, pós-fordista, pós-ou transnacional: flexibilização produtiva e laboral, privatização, desregulação, tecnificação, financeirização, terceirização, ou surgimento do sector privado não lucrativo, etc. Esse “novo quadro legal adequado à liberalização dos mercados, dos investimentos e do sistema financeiro,” sobre o qual escreve Boaventura de Sousa Santos (2001: 49), também implica novos conceitos de risco. Os imigrantes apresentam sempre uma ambiguidade em relação ao risco: por um lado, são necessários para proporcionar mão-de-obra barata, mas, por outro, são considerados uma fonte de inquietação, sobretudo no que poderíamos chamar a sociedade pós-disciplinar, onde a proliferação de identidades culturais já não é governada pela escola, a igreja, o clube social, etc. A sociedade disciplinar coincide com a modernidade e com a legitimidade para as autoridades que geram os critérios de valor. Numa sociedade pós-moderna, não impera uma única escala de valores e a legitimidade dos saberes institucionalizados é questionada por múltiplos actores, cada um com escalas ou normas diferentes. Como veremos mais abaixo, surge um novo princípio de autoridade num contexto pós-disciplinar: a sociedade de controlo.

É justamente a falta de uma sociedade disciplinada, de uma sociedade civil unificada, que Robert Putnam (2000) lamenta na actualidade, pois, segundo ele, essa unidade é fundamental para o bem-estar social. Para Samuel Huntington (1996), como para Christopher Lasch (1978) vinte e

cinco anos atrás, são precisamente as práticas do culto do *self* e a formação de subgrupos identitários, que Graça Carapinheiro descreve na sua contribuição para *Globalização: Fatalidade ou utopia?*, que geraram essa fragmentação e falta de coesão que enfraquece a sociedade estado-unidense e a abre a ataques externos, tanto civilizacionais como terroristas. Putnam conjectura que o trauma do onze de Setembro deveria produzir uma coesão civil – serviços multi-religiosos, ajuda cidadã, serviços cívicos como os dos *boy scouts*, etc. – semelhante à que se deu depois do ataque a Pearl Harbor em 1941. Mas não diz nada a respeito da crítica que pode fazer-se ao neoliberalismo nem a essa sociedade civil que se compatibiliza com ele.

Para Huntington, a tolerância estado-unidense relativamente à diversidade cultural enfraquece o carácter moral da nação, levando ao risco de colapso da civilização ocidental. É interessante que o governo de Bush não tenha seguido o raciocínio de Huntington e tenha recusado os alardes de superioridade ocidental – ao contrário de Berlusconi – e promovido a aliança com as nações islâmicas para combater o terrorismo. O presidente dos EUA declarou repetidamente que, dentro dos EUA, os muçulmanos estado-unidenses são patrióticos cidadãos americanos. Bush aproveitou a retórica da diversidade multicultural para criar uma ponte entre a agenda nacional de unidade e a agenda política de conseguir o apoio internacional para os ataques militares contra países que, segundo os serviços de vigilância, abrigam terroristas. Pior ainda, segundo Bush, esses mesmos países reprimem a diversidade.

É evidente que, no contexto estado-unidense, o multiculturalismo perdeu o seu gume crítico e tornou-se mais num instrumento de consenso, poucos anos depois das guerras culturais, quando se acreditava que a sociedade se decompunha num conjunto de tribos heterogêneas. O governo chegou mesmo a celebrar a tolerância em relação à diversidade como característica exclusiva da sociedade estado-unidense. Quase nunca referidos antes como americanos “hifenizados”, começou-se a ouvir falar em *Arab-Americans* e *Pakistani-Americans*. O hífen funciona como recurso cultural para compatibilizar o Islão com o credo americano do “E pluribus unum”. Por exemplo, os jornais reportaram que um grupo de *Pakistani-Americans* foi ao seu país de origem como embaixadores de boa vontade (*good will ambassadors*) para explicar por que os EUA são um país que deve ser amado (Domowitz, 2001).

Mas o outro lado da ambiguidade relativamente aos imigrantes expressou-se com igual intensidade, embora de modo menos espectacular. Ao mesmo tempo que o governo celebrava os *Arab-Americans* e muçulmanos e repudiava os ataques contra eles, também iniciou uma caça dis-

criminatória contra eles. Até um guarda-costas de Bush, um *Arab-American*, foi detido num aeroporto (“Guard for Bush”, 2001). O mesmo Bush que celebrou a diversidade – seu gabinete ministerial é o mais etnicamente diverso na história dos EUA – autorizou, mediante o *USA Patriot Act*, julgamentos militares a milhares de pessoas, quase todas só por terem aspecto suspeito, quer dizer, árabe. Mais de 5.000 apresentaram-se “voluntariamente”, segundo comunicado do Departamento de Estado, e desses, 1200 ficaram indefinidamente na cadeia, sem serem culpados de cometer crimes nem de transgredir as leis de imigração (Nojeim, 2001; ACLU, 2002).

Estas medidas correspondem aos “sistemas de vigilância e de governo para produzir controlo e regulação” (Carapinheiro, 2001: 202). Como veremos, esses sistemas para conter o risco (ou a percepção do risco, que, no campo económico, talvez seja a mesma coisa) podem formar parte de estratégias secretas ou espectaculares. Nos primeiros dias após os atentados do onze de Setembro, a população estado-unidense, ante a incessante repetição mediática do colapso das torres, queria ver manifestações de controlo. Esses atentados pareciam um pastiche dos filmes hollywoodianos de acção, mas faltavam os heróis – Stallone, Schwarzenegger ou Willis – para combaterem os terroristas. Faltava uma manifestação de força oriunda da Casa Branca; em vez disso, o Presidente Bush encorajou a população a sair às compras e viajar em aviões, tanto para mostrar aos terroristas que um americano não tem medo quanto para combater o risco económico devido à queda no consumo.

Parecia que Bush e seu governo esperavam que esta performance – que é um fenómeno fundamentalmente cultural – serviria para sarar a enorme ferida que se sofreu tanto na perda de vidas humanas e de propriedade, quanto no simbólico. Esses dois aspectos são inseparáveis na performance económica. Como explica o relatório do FMI, *World Economic Outlook: The Global Economy after September 11*, os desastres produzem uma queda na confiança pública relativamente ao futuro que se traduz numa queda do consumo que, por sua vez, produz uma queda na demanda de mercadorias e aumenta os custos de segurança (International Monetary Fund, 2001). O relatório fala em muitas outras consequências, mas uma que vale a pena mencionar é a queda no turismo, que é fatal para as cidades (embora o turismo nos lugares considerados seguros, como Portugal, possa aumentar). E com a queda no turismo, por sua vez, dá-se um efeito muito negativo na produção de cultura profissional: teatro, concertos, museus, galerias, etc.

São necessários sistemas de segurança para o sector cultural, pois ele opera como um dos recursos mais importantes da acumulação, sobretudo no que respeita ao fomento à inovação de que falam Castells e Rifkin.

Segundo estes autores, são as ideias que têm maior valor na nova economia. Portanto, é essencial compreender que tipos de cultura são incentivados e quais são desincentivados pelas consequências do onze de Setembro. O novo regime de vigilância e segurança ameaça os movimentos sociais e outras iniciativas contestatárias, neutralizando-os repressivamente e absorvendo-os nos mecanismos de segurança, que adoptam várias formas sociais e culturais. Daí a importância das políticas culturais neste novo período. A globalização gerada pela transnacionalização das empresas e os fluxos financeiros tem produzido maior desigualdade do que nos vinte e cinco anos depois da Segunda Guerra Mundial. Mas, em vez de desenhar políticas para contrariar a pobreza gerada pela globalização, as instituições financeiras e comerciais internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC, etc.) limitam-se a criar novos programas para reduzir ou eliminar a enorme dívida externa dos países mais pobres, ao mesmo tempo que recorrem cada vez mais à cultura como panaceia (ver as declarações de Wolfensohn, 2000). Mas mesmo que se elimine a dívida externa dos países pobres, isso não diz respeito à estrutura que gera a desigualdade, que é a juridificação da divisão internacional do trabalho e a produção de propriedade.

A transformação dos sistemas de comunicação mediante processos neoliberais (privatização, desregulação, eliminação dos serviços proporcionados pelo Estado-Providência por razões políticas e económicas) resulta numa recomposição e ressignificação de territórios e públicos. A transnacionalização e (neo)liberalização das indústrias culturais impõe (1) a necessidade de inserção numa economia supranacional e (2) reestruturações para facilitar essa inserção que respondem a “uma dialéctica de uniformização e de diferenciação” (Herscovici, 1999: 58). Por um lado, uniformizam-se protocolos jurídicos, tecnologias, formas administrativas; por outro, a acomodação ao mercado transnacional requer a geração de diferenças locais que tornem possível o lucro dos conteúdos além das fronteiras territoriais. “[C]ada espaço geográfico precisa de se diferenciar e de construir a sua imagem mediática com o objectivo de se valorizar em relação ao exterior para se inserir nessas redes internacionais; a cultura é amplamente utilizada na construção dessa imagem mediática” (Herscovici, 1999: 58-59). O facto de a valorização de localidades e de seus conteúdos se fazer a partir da geração dessas diferenças (orquestradas desde logo pelo contexto do mercado transnacional) obriga os processos de formação de identidades culturais a obedecerem a mandatos performativos. Noutras palavras, as diferenças não podem ser pensadas *fora* do contexto em que derivam seu valor; daí que se argumente que as diferenças se constituem dentro dos processos de globalização (Lacarrieu, 2000: 4-5).

Tomar consciência disso complica a nossa compreensão dos programas de reivindicação do local, pois a diferença é o recurso que permite a valorização, inclusive de iniciativas da sociedade civil que não correspondem directamente ao mercado. Os territórios que não podem responder ou não respondam ao imperativo performativo projectado a partir do campo de forças serão excluídos ou marginalizados nos processos de produção de valor. A culturalização económica só aumenta a subordinação dos subalternos, ao mesmo tempo que põe em circulação um discurso sobre a diferença que pareceria incluí-los.

Um dos passos mais importantes desta culturalização da economia ou economização da cultura é a subsunção do trabalho intelectual, imaterial e afectivo ao processo de produção e acumulação. Essa subsunção, facilitada pelas novas tecnologias informacionais e comunicacionais, toma três formas. Primeiro, a informatização e concomitante transformação do processo de produção, com o resultado de que até a manufactura se torna um serviço. Segundo, a manipulação de símbolos, que se bifurca, por um lado, no trabalho criativo e analítico e, por outro, no trabalho rotineiro, como na operação da caixa registadora no hipermercado. Em terceiro lugar, o investimento do afecto na economia de serviços como os de saúde, entretenimento e aquilo a que Castells (2000) chama “dar vida” (bares, *catering*, etc.) e Rifkin (2000) “compra e venda de experiências”. Esta terceira forma de trabalho, menos dependente da alta tecnologia do que as outras formas, é também uma das fontes mais importantes, segundo Castells e Volkerling (2001), do que satisfaz os trabalhadores intelectuais e criativos que se concentram nos lugares de inovação que impulsionam a nova economia. Por sua vez, este novo regime de acumulação requer uma estrutura legislativa e jurídica internacional que facilite a geração de valor a partir do imaterial, que é facilmente expropriável e reproduzível, por exemplo, com a mesma tecnologia de informação, e do serviço afectivo, que é facilmente explorável.

Na minha opinião, os mecanismos legislativos e jurídicos que criam e sustentam os direitos de propriedade intelectual constituem o eixo que possibilita o funcionamento dessa complexa engrenagem do novo regime de acumulação. São os transformadores, por assim dizer, do património – material ou imaterial – em propriedade. O lucro deriva da posse dos direitos (ou, como diria Storper (1989), da criação de propriedade onde antes não havia ou onde era património da humanidade, para ecoar um dos termos que emprega Boaventura de Sousa Santos). Os que não têm esses direitos ou os perderam devido à legislação favorável às empresas ou são trabalhadores contratados que fornecem serviços e conteúdos. Porque a acumulação se baseia na geração de propriedade intelectual, os países e as cidades

mais conscientes desta fonte de acumulação têm criado políticas integrais para fomentar a criação de propriedade intelectual em biotecnologia, informática e em “conteúdo cultural”. Assim, asseguram que as empresas sediadas no seu território continuem a dominar o comércio de propriedade intelectual. Michael Volkerling (2001) analisa as políticas para fomentar “economias criativas” no Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e alguns países da União Europeia. Eu mesmo tenho pesquisado as políticas dos EUA a este respeito, como, por exemplo, as medidas tomadas pela Intellectual Property and the National Information Infrastructure of the White House Information Infrastructure Task Force (IITF), que incluem o reforço dos regimes de *copyright* para assegurar a competitividade dos Estados Unidos na nova economia. Segundo o relatório deste comité, “por mais que se multipliquem os computadores, telefones, *scanners*, impressoras, *switches*, *routers*, cabos, redes e satélites não se logrará criar uma bem sucedida infra-estrutura nacional de informação (NII) se não houver conteúdo. O que impulsionará o sucesso é o conteúdo que circular pela infra-estrutura informacional nacional (NII)” (United States, 1995).

É por essa razão que os EUA consideram o ciberterrorismo uma das formas mais perigosas de ataque. A protecção da infra-estrutura informacional dos EUA é um dos itens incluídos no orçamento para a segurança nacional, que alcançará 38 mil milhões de dólares neste ano, o dobro do ano passado (Stevenson, 2002). Os recursos para emergências aumentaram mais de 1.000%, de 291 milhões de dólares para 3 mil milhões e meio, e as tecnologias informáticas de segurança aumentaram em 700 milhões de dólares (Miller, 2002). Ao mesmo tempo que se aumenta o orçamento de segurança contra o terrorismo, o sistema de segurança social sofre reduções: a protecção laboral sofrerá uma queda de 7%; a protecção ambiental uma queda de 3,6%; e os subsídios agrícolas e a educação não terão aumento. Como já observaram vários comentaristas, a segurança nacional é boa para o sector económico e ajudará a tirar aos EUA da recessão. Sobretudo, essa política é óptima para as empresas que se especializam em cibersegurança. Trata-se de uma extensão da protecção para os negócios, cujas operações passam quase totalmente por via electrónica.

Também se trata da protecção dos lugares de inovação e da infra-estrutura cultural que, como indiquei antes, a reproduz. Por exemplo, é uma prática bastante normalizada montar câmaras de circuito fechado (CCTV) em cidades com uma nova infra-estrutura cultural. É o caso de Bilbao, que hoje em dia é considerada o modelo para o desenvolvimento urbano através da cultura. Preocupados com a deterioração da sua infra-estrutura industrial e a má reputação terrorista, os dirigentes políticos e empresariais procuraram

revitalizar Bilbao investindo numa infra-estrutura cultural que atraísse turistas e constituísse a base de um novo complexo industrial de serviços, informação e cultura. A “compra” de um museu Guggenheim desenhado por Frank Gehry proporcionou o íman para atrair essas actividades que “dão vida”: “junto ao trabalho de inovação desenvolve-se o tecido social de bares, restaurantes, encontros na rua, etc., que dão vida a esse lugar” (Castells, 2000).¹ “O conhecimento, a cultura, a arte [...] ajudarão a lançar Bilbao nessa breve lista de capitais mundiais”, segundo Alfonso Martínez Cearra, director de Bilbao Metr poli 30, uma rede de funcionários governamentais, empresários, educadores, directores de ONGs e executivos dos meios que lideram o desenvolvimento da cidade (Jacobs, 1997: 14).

Mas essas iniciativas têm também desvantagens, como no caso do Pelourinho, a praça central do bairro Maciel em Salvador da Bahia, e o lugar de maior simbolismo afro-brasileiro, pois os escravos eram ali punidos e vendidos em leilão. Uma rede composta por grupos culturais (incluindo a banda Olodum), empresas, funda es, ONGs, institui es do governo municipal e federal, bancos, a igreja e a indústria do turismo realizou este projecto que desalojou os residentes pobres, de maneira que, embora seja o cenário da cultura afro-bahiana para os turistas, os que vivem essa cultura já não têm lugar ali (Gomes, 1999: 13). Vemos com clareza como um bem patrimonial, quer dizer público, é transformado em bem privado para gerar lucro.

A privatiza o requer vigilância porque   necessário criar um ambiente “seguro” para os turistas ou a classe profissional-executiva. No metro de Bilbao, por exemplo, foram instaladas câmaras de vigilância em cada esta o para controlar as actividades dos passageiros (Jacobs, 13-14). Essa vigilância assumiu uma forma ainda mais intrusiva em Peekskill, cidade pós-industrial a uma hora de Nova Iorque, que uma década atrás atraiu artistas deslocados de Soho com incentivos como últimos andares baratos. Em pouco tempo, Peekskill foi “descoberta” pelos que David Brooks designa como “doidos do paraíso”, que “tomam *capuccinos* gelados em bares da moda” (*apud* Oropeza, 2001). O reverso desse “paraíso” são as câmaras instaladas em cada esquina sob o alibi de que era necessário controlar o narcotráfico. Mas os antigos residentes, muitos dos quais são minorias raciais e estão desempregados devido à fuga da indústria para as *maquiladoras* do terceiro mundo, protestam que a “vida cultural” oferecida aos profissionais

¹ Castells acrescenta a respeito do caso que comenta: “Neste momento, [o sector cultural] está a passar a ser, depois da indústria financeira, a segunda indústria mais dinâmica da cidade de San Francisco”.

lhes é vedada (Peterson, 1999). É evidente que se aproveita o discurso e a prática da segurança para satisfazer a compulsão de culpar os estrangeiros e os excluídos sociais pelos perigos que se sentem nesta conjuntura de grande instabilidade.

Os atentados do onze de Setembro deram maior legitimação para impor políticas de vigilância e segurança. Além dessas políticas mais simples de vigilância em CCTV, também se impõem novas tecnologias com potencial para invadir todo o espaço do sujeito. Por exemplo, os novos aparelhos biométricos para reconhecimento ocular e os *scanners* retiniais, que obrigam as pessoas a mostrar a cara para o *scanning* electrónico (Kilgannon, 2002). Outra nova tecnologia são os documentos inteligentes de identificação (*smart cards*), que contêm nas suas fitas magnéticas informação que poderá ser usada pela polícia e outros serviços de segurança. Estas tecnologias, por sua vez, requerem enormes bases de dados para a detecção e reconhecimento de criminosos e pessoas perigosas. Mas, como explica David Lyon (2001), especialista em cibersegurança, essas tecnologias terão provavelmente consequências não premeditadas, como o fortalecimento de práticas informais de divisão e exclusão social.

E também servem para combater os movimentos que se organizam para criticar e transformar as estruturas económicas, políticas e culturais que geram tanta desigualdade. Os novos sistemas de segurança procuram parecer-se cada vez mais com as estruturas reticulares flexíveis de terroristas e activistas democratizantes. Como explicam John Arquilla e David Ronfeldt – assessores do Instituto Nacional de Pesquisa em Defesa, um centro de pesquisa e desenvolvimento financiado pelo Gabinete do Secretário da Defesa, os Chefes do Estado Maior e outras agências de defesa – a única forma de combater uma rede é organizar-se em rede e atacar de surpresa em grupos que são flexíveis e têm capacidade para actuar imediatamente. A eficácia provém não da acção em massa, mas da constante dispersão e da forma de acondicionamento (*packeting*). Por exemplo, os narcotraficantes podem dividir grandes carregamentos de drogas em pequenos pacotes para o transporte simultâneo através de várias fronteiras; os activistas de ONGs, como no caso dos Zapatistas, têm bastante diversidade nos seus quadros para responderem a qualquer acontecimento – por exemplo, violação de direitos humanos ou ambientais (Arquilla e Ronfeldt, 2001: 13). Outros exemplos que os autores apresentam são a resistência tchetchena e a batalha anti-globalização de Seattle.

As estratégias de vigilância e segurança chegam ao mais essencial da cultura: a transformação da informação em inteligência e em narração. Segundo Arquilla e Ronfeldt, os que têm melhor inteligência ganharão a guerra das

redes humanas. Entre as suas recomendações para combaterem os *hackers*, eles incluem: infiltrar as redes inimigas e fazer acreditar ao mais tonto que ele é o mais importante do núcleo; discernir as figuras mais perigosas e questionar a sua lealdade ao grupo; controlar as histórias que as pessoas contam quando se explicam e actuam. Segundo os autores, a narrativa terrorista “dá aos seus seguidores uma causa comum – um nós contra eles. Pareceria que neste momento os EUA têm vantagem a este respeito à escala mundial, mas também vemos os palestinianos dançando na rua [festejando o colapso das torres gémeas]. Uma parte daquela narrativa é que a América é malévola e que a presença da América é a causa de tantos dos problemas do Médio Oriente. Nós temos que atacar essa parte da narrativa” (Arquilla e Ronfeldt, 2001).

Essa engenharia narrativa consegue-se desprestigiando o inimigo; destruindo as suas redes de apoio; infiltrando-o com valores diferentes, portanto, dividindo-o e conquistando-o; aumentando o número de contra-redes humanas na própria sociedade civil. Quanto aos espectáculos, opina-se que os ataques militares já não constituem a única acção efectiva, pois cada vez que erram com os seus mísseis, mostram que não têm informação fiável e, além disso, tornam possível construir narrativas contra nós (Karen Stephenson, *apud* Garreau, 2001).

Para concluir, considero duas opções a respeito do lugar da cultura na nova encruzilhada. A primeira é aquela que os militares tomaram ao convidar cineastas e argumentistas como Steven E. De Souza e Joseph Zito, realizadores de *Delta Force One*, para gerar novos cenários de terrorismo mediático (Roberts, 2001). Também se usam as novas tecnologias de simulação de Hollywood para treinar os militares (Bart, 2001; Hart, 2001; “U.S. Army Goes Hollywood”, 1999). Este uso dos *media* aponta, sem dúvida, para um tipo de estudo muito diferente dos que se fazem nos departamentos de comunicações. Uma das percepções derivadas desta nova economia política e cultural dos *media* é que quanto mais os utilizadores participam nos cenários pré-escritos para interpretar o mundo, tanto mais controlo se consegue para o novo regime de vigilância e segurança cultural. Pelo menos, essa é a premissa dos ciber-terrorólogos. Poderão estar errados.

Tudo o que estou a apresentar aqui acomoda-se à ideia da sociedade de controlo, que não consiste só nessas tecnologias de segurança mas também no incentivo a associações reticulares e a ONGs que disseminam padrões de comportamento e valores, aquilo a que Foucault chamou governamentalidade. Com a diminuição das instituições estatais disciplinadoras, incumbe às associações reticulares produzirem vida; elas também instrumentalizam o biopoder e, analogamente, o poder cultural. Por exemplo, as ONGs que

operam no Sul não só fomentam a democratização mas nesse mesmo processo enxertam práticas de auto-estima e conceitos de cidadania segundo padrões internacionais. A sociedade de controlo não é aquela em que a disciplina só se dissemina a partir de instituições estatais – os aparelhos ideológicos estatais de Althusser – mas aquela em que o biopoder se difunde capilarmente em toda a sociedade.

Como vimos, pelo menos no caso dos EUA, o Estado está longe de se retirar; é ele que gera vigilância e segurança, embora seja mais para proteger o capital do que os cidadãos. As suas políticas de propriedade intelectual – até nos casos de bioterrorismo, quando outras nações menosprezaram os direitos das empresas farmacêuticas para produzirem antídotos genéricos – restringem as possibilidades de autoconstituição individual, para ecoar palavras de Carapinheiro (2001: 225).

Na minha opinião, o movimento antiglobalização tem que estender a sua acção além das críticas à exploração da natureza e dos operários em *sweatshops* e *maquiladoras*. Tem-se gerado também uma *maquilização* da produção e da experiência cultural. A recente vitória (ou quase vitória) do Brasil, África do Sul e Índia na OMC a respeito da isenção dos direitos de propriedade intelectual em casos de crise de saúde pública (como é o caso da SIDA) inspira optimismo, embora ainda não tenham mudado os princípios fundamentais nem os acordos internacionais. Mas, mesmo assim, tem que aplicar-se esse tipo de luta aos direitos de propriedade intelectual no que respeita à cultura. Para isso, incumbe-nos a nós compreendermos melhor como o capital se apropria do valor da cultura, a experiência mesma, como essa expropriação é protegida pelo regime de acumulação e como pode ser combatida.

Referências Bibliográficas

- ACLU (2002), «Safe and Free in Times of Crisis», comunicado de imprensa. Disponível em: <<http://www.aclu.org/safeandfree/index.html>>.
- Arquilla, John; Ronfeldt, David (orgs.) (2001), *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy*. Santa Monica. Rand. Disponível em: <<http://www.rand.org/publications/MR/MR1382/>>.
- Bart, Peter (2001), «Bush Crusade Goes Hollywood: Will He Bomb at Box Office?», *Variety*, 7/11. Disponível em: <http://dailynews.yahoo.com/hix/nm/20011107/en/industry-war_1.html>.
- Carapinheiro, Graça (2001), «A globalização do risco social», in B. S. Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 197-229.

- Castells, Manuel (2000), «La ciudad de la nueva economía», *La factoría*, 12 (Julho-Agosto). Disponível em: <<http://www.lafactoriaweb.com/articulos/castells12.htm>>.
- Domowitz, Susan (2001), «Pakistani-Americans Talk to Pakistanis about Muslim Life in the U.S.», U.S. State Department, 19/11. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/topical/pol/terror/01111915.htm>>.
- Fraser, Nancy (1989) «Women, Welfare, and the Politics of Need Interpretation», in N. Fraser, *Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 144-160.
- Garreau, Joel (2001), «Disconnect the Dots», 17/11. Disponível em: <<http://www.washtech.com/news/regulation/12516-1.html>>.
- Gomes, Marco A. de Filgueiras (1999), *Au coeur de Bahia: Le Pelourinho, histoire et défis contemporains*. Paris: Tout pour Plaire Multimédia.
- “Guard for Bush Isn’t Allowed Aboard Flight.” (2001), *The New York Times*, 27/11.
- Hart, Hugh (2001), «Bringing Hollywood Pizazz to Military Training», *The New York Times*, 15/11.
- Herscovici, Alain (1999), «Globalización, sistema de redes y estructuración del espacio: un análisis económico», in Guillermo Mastrini; César Bolaño (orgs.), *Globalización y monopolios en la comunicación en América Latina. Hacia una economía política de la comunicación*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 49-60.
- Huntington, Samuel P. (1996), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon and Schuster.
- International Monetary Fund (2001), *World Economic Outlook: The Global Economy after September 11*. Washington, D.C.: International Monetary Fund. Disponível em: <<http://www.imf.org>>.
- Jacobs, Karrie (1997), «Capital Improvements», *Guggenheim Magazine*, Fall, 10-17.
- Kilgannon, Corey (2002), «Cameras to Seek Faces of Terror in Visitors to the Statue of Liberty», *The New York Times*, 25/11.
- Lacarrieu, Mónica (2000), «Construcción de imaginarios locales e identidades culturales en la mundialización». Comunicação apresentada ao Seminário *Nuevos retos y estrategias de las políticas culturales frente a la globalización*, Instituto d’Estudis Catalans, Barcelona, 22-25 de Novembro.
- Lasch, Christopher (1978), *The Culture of Narcissism: American Life in an Age of Diminishing Expectations*. New York: Norton.
- Lyon, David (2001), «Terrorism and Surveillance: Security, Freedom, and Justice after September 11 2001». Comunicação apresentada em Open Flows Privacy Lecture Series, 12 de Novembro. Disponível em: <http://privacy.openflows.org/pdf/lyon_paper.pdf>.
- Miller, Judith (2002), «A Nation Challenged: Bioterrorism; Bush to Request a Major Increase in Bioterror Funds», *The New York Times*, 4/2.

- Nojeim, Gregory T. (2001), «Threats to Civil Liberties Post-September 11: Secrecy, Erosion of Privacy, Danger of Unchecked Government». Comunicado de imprensa. ACLU 14/12. Disponível em: <<http://www.aclu.org/news/2001/n121401b.html>>.
- Oropeza, Mariano (2001), «Un barrio a la carta. Un ensayo sobre estilos de vida y ciudad en un caso», in Ana Wortman (org.), *Consumos culturales en una cultura de consumo en la sociedad argentina del ajuste*. Buenos Aires: Editorial Del Punto.
- Peterson, Iver (1999), «City's Artists Are Its Pride and Something of a Pain», *The New York Times*, 23/5.
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- Rifkin, Jeremy (2000), *The Age of Access: The New Culture of Hypercapitalism, Where All of Life Is a Paid-for Experience*. New York: Jeremy P. Tarcher/Putnam.
- Roberts, Johnnie L. (2001), «Big Media and the Big Story», *Newsweek*, 13/10.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2001), «Os processos da globalização», in B.S.S. (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 31-106.
- Stevenson, Richard W. (2002), «Security and Tax Cuts Win Bush's Protection», *The New York Times*, 30/1, A27.
- Storper, Michael (1989), «The Transition to Flexible Specialisation in the US Film Industry: External Economies, the Division of Labour, and the Crossing of Industrial Divides», *Cambridge Journal of Economics*, 13, 273-305.
- United States. Information Infrastructure Task Force. Working Group on Intellectual Property Rights (1995), *Intellectual Property and the National Information Infrastructure: The Report of the Working Group on Intellectual Property Rights*/Bruce A. Lehman, Chair. Washington, DC: Office of Legislative and International Affairs, U.S. Patent and Trademark Office, Setembro.
- “U.S. Army Goes Hollywood for High-tech Training” (1999). CNN.com, 18/8. Disponível em: <<http://www.cnn.com/US/9908/18/army.hollywood/>>.
- Volkerling, Michael (2001), «From Cool Britannia to Hot Nation: 'Creative Industries' Policies in Europe, Canada and New Zealand», *The International Journal of Cultural Policy*, 7(2).
- Wolfensohn, James D. et al. (2000), *Culture Counts: Financing, Resources, and the Economics of Culture in Sustainable Development*. Washington, D.C.: World Bank.

JOÃO ARRISCADO NUNES

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

As dinâmicas da(s) ciência(s) no perímetro do centro: Uma cultura científica de fronteira?

Procura-se, neste artigo, equacionar as condições de translocalização e de globalização das ciências modernas, bem como as condições específicas da sua institucionalização e da actividade científica em sociedades que, como Portugal, se situam na semiperiferia do sistema-mundo. Dada a sua condição de sociedade semiperiférica integrada numa região central do sistema-mundo – a União Europeia –, Portugal apresenta especificidades que são examinadas a propósito do recente processo recente de criação e institucionalização de um sistema nacional de investigação e desenvolvimento, e que configuram uma cultura científica de fronteira.

As ciências são uma das mais fascinantes e contraditórias criações da modernidade. Elas começaram por representar um novo modo de interrogar o mundo, de produzir regimes de verdade libertos da tirania dos dogmas, dos argumentos de autoridade ou – assim se esperava, pelo menos – das ilusões e aparências do senso comum. Se o inconformismo, a crítica, a rebelião contra as autoridades religiosas ou políticas tiveram um papel central na origem das ciências modernas, não é menos verdade que estas tiveram sempre a ambição de conhecer o mundo para o dominar e transformar, através de uma forma de poder que passava a ser legitimada pela referência à busca da verdade. Não deixa por isso de ser, ao mesmo tempo, perturbador e previsível verificar como o impulso crítico e de inconformismo com o mundo tal como ele é veio a dar lugar, à medida que as ciências, o poder político e a ordem económica capitalista se iam interpenetrando, a uma reafirmação da dominação sobre o mundo, agora legitimada por uma nova autoridade, a dos saberes científicos e técnicos.

O esquecimento da história das ciências, dos contextos sociais e culturais e dos conflitos políticos em que elas emergiram teve três consequências importantes: em primeiro lugar, a eliminação da memória dos espaços e dos tempos específicos em que se forjaram as ideias, os instrumentos, as práticas e as instituições das ciências; em segundo lugar, o esquecimento

dos conflitos e das contradições e tensões que atravessaram a história das ciências, que estiveram na origem da sua “desunidade” e das continuidades e descontinuidades com outros saberes e modos de conhecimento; e, finalmente, a estreita relação que as ciências modernas, ocidentais mantiveram com dinâmicas de dominação social, económica e militar, que resultaram na marginalização, exclusão ou mesmo destruição de modos de conhecimento diferentes, radicados em experiências históricas distintas. Este esquecimento e a promoção de um “presentismo” que retira espessura histórica às ciências é mistificatório, por certo, mas é também irresponsável, por levar ao desarmar intelectual perante um mundo em transformação – em boa parte como consequência de intervenções humanas e das suas consequências perversas –, vendo apenas no mundo aquilo que já era conhecido e eliminando a capacidade de produzir conhecimento sobre o novo e o emergente.

Mas as ciências fizeram-se também na densificação das redes que as ligaram a contextos sociais particulares e na extensão e translocalização dessas redes, através de instituições, laboratórios, instrumentos, materiais e actores que incorporavam o *ethos* e as competências científicas. Algumas dessas redes resultaram em situações que criaram possibilidades novas de bem-estar e emancipação. Outras, contribuíram para o aprofundamento das desigualdades, da violência e da guerra, da destruição ecológica. A história das ciências é, de facto, um exemplo particularmente rico de como um fenómeno que é, aparentemente, o “mesmo” pode, de facto, dar corpo às diferentes formas de globalização de que nos fala Boaventura de Sousa Santos e a que voltarei mais adiante.

À redução das ciências a um modelo epistemológico único – o da física newtoniana –, erigindo a matematização em ideal de cientificidade respondeu a própria história das ciências com uma diversificação que viria a dar origem a uma multiplicidade de “ecologias de práticas” (Stengers, 1997), relacionadas com modelos epistemológicos distintos. As ciências tornaram-se, assim, uma constelação de práticas e de corpos de conhecimento. Diferentes disciplinas passaram a invocar modelos diversos de cientificidade, e foram muitas vezes atravessadas por tensões entre esses modelos. Por outro lado, confrontadas com a necessidade de lidar com o desconhecido e com a ignorância em relação às propriedades e comportamento futuro de novos objectos – como os organismos geneticamente modificados, os animais clonados, as doenças ambientais, os disruptores endócrinos, os priões ou as transformações do clima, por exemplo, ou seja, os objectos associados aos “riscos manufacturados” de que nos falam os teóricos da “sociedade de risco”, como Ulrich Beck (1992) –, a redução ao que já se

sabe ou ao que se pode dizer com base no que se sabe entrou em colisão, muitas vezes, com a posição cautelara e edificante de interrogar e respeitar o que não se conhece, procurar produzir conhecimento novo na base de um reconhecimento do que não se sabe e do que se pode aprender de novo na relação com esses novos objectos. A atitude prudente ou de precaução na relação com os fenómenos que não se conhece ou se conhece mal e na acção sobre eles não constitui, por isso, uma renúncia ao saber ou à intervenção, mas, pelo contrário, a assunção de um risco específico, o de pôr à prova as nossas convicções e a nossa ignorância sem reduzir o que se desconhece ao que já se sabe e sem proclamar a irrelevância do que não podemos descrever por o desconhecermos.

Apesar da “desunidade” do território das ciências (Galison e Stump, 1996), forjou-se destas uma imagem de unidade epistemológica e de modo privilegiado de acesso ao conhecimento do mundo natural e social, que transformou a Ciência num dos meios mais poderosos de promoção da globalização cultural no mundo contemporâneo, num dos terrenos mais importantes em que se enfrentam as dinâmicas contraditórias da globalização e da localização, da territorialização e da desterritorialização, num domínio em que se configuram de modo muito visível as hierarquias e desigualdades que definem as diferentes ordens mundiais que se foram forjando ao sabor das transformações históricas dos últimos cinco séculos.

A produção das ciências realiza-se, nos nossos dias, em instituições e unidades de investigação que mantêm múltiplos vínculos e inter-relações com instituições ligadas a governos nacionais, responsáveis pela definição das políticas de investigação e de desenvolvimento e pela distribuição dos recursos financeiros, e também, crescentemente, em empresas ou laboratórios privados que definem os seus próprios objectivos e interesses. Muitas actividades que vão buscar às ciências os seus recursos e a sua legitimação social – como a medicina ou a engenharia – organizam-se em profissões numa base nacional. Mas tanto as ciências como as profissões de base científica fazem assentar a sua autoridade na invocação da validade universal dos seus conhecimentos e procedimentos, uma validade sancionada pela participação em comunidades que transcendem as fronteiras dos Estados nacionais. A transnacionalização é, sem dúvida, um dos processos que mais bem definem a especificidade das actividades e profissões associadas à ciência e à tecnologia. A emergência de entidades supranacionais como a União Europeia veio conferir uma acrescida visibilidade às modalidades de internacionalização e de articulação entre as escalas local, nacional e transnacional nesse domínio, e criar para elas um quadro institucional que tornou possível uma relativa estabilização de algumas dessas articulações.

É importante reconhecer a especificidade dos processos de globalização das ciências quando confrontados com a transnacionalização e a globalização em domínios como a economia, a cultura ou a governação. Enquanto actividades socialmente organizadas, instituições e modos de conhecimento, as ciências modernas apresentam a particularidade de serem produzidas a partir de contextos locais que, através de um conjunto de tecnologias específicas, se articulam entre si de modo translocal, produzindo nesse processo uma universalidade que vai tão longe quanto as redes que se constituem por via dessa articulação e da sua irreversibilidade. Por outras palavras, a globalização da ciência não decorre de uma qualquer inerência da sua universalidade – isto é, da validade das suas proposições e procedimentos independentemente dos lugares e das circunstâncias em que eles são accionados –, mas de um trabalho de translocalização. É esse trabalho que nos permite, numa primeira aproximação e seguindo a tipologia dos modos de produção da globalização proposta por Boaventura de Sousa Santos (1995, 2001), descrever as ciências modernas, herdeiras da chamada Revolução Científica dos séculos XVI e XVII, como um localismo globalizado, um conjunto de criações situadas no tempo e no espaço e que se globaliza em virtude da sua translocalização. Mas elas podem também, num segundo momento, ser consideradas como um globalismo localizado, como uma apropriação local de um fenómeno global. Uma particularidade deste segundo modo de globalização das ciências é o surgimento de formas de actividade científica que, concebidas originalmente como modalidades de translocalização dos saberes científicos, virão a transformar-se em formas “subalternas” e potencialmente geradoras de concepções de saber e de conhecimento alternativas. É este o caso da medicina tropical, inicialmente instituída como forma específica de imposição do saber médico oficial das metrópoles coloniais nos territórios colonizados, e que hoje se apresenta como um repositório de saberes e de competências sobre doenças e terapias que a medicina dos países centrais tende a ignorar ou a esquecer. Mas as ciências podem, também, ser apropriadas como formas de saber cosmopolitas, susceptíveis de servir a capacitação e a mobilização de energias emancipatórias e contra-hegemónicas, e não será certamente abusivo sugerir que certas formas de conhecimento científico – pense-se, por exemplo, no conhecimento sobre o genoma humano ou sobre a biodiversidade – possam ser consideradas como património da humanidade, que não deverá ser sujeito a apropriações privadas, comerciais ou excludentes.

Os processos de translocalização das ciências e do conhecimento e dos objectos científicos podem assumir, em primeiro lugar, a forma de translocalização das tecnologias materiais através da reprodução, noutros lugares,

do espaço material e das competências técnicas que definem um determinado tipo de laboratório. Nesta perspectiva, a globalização das ciências corresponderá à constituição de uma rede de laboratórios capaz de replicar ou de reproduzir de forma “robusta” os mesmos procedimentos. Uma consequência desta definição será a marginalização ou exclusão de formas alternativas ou locais de produção do conhecimento e do próprio conhecimento que neles se produz, relegando-os para o domínio dos “outros” desqualificados da Ciência. Em segundo lugar, a translocalização passa pela formação e recrutamento de cientistas e técnicos credenciados que, mesmo na ausência de condições materiais de produção de conhecimento novo, podem assumir a posição de porta-vozes autorizados e credíveis da Ciência e da sua validade universal, marginalizando ou excluindo aqueles que não possuem as credenciais escolares, académicas ou profissionais “certas”. A criação de instituições de formação – escolas, Universidades – é um aspecto fundamental desse processo. Por último, as ciências podem translocalizar-se através da circulação de publicações ou de outros objectos que “fixam” o conhecimento e permitem o seu transporte à distância. Dos manuais escolares às revistas especializadas e à Internet, é hoje diversificado o leque de suportes destas tecnologias. A autoridade e a credibilidade da ciência são, assim, incorporadas em objectos impressos, electrónicos ou de outro tipo, caracterizados pela sua condição comum de “móveis imutáveis” (Latour, 1987; Shapin e Schaffer, 1985).

É possível cartografar a distribuição territorial dos laboratórios, assim como a distribuição dos indivíduos credenciados como cientistas, das instituições de educação e formação científicas ou das publicações e outros suportes do conhecimento científico (Nunes e Gonçalves, 2000a). Mas os laboratórios não são todos idênticos, e a sua capacidade de produção de conhecimento novo não é igualmente distribuída. Nos termos de Latour (1987), nem todos os laboratórios são centros de cálculo ou pontos de passagem obrigatórios, com capacidade para agir à distância de modo a modificar de maneira durável a actividade dos outros laboratórios. Alguns laboratórios possuem capacidade para utilizar ou reproduzir conhecimento produzido nas regiões centrais do sistema, nos centros de cálculo. Outros produzirão conhecimento que, apesar de novo ou mesmo de inovador, será declarado pelos centros de cálculo como de interesse estritamente local ou regional. Os cientistas poderão ser participantes activos na produção e legitimação do conhecimento, mas poderão também ver a sua actividade limitada à apropriação local ou à reprodução desse conhecimento que outros produzem, ou poderão, ainda, ver os resultados do seu trabalho desqualificados ou desvalorizados com base na definição, pelos centros de cálculo,

do que é uma contribuição interessante, inovadora e legítima para o conhecimento num dado domínio. O sistema de ensino poderá limitar-se a reproduzir conhecimento e modelos de formação hegemónicos importados. E, finalmente, as tecnologias literárias ou de inscrição serão apropriadas de maneira distinta conforme os que as utilizam disponham das tecnologias materiais e da organização social indispensáveis à produção de conhecimentos científicos, ou sejam simplesmente testemunhas virtuais de procedimentos que não estão em condições de realizar. Mesmo quando formas alternativas de produção de conhecimento ou de tecnologias orientadas para a resolução de problemas locais se revelam eficazes em domínios como a produção artesanal, industrial ou agrícola, os transportes, o fornecimento de água, a produção de energia, a prevenção ou tratamento de problemas de saúde, a saúde reprodutiva ou a preservação de equilíbrios ambientais, a sua apropriação ou valorização para além do contexto local dependem, em geral, da sua compatibilização com os modos de conhecimento, as tecnologias e os interesses económicos e políticos “centrais”. Quando essa compatibilização não é possível, esses conhecimentos e tecnologias serão remetidos para a condição de “arcaicos”, “pré-modernos” ou “tradicionais”, “rivais” ou “alternativos”, conforme a perspectiva; eles serão feminizados, racializados, etnicizados ou localizados, opostos à alegada universalidade de um conhecimento científico que seria indiferente às dinâmicas e contradições associadas à situação de classe, ao sexo, à raça, ao local, à cultura ou à política (Harding, 1993, 1998; Nunes, 2001).

Em Portugal, os mundos da ciência exibem um conjunto de especificidades históricas que são inseparáveis da condição semiperiférica da sociedade portuguesa. Entre elas, contam-se a sua heterogeneidade interna, expressa, nomeadamente, nas fronteiras fluidas ou flutuantes entre disciplinas e domínios de investigação; a heterogeneidade das carreiras dos cientistas; o envolvimento desigual de grupos e de instituições de pesquisa com mundos da ciência transnacionais; a forte feminização (em termos relativos) de muitas áreas da investigação, em paralelo com a dificuldade de acesso das mulheres aos lugares de topo das carreiras científicas e académicas e aos cargos de direcção de instituições de investigação; a acentuada dependência em relação aos financiamentos oriundos de programas europeus, a sobreposição tendencial entre os mundos da ciência e o mundo universitário, a marcada visibilidade tanto da transgressão de fronteiras como do “trabalho de demarcação” na actividade científica, o papel central dos cientistas com carreiras transdisciplinares “atípicas” e a elevada dependência das reputações científicas de redes transnacionais. Estas, por sua vez, podem assumir formas diversas. As várias áreas científicas, disciplinas, especiali-

dades, instituições e equipas de investigação protagonizam diferentes aberturas específicas em relação a instituições e grupos de investigação noutros países, configurando uma complexa cartografia dos mundos das ciências.

O caso português oferece-nos um observatório privilegiado dos modos de constituição de redes envolvendo cientistas e instituições científicas, que se apoiam numa segmentação interna que atravessa, simultaneamente, as áreas e disciplinas científicas e as unidades territoriais em diferentes escalas – local, nacional, transnacional – e na participação em redes internacionais, que coexiste com uma densidade relativamente fraca de inter-relações envolvendo cientistas e instituições no espaço nacional. Neste plano, poderemos falar de uma *cultura científica de fronteira* (Santos, 1994), que promove ao mesmo tempo uma forte heterogeneidade interna e a integração parcial e selectiva no contexto internacional. Esta dinâmica de fronteira das ciências em Portugal está bem documentada nas contribuições incluídas no volume *Enteados de Galileu?* (Nunes e Gonçalves, 2001b), que ajudam a identificar as condições históricas e contemporâneas de inserção de uma sociedade semiperiférica nos mundos transnacionais das ciências, sem esquecer os constrangimentos e oportunidades que essa inserção oferece para uma reconstrução crítica e multicultural dos saberes e do conhecimento.

É no quadro dos processos de “europeização” das ciências em Portugal que algumas das tensões que caracterizam a condição semiperiférica da sociedade portuguesa ganham maior visibilidade. O discurso e a prática políticas que Boaventura de Sousa Santos designou por “imaginação-do-centro” (Santos, 1993; Nunes, 2001) tem marcado, sobretudo desde a adesão do país às Comunidades Europeias (hoje União Europeia), uma espécie de definição oficial do “modo português de ser semiperiférico”. Se, por um lado, se afirma que Portugal é um país como os outros países europeus, as distâncias reconhecíveis entre indicadores e experiências das sociedades do centro e da sociedade portuguesa são reduzidos a um problema de “atraso”, resolúvel com tempo, recursos e esforço colectivo. Mas a integração europeia teve dois tipos de consequências importantes, umas no domínio da *policy for science*, outras no da *science for policy*.¹

Em relação à primeira (*policy for science*), Portugal beneficiou de fluxos financeiros consideráveis, que lhe permitiram criar, pela primeira vez na sua história, um sistema de investigação em ciência e tecnologia, com financiamento de infra-estruturas, de projectos (com um razoável equilíbrio entre

¹ O campo da inovação e do desenvolvimento tecnológico e das políticas nesse domínio tem sido objecto de análises específicas, e não será aqui tratado. Para um importante conjunto de estudos, veja-se Godinho e Caraça, 1999.

áreas científicas, incluindo as ciências sociais e as humanidades) e de formação de jovens investigadores, e sujeito a avaliações periódicas por painéis internacionais. Para além disso, foram criados programas específicos para a educação científica e para a promoção da cultura científica, orientados para a “ciência tal qual se faz”. Em relação à *science for policy*, foram criados quadros normativos que obrigaram à produção de legislação nacional em áreas como o ambiente ou a genética humana, mas que, sobretudo, criaram um espaço de legitimação da intervenção activa de cidadãos. Estas transformações, contudo, são ainda frágeis. O financiamento da investigação continua fortemente dependente de fundos europeus, e o esforço financeiro do Estado português nesse domínio está muito longe do prometido e do desejável; tem havido pouco progresso em relação ao objectivo, a atingir até ao ano 2000, de dedicar 2 por cento do PIB a despesas de Investigação e Desenvolvimento (o valor actual é 0,77%). O emprego dos muitos jovens investigadores formados nos últimos anos é ainda precário e de curta duração, na maioria dos casos, e o financiamento da investigação está ainda abaixo das necessidades. São poucas ainda as unidades de investigação no sector privado (actualmente à volta de 20% do total), o que significa que muita da actividade do sistema público ou não-lucrativo é condicionada pelas prioridades das empresas, em domínios em que deveriam ser estas a investir na investigação e desenvolvimento. Quanto às políticas públicas, continua a não haver formas institucionalizadas de parecer científico para a produção de políticas públicas, e, ao contrário de outros países, não se verificaram progressos significativos – apesar de algumas experiências ainda limitadas e tímidas, mas também de alguns retrocessos – na promoção de políticas públicas de consulta e de deliberação que procuram lidar com problemas apresentando uma componente científica e técnica, em domínios como o ambiente, a saúde pública, o planeamento territorial e urbano, as políticas de energia e de transportes, as políticas sociais a educação ou as políticas relativas à toxicodependência.

Estas características lembram-nos a diferença que faz para um país semi-periférico estar dentro ou fora de um espaço regional central, como o da União Europeia, e a diferença que faz ser um país central ou semiperiférico dentro do mesmo espaço. Poderemos continuar a falar, nestas condições, de condição semiperiférica, ou estará Portugal na posição daquilo a que Peter Lange chamou, na década de 1980 e referindo-se à Itália, o “perímetro do centro” (Lange, 1985)? Será que estar “na fronteira” corresponde, nestas circunstâncias, a estar *no* centro sem ser *do* centro?

Os estudos incluídos em *Enteados de Galileu?* exploram, a partir de interrogações e de objectos empíricos distintos, várias expressões dessa con-

dição semiperiférica ou de “perímetro do centro” no campo das ciências. Não se pretende que eles sejam representativos das diferentes orientações de pesquisa em curso em Portugal nos domínios dos estudos sociais da ciência ou da história das ciências; também não se procurou cobrir todas as áreas científicas ou os momentos críticos da introdução e apropriação das ciências modernas em Portugal. Essas são tarefas que têm mobilizado um conjunto já considerável de investigadores em várias disciplinas, e a que não é possível fazer justiça neste volume. Procurou-se, tão só, explorar um conjunto de experiências e de episódios históricos em que se manifestam, de maneira exemplar, as diferentes modalidades de relação entre Portugal enquanto país semiperiférico e essa forma cultural moderna por excelência que é a ciência.

A condição dos “enteados de Galileu” não é feita apenas de subordinação, de marginalização, de dependência ou de “atraso”. O conjunto dos ensaios reunidos neste volume convida-nos a olhar para essa condição, não como uma fatalidade ou como uma exortação a “recuperar” esse atraso através da importação e da adopção de modelos de organização e de prática científicas oriundos dos países centrais, mas como um encorajamento a explorar as virtualidades do “estar na fronteira” – ou do “estar no centro sem ser do centro” – de que nos fala Ricardo Roque na sua contribuição, apropriando-se, criativamente, de uma expressão de Boaventura de Sousa Santos (Roque, 2001: 283). Essas virtualidades são reconhecíveis a partir de um descentramento das concepções dominantes do que é o saber e o conhecimento ou do que são as ciências. Estar, ao mesmo tempo, integrado nas dinâmicas transnacionais da investigação científica e responder, de maneira socialmente responsável, às condições situadas em que as ciências se fazem e em que são mobilizadas para a transformação do mundo e da sociedade obriga a pensar esse espaço de fronteira como um espaço dinâmico de invenção e de inovação, de exploração de novos processos de produção de conhecimentos mais críticos, mais participados e mais solidários.

Referências Bibliográficas

- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.
- Galison, Peter; Stump, David J. (orgs.) (1996), *The Disunity of Science: Boundaries, Contexts, and Power*. Stanford: Stanford UP.
- Godinho, Manuel Mira; Caraça, João M. G. (orgs.) (1999), *O futuro tecnológico: Perspectivas para a inovação em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Harding, Sandra (org.) (1993), *The ‘Racial’ Economy of Science: Toward a Democratic Future*. Bloomington: Indiana UP.

- Harding, Sandra (1998), *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*. Bloomington: Indiana UP.
- Lange, Peter (1985), «Semiperiphery and Core in the European Context: Reflections on the Postwar Italian Experience», in Giovanni Arrighi (org.), *Semiperipheral Development: The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*. Beverly Hills: Sage, 179-214.
- Latour, Bruno (1987), *Science in Action*. Milton Keynes: Open UP.
- Nunes, João Arriscado (2001), «Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 299-338.
- Nunes, João Arriscado; Gonçalves, Maria Eduarda (2001a), «Introdução», in Nunes e Gonçalves (orgs.), 13-31.
- Nunes, João Arriscado; Gonçalves, Maria Eduarda (orgs.) (2001b), *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência*. Porto: Afrontamento.
- Roque, Ricardo (2001), «Porto-Paris, ida-e-volta: Estratégias nacionais de autoridade científica. A Sociedade Carlos Ribeiro e a antropologia portuguesa no final do século XIX», in Nunes e Gonçalves (orgs.), 239-290.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: O caso português», in B. S. S. (org.), *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 16-56.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), «Os processos da globalização», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 31-106.
- Shapin, Steven; Schaffer, Simon (1985), *Leviathan and the Air Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*. Princeton: Princeton UP.
- Stengers, Isabelle (1997), *Cosmopolitiques, tome 1: La guerre des sciences*. Paris/Le Plessis/Robinson: La Découverte/Les Empêcheurs de Penser en Rond.

ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

As Humanidades como utopia

Equacionam-se alguns aspectos da (auto)definição das Humanidades em tempo de reconstrução, defendendo-se o potencial utópico da perspectiva por elas representada num contexto de redefinição global dos saberes.

É bem provável que o título que escolhi soe aos ouvidos de muitos, se não como uma espécie de provocação, em todo o caso como o anúncio de mais uma tentativa, de antemão condenada ao fracasso, de defender uma causa aparentemente há muito perdida. De facto, é verdade que os dois termos do meu título partem de conceitos que têm estado fortemente sob suspeita. Por um lado, a ideia das Humanidades surge como dificilmente separável de um conceito enfático de cultura e de uma noção vincada de hierarquia cultural, estreitamente associada a uma visão canónica do campo das artes – e tudo isto está posto radicalmente em questão num contexto de diluição de fronteiras como o actual em que o alargamento ilimitado do campo da cultura vai de par com a crescente irrelevância da dimensão estética e com uma indiferença de princípio perante a noção de valor. Por outro lado, o conceito de utopia não tem estado propriamente na moda, num contexto em que se tornou manifestamente difícil pensar um futuro que seja mais do que a repetição do presente.

Ao falar das Humanidades como utopia estou mais a formular um problema do que a afirmar uma solução. Mas, se de bom grado aceito uma leitura do meu título no modo interrogativo, não deixo de partir do firme pressuposto de que, se reconhecemos o regresso do futuro como componente fundamental da reconstrução de uma teoria crítica, faremos bem em reconhecer por igual que esse regresso e esta reconstrução se jogam também, e de modo decisivo, no campo das Humanidades. Afirmar isto corresponde a afirmar que as Humanidades têm futuro e obriga-me, naturalmente, a particularizar qual é o futuro das Humanidades. É assim que o contexto desta mesa redonda me oferece uma oportunidade bem-vinda de tecer

algumas considerações, mesmo que sumárias, sobre o papel das Humanidades no âmbito da redefinição dos saberes em tempo de globalização. Fá-lo-ei do lado das Humanidades, puxando assim, inevitavelmente, a brasa à minha sardinha. Mas fá-lo-ei, espero, igualmente para além das duas – ou das três – culturas (Lepenies, 1985).

Numa das suas conversas com Eckermann, em 15 de Outubro de 1825, lamentava Goethe que o progresso das ciências fosse alargando, é certo, o âmbito do conhecimento exacto das coisas, mas, ao mesmo tempo, muitas das verdades assim produzidas de pouco servissem, isto é, não apresentassem relevância para o que lhe parecia realmente importante do ponto de vista do ser humano (Eckermann, 1955: 150). Reconhece-se aqui, evidentemente, a unilateralidade da perspectiva humanista; mas reconhece-se também a incomodidade perante a progressiva ocupação do campo do saber pela lógica da previsibilidade determinista. Por outras palavras, o que, aos olhos de Goethe, ia ficando cada vez mais por responder era o problema central do Iluminismo, o problema da relação entre a racionalidade objectiva do conhecimento e a moralidade subjectiva da acção.

É sabido como o século XIX assistiu ao definitivo triunfo das chamadas “ciências da natureza” e ao estabelecimento de uma sistemática das ciências em que a ideia da unidade do saber cedeu o passo à pulverização em disciplinas de acordo com modelos em que, nomeadamente, as perspectivas literária, histórica ou antropológica deixaram de ter lugar ou foram sendo acantonadas em domínios de “especialidade”. Neste contexto, as Humanidades, redefinindo-se como “Ciências do Espírito”, aceitaram ser remetidas para um papel, no fundo, residual, de acordo com uma peculiar divisão dicotómica do trabalho que lhes deixava por objecto o cada vez menos que ia ainda ficando de fora de um conceito cada vez mais abrangente de natureza.

Assim reduzidas a uma posição defensiva, as Humanidades não deixaram de procurar novas fontes de legitimação. Encontraram-nas, por um lado, através de uma deriva cientista, com que quiseram travar, num campo que não era o seu, uma luta antecipadamente perdida. E encontraram-nas, por outro lado, através de uma marcada deriva nacionalista: na forma, por exemplo, da história nacional ou das filologias nacionais, elas fizeram sua a tarefa de transformar uma ideia canónica de tradição cultural em instrumento de mitologias nacionais directamente apropriáveis pelas várias burguesias que, melhor ou pior, iam redesenhando os diferentes estados à medida dos seus interesses. Assim, a tradição humanista de uma cultura letrada foi posta ao serviço de um projecto educativo aparentemente consensual,

coincidente com a ideia de nação. Neste processo, a retórica universalista do humanismo iluminista associou-se a uma noção enfática de cultura mediada pela forma do Estado nacional e achou-se posta ao serviço das ficções do centro com que esse Estado cimentava ideologicamente a legitimidade do seu projecto. O cosmopolitismo iluminista, mesmo se de uma perspectiva em que hoje facilmente reconhecemos o viés eurocêntrico, cultivara uma abertura para o Outro que agora desaparece do horizonte cultural ou é reconfigurada sob o signo da dominação, na forma, por exemplo, da lógica epistemicida das “ciências coloniais” – sem dúvida, um dos aspectos daquilo que Boaventura de Sousa Santos tem vindo a analisar como a sobreposição do eixo da regulação ao eixo da emancipação no processo da modernidade (Santos, 2000). Submetidas à perspectiva localista do Estado nacional, as Humanidades foram-se traduzindo num saber simplesmente instrumental – o culto de valores aparentemente desinteressados e de uma ficção de autonomia revelava-se afinal como condição de eficácia na subordinação a um conceito de cultura assente na lógica da regulação.

Talvez a acusação mais violenta lançada contra uma ideia de cultura como a tradicionalmente associada ao conceito de Humanidades seja a contida na reiterada reflexão de Adorno sobre o modo como Auschwitz põe radicalmente em causa toda a definição de cultura como promessa de emancipação. Desde Auschwitz, segundo o teórico de Frankfurt, todo o simples postulado da cultura como lugar de sentido ou como o outro da lógica cega da modernidade se nega a si próprio e se revela como parte da barbárie de que supostamente procura demarcar-se. E, no entanto, não pode deixar de observar-se que a demonstração da inanidade de uma tradição cultural humanista vai de par, na reflexão de Adorno, com o apego a uma ideia de cultura: “Quem defende a manutenção dessa cultura radicalmente culpada e eles torna-se cúmplice, enquanto quem diz não à cultura está a favorecer directamente a barbárie que a cultura revelou ser”, lê-se, por exemplo, num passo central da *Dialéctica negativa* (Adorno, 1966: 360).

É no seio deste paradoxo de uma simultânea crítica e defesa da cultura que a ideia das Humanidades tem de ser reconstruída nos nossos dias. Aceitar a inevitabilidade desse paradoxo nada tem de paralisante, pelo contrário: ele permite-nos escapar à definição residual de Humanidades, assente na dicotomia entre natureza e espírito, a que há pouco me referia e permite, assim, ir para além da síndrome das “duas culturas” enquanto expressão do abismo aparentemente intransponível entre o universo de um sujeito pretensamente íntegro e idêntico, objecto do conhecimento das Humanidades, e os processos da natureza, objecto das ciências – ou das tecnociências, como, com boas razões, prefere dizer João Arriscado Nunes, que, num

artigo recente, intitulado justamente “Para além das duas culturas”, dedicou a este problema algumas páginas sobremaneira estimulantes (Nunes, 1998/1999).

Significa isto que as Humanidades só têm futuro a partir do momento em que se mostram capazes de incorporar na sua autodefinição a tarefa da reconstrução da própria ideia de cultura, indo assim, aliás, ao encontro do melhor da tradição auto-reflexiva do seu próprio campo. É verdade que essa reconstrução, como é patente, não surge apenas a partir de dentro, mas constitui a resposta a um conjunto de transformações sociais. O mais tardar a partir de finais dos anos sessenta, a noção de crise tornou-se omnipresente, num processo estreitamente associado à crise das universidades e ao efeito de abertura suscitado pelo impacto violento dos movimentos estudantis sobre práticas institucionais e tradições científicas até aí fechadas sobre si próprias. Concomitantemente, ia-se completando a erosão da posição de privilégio de uma cultura literária, definitivamente posta em causa pela revolução dos *media* e pela imparável ascensão de uma cultura de massas, associadas ao conjunto complexo de mutações sociais a que desde há algum tempo nos habituamos a chamar globalização. Assim, tanto a função de agentes de uma cultura nacional como a definição do campo das Humanidades de acordo com uma lógica de compensação dos défices da modernidade se tornaram definitivamente insustentáveis. Tornou-se, pois, mais fácil recusar uma situação epistemológica em que a autonomia do campo da Humanidades mais não fazia afinal do que confirmar a rigidez das dicotomias da modernidade que supostamente punha em causa.

Uma consequência deste processo de redefinição das Humanidades é o abandono do acantonamento na racionalidade estético-expressiva como fonte última de legitimação. Assim, diga-se de passagem, essa redefinição vai ao encontro do desiderato formulado por Immanuel Wallerstein, quando teoriza a necessidade de “despensar” (*unthink*) “a mais persistente (e enganadora) herança das ciências sociais do século XIX – a divisão da análise social em três áreas, três lógicas, três ‘níveis’ – o económico, o político e o sócio-cultural” (Wallerstein, 1991: 4). Por outras palavras, cumpre às Humanidades pensar transversalmente os domínios autonomizados pela modernidade, em vez de se resignar a essa autonomização. Ou, dito ainda de outro modo, já não se trata de tomar como objecto a cultura, mas sim a forma cultural do mundo (Frühwald *et al.*, 1991: 41).

O que isto possa querer dizer é algo que se tornou igualmente mais fácil de reconhecer no contexto actual. É evidente para todos, como, entre outros, tem vindo a ser insistentemente recordado por Michel Serres, que o deus da nossa época não é já Prometeu – o deus da transformação pelo fogo, da

revolução industrial – mas Hermes – o deus da mensagem e da comunicação. O que acarreta, nomeadamente, uma consequência que temos bem diante dos nossos olhos, embora nem sempre sejamos capazes de a reconhecer: no mundo de hoje, a linguagem e a cultura tornaram-se em decisivos meios de produção. Por outras palavras, na época de Hermes, aquilo que era o tradicional objecto das Humanidades – a começar pela linguagem – adquire uma nova centralidade. Mas adquire-a em condições marcadas pela tendencial redução da linguagem a informação e, concomitantemente, pela incrível aceleração global do tempo da informação, a qual, como defende Scott Lash (Lash, 1999), vem pôr em causa a ideia mesma de crítica e só deixa espaço para uma crítica melancólica, impelida, tal como o *Angelus Novus* de Benjamin, para um futuro que não deseja, ao mesmo tempo que mantém o olhar pousado num passado catastrófico que não poderá nunca redimir. E é entre esta melancolia e um renovado sentido de contemporaneidade que se vê hoje colocada a ideia das Humanidades.

Lembrava Boaventura de Sousa Santos no seu absolutamente seminal *Discurso sobre as ciências* que o que há de futuro nas Humanidades “é terem resistido à separação sujeito/objecto e terem preferido a compreensão do mundo à manipulação do mundo” (Santos, 1987: 44). Analogamente, os autores de um decisivo balanço crítico sobre *As Humanidades hoje* publicado na Alemanha em 1991 – entre esses autores estão nomes de referência como Hans Robert Jauss ou Reinhart Koselleck – apontam como eixo central do futuro das Humanidades a assunção da tarefa da “antropologização do saber” (Frühwald *et al.*, 1991: 51). Só assim elas serão capazes de produzir um “saber orientador” (*Orientierungswissen*), feito de perguntas e respostas, capaz de fundamentar uma acção esclarecida – um saber definido por oposição àquele saber simplesmente instrumental (*Verfügungswissen*), “incapaz de conseguir a conjugação entre os que sabem e os que agem” (*ibid.*: 68).

O desiderato da antropologização do saber, como é bom de ver, não é senão outra forma de exprimir a resistência à separação sujeito/objecto aludida por Boaventura de Sousa Santos. O problema, naturalmente, é como levar a cabo esse desiderato na era da informação, em que, aparentemente, a dimensão antropológica está condenada a diluir-se por inteiro na rede global. Talvez valha a pena lembrar aqui a oposição entre os conceitos de não-lugar e de lugar antropológico, tal como definidos por Marc Augé (1994). Os lugares antropológicos definem contextos de sentido que desempenham uma função estruturante na formação da memória e na produção do saber. Trata-se de lugares que permitem a afirmação de uma identidade susceptível de servir de base estável a uma relação com o outro e que evi-

denciam uma dimensão histórica constante. Por contraste, o não-lugar caracteriza-se pela figura do excesso: excesso de acontecimentos, uma experiência do espaço marcada pela velocidade e pela fugacidade, e, finalmente, uma multiplicação infinita dos pontos de referência. Os não-lugares são lugares solitários, já que, neles, todo o encontro é por definição fugaz, um simples acidente casual no percurso errático do novo *flâneur* electrónico.

Dito de outro modo: os processos de globalização, tal como se traduzem, particularmente, na revolução digital, confrontam as Humanidades com lógicas radicalmente descontextualizantes. Ao fazê-lo, obrigam-nas a repensar a sua posição de um modo que corresponde, no fundo, a recuperar vectores essenciais da tradição do paradigma humanista. Diferentemente da concepção moderna de racionalidade, que representa um “ideal descontextualizado”, esse paradigma, como lembra Stephen Toulmin (1990), insistia em que o pensamento e a acção não deviam ser apenas racionais, mas também razoáveis, tolerando a diversidade social, cultural e intelectual. Esta “razoabilidade” traduzia, no fundo, uma atitude profundamente contextualista, atenta mais à contingência do que às regularidades deterministas, mais ao particular e ao concreto do que à generalização abstracta.

É, sem dúvida, numa tal exigência contextualizante que reside um dos aspectos decisivos do impacto dos *cultural studies* sobre o conjunto dos saberes contemporâneos. É essa exigência que permite não perder de vista tudo aquilo que resiste à lógica da indiferenciação – a começar pelo sofrimento concreto dos seres humanos. No entanto, e concedendo plenamente a importância do projecto dos *cultural studies*, a reconstrução das Humanidades de que tenho vindo a falar de modo nenhum se esgota nesse projecto, sobretudo lá onde ele tende a confinar-se num fenomenologismo descritivista que arrasta consigo a perda da dimensão crítica. Não se trata, de facto, de levar as Humanidades a renunciarem a uma vocação interpretativa, mas sim de assumir essa vocação transformando-a, ao mesmo tempo, num sentido interpelativo. E é assim que categorias como as de valor, de diferença, de distinção ou mesmo – *horribile dictu* – de hierarquia (Jay, 1984/1985) continuam a ter um papel a desempenhar. Noutras palavras, e retomando o que escrevi noutra lugar: “só um ‘pós-modernismo de reacção’ se satisfaz numa ilusória diluição das fronteiras. Um pensamento crítico, pelo contrário, é, por definição, um pensamento fronteiriço, exerce-se, não para além das fronteiras, mas *na* fronteira.” (Ribeiro e Ramalho, 1998/1999: 76).

Sabemos que a linguagem – e, por extensão, a cultura – não é apenas o que une, mas também o que separa. Mas sabemos igualmente – esta é uma percepção elementar de qualquer teoria da fronteira – que nenhuma fronteira é estática ou estanque, mas é sempre dinâmica e porosa. É como razão

fronteiriça, preocupada com os espaços de articulação e com as condições de existência desses espaços, que as Humanidades podem configurar-se como utopia, assumindo-se como metadiscurso a um tempo integrador e interrogativo. Utopia, desde logo, de um tempo-outro, já que o seu tempo não se confunde com o tempo da informação. Mas utopia também enquanto recusa da lógica rasurante das formas hegemónicas de globalização e enquanto modelo de integração da diferença capaz a um tempo de preservar a alteridade desta e de instaurar condições igualitárias de diálogo, no sentido de um conceito de tradução entendido, de acordo com Benjamin, não como um modo de assimilação, mas sim como o pôr em relação do diverso.

A exigência contextualista inerente ao desiderato da “antropologização do saber” não se confunde com a tradicional busca das raízes. E não se confunde, desde logo, porque, ao basear-se num conceito de contingência, ela põe em causa a própria ideia de raiz. A noção de contingência leva-me à breve conclusão deste meu ensaio e – para que não se diga que me deixei ficar apenas do lado de cá das duas culturas – oferece-me a oportunidade de dizer duas palavras sobre as ciências exactas. De facto, o desiderato de pôr a ciência em cultura reclamado por Bruno Latour tem muito que ver, entre outros aspectos, com a incorporação do conceito de contingência na perspectiva epistemológica dessas ciências. Limitar-me-ei a exemplificar com as ciências da vida e, em particular, com as últimas reformulações das teorias evolucionistas. Estas têm vindo a chamar a atenção para o facto de que não é possível conceber a evolução como um processo linear de causa e efeito, mas antes como o resultado de situações contingentes que bloquearam vias evolutivas aparentemente promissoras ou, pelo contrário, ofereceram oportunidades a vias improváveis. O biólogo, como escreve Isabelle Stengers, vê-se colocado perante uma situação de nebulosa complexidade e é levado a responder através da formulação de narrativas múltiplas capazes de fazer justiça à diversidade das hipóteses que pode construir (*apud* Ceruti, 1999: 9). É assim que, como defende Stephen Jay Gould, “muitas áreas da natureza [...] têm de ser estudadas com os instrumentos do historiador”, já que, como continua o autor, o que acontece na natureza acontece, como é óbvio, de acordo com as leis gerais da matéria, mas acontece também no âmbito de um conjunto de circunstâncias contingentes (Gould, 1989: 284). Isto é, a reconstrução da memória do Universo lança mão de instrumentos que fazem parte do arsenal das Humanidades, a começar pelo instrumento da reconstrução narrativa. Esta permite, não apenas exprimir o que foi, mas também o que poderia ter sido, as possibilidades não realizadas. Assim, ficcionar mundos possíveis revela-se, não apenas como parte do discurso

das Humanidades, mas também do discurso das ciências exactas. O que significa que, tal como as Humanidades, as ciências exactas são levadas a lidar também com realidades concebidas como textos, e não apenas como conjuntos de dados. E não é por acaso que a metáfora do texto continua a ser das mais estimulantes – justamente porque a materialidade do texto traduz um conjunto de opções tomadas entre várias alternativas possíveis e depende de um conjunto de decisões contingentes que não é possível rasurar por inteiro, mas que, pelo contrário, se mantêm sempre latentes na própria estrutura textual. Esta latência é um dos modos de pôr em questão a aparente opacidade do real, mantendo presente a tensão entre o que é ou foi e o que não é ou não foi, mas poderia ter sido. E o espanto perante o que poderia ter sido, o desassossego que permite ver abismos onde aparentemente não há senão lugares comuns, são, evidentemente, fermento de utopia – e são um dos pontos em que é possível um encontro entre ciências exactas e Humanidades susceptível de perturbar decisivamente as evidências disciplinares de cada um dos campos.

Talvez a aquisição mais duradoura do pensamento pós-moderno tenha sido a defesa de uma epistemologia prudente, capaz de moderar as excessivas ambições que marcaram as narrativas matriciais da modernidade. De bom grado aceito essa prudência como nota final, se ela significa, no contexto da minha argumentação, que nenhum saber, por si só, emancipa. Mas seja-me permitido assumir do mesmo passo, plenamente, as consequências da fórmula que escolhi como título. É que, se não será difícil pormo-nos de acordo sobre a centralidade do conceito de cidadania para a temática do nosso colóquio, talvez possamos também concordar em que, por maioria de razão na era da informação global, a cidadania será uma cidadania culta, ou não será. E assim a reconstrução das Humanidades de que falei e que, inevitavelmente, terá de levar-nos “para além das duas culturas” se revela não apenas como necessidade epistemológica, mas também como urgência ética e política.

Referências Bibliográficas

- Augé, Marc (1994), *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand.
- Adorno, Theodor W. (1966), *Negative Dialektik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Ceruti, Mauro (1999), «Narrative Elements. A New Common Feature between the Sciences of Nature and the Sciences of Societies», *Review*, 22(1), 1-15.
- Frühwald, Wolfgang *et al.* (1991), *Geisteswissenschaften heute. Eine Denkschrift*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

- Eckermann, Johann Peter (1955), *Gespräche mit Goethe in den letzten Jahren seines Lebens*. Frankfurt am Main: Insel.
- Gould, Stephen Jay (1989), *Wonderful Life. The Burgess Shale and the Nature of History*. New York: W. W. Norton.
- Jay, Martin (1984/1985), «Hierarchy and the Humanities: The Radical Implications of a Conservative Idea», *Telos*, 62, 131-144.
- Lash, Scott (1999), «Crítica da informação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 13-30.
- Lepenies, Wolf (1985), *Die drei Kulturen. Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft*. München: Hanser.
- Nunes, João Arriscado (1998/1999), «Para além das ‘duas culturas’: Tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 15-60.
- Ribeiro, António Sousa; Ramalho, Maria Irene (1998/1999), «Dos estudos literários aos estudos culturais?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 61-83.
- Santos, Boaventura de Sousa (1987), *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Toulmin, Stephen (1992), *Cosmopolis, the Hidden Agenda of Modernity*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Wallerstein, Immanuel (1991), *Unthinking Social Science: The Limits of 19th Century Paradigms*. Oxford: Polity Press.

JOÃO CARAÇA

Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/UTL)

Os mercados, os seus saberes e as suas incertezas

A globalização, tal qual a conhecemos, não resolve os problemas, nem equaciona as questões, do viver em conjunto sobre a Terra. No contexto actual, a luta pela democracia assume, assim, três vectores essenciais: a reinvenção do poder emancipador do conhecimento, com mais e melhores ciências, ciências sociais e outros saberes argumentativos; a reintrodução da escola como o local privilegiado da aprendizagem para a cidadania plena; a instalação e defesa de uma sociedade do reconhecimento, em que a valorização do outro como interlocutor corresponda ao pulsar planetário da nossa espécie.

1. Os mercados e a globalização

O funcionamento da democracia, ao basear-se na participação do cidadão no processo político, bem como na sua capacidade de verificação das consequências dos actos do poder, implica uma sociedade altamente motivada em relação às questões da sua própria condução, isto é, escolarizada, culta e informada. Porque a sua legitimidade assenta na vontade popular livremente expressa, dos princípios democráticos constam a circulação sem entraves da informação sobre os procedimentos da governação e da tomada de decisões e o acesso dos cidadãos aos seus registos.

O regime de poder político democrático possui, assim, uma ambiguidade intrínseca na sua relação com a esfera da actividade económica. As bases que suportam o seu funcionamento pleno pressupõem um certo nível de rendimento e de conhecimentos técnicos por parte da maioria da sua população, sob pena de ser excluído da afirmação da vontade popular, por ignorância ou por temor (ou ambos), um considerável número de cidadãos. Precisa, pois, à partida, que exista um nível mínimo de desempenho económico e de redistribuição; e o seu reforço passa por conseguir não pôr em causa estas condições de base.

Vemos deste modo como no mundo desenvolvido de hoje os maiores perigos que espreitam as sociedades “distraídas” são a iliteracia, a incultura e a desinformação. Não é preciso forçarmos muito a memória para desenter-

rar exemplos e mais exemplos de como quando se consegue controlar os meios de formação da opinião pública se está a um passo de torná-la uma farsa da vontade popular.

Por este motivo, a luta pela escolaridade, pela cultura e pelo acesso à informação é um aspecto central na autêntica guerra civil “fria” (ou surda) que se trava no seio das sociedades contemporâneas entre o poder do capital financeiro – ou capitalismo informacional, como lhe chama Manuel Castells (2000) – e dos seus aliados conjunturais, e os outros poderes societais.

É a escolarização que fornece os códigos básicos para entender a grelha de leitura do presente; é a cultura integral que promove a atitude de interrogação constante do que se passa, que favorece a aprendizagem das novas linguagens em que se exprimem as novas questões surgidas na transformação do quotidiano em novo quotidiano.

Assistimos, assim, a verdadeiras campanhas nesta guerra não declarada, como os ataques à escola e às universidades, como a desacreditação e a banalização dos valores e das instituições políticas, como a idiotização e a intoxicação dos cidadãos pelo espectáculo, como a fatalização e a ritualização das escolhas – que passam a ser “únicas”. Só se admitirmos que decorre uma guerra no seio da sociedade civil poderemos perceber correctamente as razões e o significado dos confrontos entre “globalização” e “antiglobalização”, de Seattle a Génova, de Davos a Porto Alegre. Com efeito, donde provém este desencanto com a actual forma de governação?

É necessário primeiro olhar para o sistema internacional que herdámos, a ordem de Vestefália, que vemos emergir como uma solução dos conflitos que geraram a modernidade. A ordem mundial de Vestefália assentava numa rede de Estados-nação, cuja soberania territorial era inviolável. Este novo tipo de relacionamento internacional, em que a prevalência dos territórios geográficos era a base fundadora, levou naturalmente à noção de soberania nacional, e mais tarde (com os ventos das revoluções liberais) à de soberania popular, consubstanciada dentro dos limites de um território nacional inviolável. Assim se chegou ao século XX.

Mas, com o século XX, vieram também a I Grande Guerra e a crise dos anos 30, que levaram a Europa e o mundo directamente à II Grande Guerra e à ordem da Guerra Fria.

A ordem da Guerra Fria (a dos dois blocos e do terceiro mundo), como todos os períodos de transição, viu o reforço dos valores do passado ser acompanhado do emergir das sementes do relacionamento futuro. No mundo ocidental, assistiu-se ao predomínio americano, à “americanização”, como argutamente observou Eduardo Lourenço. A América é a liderança tecnológica e militar, baseada nas armas nucleares e nos mísseis, organizada

a partir de grandes complexos e empresas multinacionais. Mas é também o McDonald's (ou a possibilidade de se alimentar a qualquer hora), a Coca-Cola (ou a liberdade para parar a qualquer momento), bem como a explosão da música popular, do automóvel, do vídeo, do vestir "casual", da televisão como fundo, da publicidade omnipresente.

Com a crise que derrotou o sistema soviético nos anos 80, a crença no comércio livre e nas suas virtualidades institucionalizou-se. Vemos assim como a "globalização" não foi obra directa e fatal dos mercados, pois os mercados para funcionarem "livremente" precisam de um bem definido exercício do poder, de uma lei (que define o respectivo regime de propriedade) que claramente os regule.

Quer dizer, a nova ordem económica da globalização foi-se estabelecendo no contexto do sistema internacional vigente, criando conflitos e forçando a sua resolução, coadjuvada pela produção de novos valores e de poderosos símbolos de "como estar" no mundo. E suportada por uma tecnologia e uma infra-estrutura adequadas.

A globalização tem uma forte componente técnica, mas também possui componentes ideológicas e políticas declaradas: esta globalização privilegia (selecciona) um certo tipo de capitalismo, "desvalorizando" os outros, provoca um "rearranjo" do sistema de poderes para garantir a operacionalidade das novas condições de funcionamento dos mercados.

A globalização, o capitalismo e os mercados aparecem, pois, interligados, mas são, na realidade, coisas diferentes. Os mercados existem desde há milénios. Não há mercados sem cidades, disse magistralmente Fernand Braudel (1979). Do mesmo modo, não há cidades sem mercados. À medida que as economias se desenvolveram, com a criação de novas cidades e, depois, de novas malhas urbanas, os mercados espraíram-se pelo planeta. A "trans-urbanização" a que assistimos hoje em dia leva os mercados com ela: uma economia moderna contra os mercados seria impensável. O sistema do mercado (auto-)organiza a actividade económica através das interacções entre os seus agentes. A sua eficiência, relativamente a outros modos de organização económica e social, como a agrícola ou a planificada, deriva da diversidade e da complexidade das estratégias dos actores em palco.

Mas o sistema de mercado de hoje não é o mesmo do dos tempos de Adam Smith: em vez de um Estado mínimo, o Estado é no nosso tempo um enorme fornecedor, um gigantesco devedor e um frequente credor. Charles Lindblom, no recente livro sobre o funcionamento dos mercados (Lindblom, 2001), apelida o sistema actual de "sistema de mercado governado" para realçar a intervenção do Estado na economia, como comprador e fornecedor de infra-estruturas e de serviços, como regulador, como fonte de finan-

ciamentos e de subsídios. Uma sociedade urbanizada sem um sistema de mercado a funcionar é uma construção irreal. Mas há muitos tipos de economias de mercado – consoante o papel e o peso da relação entre o sector público e o sector privado.

Por outro lado, o capitalismo corresponde a um regime do poder económico cuja legitimidade assenta na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza material por eles produzida. O capitalismo envolve a institucionalização de uma relação de emprego, o controlo do modo e do padrão do trabalho gerador de riqueza. Sem a venda do poder do trabalho a um empregador não há capitalismo, como explica Geoffrey Hodgson (1999). É a relação de emprego e a sua manutenção, apoiada num regime de direitos de propriedade favorável e estável, que gera o capitalismo.

O capitalismo de hoje exige, pois, o regime de direitos de propriedade que mais o favorece, impõe a relação de emprego que mais lhe convém. Empurrando e pisando tudo o que se lhe opõe, enquanto para tal tiver força. Já conseguiu liberalizar os mercados de inúmeras nações relativamente ao investimento estrangeiro; já conseguiu “desregulamentar” as economias nacionais no sentido de aceitarem novas regras, mais adequadas à sua penetração e intervenção; já conseguiu, através do mecanismo das privatizações, uma alteração decisiva a seu favor do equilíbrio de forças entre os sectores público e privado das economias dos países ocidentais. E assim vai continuar, por outras regiões do mundo. Enquanto puder.

O futuro do capitalismo financeiro depende da sua capacidade de “colonizar” um poder político dominante que com ele organize e estabilize o caleidoscópio dos poderes sociais, planetários. Mas esse futuro não existirá se se atacar a capacidade inovadora intrínseca da sociedade – a educação, a cultura, a solidariedade social.

Um futuro sustentável implica cedências que só adquirem sentido no âmbito de uma visão de longo prazo. Mas essa visão, de momento, não existe. Nem sabemos onde estão os que a poderão originar. O capital financeiro global não tem rosto. Acoberta-se atrás de umas figuras que se prestam a fazer o papel de poderosos, das delegações da Organização Mundial do Comércio aos dirigentes do G8.

2. A Guerra Fria: da ciência à tecnociência

O século XX testemunhou um intenso crescimento do conjunto dos conhecimentos científicos e das suas aplicações, bem como um reforço significativo das bases científicas dos processos de desenvolvimento tecnológico. A ciência tornou-se um elemento constitutivo das operações de uma socie-

dade moderna, funcionando hoje como recurso essencial para o desempenho económico, como fonte de vantagem estratégica para a segurança e a defesa, como arma indiscutível na luta contra a doença.

Este carácter “instrumental” da ciência é relativamente recente: deriva da importância central de algumas das suas aplicações no domínio do aero-espacial, da electrónica, das telecomunicações e produtos farmacêuticos, que alteraram profundamente o modo de estar em sociedade, dos negócios aos transportes, do imobiliário aos *media*. Aplicações que surgiram durante o período e no contexto da Guerra Fria, que vemos ocupar quase integralmente a segunda metade desse século.

Cabe por isso reflectir sobre se esse esforço poderia ter ocorrido de modo diverso do verificado ou, por tal exercício carecer de sentido, até que ponto as razões que o animaram se transubstanciaram.

Um importante estudo comparado dos objectivos de política científica dos Estados Unidos da América nos anos 1940 e 1990, incluído na publicação, pelo National Science Board, dos mais recentes Indicadores de Ciência e Engenharia (“Science and Engineering Indicators 2000”) fornece-nos algumas pistas para essa reflexão (National Science Board, 2000).

O capítulo primeiro dos “Indicadores 2000” contém um excelente texto de William Blanpied e Jennifer Bond, ambos da National Science Foundation, em que se analisam os recursos, a organização e as principais questões colocadas ao empreendimento científico e tecnológico americano em dois períodos de pós-guerra: a seguir à Segunda Grande Guerra e a seguir à Guerra Fria. Consideram os autores, e bem, que estes dois períodos de transição são significativos, pelas continuidades e pelas mudanças que assumem. O interesse desta análise para nós, europeus, tem que ver com o facto de as quatro décadas de Guerra Fria marcarem o declínio do poderio geo-estratégico das nações europeias no mundo, na sequência das duas guerras mundiais que as dilaceraram, na primeira metade do século passado. O primeiro período apontado correspondem à emergência dos EUA como potência mundial, organizadora de um hemisfério onde influenciou poderosamente a actividade política e económica, e o segundo à reemergência dos EUA como vencedor absoluto planetário e herdeiro “natural” da tradição e dos preconceitos que norteiam a acção dos senhores do mundo.

É, pois, manifestamente difícil desembaraçar a Guerra Fria da meada da globalização e das aplicações tecnológicas da ciência. Mas como o futuro nunca está escrito, o que se pode é tentar detectar as intenções dos actores centrais em cada época quanto ao seu futuro e as linhas de força em que se baseiam. É que o discurso sobre o futuro é a melhor transcrição dos anseios, das visões, das aspirações... e dos receios, colectivos, de qualquer comunidade.

O capítulo 1 dos Indicadores 2000 começa, naturalmente, com uma referência ao documento fundador da política científica, o relatório “Science, the Endless Frontier”, de Vannevar Bush, conselheiro científico do Presidente dos EUA. Este relatório, publicado em Julho de 1945, foi elaborado como resposta à questão de como utilizar eficazmente, nos dias de paz que se iam seguir ao fim da guerra, a experiência e as capacidades técnicas dos milhares de cientistas em universidades e empresas que colaboraram no esforço de defesa, a fim de melhorar as condições de saúde pública, de criar novas empresas e novos empregos, de aumentar o nível de vida.

A resposta de V. Bush foi liminar: (i) o progresso científico é essencial – na luta contra a doença, para a segurança nacional, para o bem-estar público; (ii) é preciso renovar o talento científico – estimulando os jovens, mas não esquecendo aqueles que participaram na guerra; (iii) é preciso formular um programa para a acção – criando uma agência para complementar o apoio à investigação básica nas universidades e nos institutos de investigação, quer em medicina, quer nas ciências naturais, e administrando um programa de bolsas de investigação (um esboço do que viria a ser a National Science Foundation, instituída em Maio de 1950).

Os pontos essenciais do relatório eram, pois, os seguintes: que a ciência era a nova “fronteira” americana, a do novo desenvolvimento nacional; que era necessário “organizar” eficazmente o processo de aplicação tecnológica da nova ciência gerada no âmbito do esforço da guerra; que o reforço da ciência era uma preocupação legítima da governação.

“Science, the Endless Frontier” reconhecia deste modo a importância vital da ciência para a sociedade moderna: «Sem progresso científico nenhuma outra realização em qualquer domínio poderá assegurar a saúde, a prosperidade e a segurança da nossa nação no mundo moderno». Saúde, prosperidade e segurança são, assim, as palavras chave da relação da ciência com a sociedade nos meados do século XX.

Mas, poucos dias depois da publicação deste relatório, eram lançadas bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Um ano depois eram criados o Office of Naval Research (o primeiro laboratório federal de investigação militar) e a Atomic Energy Commission (para coordenar as aplicações pacíficas da energia nuclear). Dois anos depois era anunciado publicamente o Plano Marshall. E a Guerra da Coreia iria começar em Junho de 1950.

O contexto de paz pressuposto no texto de V. Bush transfigurou-se rápida e friamente num outro, de guerra... o de uma nova guerra que iria durar cerca de quatro décadas. Mas as ideias básicas para organizar a ciência ficaram – e serviram de quadro ao desenvolvimento do sistema de ciência e

tecnologia americano, cuja influência foi marcante para os dos outros países do mundo ocidental. O quadro de referência foi, no entanto, marcado por um novo ambiente de guerra... agora fria.

Que ideias principais eram essas? Primeiro, que o governo federal não deveria interferir nos planos das indústrias privadas, excepto na área da defesa nacional. «O modo mais importante que o Governo tem para promover a investigação industrial é pelo aumento do fluxo de novo conhecimento científico, através do apoio à investigação básica e pela ajuda no desenvolvimento do talento científico». A segunda ideia principal era que a política científica federal devia concentrar-se no apoio à investigação realizada nos centros e institutos universitários, sugerindo-se assim que as universidades fossem ocupar o centro vital do sistema de investigação norte-americano.

Sabemos como estas ideias fizeram carreira, ajudadas pela ordem mundial da Guerra Fria. Os EUA puderam lançar uma poderosa máquina económica de predação e acumulação de capital (as empresas multinacionais) à conquista dos novos territórios “aliados”, usando como estratégia de diversificação a alta intensidade tecnológica (em resultado directo do aumento do fluxo de novo conhecimento científico). Utilizando, quando conveniente, os grandes contratos federais relacionados com a defesa, os novos sectores de alta intensidade tecnológica emergentes passaram a ditar o ritmo da mudança nas nossas sociedades.

Por outro lado, deu-se no sistema universitário americano o aparecimento de um novo tipo de universidades, as “research universities” (universidades de investigação) ou “universidades da Guerra Fria”, das quais Stanford é o melhor exemplo, que se tornaram centros de investigação fundamental sob contrato, atraindo vultuosos contratos federais no domínio da defesa, realizando uma enorme actividade de colaboração em projectos com a indústria, reunindo à sua volta uma constelação de laboratórios de desenvolvimento de armamento e de novas tecnologias a todos os títulos notável.

Um clima favorável ao crescimento científico e tecnológico foi assumido como o modo americano de marcar o passo do mundo. Num outro importante relatório do Conselho de Investigação Científica do Presidente dos EUA (de Agosto de 1947) intitulado “Science and Public Policy”, traçavam-se pela primeira vez cenários para a ciência num horizonte de dez anos. E aí recomendava-se que as despesas em I&D (investigação científica e desenvolvimento experimental) duplicassem nesse intervalo de tempo, de modo a que atingissem, em 1957, 1% do produto interno bruto (PIB).

O presidente Truman acolheu esta mensagem e no discurso que fez perante a 100.^a Assembleia Anual da AAAS (Associação Americana para o

Progresso da Ciência), em 1948, referiu a necessidade de duplicação do volume do esforço científico e tecnológico de modo a que se alcançasse o valor de 1% do PIB em dez anos, ou seja em 1958. Mas a máquina de dominação político-económica americana estava imparável: de facto, os EUA atingiram nesse ano um nível de despesas em I&D equivalente a 2,36% do PIB.

Nos quarenta anos que mediaram entre 1958 e 1998, muito se passou, nos EUA e no Mundo: a crise dos mísseis de Cuba, a Guerra do Vietname, os “choques do petróleo”, as primeiras políticas para a inovação e o primeiro homem na Lua, a Senhora Thatcher, a “guerra das estrelas”, o acidente de Chernobyl, a queda do muro de Berlim, a emergência da economia baseada no conhecimento, a Internet...

Os EUA continuam a investir em I&D mais do qualquer outro país do mundo (cerca de 44% do total da área da OCDE) e o volume de financiamento actual é o maior de sempre (227 biliões de dólares em 1998, dos quais 66% provêm do sector privado). O valor do indicador despesa de I&D em relação ao PIB flutuou durante estes 40 anos (de acordo com os contextos internacionais vividos) atingindo 2,88% em 1964, descendo para 2,13% em 1978, subindo para 2,27% em 1991, inflectindo para 2,43% em 1994, mas recuperando desde então, situando-se a 2,67% em 1998.

Precisamente em 1998, o presidente Clinton discursou perante a 150.^a Assembleia Anual da AAAS, sendo o discurso que proferiu bastante revelador do estado da relação da ciência com a sociedade nos finais do século XX.

O presidente já não se referiu inflamadamente à necessidade de duplicar o esforço científico e tecnológico, mas especificou tão somente que o orçamento proposto pela Administração continha aumentos para as principais agências científicas federais. Naturalmente, enormes mudanças ocorreram no campo da ciência e da tecnologia. Em 1948 não existiam ainda as ciências do espaço, nem as tecnologias da informação.

Mas talvez o maior contraste tenha sido na ênfase posta nas expectativas sociais face à ciência. As palavras-chave saúde, prosperidade, segurança, que vinham do relatório de V. Bush, desapareceram e deram lugar à trilogia: economia, ambiente qualidade de vida. Naturalmente, 50 anos antes a agenda política era dominada pela questão da defesa. No final do século, com as cinzas do império soviético bem enterradas sob o manto virtual da globalização, a agenda nacional era dominada pela competitividade e pelos mercados.

Este estado de espírito permeia o texto do relatório “Unlocking our Future: Toward a New National Science Policy” publicado (na Internet) igual-

mente em 1998, da autoria do Comité de Ciência da Câmara de Representantes. A preocupação central é com a contribuição da ciência e da tecnologia para o ambiente, para a qualidade de vida, para a tomada de decisões, para a cultura geral. As suas principais recomendações estão agrupadas em quatro grandes capítulos (cujos títulos são reveladores): (i) assegurar o fluxo de novas ideias; (ii) o papel do sector privado no esforço científico; (iii) garantir que as decisões técnicas governamentais são baseadas em boa ciência; (iv) a sustentabilidade do esforço científico – a importância da educação.

Que sentido pode tirar-se destas mensagens? Talvez que a capacidade de fazer funcionar grandes parcerias entre as universidades, as empresas e a administração, bem como a de definir grandes objectivos nacionais, tenha sido essencial para a robustez do esforço norte-americano. Foi porventura esta combinação de vontades que permitiu conseguir como nunca antes a passagem das ideias mais fundamentais para as aplicações, e daí para o negócio eficaz.

Mas as interrogações não desapareceram: por detrás do discurso arrogante e dominador pressentiam-se inseguranças no que tocava à sustentabilidade da base de apoio de todo o empreendimento tecnocientífico – preocupações crescentes com a educação e com o ambiente, por incapacidade de definição dos valores que deveriam orientar o caminho para o futuro. Quase que se lamentava não haver outra guerra para compensar esta indefinição.

Muitas interrogações, genuínas, são levantadas pelas novas condições, criadas com a situação pós-11 de Setembro, no que respeita aos caminhos e trajectórias da tecnociência.

3. Por uma nova narrativa e novos valores

A situação em que presentemente vivemos exhibe sinais preocupantes de imprevisibilidade e de instabilidade. Isto é, a globalização, tal qual a conhecemos, não resolve os problemas, nem equaciona as questões, do viver em conjunto sobre a Terra. De resto, nunca foi esse o seu fôlego. A globalização preocupa-se com a racional e eficiente afectação dos recursos económicos, com o alargamento e o bom funcionamento dos mercados, com a boa “arrumação” das sociedades humanas traduzida por contas transparentes e avaliações conscienciosas.

Se a vida fosse um jogo, com regras bem estabelecidas e duradouras, o mundo poderia muito bem ser um mercado global, em que a participação de cada um se tornasse tão estimulante como uma sessão de “Monopólio”. Mas o jogo da vida não se desenvolve à dimensão das vaidades nem das

ambições dos homens. A vida tem regras que desconhecemos. Há regras que são introduzidas sem o sabermos. Há regras que são eliminadas num abrir e fechar de olhos. Vive-se, portanto, na contínua descoberta de como funcionar nas novas condições, de como aprender e apreender, a tempo, o sentido do jogo que se desenrola no quotidiano.

A procura de uma ordem é que dá o sentido à vida que levamos. Mas para que esse sentido seja evidente, temos que perceber que a nova ordem é sempre resultado de uma perspectiva sobre o mundo, sobre os outros e sobre nós próprios. Uma perspectiva forjada no confronto entre os interesses que estavam em jogo e os novos interesses que emergem, trazidos pela operação segundo novas regras, internas ou externas, que passam a dirigir o jogo, até nova ordem.

Quais são, pois, os contornos da ordem em que estamos mergulhados neste início do século XXI? Muito simplesmente, contornos semelhantes aos que existiam na Europa antes de Vestefália (desde o fim do poder dos senhores feudais) ou após a queda do Império Romano: os da força do mais violento, os do terror do mais forte.

Não interessará muito apurar se é melhor ser um pobre globalizado, se um excluído da globalização. Nem se a culpa do subdesenvolvimento reside na globalização, ou na incapacidade de os próprios se globalizarem. Com certeza, o mundo não melhora se todas as comunidades se fecharem aos argumentos dos parceiros, impedindo uns, rejeitando outros, a utilização dos meios tecnológicos à disposição para garantir a sobrevivência de uma população humana a caminho dos oito mil milhões em 2020. E com uma alteração climática evidente, não dando espaço para que seja excluída de qualquer plano de natureza estratégica.

Importa tomar consciência deste facto. As civilizações que se sucederam, no nosso planeta, foram afirmações inequívocas de um renegar dos imperativos imediatistas. Cada uma à sua maneira, no seu contexto, organizando as suas gentes nos tempos e nos espaços de que dispunham. Gerando códigos de conduta moral, princípios e regras quanto aos costumes e valores que os guiaram na construção material e social que os caracterizaram. A nossa época só é singular por ser a nossa e por sermos nós a sentir a incerteza do devir. Igualmente, as soluções de futuro que conseguirmos encontrar serão inequivocamente as nossas. Ficarão a fazer parte do património comum da humanidade, para os vindouros.

A luta pela democracia, hoje, assume-se em três vectores essenciais: por reinventarmos o poder emancipador do conhecimento, com mais e melhores ciências, ciências sociais e outros saberes argumentativos; por reintroduzirmos a escola como o local privilegiado da aprendizagem para a cidadania

plena; por instalarmos e defendermos uma sociedade do reconhecimento, em que a valorização do outro como interlocutor corresponda ao pulsar planetário da nossa espécie.

É necessário terminar e, ao terminar, lembrar o pertinente “Aviso à Europa” lançado pelo grande Thomas Mann no início do tormentoso ano de 1937:

Em todo o humanismo há um elemento de fraqueza que vem da sua repugnância por qualquer fanatismo, da sua tolerância, e da sua inclinação para um cepticismo indulgente, numa palavra, da sua bondade natural. Mas isso pode, em certas circunstâncias, tornar-se fatal. Aquilo de que nós teríamos necessidade, hoje, seria de um humanismo militante, um humanismo que afirmasse a sua virilidade e que estivesse convencido de que os princípios da liberdade, da tolerância e do livre arbítrio não têm o direito de se deixar explorar pelo fanatismo sem vergonha dos seus inimigos. Será o humanismo europeu incapaz de ressurgir, armando os seus princípios com o seu valor de combate? Se já não for capaz de tomar consciência de si próprio, de se preparar para a luta com um renovar das suas forças vitais, o humanismo europeu morrerá, e com ele a Europa, cujo nome não será mais que uma expressão puramente geográfica e histórica. E não nos restará mais, então, do que procurar um refúgio fora do tempo e fora do espaço. (Mann, 1937)

Confio em que não é tempo, ainda, de procurar refúgio.

Referências Bibliográficas

- Braudel, Fernand (1979), *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris: Armand Colin.
- Castells, Manuel (2000), *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- Hodgson, Geoffrey (1999), *Economics and Utopia*. London: Routledge.
- Lindblom, Charles (2001), *The Market System*. Yale University Press.
- Mann, Thomas (1937), *Avertissement à l'Europe*. Paris: Gallimard.
- National Science Board (2000), *Science and Engineering Indicators 2000*. Arlington: National Science Foundation.

JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e Universidade de São Paulo

Capitalismo e monopólio de conhecimento

O mercado capitalista contemporâneo assenta em estratégias de conhecer e poder que o distinguem profundamente, seja do antigo mercado concorrencial, tendendo à auto-regulamentação, seja do imperialismo, quando a hegemonia se construía com base em posições de força amparadas em políticas do Estado nacional. Se, hoje em dia, a fonte do poder reside no monopólio da invenção científico-tecnológica, é necessário, assim, ir além de uma fenomenologia dos níveis de globalização, tomando em linha de conta o papel determinante do novo capital, na sua diferença específica. Um poder entranhado de saber deve ser combatido por outros poderes capazes de distinguir o que se pode e o que não se pode fazer e conhecer. É esse o desafio de um novo socialismo que abandona a ilusão de ser capaz de criar integralmente uma nova sociedade.

1. João Caraça¹ desbastou o terreno para esta minha comunicação. Endosso integralmente o que diz a respeito da fusão entre ciência e desenvolvimento tecnológico, principalmente na medida em que este último termina levantando problemas urgentes de caráter eminentemente teórico. Passo adiante e pergunto: se o modo capitalista de produção está visceralmente na dependência do desenvolvimento tecnológico, não passaria também por uma revolução interna radical quando tecnologia se entremeia com ciência? Acredito que sim; essa convivência *sui generis* entre saber e técnica permite o monopólio da invenção desse novo conhecimento, o que vem a conformar o mercado de forma inédita na história moderna.

Não ignoro que, em geral, as descobertas científicas continuam sendo feitas por pequenos grupos de investigadores trabalhando em rede, mas esse novo conhecimento somente se torna acessível como prática científica depois que enormes investimentos o capacitam a virar um instrumento eletrônico, um remédio, um objeto de entretenimento e assim por diante. Isso abre o caminho para que grandes empresas controlem o movimento do complexo científico-tecnológico, visando assegurar vantagens estraté-

¹ Cf. texto neste mesmo número.

gicas no mercado. Em poucas palavras: a ciência se subordina ao movimento do capital na medida em que este se torna processo reflexionante inteligente, o que modifica a estrutura concorrencial do mercado capitalista, pois importa a cada empresa, antes de simplesmente obter mais lucro, ocupar posição estratégica diante de aliados e concorrentes, assim como obter conhecimento global do campo de sua atuação.

Ora, se esse novo conhecimento é tanto saber quanto força produtiva, por conseguinte empuxo para universalizar o terreno em que se move cada unidade produtiva, não seria ele responsável pelas novas figuras da globalização? Não teriam elas como condição prévia essa convivência inédita entre saber e capital, cujas forças expansivas se entrelaçam mutuamente? O mercado capitalista contemporâneo é travejado por estratégias de conhecer e poder que o distinguem profundamente seja do antigo mercado concorrencial tendendo à auto-regulamentação, seja daquele vigente durante o imperialismo, quando a hegemonia se construía na base de posições de força amparadas em políticas do Estado nacional.

2. Examinemos com mais vagar o lado formal dessa questão. Há muito tempo venho defendendo a tese de que o Estado, concebido como sistema de ordenamentos jurídicos capaz de julgar conflitos e implementar políticas, depende de um Estado material, ancorado na capacidade, historicamente determinada, de acumular e distribuir fundos públicos. O Estado se apresenta pois, de um lado, como estrutura legal preparada para legislar e se reformar a partir de normas primárias e, de outro, como conjunto de instituições e procedimentos de poder administrado cujo exercício há-de ser financiado publicamente. Para isso carece tanto de impostos como daquele saber que ampara e repõe sua atuação legislativa. Gosto de lembrar que Salomão, ao ser ungido rei, pede a Jeová que lhe dê saber, justamente aquilo que lhe permite, por exemplo, montar um estratagem para conhecer melhor o litígio entre duas mulheres disputando a mesma criança e chegar assim a uma sentença justa. Isso era totalmente impossível numa sociedade primitiva, pois nunca a um chefe cabia a última decisão. Mas esse poder decisório seria inútil se não dispusesse de uma rede de instituições executoras, cuja existência depende de recursos disponíveis. Bem sei que somente as sociedades capitalistas foram capazes de desenhar esse fundo com nitidez. Para avaliar o caminho que foi necessário percorrer para chegar a essa autonomia, convém lembrar a política pré-capitalista do Rei Sol, impossível se não se misturassem fundos privados e fundos públicos. Seja qual for, porém, a estrutura reguladora do Estado, suas leis só podem ser implementadas se no circuito de geração e distribuição da riqueza uma

parte dela ficar subordinada a uma autoridade suprema. Não é por isso que uma sociedade sem Estado, como aquela dos guaranis, impede esse tipo de acumulação? Em suma, um poder público somente se exerce se puder contar com recursos materiais postos aparentemente a serviço de todos.

Como, porém, se relacionam hoje em dia Estado formal e Estado material? Antes de esboçar uma resposta a essa pergunta é preciso indicar, ainda que brevemente, qual o sentido possível desse relacionamento. Marx distingue em um modo de produção suas formas de representação de seus meios de vir a ser. As categorias das primeiras são repostas por seu próprio movimento. É assim que os produtos entram e saem do sistema formalmente determinados como mercadorias. Mas esse movimento reflexionante não se constituiria se não tivessem fortuitamente se cruzado ao menos dois fatos: acúmulo de dinheiro e mercado de trabalho. Na Europa isso aconteceu somente depois que as cidades voltaram a enriquecer e os servos fugiram dos campos. Em consequência, esse evento, embora não esteja ligado à estrutura do capital, à sua *lógica* interna, não deixa de condicioná-lo *historicamente*, determinando a maneira pela qual se implanta em certa região. E tal diferença entre condição estrutural e condição histórica não é esquisitice da dialética marxista, pois reaparece *mutatis mutandis* na filosofia da lógica contemporânea, quando Wittgenstein, por exemplo, distingue no jogo de linguagem o modo de representação, a maneira pela qual os fatos são possivelmente configurados por relações sintáticas a partir de elementos relativamente simples (no jogo de xadrez, os movimentos possíveis do bispo, por exemplo), e os meios de apresentação, as condições materiais e sociais de fato (que conformam um efetivo lance com o bispo). Em suma, os meios de apresentação estipulam condições para efetivar o jogo, construir uma partida. Alguém seria capaz, na Amazônia, de jogar xadrez com peças de gelo?²

3. Na medida em que se pretende conhecer as novas funções do Estado numa economia da informação, mesmo quando se evidenciam seus limites e a necessidade de políticas alternativas, não passa a ser prioritário indagar em que condição o Estado integra a gramática do modo de produção capitalista? Sabemos que a partir do momento em que o capital começa a se mover sozinho – vale dizer, a se repor no próprio nível do funcionamento de novas leis econômicas – cria-se uma sociedade civil burguesa, sintomaticamente chamada por Hegel de “Estado das necessidades e dos carecimentos”, espécie de negativo do Estado como forma do Absoluto. Se o sistema capitalista é aquele em que se produzem mercadorias por meio de merca-

² Exploro esse tema em meu livro *Apresentação do mundo* (Giannotti, 1995).

dorias, só pode estar estruturalmente desligado dos fundos públicos. Assim, o Estado (formal e material) deixa de alimentar a reposição desse modo de produção para se constituir na qualidade de condição autônoma, isolada de seu movimento de reflexão. Sabemos que o capital, para sobreviver, sempre recorreu ao Estado, mas importa distinguir essa condição histórica de seus condicionamentos estruturais. E se o Estado não é repostado pela lógica interna do capital, só está se exercendo como condição de seu vir-a-ser histórico, meio de apresentação dessa lógica. Se uma sonata para piano somente se apresenta quando tocada por duas mãos, não é por isso que elas fazem parte da obra, cuja beleza aliás não se confunde com a beleza formal da partitura. Mas sem as mãos essa sonata não existe.

Parece-me evidente que as políticas keynesianas recolocam o Estado na reprodução estrutural do capital. De um lado, consolidando o direito do trabalho, o que altera o pressuposto equitativo do contrato social e assim por diante; de outro, colocando ao menos uma parte do fundo público ao serviço da reposição do próprio capital, parte que assim se configura como capital estatal. Isso permite que o Estado formal reforce seu papel de identidade imaginária a encobrir conflitos de classe – uma comunidade ilusória (*illusorische Gemeinschaftlichkeit*), na instrutiva formulação de Marx –, precisamente na medida em que os investimentos estatais reafirmam tanto seu viés classista quanto sua capacidade de conciliar as classes integradas no sistema. Sabemos porém que o Estado keynesiano foi posto em xeque pela crise fiscal, quando os fundos públicos se tornam incapazes de financiar políticas públicas abrangentes por causa do crescimento exponencial dos custos com seguridade, saúde, educação e assim por diante. Depois dessa crise não há como evitar que o Estado proprietário se transforme em Estado regulador, visto que o fundo público se torna insuficiente para assegurar o compromisso de classe diante da ameaça constante de uma população excluída cada vez mais numerosa.

Cabe explicar então como o Estado condiciona a nova economia de informação ao mesmo tempo que é condicionado por ela. Que trama desenham hoje em dia capital e Estado? É de notar que, embora tendo sua autonomia restringida, o Estado-nação, formal e material, não deixa de estar sempre presente na vida cotidiana, na apropriação de uma parte considerável do PIB, por conseguinte no desenvolvimento do próprio capital. Não é o que nos ensina até mesmo a bancarrota de uma nação que afunda conforme segue determinada política econômica? Se, ademais, a Comunidade Européia limita o Estado-nação a ponto de este perder o direito de cunhar moeda, uma nova forma de comunidade não passa a regular a economia da Europa de forma impensável anos atrás? Mas para compreender todos esses fenô-

menos, desenhar o mapa das determinações recíprocas de instituições que se redefinem no seu processo de reposição e vir-a-ser, convém levar em conta a diferença que se estabelece entre o condicionamento histórico e o estrutural, antes de tudo numa economia de informação, num jogo de linguagem pré-verbal que esconde e ao mesmo revela a regulação estatal de um mercado que se pensa racional.

4. Não me cabe ir além dessas breves formulações lógicas e metodológicas a respeito da difícil questão do condicionamento mútuo entre capital e Estado. Apenas indico uma distinção que julgo importante tanto para que se chegue a uma análise positiva da globalização dos capitais, quanto para determinar a maneira pela qual esta se relaciona com outras formas de globalização. Mais além não me é possível caminhar, não apenas por falta de tempo ou de espaço, mas sobretudo por falta de competência. Como mostram as pesquisas organizadas por Boaventura de Sousa Santos sob o nome de «A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização», a tarefa só pode ser empreendida por uma equipe. Mas se me cabe comentar seus resultados, creio ser conveniente, depois de desfiar os merecidos elogios a todo o grupo, posicionar-me a respeito dos fundamentos lógicos e metodológicos do projeto. Não saberia esconder a boca torcida pelo uso de meu cachimbo. Sabemos desde logo que quanto mais ampla é a obra mais fica na dependência de certos pressupostos. Boaventura de Sousa Santos teve o cuidado de diferenciar níveis em que a globalização se processa:

Distingo quatro processos de globalização produzidos por outros tantos modos de globalização. Eis a minha definição de modo de produção de globalização: é o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival. (Santos, 2001: 69)

Não há dúvida de que a definição descreve com precisão o processo de ir além das fronteiras do Estado-nação, mas de tal modo que o movimento de universalizar cria dialeticamente a localidade antagônica. No fundo de cada processo residiria o mecanismo das trocas desiguais – mas a desigualdade das trocas, abrangendo relações econômicas, culturais, etc., requer que se tenha algum parâmetro para avaliar a igualdade e a desigualdade, e nesse ponto a questão se complica. Se o parâmetro é meramente subjetivo, isto é, faz parte do instrumental teórico do analista, decerto será contestado por outro parâmetro utilizado, com boa ou má-fé, para indicar como a

desigualdade das trocas resulta de uma situação de crise de paradigmas, embora a longo prazo, descontadas as exceções inevitáveis, seja contrabalançada por uma riqueza que cresce constantemente. Caberia então demonstrar como esse tipo de universalização assenta em mecanismos mais profundos criadores da própria desigualdade, matriz do movimento de universalizar e particularizar. Desse modo, penso que, já no seu início, a análise fenomenológica carece de um complemento ao necessitar legitimar a passagem do universal para o local; somente assim se demonstra que a desigualdade é estrutural e não conjuntural, mero incidente histórico no curso da história. Mas uma análise que aceita essa distinção deixa de ser meramente fenomenológica.

5. A ausência de uma cuidadosa separação entre o histórico e o estrutural conduz ao pecado do anacronismo, pois o tipo fenomenologicamente construído pode ser aplicado sem levar em conta como a reprodução de uma estrutura social define periodizações no curso da história. Essa dificuldade se torna muito evidente nos ensaios publicados no volume *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência* (Nunes e Gonçalves, 2001). Desconfio do emprego indiscriminado do conceito de rede. Não creio que possa abarcar fenômenos tão diferentes como o desenvolvimento das ciências em Portugal, as vicissitudes de Egas Moniz e as estratégias nacionais de autoridade científica. Se hoje em dia a produção do conhecimento depende de esforços de vários grupos distribuídos desigualmente pelo planeta se comunicando *online*, é porque cada grupo separadamente conta com uma infra-estrutura de tal modo científica e tecnologicamente refinada que se mostra uma verdadeira segunda natureza travada por conhecimentos objetivados. Essa produção simultânea distribuída no espaço nada tem a ver com os processos de influência e redefine a relação tradicional entre centro e periferia precisamente na medida em que está pressupondo a fusão *sui generis* de ciência e poder. Colocar todos esses diversos fenômenos sob a égide de uma fenomenologia da globalização não suprime suas diferenças históricas? E assim sendo não se impede o conhecimento das novas estruturações por que passa o *poder* das ciências? No final das contas, não se escondem as tramas do capital contemporâneo?

6. O rico pensamento de Boaventura de Sousa Santos trafega entre cortes radicais e retórica positiva da conciliação. Quando se propõe caracterizar a crise atual como mudança paradigmática das ciências também lida com certa mudança na própria forma da razão. Ao tomar esse caminho tangencia os autores da Escola de Frankfurt. Mas se, para fins heurísticos, tento

compreender suas teses radicalizando-as, logo me defronto com uma dificuldade. A noção de paradigma, que como todos sabem tem origem na fenomenologia husserliana, funciona no nível das ciências para salientar um núcleo duro de conhecimentos, usualmente aceites e somente refeitos depois de uma crise, distinta daquela outra zona onde se exerce a luta das investigações de ponta. Dessa ótica, fica excluída a possibilidade de se pensar a história das ciências como se elas fossem movidas exclusivamente por uma razão técnica e instrumental, visto que seus pressupostos ontológicos são periodicamente refeitos. A teoria da relatividade, por exemplo, se impõe reformulando categorias básicas, como os conceitos de massa e de tempo, o que altera a própria natureza do fenômeno físico. Uma maneira diferente de individualizar os fenômenos é proposta. Mas quando uma nova forma de ser é deflagrada pela estratégia de compreender dados experimentais que contradizem os princípios mais elementares de uma ciência, não se estão abrindo novos caminhos para que o pensamento se volte para si mesmo, indo portanto muito além da mera razão instrumental? A teoria da relatividade tornou perceptível diferenças e heterogeneidades da percepção do tempo no cotidiano que a física newtoniana tendia a encobrir. E outros exemplos se seguem. Daí minha dificuldade em aceitar uma clivagem rígida entre formas da razão, a não ser que nos deixemos levar pelo historicismo do tipo da lei dos três estados de Comte, ou das idades da razão, de Léon Brunschwig. E não vale simplesmente justapor uma forma a outra sem lidar com seus entrelaçamentos históricos. Mesmo quando a razão é vista como processo objetivo, historicamente dado, de sistematizar fenômenos e ações, não há como evitar, creio eu, confrontar-se com as propostas de regulação e de legitimação já inscritas nos próprios fatos. Uma análise positiva dos processos de racionalização tende a ir além da análise de tudo o que é, pois até o dever se inscreve no horizonte dos fatos.

Bem sei que em seu texto «Os processos da globalização» Boaventura de Sousa Santos (2001) evita essas separações, mas me parece continuar na trilha frankfurtiana ao justapor formas de racionalidade, em particular quando propõe uma sedimentação de planos racionais discursivos para poder avaliá-los no plano da retórica, deixando de levar em conta seus meios de efetuação. Por certo conserva no horizonte tanto a idéia de um sistema mundial, quanto a prevalência do meta-conflito atravessando o pensamento positivo. Mas continua a dar ênfase à justaposição dos processos globalizantes.

A pluralidade de discursos sobre a globalização mostra que é imperioso produzir uma reflexão teórica crítica da globalização e de o fazer de modo a captar a complexidade dos fenômenos que a envolvem e a disparidade dos interesses que neles se

confrontam. A proposta teórica que apresento aqui parte de três aparentes contradições que, em meu entender, conferem ao período histórico em que nos encontramos a sua especificidade transicional. (Santos: 2001: 60)

São elas: globalização/localização, Estado-nação e não-Estado transnacional e os dois modos de encarar o capitalismo, determinista ou renovador. Se a crise advém da pluralidade de práticas e discursos, cabe então distinguir práticas que se exercem no nível das instituições, das formas de poder, das formas de Direito, atravessadas por um conflito estrutural no quadro de critérios de hierarquização. Mas Boaventura de Sousa Santos também ressalta que essas “aparentes” contradições e todo esse esquema estão sob o fogo cerrado do que ele mesmo chama de “metaconflito”: “o conflito sobre os termos do conflito e sobre os critérios que devem definir as hierarquias” (Santos, 2001: 67). No entanto, tão logo essa dualidade passa para a discussão das formas de racionalidade, a solução deixa o campo de batalha da teoria para se deslocar para o plano de uma retórica revalorizada. Para vir a ser emancipador, escreve ele, um discurso científico deve se aproximar do discurso artístico e literário (Santos, 2000: 92). Ora, se não há consenso nem no nível dos resultados analíticos nem na escolha dos critérios, ao menos fica posta a questão: como é possível seguir regras, mesmo aquelas da retórica, sem que se *aprenda* a manipular os símbolos pelos quais elas se apresentam? Uma coisa é constatar a diafonia dos sistemas teóricos, e outra perguntar se o processamento prático dos conceitos movidos por eles não requer outros condicionamentos que, não se confundindo com a estipulação de princípios teóricos da dedução, laboram o terreno em que se tornam possíveis. Se para pensar é preciso viver e se para viver é preciso comer, a *forma* da produção da riqueza social continua a nos desafiar prática e teoricamente. Não desenha ela uma espécie de bastidor a partir do qual os conceitos se configuram e adquirem suas respectivas autonomias, um certo horizonte que, embora não constituindo razão de ser, desenha os limites do que se pode ser? Não a teoria econômica, mas o metabolismo que o homem mantém com a natureza, por certo historicamente datado, não configura a mão que toca vida em sociedade? Acredito que estaria mais próximo de Boaventura de Sousa Santos se juntos aprofundássemos sua sugestão de que o discurso emancipador deve se aproximar do discurso artístico e literário. Mas se é para retornar a Kant, vamos até o fim, pois ele nos ensina que um discurso só vem a ser artístico quando se torna um juízo que, em lugar de tratar das determinações do objeto, se volta sobre si mesmo e aprecia a maneira pela qual as representações criam, sem conceitos, parâmetros de

validade universal, a saber, cria seus parâmetros pré-conceituais ao longo de sua efetuação. Em suma, nossa diferença reside nas formas pelas quais ele pensa, ou não pensa, o problema da reflexão dos fenômenos sociais.

Os problemas filosóficos aparecem, lembra Wittgenstein, quando a linguagem entra em férias. Parece-me que a definição de globalização proposta por Boaventura de Sousa Santos é irrefutável – mas sua fragilidade não advém dessa irrefutabilidade? A meu ver duas coisas se perdem quando Santos se torna discípulo de Santos. A primeira delas, expressa da maneira mais formal, concerne à maneira reflexionante de designar o outro, visto que suas definições operam exclusivamente no nível dos juízos determinantes, vale dizer, que supõem a regra constituída já pressupondo seu bom funcionamento. Nessa dialética, o global se opõe ao local se ambos possuírem diferentes princípios de individuação, e o mesmo acontece com o Estado e assim por diante. Desse ponto de vista, os processos de globalização só podem ser justapostos. O Estado nacional e seu território definem a fronteira entre o mesmo e o outro conforme *determinam* um outro, mas unicamente por meio de uma reflexão exterior, aquela desenvolvida pelo cientista. Esse predomínio da determinação com a exclusão de processos reflexionantes se mantém nos três níveis. Primeiro, o Estado pode ser desenhado como mesmo para designar outro de igual mesmidade (práticas inter-estatais); segundo, ser atravessado para vir a ser o mesmo e o outro (práticas capitalistas globais); ou, em terceiro lugar, ser simplesmente representado para diferenciar práticas sociais e culturais transnacionais e locais. Parece-me que no fundo dessa tripartição reside uma noção de poder como capacidade de impor trocas desiguais, sendo que a forma desse poder determina um modo de produção de globalização. Mas o que vem a ser troca desigual quando sua medida estrutural e histórica fica na sombra? O que ela pressupõe, como seu meio de apresentação, para sustentar a diferença? Com essa perda do sentido histórico das trocas desiguais não se perderia igualmente a especificidade da globalização contemporânea? Apenas para provocar, poderia dizer que as sociedades tribais se globalizam no plano da difusão cultural, as *polei*, graças a um sistema de expropriação como aquele instalado pela Confederação de Delos, a *Urbs*, graças ao controle, tramado por uma burocracia imperial, da distribuição do excedente da riqueza produzida nos grandes latifúndios e assim por diante. Quando os vários processos de globalização são examinados em vista do meta-critério entendido tão-só como força política capaz de desequilibrar as trocas, não se esconde a especificidade dos processos da globalização contemporânea?

Se não me engano, em vez de voltar às práticas que possam sustentar as desigualdades das trocas em suas especificidades, Boaventura de Sousa Santos toma o caminho inverso, procurando distinguir nelas formas de racionalidade. Mas quando se aproxima da Teoria Crítica encontra, creio eu, dificuldade inversa daquela em que se embrulham os frankfurtianos. Porque constataram que o capital contemporâneo teria perdido aquela regularidade que permitia a Marx pensar a unicidade do sistema capitalista de produção como um todo, transferem a questão da crise do capital para o plano de uma crise da razão. O que passa a importar não é tanto a contradição entre relações sociais de produção e forças produtivas, mas o imperialismo de uma racionalidade tecnológica que perturba o bom funcionamento da boa racionalidade objetiva ou da racionalidade comunicacional. Se Boaventura, levado pelo pós-modernismo, abandona o ideal de qualquer unidade da razão, continua, creio eu, pensando as razões como se fossem sistemas montados sobre opiniões e juízos determinantes (algo define algo exteriormente), sem procurar a reflexão interna desses sistemas, vale dizer, seus processos de individuação. Não há dúvida de que percebe os processos contemporâneos de globalização intimamente ligados a três práticas sociais – inter-estatais, capitalistas globais e socioculturais internacionais – a que correspondem respectivamente instituições, formas de poder, formas de direito, conflitos estruturais e critérios de hierarquização. Mas basta percorrer a tábua desses critérios para perceber que as oposições mencionadas – centro, periferia, semiperiferia; global, local – configuram traduções diferentes do problema a ser resolvido. No final das contas, como esses critérios de hierarquização, pautas das práticas desiguais, são repostos por elas? Se há vício em uma medida, qual é o mecanismo específico de sua manutenção?

7. No ponto 3 do seu texto, “A globalização social e as desigualdades”, Boaventura de Sousa Santos (2001: 37-42) retoma as teses sobre o pós-imperialismo desenvolvidas por Becker e Sklar, que falam de uma emergente burguesia de executivos, uma nova classe social criando-se a partir das relações entre o setor administrativo do Estado e as grandes empresas privadas ou privatizadas. E formam uma classe «porque os seus membros, apesar da diversidade de interesses sectoriais, partilham uma situação comum de privilégio sócio-económico e um interesse comum de classe nas relações do poder político e do controlo social que são intrínsecas ao modo de produção capitalista’ [Becker e Sklar *apud* Santos, 2001: 38]. O ramo internacional, a burguesia internacional, é composta pelos gestores das empresas multinacionais e pelos dirigentes das instituições financeiras inter-

nacionais» (Santos, 2001: 38). E o autor termina o ponto 4, “A globalização política e o Estado-Nação”, apoiando-se em formulações de Chase-Dunn *et al.*:

Tal como a classe capitalista está a tentar formar o seu Estado global, de que a Organização Mundial do Comércio é a guarda avançada, as forças socialistas devem criar um “partido mundial” ao serviço de uma “comunidade socialista global” ou “uma comunidade democrática global” baseada na racionalidade colectiva, na liberdade e na igualdade. (Santos, 2001: 50)

Não sei até que ponto vai a adesão de Boaventura de Sousa Santos a essas teses e por isso as comento tal como se fossem apenas endossadas pelos autores citados. Mas ele mesmo explicita que, ao contrário de Marx, não considera o cosmopolitismo e universalidade dos oprimidos como se possuíssem necessariamente uma base classista, operando nesse sentido outras discriminações: sexual, ética, rracica, religiosa, etária, etc. Nisso estamos inteiramente de acordo, mas não acredito que tais diferenças possam se manter isoladas de uma matriz de diferenciação, vale dizer, de algum mecanismo que pressupõe mas também repõe a diferença. No plano econômico não há nada a objetar a essas definições, se por classe nada mais se entende do que um grupo social cujos rendimentos variam dentro de um intervalo definido. É o conceito utilizado, por exemplo, em pesquisas de intenção de voto. Essa classificação, porém, não pretende elucidar o mecanismo da diferenciação. A reflexão é exterior, opera na cabeça dos analistas. Mas é sabido que mesmo uma diferença gritante de rendimentos não desencadeia a luta pela justiça social nem muito menos a luta de classes que possuísse em si mesma a virtude de criar consciência de classe. Não há como negar que os excluídos reclamam de sua situação, mas a partir dessas reclamações não vejo como será possível substituir a lógica da exploração pela lógica da solidariedade. No Brasil escravocrata o primeiro desejo do liberto era comprar um escravo e nos dias de hoje o primeiro desejo de um operário que monta seu próprio negócio é empregar um ajudante. Não há dúvida de que as pessoas apelam para a solidariedade e se organizam em vista dela, mas enquanto essas organizações não colocarem em xeque a raiz da diferenciação não vejo como um movimento social seja capaz de pôr em xeque a sociedade como um todo. O parâmetro que serve para apontar no enriquecimento das classes médias-altas um vetor para um “partido” mundial, que dialeticamente promoveria o “partido” dos excluídos, vale como qualquer outro argumento retórico, a saber, no plano da convicção e das razões exteriores. O desafio, hoje em dia, é compreender como movimentos sociais se tornam capazes de se exprimir no plano do sistema político.

O marxismo evitou essa questão na medida em que tais movimentos suprimiriam a política e o Estado, substituindo-os pela organização racional da produção e da sociedade. Essa ilusão foi por água abaixo, nomeadamente porque, estraçalhando-se o vetor que emprestava unidade ao capital social total, por causa da diferenciação estrutural da produtividade do trabalho, não há como imaginar a unicidade do vetor contrário, a unidade do proletariado. O proletariado desapareceu como fato e como conceito. Isso não abole, porém, a tarefa de se buscar as matrizes sociais da diferenciação, assim como os métodos de projeção que as traduzem para o plano político.

É de notar, além do mais, que os executivos e seus aliados não formam uma classe *dominante* pela simples razão de que no capitalismo contemporâneo as relações de propriedade deixaram de ser diretamente relações sociais de produção. O proprietário de ações pode ser um assalariado, um fundo de pensões ou um empresário schumpeteriano como Bill Gates, mas o comando dos processos produtivos a que essas ações correspondem se dá pela intermediação desses mesmos executivos que, aglutinados em equipes, planejam estrategicamente a continuidade da firma e as condições de seu crescimento. No que poderiam se identificar como classe? Como levar em conta seus interesses a não ser no quadro da concorrência em que estão submersos? Se uma classe se forma quando, para exercer um sistema de regras, passa a defender as regras desse sistema, vale dizer, quando um outro se contrapõe à estrutura normativa que lhe empresta identidade, torna-se impossível considerar os executivos como classe, desprovidos como estão de uma alteridade específica. A afirmação de que a ela, como classe universal, *deve* se opor à classe universal dos trabalhadores não me parece justificar-se nem no plano teórico nem no plano prático. Se esses executivos defendem interesses de classe e tiram disso proveito, apenas se comportam como os demais aproveitadores, sem que essa situação de privilégio possa identificar-se como a de uma classe oposta àquela das vítimas. A mera oposição entre ricos e pobres não instala classes sociais, vale dizer, um processo de luta que tende a unificar os aliados num movimento social que ponha em xeque a estruturação política existente. O capitalismo contemporâneo, ao separar propriedade privada, de um lado, e comando sobre a produção, de outro, ao clivar os mercados de capital e do trabalho, estraçalha as polaridades das classes. Nesse plano social, “privado” designa apenas o que não é acessível a todos. Daí não se segue todavia que tenha desarmado os mecanismos da dominação, intimamente ligados à necessária ilusão de que uma riqueza social somente se mantém se continuar crescendo, o que arrebanha todos os assalariados na mesma ciranda de um processo social que se coloca como um fim em si mesmo.

8. Essa crítica à tese de que a matriz da desigualdade se encontra no nível da distribuição dos bens econômicos, socioculturais e até mesmo políticos, sem referência ao modo pelo qual os bens são obtidos e se individualizam, apenas retoma a crítica aos socialistas utópicos. Até que ponto o pensamento dominante da esquerda contemporânea não se alimenta da utopia? No dilema “fatalidade ou utopia” não se esconde uma concepção a-histórica da facticidade? Por isso me aproximo de José Reis quando tenta ir além daquela crítica que se mantém no nível da distribuição dos bens. Até agora não tive acesso a outros de seus escritos, o que me obriga a contentar-me com seu breve ensaio publicado no primeiro volume da coleção «A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização». Ele mostra que a visão corrente da globalização se arma a partir dos seguintes pilares interpretativos: predomínio dos jogos financeiros e bolsistas e do poder de alianças entre as empresas; racionalidade inclusiva total e “apátrida”; absoluta mobilidade dos fatores de produção dominadores; o conhecimento e a informação enquanto apropriações unilaterais dos dominadores; as realidades contextuais vistas como simples produtos derivados e funcionais perante as lógicas inclusivas (Reis, 2001: 119).

Tomando distância das fenomenologias de Boaventura de Sousa Santos, José Reis pretende então “situar-se num plano em que a incerteza e o inesperado englobam uma visão voluntarista sobre a capacidade dos sujeitos, dos processos e dos contextos relacionados para quebrarem os determinismos e o próprio dilema estabelecido pela contraposição entre futuros paradigmáticos e subparadigmáticos”. Assim, por exemplo, ele procura “resolver a dúvida sobre as tensões entre homogeneização e diferenciação optando pela valorização radical dos elementos constitutivos da diferenciação e não os condicionando a dialéticas limitadoras” (Reis, 2001: 110, nota 1). Aceito essa formulação, mas não as propostas que faz José Reis quando introduz no interior desses elementos constitutivos da diferenciação uma série de limitações à própria racionalidade do processo de globalização econômico. A dificuldade, a meu ver, reside na maneira pela qual cola a esses processos uma diferenciação que não nasce deles mesmos. Não seria mais convincente tentar gerá-los a partir de seu próprio funcionamento? Se as dialéticas limitadoras jogam com reflexos do universal e do particular, não é necessário, para ir até o fundo dos elementos constitutivos do processo de globalização, sair desse reflexo e ir para a reflexão em que o resultado empírico é absorvido no sentido do padrão que as mede? Mais do que de risco, as atuais relações sociais não se apresentam como regularidades que tendem a neutralizar o metro que as torna regulares?

9. O monopólio da invenção de novos conhecimentos se entrelaça com o processo de enervamento de suas medidas sociais. Um saber somente pode ser monopolizado se uma parte dele for ocultada, impedida de se tornar bem coletivo. Mas desde que esse processo se instale como movimento de identificação de uma sociedade, não há como avaliar como o saber oculto já não perdeu sua vitalidade. Isso se observa quando a difusão dos conceitos científicos ocorre no nível do discurso sem que se propaguem as técnicas correspondentes desses conceitos. Ora, a educação científica implica começar pelo discurso e prolongar-se na prática graças a exercícios e treinamentos para resolver problemas novos. Num de seus aforismos, Wittgenstein nos lembra que na escola as crianças aprendem que a água consiste nos gases hidrogênio e oxigênio, e o açúcar no carbono, hidrogênio e oxigênio. Quem não compreende esses enunciados é estúpido. Mas nesse processo as questões mais relevantes se ocultam, pois falta aos estudantes aquela familiaridade com os conceitos que somente a prática nos laboratórios pode lhes dar.

A questão se complica na medida em que essa distância entre teoria e prática é condição de sua divulgação numa sociedade de massas, o que afeta então particularmente os países periféricos. Não há dúvida de que a possibilidade desse corte nasce com a própria ciência, mas cresce com o alastramento do discurso científico que acompanha o desencantamento do mundo. Não é à toa que *Les femmes savantes* é praticamente contemporânea ao *Discurso do método*. Mas nos países periféricos, onde muitos pesquisadores aprendem a falar no registro científico sem terem se apropriado das técnicas correspondentes, como vencer essa distância reforçada pela globalização, a ponto de que a ciência da periferia é muitas vezes tomada pelo centro como mera falação? Não se trata, além do mais, de uma diferença a operar unicamente no nível do discurso, da cultura ou do reconhecimento dos resultados obtidos, mas que atinge a própria maneira de se produzir ciência na periferia. No Brasil não é raro pesquisadores terem notoriedade local sem que sejam reconhecidos no exterior. Em poucos anos suas contribuições estarão esquecidas precisamente porque não foram trabalhadas – quando muito, passam a fazer parte do folclore de nossas universidades. E isso não ocorre porque o centro nos impõe o padrão do que vem a ser ciência, mas simplesmente porque esse discurso, mesmo quando traz conceitos válidos, não se prolonga em práticas produtoras de novos conceitos.

Percebe-se que a fusão da ciência com a tecnologia reforça o espaço do discurso vazio e do fazer-de-conta. A isso se acresce o fantástico aumento do setor dos serviços, onde a medida de sua produtividade é sempre problemática. Como avaliá-la quando se trata de uma consulta médica ou de

uma aula? Segue-se daí uma osmose terrível entre o fazer e o fazer-de-conta, pois nunca estamos seguros de que o trabalho teórico não se resume num discurso vazio, de que nossas discussões valem apenas como meio de vida, não extravasando os muros das universidades. Visto que esta minha fala também é corroída pelo mesmo defeito, é melhor que me cale.

Mas antes não posso deixar de fazer a última provocação. Muito se discute sobre o socialismo sem que se consiga desenhar para essa palavra um conceito mais ou menos unívoco. Se nasceu ligado a um movimento social que colocava em xeque a propriedade privada, se veio a ser projeto político quando se formulou como promessa de socializar os meios de produção, que sentido ainda poderia manter hoje, quando a questão da propriedade se redefine e se torna secundária diante do crescimento das desigualdades sociais, quando se forma o consenso de que não há no horizonte modo de organizar a produção da riqueza social a não ser deixando que seus fatores assumam a forma mercantil? No entanto, não reside na raiz da desigualdade uma relação de poder que se apropria da invenção do conhecimento, produz benefícios extraordinários que podem até mesmo ser distribuídos àqueles que participam do capital de modo periférico? Mais do que pretender a igualdade, forte na prática mas fracamente na teoria, o socialista não seria aquele que propõe políticas contra esse novo monopólio, que se arma para que o novo conhecimento e seus frutos se tornem acessíveis a todos? O desafio não é apenas a educação universal, que poderia ser inclusive arma de exploração, mas se configura antes de tudo como o arrombamento dos cofres do saber.

Referências Bibliográficas

- Giannotti, José Arthur (1995), *Apresentação do mundo. Considerações sobre o pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nunes, João Arriscado; Gonçalves, Maria Eduarda (orgs.), *Enteados de Galileu? A semi-periferia no sistema mundial da ciência*. Porto: Afrontamento.
- Reis, José Reis (2001), «A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geo-económicos e o ‘simples’ funcionamento dos sistemas complexos», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 109-134.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), «Os processos da globalização», in B. S. S. (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 31-106.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*

Procede-se a uma crítica do modelo de racionalidade ocidental – o modelo de uma *razão indolente* – propondo-se os prolegómenos de um outro modelo, o de uma *razão cosmopolita*. Procura-se fundar três procedimentos sociológicos nesta razão cosmopolita: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

1. Introdução

O presente texto resulta de um projecto de investigação com o título “A reinvenção da emancipação social” por mim recentemente dirigido. Este projecto propunha-se estudar as alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global produzidas pelos movimentos sociais e pelas ONGs, na sua luta contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países. O principal objectivo do projecto era determinar em que medida a globalização alternativa está a ser produzida a partir de baixo e quais são as suas possibilidades e limites. Escolhi seis países, cinco dos quais semiperiféricos, em diferentes continentes. A minha hipótese de trabalho era que os conflitos entre a globalização neoliberal hegemónica e a globalização contra-hegemónica são mais intensos nestes países. Para confirmar esta hipótese, seleccionei também um dos países mais pobres do mundo: Moçambique. Os seis países escolhidos, para além de Moçambique como país periférico, eram a África do Sul, o Brasil, a Colômbia, a Índia e Portugal. Nestes países, identificaram-se iniciativas, movimentos, experiências, em cinco áreas temáticas: democracia participativa; sistemas de produção alternativos; multiculturalismo, direitos colectivos e cidadania cultural; alternativas aos direitos de propriedade

* As minhas incursões pela teoria literária devem muito ao diálogo com Maria Irene Ramalho. Estou igualmente grato a Paula Meneses, minha assistente de investigação, pela eficiência do seu trabalho. Agradeço também a João Arriscado Nunes, Allen Hunter e César Rodríguez.

intelectual e biodiversidade capitalista; novo internacionalismo operário. Como parte do projecto, e com a intenção de identificar outros discursos ou narrativas sobre o mundo, realizaram-se extensas entrevistas com activistas ou dirigentes dos movimentos ou iniciativas sociais analisados.¹ O projecto levou a uma profunda reflexão epistemológica de que resultou o presente ensaio.

São os seguintes os factores e circunstâncias que mais contribuíram para essa reflexão. Em primeiro lugar, tratava-se de um projecto conduzido fora dos centros hegemónicos de produção da ciência social, com o objectivo de criar uma comunidade científica internacional independente desses centros. Em segundo lugar, o projecto implicava o cruzamento, não apenas de diferentes tradições teóricas e metodológicas das ciências sociais, mas também de diferentes culturas e formas de interacção entre a cultura e o conhecimento, bem como entre o conhecimento científico e o conhecimento não-científico. Em terceiro lugar, o projecto debruçava-se sobre lutas, iniciativas, movimentos alternativos, muitos dos quais locais, muitas vezes em lugares remotos do mundo e, assim, talvez fáceis de desacreditar como irrelevantes, ou demasiado frágeis ou localizados para oferecer uma alternativa credível ao capitalismo.

Os factores e circunstâncias acima descritos levaram-me a três conclusões. Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Em segundo lugar, esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim, e outras semelhantes. Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim de contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito.

Neste ensaio, procedo a uma crítica deste modelo de racionalidade a que, seguindo Leibniz, chamo *razão indolente* e proponho os prolegómenos

¹ O projecto pode ser consultado em www.ces.fe.uc.pt/emancipa.

de um outro modelo, que designo como *razão cosmopolita*.² Procuo fundar três procedimentos sociológicos nesta razão cosmopolita: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

Os pontos de partida são três. Em primeiro lugar, a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade. Em terceiro lugar, a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. A contracção do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente. Nos anos quarenta, Ernst Bloch (1995: 313) interrogava-se, perplexo: se vivemos apenas no presente, por que razão é ele tão fugaz? É a mesma perplexidade que está subjacente à minha reflexão neste ensaio.

Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajectória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências.

Dado que vivemos, como mostram Prigogine (1997) e Wallerstein (1999), numa situação de bifurcação, a imensa diversidade de experiências sociais revelada por estes processos não pode ser explicada adequadamente por uma teoria geral. Em vez de uma teoria geral, proponho uma teoria ou um processo de tradução, capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis.

A indolência da razão criticada neste ensaio ocorre em quatro formas diferentes: a razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela

² A designação de Leibniz tem-me servido para situar o trabalho de reflexão teórica e epistemológica que tenho vindo a fazer nos últimos anos. O título do livro em que dou conta dessa reflexão é testemunho disso mesmo: *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência* (Santos, 2000). No presente trabalho, proponho-me dar mais um passo nessa reflexão.

própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima;³ e a razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente.⁴

A razão indolente subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemónico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos. A consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo, constituíram o contexto sócio-político em que a razão indolente se desenvolveu. As excepções parciais, o romantismo e o marxismo, não foram nem suficientemente fortes nem suficientemente diferentes para poderem ser uma alternativa à razão indolente. Por isso, a razão indolente criou o quadro para os grandes debates filosóficos e epistemológicos dos dois últimos séculos e, de facto, presidiu a eles. Por exemplo, a razão impotente e a razão arrogante formataram o debate entre determinismo e livre arbítrio e, mais tarde, o debate entre realismo e construtivismo e o debate entre estruturalismo e existencialismo. Não surpreende que estes debates tenham sido intelectualmente indolentes. Por sua vez, a razão metonímica apropriou-se de debates antigos, como o debate entre o holismo e o atomismo, e constituiu outros, como, por exemplo, o *Methodenstreit* entre as ciências nomotéticas e as ciências idiográficas, entre a explicação e a compreensão. Nos anos sessenta do século XX, presidiu ao debate sobre as duas culturas lançadas por C. P. Snow (1959, 1964). Neste debate, a razão metonímica ainda se considerava a si própria como uma totalidade, se bem que já não tão monolítica. O debate aprofundou-se nos anos oitenta e noventa com a epistemologia feminista, os estudos culturais e os estudos sociais da ciência. Ao analisarem a heterogeneidade das práticas e das narrativas da ciência, as novas epistemologias pulverizaram ainda mais essa totalidade e transformaram as duas culturas numa pluralidade pouco estável de culturas. Mas a razão metonímica continuou a presidir aos debates mesmo quando se introduziu neles o tema do multiculturalismo e a ciência

³ Uso o conceito de metonímia, uma figura do discurso aparentada com a sinédoque, para significar a parte pelo todo.

⁴ Uso o conceito de prolepse, uma técnica narrativa frequente, para significar o conhecimento do futuro no presente.

passou a ver-se como multicultural. Os outros saberes, não científicos nem filosóficos, e, sobretudo, os saberes não ocidentais, continuaram até hoje em grande medida fora do debate.

No que respeita à razão proléptica, a planificação da história por ela formulada dominou os debates sobre o idealismo e o materialismo dialécticos, sobre o historicismo e o pragmatismo. A partir da década de 80, foi contestada sobretudo com as teorias da complexidade e as teorias do caos. A razão proléptica, que assentava na ideia linear de progresso, viu-se então confrontada com as ideias de entropia e catástrofe, embora do confronto não tenha resultado até agora nenhuma alternativa.

O debate gerado pelas “duas culturas” e pelas várias terceiras culturas que emergiram dele – as ciências sociais (Lepenies, 1988) ou a popularização da ciência (Brockman, 1995)⁵ – não afectou o domínio da razão indolente sob qualquer das suas quatro formas: razão impotente (determinismo, realismo), razão arrogante (livre arbítrio, construtivismo), razão metonímica (a parte tomada pelo todo) e razão proléptica (o domínio do futuro sob a forma do planeamento da história e do domínio da natureza). Por isso não houve nenhuma reestruturação do conhecimento. Nem podia haver, em minha opinião, porque a indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste à mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemónicos em conhecimentos verdadeiros. Da minha perspectiva, para haver mudanças profundas na estruturação dos conhecimentos é necessário começar por mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles. Em suma, é preciso desafiar a razão indolente.

Neste trabalho, confronto-me com a razão indolente sob duas das suas formas, a razão metonímica e a razão proléptica.⁶ As duas outras formas são aparentemente mais antigas e têm suscitado muito mais debate (o debate sobre o determinismo ou livre arbítrio; o debate sobre realismo ou construtivismo). Em minha opinião, porém, as duas primeiras são verdadeiramente as formas fundacionais e é por isso que, não tendo elas sido questionadas, os debates referidos se têm revelado indecidíveis.

2. A crítica da razão metonímica

A razão metonímica é obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e

⁵ Sobre a necessidade de a nova configuração dos saberes ir “para além das duas culturas”, cf. Nunes, 1998/99.

⁶ Para uma primeira crítica da razão indolente, cf. a minha busca de um novo senso comum (Santos, 1995, 2000).

o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem. Por isso, há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das suas partes. Há, pois, uma homogeneidade entre o todo e as partes e estas não têm existência fora da relação com a totalidade. As possíveis variações do movimento das partes não afectam o todo e são vistas como particularidades. A forma mais acabada de totalidade para a razão metonímica é a dicotomia, porque combina, do modo mais elegante, a simetria com a hierarquia. A simetria entre as partes é sempre uma relação horizontal que oculta uma relação vertical. Isto é assim porque, ao contrário do que é proclamado pela razão metonímica, o todo é menos e não mais do que o conjunto das partes. Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm uma hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente; e assim por diante.

Tudo isto é hoje por de mais conhecido, pelo que irei centrar-me nas consequências.⁷ São as seguintes as duas consequências principais. Em primeiro lugar, como não existe nada fora da totalidade que seja ou mereça ser inteligível, a razão metonímica afirma-se uma razão exaustiva, exclusiva e completa, muito embora seja apenas uma das lógicas de racionalidade que existem no mundo e seja apenas dominante nos estratos do mundo abrangidos pela modernidade ocidental. A razão metonímica não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, para a razão metonímica nenhuma das partes pode ser pensada fora da relação com a totalidade. O Norte não é inteligível fora da relação com o Sul, tal como o conhecimento tradicional não é inteligível sem a relação com o conhecimento científico ou a mulher sem o homem. Assim, não é admissível que qualquer das partes tenha vida

⁷ No Ocidente, a crítica tanto da razão metonímica como da razão proléptica tem uma longa tradição. Para me restringir à era moderna, ela pode fazer-se remontar ao romantismo e surge, de diferentes formas, em Kierkegaard, Nietzsche, na fenomenologia, no existencialismo e no pragmatismo. A indolência dos debates está em que eles, em geral, não põem em questão a descontextualização da razão como alguma coisa separada da realidade e acima dela. É por isso que, a meu ver, a crítica mais eloquente vem daqueles para quem as razões metonímica e proléptica não são simplesmente um artefacto intelectual ou um jogo, mas a ideologia subjacente a um brutal sistema de dominação, o sistema colonial. Gandhi (1929/1932, 1938, 1951, 1960, 1972) e Martí (1963) são as duas vozes mais salientes. No contexto colonial, a razão indolente subjaz àquilo a que Quijano, Dussel, Mignolo e Lander chamam a “colonialidade do poder”, uma forma de poder que não terminou com o fim do colonialismo, mas continuou a dominar nas sociedades pós-coloniais (Quijano, 2000; Lander, 2000; Mignolo, 2000; Dussel, 2001).

própria para além da que lhe é conferida pela relação dicotômica e muito menos que possa, além de parte, ser outra totalidade. Por isso, a compreensão do mundo que a razão metonímica promove não é apenas parcial, é internamente muito selectiva. A modernidade ocidental, dominada pela razão metonímica, não só tem uma compreensão limitada do mundo, como tem uma compreensão limitada de si própria.

Antes de me debruçar sobre os procedimentos que sustentam a compreensão e políciam os seus limites, é necessário explicar como uma racionalidade tão limitada veio a ter tamanha primazia nos últimos duzentos anos. A razão metonímica é, juntamente com a razão proléptica, a resposta do Ocidente, apostado na transformação capitalista do mundo, à sua marginalidade cultural e filosófica em relação ao Oriente. Como Karl Jaspers e outros mostraram, o Ocidente constituiu-se como parte trânsfuga de uma matriz fundadora – o Oriente (Jaspers, 1951, 1976; Marramao, 1995:160).⁸ Esta matriz fundadora é verdadeiramente totalizante porque abrange uma multiplicidade de mundos (terrenos e extraterrenos) e uma multiplicidade de tempos (passados, presentes, futuros, cíclicos, lineares, simultâneos). Como tal, não tem de reivindicar a totalidade, nem de subordinar a si as partes que a constituem. É uma matriz anti-dicotômica porque não tem de controlar nem policiar limites. Pelo contrário, o Ocidente, consciente da sua excentricidade relativamente a essa matriz, recupera dela apenas o que pode favorecer a expansão do capitalismo. Assim, a multiplicidade de mundos é reduzida ao mundo terreno e a multiplicidade de tempos é reduzida ao tempo linear.

Dois processos presidem a tal redução. A redução da multiplicidade dos mundos ao mundo terreno é realizada através do processo de secularização e de laicização, analisado por Weber (1958, 1963, 1968), Koselleck (1985) e Marramao (1995), entre muitos outros. A redução da multiplicidade dos tempos ao tempo linear é obtida pelos conceitos que vieram substituir a ideia sotérica que ligava a multiplicidade dos mundos, nomeadamente o conceito de progresso e o conceito de revolução em que veio a fundar-se a razão proléptica. Esta concepção truncada da totalidade oriental, precisamente porque truncada, tem de se afirmar autoritariamente como totalidade e impor homogeneidade às partes que a compõem. Foi com ela que

⁸ Jaspers considera o período entre 800 e 200 a.C. como um “período axial”, que lançou “os fundamentos que permitem à humanidade subsistir ainda hoje” (1951: 98). Neste período, a maioria dos “extraordinários acontecimentos” que deram forma à humanidade tal como a conhecemos ocorreu no Oriente – na China, Índia, Pérsia, Palestina. O Ocidente é representado pela Grécia e, como sabemos hoje, a antiguidade grega deve muito às suas raízes africanas e orientais (Bernal, 1987). Ver também Schluchter, 1979.

o Ocidente se apropriou produtivamente do mundo e transformou o Oriente num centro improdutivo e estagnado. E foi também com ela que Weber contrapôs à sedução improdutivo do Oriente o desencanto do mundo ocidental.

Como nota Giacomo Marramao (1995: 160), a supremacia do Ocidente, criada a partir das margens, nunca se transformou culturalmente numa centralidade alternativa ao Oriente. Por essa razão, a força da razão metonímica ocidental excedeu sempre a força do seu fundamento. É uma força minada por uma fraqueza que, no entanto, é, paradoxalmente, a razão da sua força no mundo. Esta dialéctica entre força e fraqueza vem a traduzir-se no desenvolvimento paralelo de duas pulsões contraditórias, o *Wille zur Macht*, de Hobbes a Nietzsche, Carl Schmitt e ao nazismo/fascismo e o *Wille zur Ohnmacht*, de Rousseau a Kelsen e à democracia e ao primado do direito. Mas em qualquer destas pulsões está presente a totalidade que, por trunçada, tem de ignorar o que não cabe nela e impor a sua primazia sobre as partes que, para não fugirem ao seu controlo, têm de ser homogeneizadas como partes. Porque é uma razão insegura dos seus fundamentos, a razão metonímica não se insere no mundo pela via da argumentação e da retórica. Não dá razões de si, impõe-se pela eficácia da sua imposição. E essa eficácia manifesta-se pela dupla via do pensamento produtivo e do pensamento legislativo. Em vez da razoabilidade dos argumentos e do consenso que eles tornam possível, a produtividade e a coerção legítima.

Fundada na razão metonímica, a transformação do mundo não pode ser acompanhada por uma adequada compreensão do mundo. Essa inadequação significou violência, destruição e silenciamento para todos quantos fora do Ocidente foram sujeitos à razão metonímica; e significou alienação, *malaise* e *uneasiness* no Ocidente. Esse desconforto foi bem sentido por Walter Benjamin ao mostrar o paradoxo que então passou a dominar – e domina hoje ainda mais – a vida no Ocidente: o facto de a riqueza dos acontecimentos se traduzir em pobreza da nossa experiência e não em riqueza.⁹ Este paradoxo veio coexistir com um outro: o facto de a vertigem das mudanças se transmutar frequentemente numa sensação de estagnação.

⁹ Benjamin pensava que a Primeira Guerra Mundial tinha privado o mundo das relações sociais através das quais as gerações anteriores transmitiam o seu saber às seguintes (1972: 214). Depois da guerra, segundo ele, emergira um mundo novo, dominado pelo desenvolvimento da tecnologia, um mundo em que mesmo a educação e o conhecimento tinham deixado de se traduzir em experiência. Tinha, assim, emergido uma nova pobreza, um défice de experiência no meio de uma transformação desenfreada, uma nova forma de barbárie (1972: 215). A conclusão do ensaio inicia-se, assim, com as seguintes palavras: “Tornámo-nos pobres. Fomos abandonando um pedaço da herança da humanidade após outro, tivemos muitas vezes de o depositar na casa de penhores por um centésimo do seu valor, para receber em troca as moedas sem préstimo da ‘actualidade’.” (1972: 219).

Começa hoje a ser evidente que a razão metonímica diminuiu ou subtraiu o mundo tanto quanto o expandiu ou adicionou de acordo com as suas próprias regras. Reside aqui a crise da ideia de progresso e, com ela, a crise da ideia de totalidade que a funda. A versão abreviada do mundo foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a um instante fugaz entre o que já não é o que ainda não é. Com isto, o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo. O olhar que vê uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão o camponês pré-moderno. A isso mesmo se refere Koselleck quando fala da não contemporaneidade do contemporâneo (1985), sem, no entanto, problematizar que nessa assimetria se esconde uma hierarquia, a superioridade de quem estabelece o tempo que determina a contemporaneidade. A contração do presente esconde, assim, a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo. Benjamin identificou o problema mas não as suas causas. A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar.

A crítica da razão metonímica é, pois, uma condição necessária para recuperar a experiência desperdiçada. O que está em causa é a ampliação do mundo através da ampliação do presente. Só através de um novo espaço-tempo será possível identificar e valorizar a riqueza inesgotável do mundo e do presente. Simplesmente, esse novo espaço-tempo pressupõe uma outra razão. Até agora, a aspiração da dilatação do presente tem sido formulada apenas pelos criadores literários. Um exemplo entre muitos é a parábola de Franz Kafka sobre a precariedade do homem moderno comprimido entre dois fortes adversários, o passado e o futuro.¹⁰

A dilatação do presente aqui proposta assenta em dois procedimentos que questionam a razão metonímica nos seus fundamentos. O primeiro consiste na proliferação das totalidades. Não se trata de ampliar a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de fazê-la coexistir com outras

¹⁰ “Ele tem dois adversários. O primeiro empurra-o de trás, a partir da origem. O segundo impede-o de seguir para diante. Ele luta com ambos. Na verdade, o primeiro apoia-o na luta contra o segundo, porque quer empurrá-lo para a frente, e, da mesma forma, o segundo apoia-o na luta contra o primeiro, já que quer forçá-lo a retroceder. Mas isto só em teoria é assim. É que não são apenas os dois adversários que ali estão, também ele está ali, e quem é que verdadeiramente conhece as suas intenções? De todo o modo, o seu sonho é poder, num momento de desatenção – mas para isso é precisa uma noite tão escura como nunca houve nenhuma –, saltar para fora da linha de combate e, por causa da sua experiência de luta, ser promovido a juiz dos seus adversários que se batem um contra o outro.” (Kafka, 1983: 222).

totalidades. O segundo consiste em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a compõem têm uma vida própria fora dela. Ou seja, a sua pertença a uma dada totalidade é sempre precária, quer porque as partes, além do estatuto de partes, têm sempre, pelo menos em latência, o estatuto de totalidade, quer porque as partes emigram de uma totalidade para outra. O que proponho é um procedimento renegado pela razão metonímica: pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem, como primeiro passo para os libertar dessas relações, e para revelar outras relações alternativas que têm estado ofuscadas pelas dicotomias hegemónicas. Pensar o Sul como se não houvesse Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse senhor. O pressuposto deste procedimento é que a razão metonímica, ao arrastar estas entidades para dentro das dicotomias, não o fez com pleno êxito, já que fora destas ficaram componentes ou fragmentos não socializados pela ordem da totalidade. Esses componentes ou fragmentos têm vagueado fora dessa totalidade como meteoritos perdidos no espaço da ordem e insusceptíveis de serem percebidos e controlados por ela.

Na fase de transição em que nos encontramos, em que a razão metonímica, apesar de muito desacreditada, é ainda dominante, a ampliação do mundo e a dilatação do presente têm de começar por um procedimento que designo por *sociologia das ausências*. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica. O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalteridade?

Não há uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são vários as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível.

O que une as diferentes lógicas de produção de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional. Distingo cinco lógicas ou modos de produção da não-existência.

A primeira lógica deriva da *monocultura do saber* e do *rigor do saber*. É o modo de produção de não-existência mais poderoso. Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. A cumplicidade que une as “duas culturas” reside no facto de ambas se arrogarem ser, cada uma no seu campo, cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística. Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura.

A segunda lógica assenta na *monocultura do tempo linear*, a ideia de que a história tem sentido e direcção únicos e conhecidos. Esse sentido e essa direcção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É nos termos desta lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a ideia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem. O encontro entre o camponês africano e o funcionário do Banco Mundial em trabalho de campo ilustra esta condição. Neste caso, a não-existência assume a forma da residualização que, por sua vez, tem, ao longo dos últimos duzentos anos, adoptado várias designações, a primeira das quais foi o primitivo, seguindo-se outras como o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido.

A terceira lógica é a *lógica da classificação social*, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças. Consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias. A classificação racial e a classificação sexual são as mais salientes manifestações desta lógica. Ao contrário do que sucede com a relação capital/trabalho, a classificação social assenta em atributos que negam a intencionalidade da hierarquia social. A relação de dominação é a consequência e não a causa dessa hierarquia e pode ser mesmo considerada como uma obrigação de quem é classificado como superior (por exemplo, o “fardo do homem branco” em sua missão civilizadora). Embora as duas formas de classificação (raça e sexo) sejam

decisivas para que a relação capital/trabalho se estabilize e se difunda globalmente, a classificação racial foi a mais profundamente reconstruída pelo capitalismo, como têm mostrado, entre outros, Wallerstein e Balibar (1991) e, de uma maneira mais incisiva, Quijano (2000), Mignolo (2000) e Dussel (2001). De acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior.

A quarta lógica da produção da inexistência é a *lógica da escala dominante*. Nos termos desta lógica, a escala adoptada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas. Na modernidade ocidental, a escala dominante aparece sob duas formas principais: o universal e o global. O universalismo é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos. Têm, por isso, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos que por essa razão são consideradas particulares ou vernáculas. A globalização é a escala que nos últimos vinte anos adquiriu uma importância sem precedentes nos mais diversos campos sociais. Trata-se da escala que privilegia as entidades ou realidades que alargam o seu âmbito a todo o globo e que, ao fazê-lo, adquirem a prerrogativa de designar entidades ou realidades rivais como locais.¹¹ No âmbito desta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global.

Finalmente, a quinta lógica de não-existência é a *lógica produtivista* e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Nos termos desta lógica, o crescimento económico é um objectivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objectivo. Esse critério aplica-se tanto à natureza como ao trabalho humano. A natureza produtiva é a natureza maximamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção. Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional.

São, assim, cinco as principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o infe-

¹¹ Sobre os modos de produção da globalização, ver Santos, 2001c, 56-57.

rior, o local e o improdutivo. Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir.

A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência. A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objecto de disputa política.¹² A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. Com isso, cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente. A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro. A dilatação do presente ocorre pela expansão do que é considerado contemporâneo, pelo achatamento do tempo presente de modo a que, tendencialmente, todas as experiências e práticas que ocorrem simultaneamente possam ser consideradas contemporâneas, ainda que cada uma à sua maneira.

Como proceder à sociologia das ausências? A sociologia das ausências parte de duas indagações. A primeira respeita às razões por que uma concepção tão estranha e tão excludente de totalidade obteve tão grande primazia nos últimos duzentos anos. A segunda indagação visa identificar os modos de confrontar e superar essa concepção de totalidade e a razão metonímica que a sustenta. A primeira indagação, mais convencional, tem sido abordada por várias vertentes da sociologia crítica, dos estudos sociais e

¹² A sociologia das ausências não pretende acabar com as categorias de ignorante, residual, inferior, local ou improdutivo. Pretende apenas que elas deixem de ser atribuídas em função de um só critério que não admite ser questionado por qualquer outro critério alternativo. Este monopólio não é resultado de um trabalho de razoabilidade argumentativa. É antes o resultado de uma imposição que se não justifica senão pela supremacia de quem tem poder para o fazer.

culturais da ciência, da crítica feminista, da desconstrução, dos estudos pós-coloniais, etc.¹³ Neste texto, concentro-me na segunda indagação, a menos percorrida até agora.

A superação das totalidades homogêneas e excludentes e da razão metonímica que as sustenta obtém-se pondo em questão cada uma das lógicas ou modos de produção de ausência acima referidos. Como a razão metonímica formou as ciências sociais convencionais, a sociologia das ausências é necessariamente transgressiva. Neste sentido, é ela própria uma alternativa epistemológica à partida descredibilizada. O inconformismo com esse descrédito e a luta pela credibilidade tornam possível que a sociologia das ausências não permaneça uma sociologia ausente.

A ecologia de saberes. A primeira lógica, a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos, tem de ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão metonímica. Essa credibilidade contextual deve ser considerada suficiente para que o saber em causa tenha legitimidade para participar de debates epistemológicos com outros saberes, nomeadamente com o saber científico. A ideia central da sociologia das ausências neste domínio é que não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular (Santos, 1995: 25). Deste princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias.

Neste domínio, a sociologia das ausências visa substituir a monocultura do saber científico por uma ecologia de saberes. Esta ecologia de saberes permite, não só superar a monocultura do saber científico, como a ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico. A ideia de alternativa pressupõe a ideia de normalidade e esta, a ideia de norma, pelo que, sem mais especificações, a designação de algo como alternativo tem uma conotação latente de subalternidade. Se tomarmos como exemplo a biomedicina e a medicina tradicional em África, não faz sentido considerar esta última, de longe prevalecente, como alternativa à primeira. O importante é identificar os contextos e as práticas em que cada uma opera e o

¹³ A esta primeira indagação dediquei vários trabalhos (cf. Santos, 1987; 1989; 2000).

modo como concebem saúde e doença e como superam a ignorância (sob a forma de doença não diagnosticada) em saber aplicado (sob a forma de cura).

A ecologia das temporalidades. A segunda lógica, a lógica da monocultura do tempo linear, deve ser confrontada com a ideia de que o tempo linear é uma entre muitas concepções do tempo e de que, se tomarmos o mundo como nossa unidade de análise, não é sequer a concepção mais praticada. O domínio do tempo linear não resulta da sua primazia enquanto concepção temporal, mas da primazia da modernidade ocidental que o adoptou como seu. Foi a concepção adoptada pela modernidade ocidental a partir da secularização da escatologia judaico-cristã, mas nunca eliminou, nem mesmo no Ocidente, outras concepções como o tempo circular, a doutrina do eterno retorno e outras concepções que não se deixam captar adequadamente nem pela imagem de linha nem pela imagem de círculo.

A necessidade de tomar em conta estas diferentes concepções de tempo deriva do facto, salientado por Koselleck (1985) e por Marramao (1995), de que as sociedades entendem o poder a partir das concepções de temporalidade que nelas circulam. As relações de dominação mais resistentes são as que assentam nas hierarquias entre temporalidades e essas continuam hoje a ser constitutivas do sistema mundial. São essas hierarquias que reduzem tanta experiência social à condição de resíduo. As experiências são consideradas residuais porque são contemporâneas de maneiras que a temporalidade dominante, o tempo linear, não é capaz de reconhecer.

Neste domínio, a sociologia das ausências visa libertar as práticas sociais do seu estatuto de resíduo, restituindo-lhes a sua temporalidade própria e, assim, a possibilidade de desenvolvimento autónomo. Uma vez libertada do tempo linear e entregue à sua temporalidade própria, a actividade do camponês africano ou asiático deixa de ser residual para ser contemporânea da actividade do agricultor *hi-tech* dos EUA ou do executivo do Banco Mundial. Do mesmo modo, a presença ou relevância dos antepassados em diferentes culturas deixa de ser uma manifestação anacrónica de primitivismo religioso ou de magia para se tornar uma outra forma de viver a contemporaneidade.

Ao libertar as realidades alternativas do estatuto de resíduo, a sociologia das ausências substitui a monocultura do tempo linear pela ecologia das temporalidades, a ideia de que as sociedades são constituídas por várias temporalidades e de que a desqualificação, supressão ou ininteligibilidade de muitas práticas resulta de se pautarem por temporalidades que extravasam do cânone temporal da modernidade ocidental capitalista. Uma vez recuperadas e conhecidas essas temporalidades, as práticas e as sociabilidades que

se pautam por elas tornam-se inteligíveis e objectos credíveis de argumentação e de disputa política. A dilatação do presente ocorre, neste caso, pela relativização do tempo linear e pela valorização das outras temporalidades que com ele se articulam ou com ele conflituam.

A ecologia dos reconhecimentos. A terceira lógica da produção de ausências é a lógica da classificação social. Embora em todas as lógicas de produção de ausência a desqualificação das práticas vá de par com a desqualificação dos agentes, é nesta lógica que a desqualificação incide prioritariamente sobre os agentes, e só derivadamente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que eles são protagonistas. A colonialidade do poder capitalista moderno e ocidental, a que se referem Quijano (2000), Mignolo (2000) e Dussel (2001), consiste em identificar diferença com desigualdade, ao mesmo tempo que se arroga o privilégio de determinar quem é igual e quem é diferente. A sociologia das ausências confronta-se com a colonialidade, procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos. Fá-lo submetendo a hierarquia à etnografia crítica (Santos, 2001b). Isto consiste na desconstrução tanto da diferença (em que medida a diferença é um produto da hierarquia?) como da hierarquia (em que medida a hierarquia é um produto da diferença?). As diferenças que subsistem quando desaparece a hierarquia tornam-se uma denúncia poderosa das diferenças que a hierarquia exige para não desaparecer.

A ecologia das trans-escalas. A quarta lógica, a lógica da escala global, é confrontada pela sociologia das ausências através da recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemónica. Exige, por um lado, que o local seja conceptualmente desglobalizado a fim de identificar o que nele não foi integrado na globalização hegemónica. O que foi integrado é o que desigmo por globalismo localizado, ou seja, o impacto específico da globalização hegemónica no local (Santos, 1998b; 2000). Ao desglobalizar o local relativamente à globalização hegemónica, a sociologia das ausências explora também a possibilidade de uma globalização contra-hegemónica. Em suma, a desglobalização do local e a sua eventual reglobalização contra-hegemónica ampliam a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas ao globalismo localizado. A sociologia das ausências exige neste domínio o exercício da imaginação cartográfica, quer para ver em cada escala de representação não só o que ela mostra mas também o que ela oculta, quer para lidar com mapas cognitivos que operam simultaneamente com diferentes escalas, nomeadamente para detectar as articulações locais/globais (Santos, 1995: 456-473; Santos, 2001a).

A ecologia de produtividade. Finalmente, no domínio da quinta lógica, a lógica produtivista, a sociologia das ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações económicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou. Este é talvez o domínio mais controverso da sociologia das ausências, uma vez que põe directamente em questão o paradigma do desenvolvimento e do crescimento económico infinito e a lógica da primazia dos objectivos de acumulação sobre os objectivos de distribuição que sustentam o capitalismo global. É, no entanto, hoje evidente que este paradigma e esta lógica nunca dispensaram outras formas de produção e apenas as desqualificaram para as manter na relação de subalternidade. A sociologia das ausências visa reconstruir o que são essas formas para além da relação de subalternidade.

Em cada um dos cinco domínios, o objectivo da sociologia das ausências é revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemónicas. A ideia de multiplicidade e de relações não destrutivas entre os agentes que a compõem é dada pelo conceito de ecologia: ecologia de saberes, ecologia de temporalidades, ecologia de reconhecimentos e ecologia de produções e distribuições sociais. Comum a todas estas ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são activamente produzidas como não existentes.

Em conclusão, o exercício da sociologia das ausências é contra-factual e tem lugar através de uma confrontação com o senso comum científico tradicional. Para ser levado a cabo, exige imaginação sociológica. Distingo dois tipos de imaginação: a imaginação epistemológica e a imaginação democrática. A imaginação epistemológica permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas. A imaginação democrática permite o reconhecimento de diferentes práticas e actores sociais. Tanto a imaginação epistemológica como a imaginação democrática têm uma dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva. A desconstrução assume cinco formas, correspondentes à crítica das cinco lógicas da razão metonímica, ou seja, despensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir. A reconstrução é constituída pelas cinco ecologias acima referidas.

3. A crítica da razão proléptica

A razão proléptica é a face da razão indolente quando concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear. Esta monocultura do tempo linear, ao mesmo tempo que contraiu o presente, como vimos atrás ao analisar a razão metonímica, dilatou enormemente o futuro. Porque a história tem o sentido e a direcção que lhe são conferidos pelo progresso, e o progresso não tem limites, o futuro é infinito. Mas porque o futuro está projectado numa direcção irreversível ele é, como bem identifica Benjamin, um tempo homogéneo e vazio (Benjamin, 1969: 261, 264). O futuro é, assim, infinitamente abundante e infinitamente igual, um futuro que, como salienta Marramao (1995: 126), só existe para se tornar passado. Um futuro assim concebido não tem de ser pensado, e é nisto que se fundamenta a indolência da razão proléptica.

Enquanto a crítica da razão metonímica tem por objectivo dilatar o presente, a crítica da razão proléptica tem por objectivo contrair o futuro. Contrair o futuro significa torná-lo escasso e, como tal, objecto de cuidado. O futuro não tem outro sentido nem outra direcção senão os que resultam desse cuidado. Contrair o futuro consiste em eliminar ou, pelo menos, atenuar a discrepância entre a concepção do futuro da sociedade e a concepção do futuro dos indivíduos. Ao contrário do futuro da sociedade, o futuro dos indivíduos está limitado pela duração da sua vida ou das vidas em que pode reincarnar, nas culturas que aceitam a metempsicose. Em qualquer dos casos, o carácter limitado do futuro e o facto de ele depender da gestão e cuidado dos indivíduos faz com que, em vez de estar condenado a ser passado, ele se transforme num factor de ampliação do presente. Ou seja, a contracção do futuro contribui para a dilatação do presente.

Enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contracção do futuro é obtida através da *sociologia das emergências*. A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado.

O conceito que preside à sociologia das emergências é o conceito de Ainda-Não (*Noch Nicht*) proposto por Ernst Bloch (1995). Bloch insurge-se contra o facto de a filosofia ocidental ter sido dominada pelos conceitos de Tudo (*Alles*) e Nada (*Nichts*), nos quais tudo parece estar contido como latência, mas donde nada novo pode surgir. Daí que a filosofia ocidental seja um pensamento estático. Para Bloch, o possível é o mais incerto, o mais ignorado conceito da filosofia ocidental (1995: 241). E, no entanto, só o possível permite revelar a totalidade inesgotável do mundo. Bloch introduz,

assim, dois novos conceitos, o Não (*Nicht*) e o Ainda-Não (*Noch Nicht*). O Não é a falta de algo e a expressão da vontade de superar essa falta. É por isso que o Não se distingue do Nada (1995: 306). Dizer não é dizer sim a algo diferente. O Ainda-Não é a categoria mais complexa, porque exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar. O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. Não é um futuro indeterminado nem infinito. É uma possibilidade e uma capacidade concretas que nem existem no vácuo, nem estão completamente determinadas. De facto, elas redeterminam activamente tudo aquilo em que tocam e por isso questionam as determinações que existem num dado momento. Subjectivamente, o Ainda-Não é a consciência antecipatória, uma consciência que, apesar de ser tão importante na vida das pessoas, foi, por exemplo, totalmente negligenciada por Freud (Bloch, 1995: 286-315). Objectivamente, o Ainda-Não é, por um lado, capacidade (potência) e, por outro, possibilidade (potencialidade). Esta possibilidade tem uma componente de escuridão que reside na origem dessa possibilidade no momento vivido, que nunca é inteiramente visível para si próprio, e tem também uma componente de incerteza que resulta de uma dupla carência: o conhecimento apenas parcial das condições que podem concretizar a possibilidade; o facto de essas condições só existirem parcialmente. Para Bloch (1995: 241), é fundamental distinguir entre estas duas carências, dado que são autónomas: é possível ter um conhecimento pouco parcial de condições só muito parcialmente existentes e vice-versa.

O Ainda-Não inscreve no presente uma possibilidade incerta, mas nunca neutra; pode ser a possibilidade da utopia ou da salvação (*Heil*) ou a possibilidade do desastre ou perdição (*Unheil*). Esta incerteza faz com que toda a mudança tenha um elemento de acaso, de perigo. É esta incerteza que, em meu entender, ao mesmo tempo que dilata o presente, contrai o futuro, tornando-o escasso e objecto de cuidado. Em cada momento, há um horizonte limitado de possibilidades e por isso é importante não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece: *carpe diem*. Fiel ao marxismo que, aliás, interpretou de modo muito criativo, Bloch entende que a sucessão dos horizontes conduz ou tende a conduzir para um estado final. Penso, contudo, que não concordar com Bloch a este respeito não é coisa de monta. A ênfase de Bloch está na crítica da concepção mecânica da matéria, por um lado, e na afirmação da nossa capacidade para pensar e agir produtivamente sobre o mundo, por outro. Das três categorias modais da existência – a realidade, a necessidade, a possibilidade (Bloch, 1995: 244, 245) –, a razão indolente centrou-se nas duas primeiras e descurou totalmente a terceira. Para Bloch, Hegel é o grande

responsável pelo descurar filosófico do possível. Para Hegel, o possível ou não existe ou não é diferente do que existe porque está contido no real e, por isso, em qualquer dos casos, não merece ser pensado. A realidade e a necessidade não precisam da possibilidade para dar conta do presente ou do futuro. A ciência moderna foi o veículo privilegiado desta concepção e, por isso, Bloch convida-nos a centrarmo-nos na categoria modal mais negligenciada pela ciência moderna, a possibilidade. Ser humano é ter muito diante de si (Bloch, 1995: 246).

A possibilidade é o movimento do mundo. Os momentos dessa possibilidade são a *carência* (manifestação de algo que falta), a *tendência* (processo e sentido), e a *latência* (o que está na frente desse processo). A carência é o domínio do Não, a tendência é o domínio do Ainda-Não e a latência é domínio do Nada e do Tudo, dado que esta latência tanto pode redundar em frustração como em esperança.

A sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica, a sociologia das emergências amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. Neste último caso, a ampliação do presente implica a contração do futuro, na medida em que o Ainda-Não, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, sempre incerto e sempre em perigo. Como diz Bloch, junto de cada esperança está um caixão à espera (1995: 311). Cuidar do futuro é imperativo porque é impossível blindar a esperança contra a frustração, o advento contra o niilismo, a redenção contra o desastre, em suma, porque é impossível a esperança sem a eventualidade do caixão.

A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições.

A sociologia das emergências actua tanto sobre as possibilidades (potencialidade) como sobre as capacidades (potência). O Ainda-Não tem sentido (enquanto possibilidade), mas não tem direcção, já que tanto pode terminar em esperança como em desastre. Por isso, a sociologia das emergências substitui a ideia de determinação pela ideia axiológica do cuidado. A axiologia do progresso é, assim, substituída pela axiologia do cuidado. Enquanto

na sociologia das ausências a axiologia do cuidado é exercida em relação às alternativas disponíveis, na sociologia das emergências é exercida em relação às alternativas possíveis. Esta dimensão ética faz com que nem a sociologia das ausências nem a sociologia das emergências sejam sociologias convencionais. Há, no entanto, uma outra razão para a sua não convencionalidade: a sua objectividade está dependente da qualidade da sua dimensão subjectiva. O elemento subjectivo da sociologia das ausências é a consciência cosmopolita e o inconformismo ante o desperdício da experiência. O elemento subjectivo da sociologia das emergências é a consciência antecipatória e o inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades. Como diz Bloch, os conceitos fundamentais não são acessíveis sem uma teoria das emoções (1995: 306). O Não, o Nada e o Tudo iluminam emoções básicas como fome ou carência, desespero ou aniquilação, confiança ou resgate. De uma forma ou de outra, estas emoções estão presentes no inconformismo que move tanto a sociologia das ausências, como a sociologia das emergências.

Enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais. A discrepância entre experiências e expectativas é constitutiva da modernidade ocidental. Através do conceito de progresso, a razão proléptica polarizou esta discrepância de tal modo que fez desaparecer toda a relação efectiva entre as experiências e as expectativas: por mais miseráveis que possam ser as experiências presentes, isso não impede a ilusão de expectativas radiosas. A sociologia das emergências mantém esta discrepância, mas pensa-a independentemente da ideia do progresso, vendo-a antes como concreta e moderada. Enquanto a razão proléptica ampliou enormemente as expectativas e com isso reduziu o campo das experiências e, portanto, contraiu o presente, a sociologia das emergências busca uma relação mais equilibrada entre experiência e expectativa, o que, nas actuais circunstâncias, implica dilatar o presente e encurtar o futuro. Não se trata de minimizar as expectativas, trata-se antes de radicalizar as expectativas assentes em possibilidades e capacidades reais, aqui e agora. Nisto consistem as utopias reais cujo estudo Wallerstein (1998) designa por utopística.

As expectativas modernas eram grandiosas em abstracto, falsamente infinitas e universais. Justificaram, assim, e continuam a justificar, a morte a destruição e o desastre em nome de uma redenção vindoura. Contra este niilismo, que é tão vazio como o triunfalismo das forças hegemónicas, a sociologia das emergências propõe uma nova semântica das expectativas. As expectativas legitimadas pela sociologia das emergências são contextuais porque medidas por possibilidades e capacidades concretas e radi-

cais, e porque, no âmbito dessas possibilidades e capacidades, reivindicam uma realização forte que as defenda da frustração. São essas expectativas que apontam para os novos caminhos da emancipação social, ou melhor, das emancipações sociais.

Como veremos adiante, ao dilatarem o presente e contraírem o futuro, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, cada uma à sua maneira, contribuem para desacelerar o presente, dando-lhe um conteúdo mais denso e substantivo do que o instante fugaz entre o passado e o futuro a que a razão proléptica o condenou. Em vez de estado final, propõem uma vigilância ética constante sobre o desenrolar das possibilidades, servida por emoções básicas como o espanto negativo que suscita a ansiedade e o espanto positivo que alimenta a esperança.

A amplificação simbólica operada pela sociologia das emergências visa analisar numa dada prática, experiência ou forma de saber o que nela existe apenas como tendência ou possibilidade futura. Ela age tanto sobre as possibilidades como sobre as capacidades. Identifica sinais, pistas ou traços de possibilidades futuros em tudo o que existe. Também aqui se trata de investigar uma ausência, mas enquanto na sociologia das ausências o que é activamente produzido como não existente está disponível aqui e agora, ainda que silenciado, marginalizado ou desqualificado, na sociologia das emergências a ausência é de uma possibilidade futura ainda por identificar e uma capacidade ainda não plenamente formada para a levar a cabo. Para combater a negligência a que têm sido votadas as dimensões da sociedade enquanto sinais ou pistas, a sociologia das emergências dá a estas uma atenção “excessiva”. É nesse excesso de atenção que reside a amplificação simbólica. Trata-se de uma investigação prospectiva que opera através de dois procedimentos: tornar menos parcial o nosso conhecimento das condições do possível; tornar menos parciais as condições do possível. O primeiro procedimento visa conhecer melhor o que nas realidades investigadas faz delas pistas ou sinais; o segundo visa fortalecer essas pistas ou sinais. Tal como o conhecimento que subjaz à sociologia das ausências, trata-se de um conhecimento argumentativo que, em vez de demonstrar, convence, que, em vez de se querer racional, se quer razoável. É um conhecimento que avança na medida em que identifica credivelmente saberes emergentes, ou práticas emergentes.

4. O campo da sociologia das ausências e da sociologia das emergências

Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis. As duas sociologias estão estreitamente asso-

ciadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro. Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes), maior será a expansão do presente e a contracção do futuro. Na sociologia das ausências, essa multiplicação e diversificação ocorre pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, ao passo que a sociologia das emergências as revela por via da amplificação simbólica das pistas ou sinais. Os campos sociais mais importantes onde a multiplicidade e diversidade mais provavelmente se revelarão são os seguintes.

Experiências de conhecimentos. Trata-se de conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento. As experiências mais ricas neste domínio ocorrem na biodiversidade (entre a biotecnologia e os conhecimentos indígenas ou tradicionais), na medicina (entre medicina moderna e medicina tradicional), na justiça (entre jurisdições indígenas ou autoridades tradicionais e jurisdições modernas, nacionais), na agricultura (entre a agricultura industrial e a agricultura camponesa ou sustentável), nos estudos de impacto ambiental e tecnológico (entre o conhecimento técnico e os conhecimentos leigos, entre peritos e cidadãos comuns).¹⁴

Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção. Trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes. Nas margens ou nos subterrâneos das formas e modos dominantes – o modo de produção capitalista e o modelo de desenvolvimento como crescimento infinito – existem, como disponíveis ou como possíveis, formas e modos de economia solidária, alternativa, do desenvolvimento alternativo às alternativas ao desenvolvimento: formas de produção eco-feministas ou gandhianas (*swadeshi*); organizações económicas populares (cooperativas, mutualidades, empresas autogeridas, associações de micro-crédito);¹⁵ formas de redistribuição social assentes na cidadania e não na produtividade;¹⁶ expe-

¹⁴ A literatura sobre todos estes tópicos é imensa. Veja-se, por exemplo, Brush e Stablinsky, 1996; Balick *et al.*, 1996; Shiva, 1997; Visvanathan, 1997. Brush, 1999; Escobar, 1999; Posey, 1999. No projecto “A reinvenção da emancipação social”, acima mencionado, podem ler-se vários estudos de caso sobre conflitos e diálogos possíveis entre saberes em todas estas áreas (ver os temas do multiculturalismo e cidadania cultural e biodiversidade, conhecimentos rivais e direitos de propriedade intelectual). Estes estudos podem ler-se também em Santos 2002c and 2002d.

¹⁵ Sobre as organizações económicas populares e os sistemas alternativos de produção, vejam-se os estudos de caso incluídos no projecto de investigação “A reinvenção da emancipação social”. Estes estudos podem ler-se também em Santos, 2002b.

¹⁶ Sobre o rendimento mínimo garantido, ver, nomeadamente, van Parijs (1992) and Purdy (1994).

riências de comércio justo contrapostas ao comércio livre;¹⁷ lutas pelos parâmetros de trabalho (*labor standards*);¹⁸ o movimento anti-*sweatshop*¹⁹ e o novo internacionalismo operário.²⁰

Experiências de reconhecimento. Trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre sistemas de classificação social. Nas margens ou nos subterrâneos dos sistemas dominantes – natureza capitalista, racismo, sexismo e xenofobia – existem como disponíveis ou possíveis experiências de natureza anticapitalista – ecologia anticapitalista, multiculturalismo progressista, constitucionalismo multicultural, discriminação positiva sob a forma de direitos colectivos e cidadania pós-nacional e cultural.²¹

Experiências de democracia. Trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre o modelo hegemónico de democracia (democracia representativa liberal) e a democracia participativa.²² Exemplos salientes são o orçamento participativo da cidade de Porto Alegre, hoje também em vigor, sob diferentes formas, em muitas outras cidades brasileiras e latino-americanas;²³ os *panchayats* eleitos em Kerala ou Bengala Ocidental, na Índia, e as formas de planeamento participativo e descentralizado a que têm dado azo;²⁴ formas de deliberação comunitária nas comunidades indígenas, ou rurais em geral, sobretudo na América Latina e na África;²⁵ a participação cidadã nas decisões sobre impactos científicos ou tecnológicos.²⁶

Experiências de comunicação e de informação. Trata-se de diálogos e conflitos possíveis, derivados da revolução das tecnologias de comunicação e de informação, entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais, por um lado, e, por outro, as redes de comunicação independente transnacionais e os *media* independentes alternativos.²⁷

¹⁷ Cf., nomeadamente, Blowfield, 1999; Renard, 1999; Simpson e Rapone, 2000.

¹⁸ Cf. Compa e Diamond, 1996; Trubek *et al.*, 2000.

¹⁹ Cf., nomeadamente, Ross, 1997; Schoenberger, 2000; Bonacich e Appelbaum, 2000.

²⁰ Cf. o tema do novo internacionalismo operário no projecto de investigação “A reinvenção da emancipação social”. Estes estudos podem ler-se também em Santos, 2002e.

²¹ Sobre a política de reconhecimento, cf. a nota 7.

²² No projecto “A reinvenção da emancipação social” pode ler-se um conjunto de estudos de caso sobre a democracia participativa. Estes estudos podem ler-se também em Santos, 2002a.

²³ Cf. Fedozzi, 1997; Santos, 1998; Abers, 1998; Baiocchi, 2001; Baierle, 2001.

²⁴ Cf. Heller, 2000; Desai, 2001.

²⁵ Cf. Stavenhagen, 1996; Mamdani, 1996; van Cott, 1996, 2000; Gentili, 1998.

²⁶ See Gonçalves, 2000; Fischer, 2000; Jamison, 2001; Callon *et al.*, 2001.

²⁷ Cf. Ryan, 1991; Bagdikian, 1992; Hamelink, 1994; Herman e McChesney, 1997; McChesney *et al.*, 1998; McChesney, 1999; Shaw, 2001.

5. Das ausências e das emergências à teoria da tradução

A multiplicação e diversificação das experiências disponíveis e possíveis levantam dois problemas complexos: o problema da extrema fragmentação ou atomização do real e o problema, derivado do primeiro, da impossibilidade de conferir sentido à transformação social. Estes problemas foram resolvidos, como vimos, pela razão metonímica e pela razão proléptica através do conceito de totalidade e da concepção de que a história tem um sentido e uma direcção. Estas soluções, como também vimos, conduziram a um excessivo desperdício da experiência e estão, por isso, hoje desacreditadas. O descrédito das soluções não acarreta consigo descrédito dos problemas e por isso há que dar resposta a estes últimos. É certo que, para certas correntes, que designo por pós-modernismo celebratório (Santos, 1998b), são os problemas em si que estão desacreditados. Para estas correntes, a fragmentação e a atomização sociais não são um problema, são antes uma solução, e o próprio conceito de sociedade susceptível de fornecer o cimento capaz de dar coerência a essa fragmentação é de pouca utilidade. Por outro lado, segundo as mesmas correntes, a transformação social não tem nem sentido nem direcção, uma vez que ou ocorre caoticamente ou que o que se transforma não é a sociedade, mas o nosso discurso sobre ela.

Penso que estas posições estão mais vinculadas à razão metonímica e à razão proléptica do que imaginam, uma vez que partilham com elas a ideia de que fornecem respostas universais a questões universais. Do ponto de vista da razão cosmopolita que aqui proponho, a tarefa diante de nós não é tanto a de identificar novas totalidades, ou de adoptar outros sentidos para a transformação social, como de propor novas formas de pensar essas totalidades e de conceber esses sentidos.

Trata-se de uma tarefa que contém duas tarefas autónomas mas intrinsecamente ligadas. A primeira consiste em responder à seguinte questão. Se o mundo é uma totalidade inesgotável, como pretende Bloch e eu concordo, cabem nele muitas totalidades, todas necessariamente parciais, o que significa que todas as totalidades podem ser vistas como partes e todas as partes como totalidades. Isto significa que os termos de uma qualquer dicotomia têm uma vida (pelo menos) para além da vida dicotómica. Do ponto de vista desta concepção do mundo, faz pouco sentido tentar captar este por uma grande teoria, uma teoria geral, porque esta pressupõe sempre a monocultura de uma dada totalidade e a homogeneidade das suas partes. A pergunta é, pois, qual é a alternativa à grande teoria?

A segunda tarefa consiste em responder à seguinte questão. Se o sentido e muito menos a direcção da transformação social não estão pré-definidos, se, por outras palavras, não sabemos ao certo se um mundo melhor é possível,

o que nos legitima e motiva a agir como se soubéssemos? E se estamos legitimados e motivados, como definir esse mundo melhor e como lutar por ele? Por outras palavras, qual é o sentido das lutas pela emancipação social?

Começo por responder à primeira pergunta. Em minha opinião, a alternativa à teoria geral é o trabalho da tradução. A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogénea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes. Por exemplo, ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade.

Como afirma Banuri, o que mais negativamente afectou o Sul a partir do início do colonialismo foi ter de concentrar as suas energias na adaptação e resistência às imposições do Norte.²⁸ Com a mesma preocupação, Serequeberham (1991: 22) identifica os dois desafios hoje propostos à filosofia africana. O primeiro, um desafio desconstrutivo, consiste em identificar os resíduos eurocêntricos herdados do colonialismo e presentes nos mais diversos sectores da vida colectiva, da educação à política, do direito às culturas. O segundo desafio, um desafio reconstrutivo, consiste em revitalizar as possibilidades histórico-culturais da herança africana interrompida pelo colonialismo e pelo neocolonialismo. O trabalho de tradução procura captar estes dois momentos: a relação hegemónica entre as experiências e o que nestas está para além dessa relação. É neste duplo movimento que as experiências sociais, reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, se oferecem a relações de inteligibilidade recíproca que não redundem na canibalização de umas por outras.

O trabalho de tradução incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas (e os seus agentes). A tradução entre saberes assume a forma de uma *hermenêutica diatópica*. Consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre

²⁸ Banuri argumenta que o desenvolvimento do “Sul” se processou de modo desfavorável, “não por causa de mau aconselhamento ou de uma intenção malévola dos conselheiros, e também não por não ser tida em consideração a sabedoria neo-clássica, mas sim porque o projecto forçou continuamente o povo indígena a afastar as suas energias da busca *positiva* de uma transformação social definida por si próprio para o objectivo *negativo* de resistir ao domínio cultural, político e económico do Ocidente” (sublinhados no original) (Banuri 1990: 66).

elas e as diferentes respostas que fornecem para elas. Tenho vindo a propor um exercício de hermenêutica diatópica a propósito da preocupação isomórfica com a dignidade humana entre o conceito ocidental de direitos humanos, o conceito islâmico de *umma* e o conceito hindu de *dharma* (Santos 1995: 340).²⁹ Dois outros exercícios de hermenêutica diatópica me parecem importantes. O primeiro incide sobre a preocupação com a vida produtiva nas concepções de desenvolvimento capitalistas e na concepção do *swadeshi* proposta por Gandhi.³⁰ As concepções de desenvolvimento capitalista têm sido reproduzidas pela ciência económica convencional e pela razão metonímica e a razão proléptica que lhe subjazem. Essas concepções assentam na ideia de crescimento infinito obtido através da sujeição progressiva das práticas e saberes à lógica mercantil. Por sua vez, o *swadeshi* assenta na ideia de sustentabilidade e de reciprocidade que Gandhi definiu em 1916 do seguinte modo:

Swadeshi é aquele espírito em nós que nos restringe ao uso e serviço do que nos cerca directamente, com exclusão do que está mais distante. Assim, no que toca à religião, para satisfazer os requisitos da definição eu devo limitar-me à minha religião ancestral. Se lhe encontrar imperfeições, devo servi-la expurgando-a dos seus defeitos. No domínio da política, eu devo fazer uso das instituições indígenas e servi-las resgatando-as dos seus defeitos patentes. No da economia, devo usar apenas coisas produzidas pelos meus vizinhos directos e servir essas indústrias tornando-as mais eficientes e completas naquilo em que possam revelar-se em falta. (Gandhi, 1941: 4-5)

O segundo exercício de hermenêutica diatópica que considero importante centra-se na preocupação com a sabedoria e com o possibilitar de visões do mundo. Tem lugar entre a filosofia ocidental e o conceito africano de sagacidade filosófica. Este é uma contribuição inovadora da filosofia africana proposta por Odera Oruka (1990, 1998), entre outros.³¹ Assenta numa reflexão crítica sobre o mundo protagonizada pelos que Odera Oruka designa por *sages*, sejam eles poetas, médicos tradicionais contadores de histórias, músicos ou autoridades tradicionais. Segundo Odera Oruka, a filosofia da sageza consiste nos pensamentos expressos por homens e mulheres de sabedoria numa comunidade determinada e é um modo de pensar e de explicar o mundo que oscila entre a *sabedoria popular* (máximas cor-

²⁹ Sobre o conceito de *umma*, cf., nomeadamente, Faruki, 1979; An-Na'im, 1995, 2000; Hassan, 1996; sobre o conceito hindu de *dharma*, cf. Gandhi, 1929/32; Zaehner, 1982.

³⁰ Cf. Gandhi, 1941, 1967. Sobre o *swadeshi*, cf. também, entre outros, Bipinchandra, 1954; Nandy, 1987; Krishna, 1994.

³¹ Sobre a filosofia da sageza, cf. também Oseghare, 1992; Presbey, 1997.

rentes na comunidade, aforismos e verdades gerais do senso comum) e a *sabedoria didáctica*, uma sabedoria explanada e um pensamento racional de determinados indivíduos dentro de uma comunidade. Enquanto a sabedoria popular é frequentemente conformista, a sabedoria didáctica é, por vezes, crítica relativamente ao quadro colectivo e à sabedoria popular. Os pensamentos podem exprimir-se através da escrita ou como ditos e argumentações associados a certos indivíduos. Na África tradicional, muito do que poderia considerar-se filosofia da sagesa não está escrito, por razões que devem presentemente ser óbvias para todos. Algumas destas pessoas talvez tenham sido influenciadas em parte pela inevitável cultura moral e tecnológica do ocidente, todavia, a sua aparência exterior e a sua forma cultural de estar permanecem basicamente as da África rural tradicional. Exceptuando um punhado deles, a maioria é “analfabeta” ou “semi-analfabeta”. (Oruka, 1990: 28).

A hermenêutica diatópica parte da ideia de que todas as culturas são incompletas e, portanto, podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas. Admitir a relatividade das culturas não implica adoptar sem mais o relativismo como atitude filosófica. Implica, sim, conceber o universalismo como uma particularidade ocidental cuja supremacia como ideia não reside em si mesma, mas antes na supremacia dos interesses que a sustentam. A crítica do universalismo decorre da crítica da possibilidade da teoria geral. A hermenêutica diatópica pressupõe, pelo contrário, o que designo por universalismo negativo, a ideia da impossibilidade da completude cultural. No período de transição que atravessamos, ainda dominado pela razão metonímica e pela razão proléptica, a melhor formulação para o universalismo negativo talvez seja designá-lo como uma teoria geral residual: uma teoria geral sobre a impossibilidade de uma teoria geral.

A ideia e sensação da carência e da incompletude criam a motivação para o trabalho de tradução, a qual, para frutificar, tem de ser o cruzamento de motivações convergentes originadas em diferentes culturas. O sociólogo indiano Shiv Vishvanathan formulou de uma maneira incisiva a noção de carência e a motivação que eu aqui designo como motivação para o trabalho de tradução: “o meu problema é como ir buscar o melhor que tem a civilização indiana e, ao mesmo tempo, manter viva a minha imaginação moderna e democrática” (Vishvanathan, 2000: 12). Se, imaginariamente, um exercício de hermenêutica diatópica fosse conduzido entre Vishvanathan e um cientista europeu ou norte-americano é possível imaginar que a motivação para o diálogo, por parte deste último, fosse formulada assim: “como posso manter vivo em mim o melhor da cultura ocidental moderna e democrática

e, ao mesmo tempo, reconhecer o valor da diversidade do mundo que ela designou autoritariamente como não-civilizado, ignorante, residual, inferior ou improdutivo?”.

O trabalho de tradução tanto pode ocorrer entre saberes hegemônicos e saberes não-hegemônicos como pode ocorrer entre diferentes saberes não-hegemônicos. A importância deste último trabalho de tradução reside em que só através da inteligibilidade recíproca e consequente possibilidade de agregação entre saberes não-hegemônicos é possível construir a contra-hegemonia.

O segundo tipo de trabalho de tradução tem lugar entre práticas sociais e seus agentes. É evidente que todas as práticas sociais envolvem conhecimentos e, nesse sentido, são também práticas de saber. Quando incide sobre as práticas, contudo, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e entre objectivos de acção. Por outras palavras, neste caso, o trabalho de tradução incide sobre os saberes enquanto saberes aplicados, transformados em práticas e materialidades. O trabalho de tradução entre a biomedicina moderna e a medicina tradicional ilustra bem o modo como a tradução deve incidir simultaneamente sobre os saberes e sobre as práticas em que eles se traduzem. Os dois tipos de trabalho de tradução distinguem-se, no fundo, pela perspectiva que os informa. A especificidade do trabalho de tradução entre práticas e seus agentes torna-se mais evidente nas situações em que os saberes que informam diferentes práticas são menos distintos do que as práticas em si mesmas. É, sobretudo, o que acontece quando as práticas ocorrem no interior do mesmo universo cultural, como quando se tenta traduzir as formas de organização e os objectivos de acção de dois movimentos sociais, por exemplo, o movimento feminista e o movimento operário num país europeu ou norte-americano.

A importância do trabalho de tradução entre práticas decorre de uma dupla circunstância. Por um lado, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências permitem aumentar enormemente o stock disponível e o stock possível de experiências sociais. Por outro lado, como não há um princípio único de transformação social, não é possível determinar em abstracto articulações e hierarquias entre as diferentes experiências sociais e as suas concepções de transformação social. Só através da inteligibilidade recíproca das práticas é possível avaliá-las e definir possíveis alianças entre elas. Tal como sucede com o trabalho de tradução de saberes, o trabalho de tradução das práticas é particularmente importante entre práticas não-hegemônicas, uma vez que a inteligibilidade entre elas é uma condição da sua articulação recíproca. Esta é, por sua vez, uma condição da conversão das práticas não-hegemônicas em práticas contra-hegemônicas. O potencial anti-

-sistémico ou contra-hegemónico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objectivos. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis.

O trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. Dado que não há uma prática social ou um sujeito colectivo privilegiado em abstracto para conferir sentido e direcção à história, o trabalho de tradução é decisivo para definir, em concreto, em cada momento e contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contra-hegemónico. Para dar um exemplo recente, em Março de 2001, no México, o movimento indígena zapatista foi uma prática contra-hegemónica privilegiada e foi-o tanto mais quanto soube realizar trabalho de tradução entre os seus objectivos e práticas e os objectivos e práticas de outros movimentos sociais mexicanos, do movimento cívico e do movimento operário autónomo ao movimento feminista. Desse trabalho de tradução resultou, por exemplo, que o comandante zapatista escolhido para se dirigir ao Congresso mexicano tenha sido a comandante Esther. Os zapatistas pretenderam com essa escolha significar a articulação entre o movimento indígena e o movimento de libertação das mulheres e, por essa via, aprofundar o potencial contra-hegemónico de ambos.

O trabalho de tradução tornou-se, em tempos recentes, ainda mais importante, à medida que se foi configurando um novo movimento contra-hegemónico, ou anti-sistémico. Este movimento, erradamente designado como movimento anti-globalização, tem vindo a propor uma globalização alternativa à globalização neoliberal a partir de redes transnacionais de movimentos locais. Tendo chamado a atenção dos *media* em Novembro de 1999 em Seattle, adquiriu a sua primeira forma organizativa global no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em Janeiro de 2001.³² O movimento da globalização contra-hegemónica revela a cada vez maior visibilidade e diversidade das práticas sociais que, nos mais diversos cantos do globo, resistem à globalização neoliberal. Ele é uma constelação de movimentos muito diversificados. Trata-se, por um lado, de movimentos e organizações locais, não só muito diversos nas suas práticas e objectivos, como, além disso, ancorados em diferentes culturas. Trata-se, por outro, de organizações transnacionais, umas originárias do Sul, outras do Norte, igual-

³² Sobre a globalização contra-hegemónica existe uma bibliografia crescente. Cf., entre outros: Santos, 1995: 250-377; Keck e Sikkink, 1998; Evans, 1999; Brecher *et al.*, 2000, Cohen e Rai, 2000.

mente muito diversas entre si. A articulação e agregação entre estes diferentes movimentos e organizações e a criação de redes transfronteiriças exigem um gigantesco esforço de tradução. O que há de comum entre o orçamento participativo, hoje em prática em muitas cidades latino-americanas, e o planeamento democrático participativo dos *panchayats* em Kerala e Bengala Ocidental na Índia? O que podem aprender um com o outro? Em que tipos de actividades globais contra-hegemónicas podem cooperar? As mesmas perguntas podem fazer-se a respeito do movimento pacifista e do movimento anarquista, ou do movimento indígena e do movimento *gay*, do movimento zapatista, da organização ATTAC³³, do Movimento dos Sem Terra no Brasil e do movimento do rio Narmada, na Índia, e assim por diante. São estas as questões a que o trabalho de tradução pretende responder. Trata-se de um trabalho muito complexo, não só pelo número e diversidade de movimentos e organizações envolvidos, como, sobretudo, pelo facto de uns e outras estarem ancorados em culturas e saberes muito diversos. Ou seja, este é um campo onde o trabalho de tradução incide simultaneamente sobre os saberes e as culturas, por um lado, e sobre as práticas e os agentes, por outro. Além disso, esse trabalho tem de identificar o que os une e o que os separa. Os pontos em comum representam a possibilidade de uma agregação ou combinação a partir de baixo, a única alternativa possível a uma agregação a partir de cima imposta por uma grande teoria ou por um actor social privilegiado.

6. Condições e procedimentos da tradução

O trabalho de tradução é complementar da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. Se estas últimas aumentam enormemente o número e diversidade das experiências disponíveis e possíveis, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade. A tradução não se reduz aos componentes técnicos que obviamente tem, uma vez que estes componentes e o modo como são aplicados ao longo do processo de tradução têm de ser objecto de deliberação democrática. A tradução é, simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político. E é também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática. Por estas razões, é claro que as ciências sociais convencionais são de pouca utilidade para o trabalho de tradução. Para além disso, o fechamento disciplinar significou o fechamento da inte-

³³ Acrónimo de *Association pour la Taxation des Transactions Financières pour l'Aide aux Citoyens*.

ligibilidade da realidade investigada e esse fechamento foi responsável pela redução da realidade às realidades hegemónicas ou canónicas. Por exemplo, analisar ou avaliar o *swadeshi* a partir da economia convencional seria torná-lo ininteligível, portanto intraduzível, uma vez que se perderia em tal análise e avaliação as dimensões religiosa e política que o *swadeshi* tem e que estão bem patentes na citação de Gandhi acima feita. Tal como sucede com a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, o trabalho de tradução é um trabalho transgressivo que, como o poeta nos ensinou, vai fazendo seu caminho caminhando.

Já referi que o trabalho de tradução assenta num pressuposto sobre o qual deve ser criado consenso transcultural: a teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral. Sem este universalismo negativo, a tradução é um trabalho colonial, por mais pós-colonial que se afirme. Uma vez garantido esse pressuposto, as condições e procedimentos do trabalho de tradução podem ser elucidados a partir das respostas às seguintes questões: o que traduzir? Entre quê? Quem traduz? Quando traduzir? Traduzir com que objectivos?

O que traduzir? O conceito fulcral na resposta a esta questão é o conceito de *zona de contacto*.³⁴ Zonas de contacto são campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem. As duas zonas de contacto constitutivas da modernidade ocidental são a zona epistemológica, onde se confrontaram a ciência moderna e o saber ordinário, e a zona colonial, onde se defrontaram o colonizador e o colonizado. São duas zonas caracterizadas pela extrema disparidade entre as realidades em contacto e pela extrema desigualdade das relações de poder entre elas.

É a partir destas duas zonas e por contraposição com elas que se devem construir as zonas de contacto reclamadas pela razão cosmopolita. A zona de contacto cosmopolita parte do princípio de que cabe a cada saber ou prática decidir o que é posto em contacto com quem. As zonas de contacto

³⁴ O conceito de zona de contacto foi usado por diferentes autores em sentidos diferentes. Por exemplo, Mary Louise Pratt define as zonas de contacto como “espaços sociais em que culturas distintas se encontram, chocam entre si e se envolvem umas com as outras, muitas vezes em relações de dominação e subordinação altamente assimétricas – tais como o colonialismo, a escravatura ou as suas sequelas que sobrevivem hoje pelo mundo fora” (1992: 4). Nesta formulação, as zonas de contacto parecem implicar encontros entre totalidades culturais. Não tem que ser este o caso. A zona de contacto pode envolver diferenças culturais seleccionadas e parciais, as diferenças que, num espaço-tempo determinado, se encontram em concorrência para dar sentido a uma determinada linha de acção. Além disso, como argumento neste trabalho, as trocas desiguais vão hoje muito além do colonialismo e das suas sequelas, embora o colonialismo continue a desempenhar um papel muito mais importante do que está disposto a admitir.

são sempre selectivas, porque os saberes e as práticas excedem o que de uns e outras é posto em contacto. O que é posto em contacto não é necessariamente o que é mais relevante ou central. Pelo contrário, as zonas de contacto são zonas de fronteira, terras-de-ninguém onde as periferias ou margens dos saberes e das práticas são, em geral, as primeiras a emergir. Só o aprofundamento do trabalho de tradução permite ir trazendo para a zona de contacto os aspectos que cada saber ou cada prática consideram mais centrais ou relevantes.

Nas zonas de contacto multiculturais, cabe a cada prática cultural decidir os aspectos que devem ser seleccionados para confronto multicultural. Em cada cultura há aspectos considerados demasiado centrais para poderem ser postos em risco pelo confronto que a zona de contacto pode representar ou aspectos que se considera serem inerentemente intraduzíveis noutra cultura. Estas decisões fazem parte da própria dinâmica do trabalho de tradução e estão sujeitas a revisão à medida que o trabalho avança. Se o trabalho de tradução avançar, é de esperar que mais e mais aspectos sejam trazidos à zona de contacto, o que, por sua vez, contribuirá para novos avanços da tradução. Em muitos países da América Latina, sobretudo naqueles em que está consagrado o constitucionalismo multicultural, os povos indígenas têm vindo a travar uma luta no sentido de controlarem a decisão sobre o que dos seus saberes e das suas práticas deve ser objecto do trabalho de tradução para saberes e práticas da “sociedad mayor”.

A questão do que é traduzível não se limita ao critério de selectividade que cada prática ou saber decide adoptar na zona de contacto. Para além da selectividade activa, há o que poderíamos designar a selectividade passiva. Esta consiste naquilo que numa dada cultura se tornou impronunciável devido à opressão extrema de que foi vítima durante longos períodos. Trata-se de ausências profundas, de vazios sem possibilidade de preenchimento, vazios que dão forma à identidade imperscrutável dos saberes e práticas em questão. No caso de ausências de longa duração, é provável que nem a sociologia das ausências as possa tornar presentes. Os silêncios que produzem são demasiado insondáveis para serem objecto de trabalho de tradução.

O problema de o que traduzir suscita ainda uma outra questão, que é sobretudo importante em zonas de contacto entre universos culturais. As culturas só são monolíticas quando vistas de fora ou de longe. Quando vistas de dentro ou de perto é fácil ver que são constituídas por várias e por vezes conflituais versões da mesma cultura. No exemplo que referi de um possível diálogo multicultural sobre concepções de dignidade humana, é fácil ver que na cultura ocidental não existe apenas uma concepção de direi-

tos humanos. Poderemos distinguir pelo menos duas: uma, de origem liberal, que privilegia os direitos cívicos e políticos em relação aos direitos económicos e sociais, e outra, de origem marxista ou socialista, que privilegia os direitos sociais e económicos como condição necessária para todos os demais. Do mesmo modo, no Islão, é possível distinguir várias concepções de *umma*, umas mais inclusivas, reconduzíveis ao período em que o profeta viveu em Meca, e outras, menos inclusivas, desenvolvidas a partir da construção do Estado islâmico em Medina. E, semelhantemente, são muitas as concepções de *dharma* no hinduísmo.

As versões mais inclusivas, aquelas que contêm um círculo mais amplo de reciprocidade, são as que geram as zonas de contacto mais promissoras, as mais adequadas para aprofundar o trabalho de tradução e a hermenêutica diatópica.

Entre quê traduzir? A selecção dos saberes e práticas entre os quais se realiza o trabalho de tradução é sempre resultado de uma convergência ou conjugação de sensações de experiências de carência, de inconformismo, e da motivação para as superar de uma forma específica. Pode surgir como reacção a uma zona de contacto colonial ou imperial. Por exemplo, a biodiversidade é hoje uma zona de contacto imperial entre o conhecimento biotecnológico e o conhecimento dos xamanes, médicos tradicionais ou curandeiros em comunidades indígenas ou rurais da América Latina, África, Ásia e mesmo da Europa. Os movimentos indígenas e os movimentos sociais transnacionais seus aliados têm vindo a contestar essa zona de contacto e os poderes que a constituem e a lutar pela construção de outras zonas de contacto não imperiais onde as relações entre os diferentes saberes e práticas seja mais horizontal. Esta luta deu à tradução entre saberes biomédicos e saberes médicos tradicionais uma acuidade que não tinha antes. Para dar um exemplo de um campo social totalmente distinto, o movimento operário, confrontado com uma crise sem precedentes, tem vindo a abrir-se a zonas de contacto com outros movimentos sociais, nomeadamente com movimentos cívicos, feministas, ecológicos e de imigrantes. Nessa zona de contacto, tem vindo a ser realizado um trabalho de tradução entre as práticas, reivindicações e aspirações operárias e os objectivos de cidadania, de protecção do meio ambiente e de anti-discriminação contra mulheres, minorias étnicas ou imigrantes. Tais traduções têm vindo a transformar lentamente o movimento operário e os outros movimentos sociais ao mesmo tempo que têm tornado possíveis constelações de lutas que há uns anos seriam impensáveis.

Quando traduzir? Também aqui a zona de contacto cosmopolita tem de ser o resultado de uma conjugação de tempos, ritmos e oportunidades. Sem

tal conjugação, a zona de contacto torna-se imperial e o trabalho de tradução torna-se uma forma de canibalização. Nas duas últimas décadas, a modernidade ocidental descobriu as possibilidades e as virtudes do multiculturalismo. Habituada à rotina da sua hegemonia, pressupôs que, estando a cultura ocidental disposta a dialogar com as culturas que antes oprimira, estas últimas estariam *naturalmente* prontas e disponíveis para esse diálogo e, de facto, ansiosas por ele. Este pressuposto tem redundado em novas formas de imperialismo cultural, mesmo quando assume a forma de multiculturalismo (é o que designo por multiculturalismo reaccionário).

No domínio das zonas de contacto multiculturais, há ainda a considerar as diferentes temporalidades que nelas intervêm. Como afirmei acima, um dos procedimentos da sociologia das ausências consiste em contrapor à lógica da monocultura do tempo linear uma constelação pluralista de tempos e durações de modo a libertar as práticas e os saberes que nunca se pautaram pelo tempo linear do seu estatuto residual. O objectivo é, tanto quanto possível, converter em contemporaneidade a simultaneidade que a zona de contacto proporciona. Isto não significa que a contemporaneidade anule a história. Esta consideração é importante, sobretudo nas zonas de contacto entre saberes e práticas em que as relações de poder, por serem extremamente desiguais, conduziram à produção maciça de ausências. É que, nestas situações, uma vez tornados presentes um dado saber ou uma dada prática antes ausentes, há o perigo de se pensar que a história desse saber ou dessa prática começam com a sua presença na zona de contacto. Este perigo tem estado presente em muitos diálogos multiculturais, sobretudo naqueles em que têm intervindo os povos indígenas depois das políticas de reconhecimento que se desenvolveram um pouco por toda a parte a partir da década de oitenta. A zona de contacto tem de ser vigiada para que a simultaneidade do contacto não signifique o colapso da história.

Quem traduz? Os saberes e as práticas só existem na medida em que são usados ou exercidos por grupos sociais. Por isso, o trabalho de tradução é sempre realizado entre representantes desses grupos sociais. O trabalho de tradução, como trabalho argumentativo, exige capacidade intelectual. Os intelectuais cosmopolitas terão de ter um perfil semelhante ao do sábio filosófico identificado por Odera Oruka na busca da sagacidade africana. Trata-se de intelectuais fortemente enraizados nas práticas e saberes que representam, tendo de uns e de outras uma compreensão profunda e crítica. Esta dimensão crítica, que Oruka designa por “sabedoria didáctica”, funda a carência, o sentimento de incompletude e a motivação para encontrar noutros saberes ou noutras práticas as respostas que não se encontram dentro dos limites de um dado saber ou de uma dada prática. Os tradutores de

culturas devem ser intelectuais cosmopolitas. Podem encontrar-se tanto entre os dirigentes de movimentos sociais como entre os activistas das bases. No futuro próximo, a decisão sobre quem traduzirá, provavelmente, tornar-se uma das mais decisivas deliberações democráticas na construção da globalização contra-hegemónica.

Como traduzir? O trabalho de tradução é, basicamente, um trabalho argumentativo, assente na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência. As dificuldades do trabalho de tradução são múltiplas. A primeira dificuldade diz respeito às premissas da argumentação. Toda a argumentação assenta em postulados, axiomas, regras, ideias, que não são objecto de argumentação porque são aceites como evidentes por todos os que participam no círculo argumentativo. Designam-se, em geral, por *topoi* ou lugares comuns e constituem o consenso básico que torna possível o dissenso argumentativo.³⁵ O trabalho de tradução não dispõe à partida de *topoi*, porque os *topoi* que estão disponíveis são os que são próprios de um dado saber ou de uma dada cultura e, como tal, não são aceites como evidentes por outro saber ou outra cultura. Por outras palavras, os *topoi* que cada saber ou prática traz para a zona de contacto deixam de ser premissas da argumentação e transformam-se em argumentos. À medida que o trabalho de tradução avança, vai construindo os *topoi* que são adequados à zona de contacto e à situação de tradução. É um trabalho exigente, sem seguros contra riscos e sempre à beira de colapsar. A capacidade de construir *topoi* é uma das marcas mais distintivas da qualidade do intelectual ou sage cosmopolita.

A segunda dificuldade diz respeito à língua em que a argumentação é conduzida. É pouco vulgar que os saberes e as práticas em presença nas zonas de contacto tenham uma língua comum ou dominem do mesmo modo a língua comum. Acresce que, quando a zona de contacto cosmopolita é multicultural, uma das línguas em presença é frequentemente a que dominou a zona de contacto imperial ou colonial. A substituição desta por uma zona de contacto cosmopolita pode, assim, ser boicotada pelo uso da língua anteriormente dominante. Não se trata apenas de os diferentes participantes no discurso argumentativo poderem ter um domínio desigual dessa língua. Trata-se outrossim do facto de a língua em questão ser responsável pela própria impronunciabilidade de algumas aspirações centrais dos saberes e práticas que foram oprimidos na zona colonial.

A terceira dificuldade reside nos silêncios. Não se trata do impronunciável, mas dos diferentes ritmos com que os diferentes saberes e práticas

³⁵ Sobre os *topoi* e a retórica em geral, cf. Santos, 1995: 7-55.

sociais articulam as palavras com os silêncios e da diferente eloquência (ou significado) que é atribuída ao silêncio por parte das diferentes culturas. A gestão do silêncio e a tradução do silêncio é uma das tarefas mais exigentes do trabalho de tradução.

Conclusão: para quê traduzir?

Esta última pergunta compreende todas as outras. Faz sentido, por conseguinte, responder-lhe na forma de conclusão da argumentação expendida neste trabalho. Muito sucintamente, essa argumentação consiste em que a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, juntamente com o trabalho de tradução, permitem-nos desenvolver uma alternativa à razão indolente, na forma daquilo a que chamo razão cosmopolita. Esta alternativa baseia-se na ideia base de que a justiça social global não é possível sem uma justiça cognitiva global.

O trabalho de tradução é o procedimento que nos resta para dar sentido ao mundo depois de ele ter perdido o sentido e a direcção automáticos que a modernidade ocidental pretendeu conferir-lhes ao planificar a história, a sociedade e a natureza. A resposta à pergunta “para quê traduzir?” responde à segunda questão que deixei acima formulada: se não sabemos que um mundo melhor é possível, o que nos legitima ou motiva a agir como se soubéssemos? A necessidade da tradução reside em que os problemas que o paradigma da modernidade ocidental procurou solucionar continuam por resolver e a sua resolução parece mesmo cada vez mais urgente. Não dispomos, no entanto, das soluções que esse paradigma propôs, e é essa, aliás, a razão da crise profunda em que ele se encontra. Por outras palavras, na fase de transição em que nos encontramos, confrontamo-nos com problemas modernos para os quais não temos soluções modernas.

O trabalho de tradução feito com base na sociologia das ausências e na sociologia das emergências é um trabalho de imaginação epistemológica e de imaginação democrática, com o objectivo de construir novas e plurais concepções de emancipação social sobre as ruínas da emancipação social automática do projecto moderno. Não há nenhuma garantia de que um mundo melhor seja possível e muito menos de que todos os que não desistiram de lutar por ele o concebam do mesmo modo. A oscilação entre banalidade e horror, que tanto angustiou Adorno e Horkheimer, transformou-se hoje na banalidade do horror. A possibilidade do desastre começa hoje a ser evidente .

A situação de bifurcação de que falam Prigogine e Wallerstein é a situação estrutural em que ocorre o trabalho de tradução. O objectivo do tra-

balho de tradução é criar constelações de saberes e de práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis ao que hoje se designa por globalização neoliberal e que não é mais do que um novo passo do capitalismo global, no sentido de sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica mercantil. Sabemos que nunca conseguirá atingir integralmente esse objectivo e essa é talvez a única certeza que retiramos do colapso do projecto da modernidade. Isso, no entanto, nada nos diz sobre se um mundo melhor é possível e que perfil terá. Daí que a razão cosmopolita prefira imaginar o mundo melhor a partir do presente. Por isso propõe a dilatação do presente e a contracção do futuro. Aumentando o campo das experiências, é possível avaliar melhor as alternativas que são hoje possíveis e disponíveis. Esta diversificação das experiências visa recriar a tensão entre experiências e expectativas, mas de tal modo que umas e outras aconteçam no presente. O novo inconformismo é o que resulta da verificação de que hoje e não amanhã seria possível viver num mundo muito melhor. Afinal, como se interroga Bloch, se só vivemos o presente, não se compreende que seja tão passageiro.

As expectativas são as possibilidades de reinventar a nossa experiência, confrontando as experiências hegemónicas, que nos são impostas, com a imensa variedade das experiências cuja ausência é produzida activamente pela razão metonímica ou cuja emergência é reprimida pela razão proléptica. A possibilidade de um futuro melhor não está, assim, num futuro distante, mas na reinvenção do presente, ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências e tornado coerente pelo trabalho de tradução.

O trabalho de tradução permite criar sentidos e direcções precários, mas concretos, de curto alcance, mas radicais nos seus objectivos, incertos, mas partilhados. O objectivo da tradução entre saberes é criar justiça cognitiva a partir da imaginação epistemológica. O objectivo da tradução entre práticas e seus agentes é criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática.

O trabalho de tradução cria as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência. O trabalho de tradução, assente na sociologia das ausências e na sociologia das emergências, apenas permite revelar ou denunciar a dimensão desse desperdício. O tipo de transformação social que a partir dele pode construir-se exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras.

Referências Bibliográficas

- Abers, Rebecca (1998), «From Clientelism to Cooperation: Local Government, Participatory Policy, and Civic Organizing in Porto Alegre, Brazil», *Politics and Society*, 26(4), 511-537.
- An-Na'im, Abdullahi (2000), «Human Rights and Islamic Identity in France and Uzbekistan: Mediation of the Local and Global», *Human Rights Quarterly*, 22(4), 906-941.
- An-Na'im, Abdullahi (org.) (1995), *Human Rights and Religious Values: An Uneasy Relationship?*. Amsterdam: Editions Rodopi.
- Bagdikian, Ben H. (1992), *The Media Monopoly*. Boston, Mass.: Beacon Press.
- Baierle, Sérgio Gregório (2001), «OP ao Termidor?». Comunicação ao seminário *O Orçamento Participativo visto pelos seus investigadores (31/05-2/06/2001)*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre.
- Baiocchi, Gianpaolo (2001), «From Militance to Citizenship: The Workers' Party, Civil Society, and the Politics of Participatory Governance in Porto Alegre, Brazil.» Diss. U of Wisconsin-Madison.
- Balick, Michael J. et al. (1996), *Medicinal Resources of the Tropical Forest*. New York: Columbia UP.
- Banuri, T. (1990), «Development and the Politics of Knowledge: A Critical Interpretation of the Social Role of Modernization Theories in the Development of the Third World.», in F. A. Marglin; S. A. Marglin (orgs.), *Dominating Knowledge: Development, Culture and Resistance*. Oxford: Clarendon Press, 29-72.
- Benjamin, Walter (1969), «Thesis on the Philosophy of History», *Illuminations*. New York: Schocken Books.
- Benjamin, Walter (1972), «Erfahrung und Armut», *Gesammelte Schriften* (II.1). Org. Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 213-219.
- Bernal, Martin (1987), *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. New Brunswick: Rutgers UP.
- Bipinchandra, Pal (1954), *Swadeshi & Swaraj (The Rise of New Patriotism)*. Calcutta: Yugayatri Prakashak.
- Bloch, Ernst (1995), *The Principle of Hope*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Blowfield, Mick (1999), «Ethical Trade: A Review of Developments and Issues», *Third World Quarterly*, 20(4), 753-770.
- Bonacich, Edna; Appelbaum, Richard P. (2000), *Behind the Label: Inequality in the Los Angeles Apparel Industry*. Berkeley: University of California Press.
- Brecher, Jeremy et al. (2000), *Globalization from Below: The Power of Solidarity*. Cambridge, Mass.: South End Press.
- Brockman, John (1995), *The Third Culture*. New York: Simon & Schuster.
- Brush, Stephen (1999), «Bioprospecting the Public Domain», *Cultural Anthropology*, 14, 535-555.

- Brush, Stephen B.; Stablinsky, Doreen (orgs.) (1996), *Valuing Local Knowledge: Indigenous Peoples and Intellectual Property Rights*. Washington D.C.: Island Press.
- Callon, Michel *et al.* (2001), *Agir dans un monde incertain: Essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil.
- Cohen, Robin; M. Rai, Shirin (2000), *Global Social Movements*. London: Athlone Press.
- Compa, Lance; Diamond, Stephen (1996), *Human Rights, Labor Rights and International Trade*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Desai, Manali (2001), «Party Formation, Political Power, and the Capacity for Reform: Comparing Left Parties in Kerala and West Bengal, India», *Social Forces*, 80(1), 37-60.
- Dussel, Enrique (2001), *Hacia una filosofía política crítica*. Bilbao: Desclee de Brouwer.
- Escobar, Arturo (1999), «After Nature: Steps to an Anti-Essentialist Political Ecology», *Current Anthropology*, 40(1), 1-30
- Evans, Peter (1999), «Counter-Hegemonic Globalization: Transnational Networks as Political Tools for Fighting Marginalization». Disponível em <http://sociology.berkeley.edu/faculty/evans/#currentprojects>.
- Faruki, Kemal A. (1979), *The Constitutional and Legal Role of the Umma*. Karachi: Ma'aref.
- Fedozi, Luciano (1997), *Orçamento participativo. Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Fischer, Frank (2000), *Citizens, Experts, and the Environment: The Politics of Local Knowledge*. Durham, NC: Duke UP.
- Gandhi, Mahatma (1929/1932), *The Story of My Experiments with Truth* (vol. 1 e 2). Ahmedabad: Navajivan.
- Gandhi, Mahatma (1938), *Hind Swaraj*. Ahmedabad: Navajivan.
- Gandhi, Mahatma (1941), *The Economics of Khadi*. Ahmedabad: Navajiva.
- Gandhi, Mahatma (1951), *Selected writings of Mahatma Gandhi*. Boston: Beacon.
- Gandhi, Mahatma (1960), *Discourses on the Gita*. Ahmedabad: Navajivan.
- Gandhi, Mahatma (1967), *The Gospel of Swadeshi*. Bombay: Bharatiya Vidya Bhavan.
- Gandhi, Mahatma (1972), *Satyagraha in South Africa*. Ahmedabad: Navajivan.
- Gentili, A-M. (1998), *O leão e o caçador: Uma história da África sub-sabariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Gonçalves, Maria Eduarda (org.) (2000), *Cultura científica e participação pública*. Oeiras: Celta.
- Hamelink, C. J. (1994), *The Politics of World Communication*. London: Sage.
- Hassan, Riffat (1996), «Religious Human Rights and The Qur'an», in John Witte Jr.; Johan D. van der Vyver (orgs.), *Religious Human Rights in Global Perspective: Religious Perspectives*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 361-386.
- Heller, P. (2000), «Degrees of Democracy: Some Comparative Lessons from India.» *World Politics*, 52(4), 484-519.

- Herman, Edward S.; W. McChesney, Robert (1997), *The Global Media: The New Missionaries of Corporate Capitalism*. London: Cassell.
- Jamison, Andrew (2001), *The Making of Green Knowledge: Environmental Politics and Cultural Transformation*. Cambridge: Cambridge UP.
- Jaspers, Karl (1951), *Way to Wisdom, an Introduction to Philosophy*. New Haven: Yale UP.
- Jaspers, Karl (1976), *The Origin and Goal of History*. Westport, Conn.: Greenwood Press.
- Kafka, Franz (1983), «Er», in F. Kafka, *Beschreibung eines Kampfes*. Org. Max Brod. Frankfurt am Main: Fischer, 216-222.
- Keck, Margaret E.; Sikkink Kathryn (1998), *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell UP.
- Koselleck, Reinhart (1985), *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Krishna, Daya (1994), *Swadeshi View of Globalisation*. New Delhi: Swadeshi Jagaran Manch.
- Lander, E. (org.) (2000), *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Leibniz, Gottfried Wilhelm (1985), *Theodicy: Essays on the Goodness of God, the Freedom of Man, and the Origin of Evil*. La Salle, Illinois: Open Court.
- Lepenies, Wolf (1988), *Between Literature and Science: The Rise of Sociology*. Cambridge: Cambridge UP.
- Mamdani, M. (1996), *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton UP.
- Martí, José (1963), *Obras completas*. La Habana: Editorial Nacional de Cuba.
- Marramao, Giacomo (1995), *Poder e secularização: As categorias do tempo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- McChesney, Robert Waterman (1999), *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times*. Urbana: University of Illinois Press.
- McChesney, Robert W. Haterman et al. (orgs.) (1998), *Capitalism and the Information Age: The Political Economy of the Global Communication Revolution*. New York: Monthly Review Press.
- Mignolo, Walter D. (2000), *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton UP.
- Nandy, A. (1987), *Traditions, Tyranny and Utopias*. Delhi: Oxford UP.
- Nunes, João Arriscado (1998/99), «Para além das ‘duas culturas’: Tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 15-59.
- Oruka, H. Odera (1990), «Sage-Philosophy: The Basic Questions and Methodology», in Odera Oruka (org.), *Sage Philosophy: Indigenous Thinkers and Modern Debate on African Philosophy*. Leiden: Brill, 27-40.

- Oruka, H. Odera (1998), «Grundlegende Fragen der afrikanischen ‘Sage-Philosophy’», in F. Wimmer (org.), *Vier Fragen zur Philosophie in Afrika, Asien und Lateinamerika*. Wien: Passagen, 35-53.
- Oseghare, Antony S. (1992), «Sagacity and African Philosophy», *International Philosophical Quarterly*, 32 (1), 95-104.
- Posey, Darrell Addison (org.) (1999), *Cultural and Spiritual Values of Biodiversity*. London: Intermediate Technology.
- Pratt, Mary Louise (1992), *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge.
- Presbey, Gail M. (1997), «Who Counts as a Sage? Problems in the Further Implementation of Sage Philosophy», *Quest: Philosophical Discussions*, 11(1/2), 53-65.
- Prigogine, I. (1997), *The End of Certainty: Time, Chaos, and the New Laws of Nature*. New York: Free Press.
- Purdy, David (1994), «The Second Marriage of Justice and Efficiency», *New Left Review*, 208, 30-48.
- Quijano, A. (2000), «Colonialidad del poder y clasificación social», *Journal of World-Systems Research*, 6(2), 342-386.
- Renard, Marie (1999), «The Interstices of Globalization: The Example of Fair Coffee», *Sociologia Ruralis*, 39(4), 484-500.
- Ross, Andrew (org.) (1997), *No Sweat. Fashion, Free Trade and the Rights of Garment Workers*. London: Verso.
- Ryan, Charlotte (1991), *Prime Time Activism: Media Strategies for Grassroots Organizing*. Boston, MA: South End Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (1987), *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998a), «Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy», *Politics and Society*, 26(4), 461-510.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998b), «Oppositional Postmodernism and Globalizations», *Law and Social Inquiry* 23(1), 121-139.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001a), «Toward an Epistemology of Blindness: Why the New Forms of ‘Ceremonial Adequacy’ neither Regulate nor Emancipate», *The European Journal of Social Theory*, 4(3), 251-279.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001b), «Nuestra America: Reinventing a Subaltern Paradigm of Recognition and Redistribution», *Theory Culture and Society*, 18(2-3).

- Santos, Boaventura de Sousa (2001c), «Os processos da globalização», in B. S. Santos (org.), *Globalização. Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 31-106.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002a), *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002b), *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002c), *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002d), *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002e), *Trabalhar o mundo: Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Record.
- Schluchter, Wolfgang (1979), *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus: Analyse von Max Webers Gesellschaftsgeschichte*. Tübingen: Mohr.
- Schoenberger, Karl (2000), *Levi's Children. Coming to Terms with Human Rights in the Global Marketplace*. New York: Grove Press.
- Serequeberhan, Tsenay (1991), «Introduction», in T. Serequeberhan (org.), *African Philosophy: The Essential Readings*. New York: Paragon, xvii-xxii.
- Shaw, Randy (2001), *The Activist's Handbook: A Primer*. Berkeley: University of California Press.
- Shiva, Vandana (1997), *Biopiracy*. Boston: South End Press.
- Simpson, Charles; Rapone, Anita (2000), «Community Development from the Ground Up: Social-Justice Coffee», *Human Ecology Review*, 7(1), 46-57.
- Snow, C. P. (1959), *The Two Cultures and the Scientific Revolution*. New York: Cambridge UP.
- Snow, C. P. (1964), *The Two Cultures and a Second Look*. Cambridge: Cambridge UP.
- Stavenhagen, Rodolfo (1996), *Ethnic Conflicts and the Nation-State*. London: Macmillan.
- Trubek, David *et al.* (2000), «Transnationalism in the Regulation of Labor Relations: International Regimes and Transnational Advocacy Networks», *Law and Social Inquiry*, 25, 11-87.
- Van Cott, Donna L. (1996), *Defiant again: Indigenous Peoples and Latin American Security*. Washington, DC: Institute for National Strategic Studies, National Defense University.
- Van Cott, Donna L. (2000), *The Friendly Liquidation of the Past: The Politics of Diversity in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Van Parijs, Philippe (1992), *Arguing for Basic Income*. London: Verso.
- Visvanathan, Shiv (1997), *A Carnival of Science: Essays on Science, Technology and Development*. Oxford: Oxford UP.

- Visvanathan, Shiv (2000), «Environmental Values, Policy, and Conflict in India». Comunicação ao seminário «*Understanding Values: A Comparative Study on Environmental Values in China, India and the United States*». Disponível em: <<http://www.carnegiecouncil.org/pdf/visvanathan.pdf>> (consultado em 24/9/01).
- Wallerstein, Immanuel (1998), *Utopistics, or Historical Choices for the Twenty-first Century*. New York: New Press.
- Wallerstein, Immanuel (1999), *The End of the World as We Know It: Social Science for the Twenty-first Century*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Wallerstein, Immanuel; Balibar, Etienne (1991), *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. New York: Verso.
- Weber, Max (1958), *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. New York: Scribner.
- Weber, Max (1963), *The Sociology of Religion*. Boston: Beacon Press.
- Weber, Max (1968), *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. New York: Bedminster Press.
- Zaehner, R.C. (1982), *Hinduism*. Oxford: Oxford UP.

Índice Bibliográfico

LIVROS

- Afonso, Maria José, *Monografia das intervenções no complexo habitacional de Lousado: uma experiência de luta contra a exclusão social*. Lisboa: IGAPHE/Braga, 1999.
- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Actas do Seminário Técnico *A Aplicação da Lei Anti-Discriminação, Lei n.º 134/99, de 29 de Agosto de 2000*. Lisboa: ACIME, 2000.
- Amaro, Rogério Roque, *O voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza em Portugal: Estudo*. Lisboa: CNAIV, 2002.
- Antunes, Manuel Luís Marinho, *Caracterização de voluntários: voluntários idosos*. Lisboa: CNAIV, 2002.
- Baganha, Maria Ioannis; Ferrão, João; Malheiros, Jorge, *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa: OEFP, 2002.
- Balsa, Casimiro et al., *Perfil dos estudantes do ensino superior: Desigualdades e diferenciação*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- Barca, Isabel (org.), «Perspectivas em educação histórica: Cognição histórica: património: o que preservar?». Actas das primeiras *Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: CEEP-UM, 2001.
- Barreto, António (org.), *Justiça em crise? Crises da justiça*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.
- Bastos, Cristiana, *Ciência, poder, acção: As respostas à SIDA*. Lisboa: ICS, 2002.
- Bastos, Cristina; Almeida, Miguel Vale de; Feldman-Bianco, Bela (orgs.), *Trânsitos coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS, 2002.
- Bauer, Martin W.; Gaskell, George (orgs.), *Biotechnology: The Making of a Global Controversy*. Cambridge, London: Cambridge University Press, 2002.
- Bernardo, João, *Poder e dinheiro. III Parte*. Porto: Afrontamento, 2002.
- Brasil, Ministério do Trabalho, *Os jovens no mercado de trabalho*. Brasília: MTB, 1994.
- Cabral, Manuel Villaverde (org.), *Saúde e doença em Portugal*. Lisboa: ICS, 2002.
- Caetano, Lucília (org.), *Território, globalização e trajetórias de desenvolvimento*. Coimbra: CEG-FLUC, 2002.
- Câmara, Benedita, *A economia da Madeira: 1850-1914*. Lisboa: ICS, 2002.
- Carvalho, Ricardo, *Média e cidadania na periferia portuguesa: o caso da Beira Interior*. Covilhã: UBI, 2001.
- Castro, Alberto et al., *Mobilidade sectorial, profissional e regional: Tendências recentes e perspectivas futuras*. Lisboa: OEFP, 2002.
- Centre Internationale de Hautes Études Agronomiques Méditerranéennes, *Development and Agri-food Policies in the Mediterranean Region: Annual Report 2001*. Paris: CIHEAM, 2001.
- Comissão Nacional de Protecção de Dados, *Relatório da Comissão Nacional de Protecção de Dados 2002*. Lisboa: CNPD, 2002.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Divórcio e separação*. Lisboa: CIDM, 2001.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *O casamento*. Lisboa: CIDM, 2001.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Os filhos*. Lisboa: CIDM, 2002.

- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Plataforma de acção de Pequim 1995 e iniciativas e acções futuras: igualdade de género, desenvolvimento e paz para o século XXI*. Lisboa: CIDM, 2001.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Sexualidade, planeamento familiar e reprodução*. Lisboa: CIDM, 2001.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Violência contra as mulheres na família*. Lisboa: CIDM, 2001.
- Conselho Económico e Social, *Colóquio A Justiça em Portugal, 1999*. Lisboa: CES, 1999.
- Correia, João Carlos, *Max Weber e a teoria crítica: para uma reformulação do conceito de racionalização*. Covilhã: UBI, 2001.
- Dantas, Paulo, *A intencionalidade do corpo próprio*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- Delicado, Ana; Almeida, Ana Nunes de; Ferrão, João, *Caracterização do voluntariado em Portugal*. Lisboa: CNAIV, 2002.
- Fajardo, Débora (org.), *Opinião pública: Drama social*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.
- Farias, Wilson Francisco de, *Dos Açores ao Brasil meridional. Uma viagem no tempo: 500 anos*. Florianópolis: Ed. do A., 2000.
- Ferla, Alcindo António, *Clínica nômade e pedagogia médica mestiça: Cartografia de idéias oficiais e populares em busca de inovações à formação e à clínica médicas*. Porto Alegre: PPGEDU/FACED/UFRGS, 2002.
- Fernandes, Eugénia M.; Almeida, Leandro S., *Métodos e técnicas de avaliação: Contributo para a prática e investigação psicológicas*. Braga: CEEP-UM, 2001.
- Fernandes, Eugénia M.; Pereira, R., *Encontro de narrativas terapêuticas: Estudo das memórias do terapeuta activadas durante o processo de recordação do cliente*. Braga: IEP-UM, 2001.
- Fortuna, Carlos (org.), *Cultura, corpo e comércio*. Lisboa: Observatório do Comércio, 2002.
- Freire, André; Magalhães, Pedro, *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa: ICS, 2002.
- Ganeri, Anita, *Drogas*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.
- Gaspar, Teresa Dias; Santos, António Bob; *O sector do vidro em Portugal*. Lisboa: INOFOR, 2002.
- Giral Quintana, Eugeni, *Partit dels Socialistes de Catalunya 'PSC-PSOE': cronologia 1978-1999*. Barcelona: ICPS, 2002.
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, *Classificação Nacional das Profissões*. Lisboa: IEFP, 2001 [2.ª ed.].
- Instituto Nacional de Estatística, *Atlas das cidades de Portugal: 2002*. Lisboa: INE, 2002.
- Lereno, Isabel, *Guia dos direitos da maternidade e paternidade*. Lisboa: CIDM, 2001.
- Lessa, Carlos (org.), *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- Magalhães, Joaquim Romero de et al. (orgs.), *Relatório de actividades, 1999-2001*. Lisboa: CNCDP, 2002.
- Magalhães, Madalena (org.), *Potencialidades do Douro Sul*. Lisboa: OEFP, 2002.
- Maia, Plácido, *Deslocalização de empresas e emprego*. Lisboa: OEFP, 2002.
- Marti i Puig, Salvador, *La izquierda revolucionaria en Centroamérica: el FSLN desde su fundación a la insurrección popular*. Barcelona: ICPS, 2002.

- Matamoros Segura, Lucía; Ramirez Mora, Laura, *Tesouro en ciencias sociales: Centro de Información Documental de la Facultad de Ciencias Sociales: actualización a Junio del 2001*. Heredia: UNACIDCSO, 2002.
- Matos, Margarida Gaspar de *et al.* (orgs.), *Desenvolvimento de competências de vida na prevenção do desajustamento social*. Lisboa: FMH, 2000.
- Moura, Rui, *Evolução das políticas de formação nas empresas*. Lisboa: OEFP, 2001.
- Murillo, Gabriel; Valdivieso, Yanina, *El escalonamiento de la crisis política colombiana*. Barcelona: ICPS, 2002.
- Nunes, João Arriscado, *As mediações da ciência e a gestão da incerteza: O caso das ciências biomédicas e da saúde: relatório final*. Coimbra: CES-FEUC, 2002.
- Núñez Vega, Jorge, *La República ambigua: soberanía, caudillismo y ciudadanía en la construcción de la I República cubana*. Barcelona: ICPS, 2002.
- Ogata, Sadako, *State Security – Human Security*. Tokyo: UNU, 2002.
- Oliveira, Roberto Vêras de, *Sindicalismo e democracia no Brasil: Atualizações, do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- Passet, René, *A ilusão neoliberal: O homem é joguete ou actor da história?*. Lisboa: Terramar, 2002.
- Portugal, Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do PROINOV, *O cluster do calçado em Portugal*. Lisboa: PCM - Gabinete do PROINOV, 2002.
- Portugal, Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, *Relatório de actividades, 1999-2002*. Lisboa: ACIME, 2002.
- Portugal, Conselho Económico e Social, *Concertação social: Modernização da protecção social*. Lisboa: CES, 2001.
- Portugal, Ministério da Ciência e da Tecnologia, *Ciência e tecnologia: Legislação 1999-2002*. Lisboa: MCT, 2002.
- Portugal, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, *Cinco anos de actividades: Relatório 1997-2001*. Lisboa: OCT, 2002.
- Portugal, Ministério da Ciência e da Tecnologia, *Sociedade da informação: Legislação 1999-2002*. Lisboa: MCT, 2002.
- Portugal, Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do PROINOV, *Prioridades para os recursos humanos em Portugal*. Lisboa: PCM - Gabinete do PROINOV, 2002.
- Portugal, Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do PROINOV, *O cluster do software em Portugal*. Lisboa: PCM - Gabinete do PROINOV, 2002.
- Rico Camps, Guillem, *Candidatos y electores: la popularidad de los líderes políticos y su impacto en el comportamiento electoral*. Barcelona: ICPS, 2002.
- Rivas Leone, José António, *Transformaciones y crisis de los partidos políticos: la nueva configuración del sistema de partidos en Venezuela*. Barcelona: ICPS, 2002.
- Sá, Maria de Fátima; Ferreira, Melo, *Rebeldes e insubmissos: Resistências populares ao liberalismo*. Porto: Afrontamento, 2002.
- Sagel-Grande, Irene, *Le système de sanctions pénales et de contrôle de la délinquance juvénile aux Pays-Bas*. Lisboa: IRS-MJ, 1998.
- Santana, Vera; Centeno, Luís Gomes (orgs.), *Formas de trabalho: Trabalho temporário; subcontratação*. Lisboa: OEFP, 2002.
- Santos, Boaventura de Sousa, *Democracia e participação: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre*. Porto: Afrontamento, 2002.

- Santos, Lurdes, *Caracterização de voluntários: Perfil do voluntário jovem*. Lisboa: CNAIV, 2002.
- Schouten, Maria Johanna, *Antropologia em Timor português: Os constrangimentos do colonialismo*. Covilhã : UBI, 2001.
- Seborro, Manuel (org.), *Instrumentos de pesquisa para a história dos organismos responsáveis pela política cerealífera em Portugal no século XX*. Lisboa: SG - MADRP, 2 vols., 2001.
- Sérgio, Manuel, *Algumas teses sobre o desporto*. Lisboa: Compendium, 2002.
- Serra, José Antunes, *Neo-humanismo: Bases da natureza humana da economia, educação, saúde e sociologia*. Coimbra: DAUC, 2001.
- Simões, Maria João; Rato, Berta, *Potencialidades de desenvolvimento de concelhos da zona da Serra da Estrela*. Lisboa: OEFP, 2001.
- Simões, Mónica Rafael, *A agenda perdida da reconstrução pós-bélica: O caso de Timor Leste*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.
- Tomás, Catarina, *Interrupção voluntária da gravidez*. Covilhã: UBI, 2001.
- Varandas, Isabel; Alves, Lurdes Barata, *Atravessar a vida ao contrário: Ser prostituta, histórias dela vida*. Lisboa: CIDM, 2001.
- Vasconcelos, Flório, *Os pintores Teixeira Barreto*. Porto: Afrontamento, 2002.
- Véras, Roberto (org.), *Ação sindical no espaço local*. São Paulo: Escola Sindical de São Paulo, 2001.
- Zylberstajn, Hélio et al. (orgs.), *Processos de integração regional e a sociedade: O sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

REVISTAS

- Análise Social*, n.ºs 162 e 163, 2002
- Antropologia Portuguesa*, n.ºs 16/17, 1999/2000
- Apogeo*, n.ºs 20/21, 2002
- Araucária*, vol. 1, n.ºs 1 e 2, 1999
- Brotéria*, vol. 155, n.ºs 1, 2, 3 e 4, 2002
- Caderno CRH*, n.ºs 34 e 35, 2001
- Cadernos Condição Feminina*, n.º 59, 2001
- Cadernos de Consulta Psicológica*, n.ºs 15/16, 1999/2002
- Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 1, 2001
- Cadernos de Estudos Sociais*, vol. 17, n.ºs 1 e 2, 2001
- Cadernos de Pesquisa CDHIS*, vol. 13 n.ºs 26 e 27, 2000, vol. 14, n.ºs 28/29, 2001
- Cadernos de Saúde Pública*, vol. 18, n.ºs 3, 4 e 5, 2002
- Cadernos do Noroeste*, vol. 15, n.ºs 1/2, 2001
- Cadernos Justiça e Paz*, n.º 11, 1999
- Cahiers d'Études Africaines*, vol. 41, n.ºs 162, 163/164, 165 e 166, 2001, vol. 42, n.º 167, 2002
- Ciudad Y Territorio, Estudios Territoriales*, n.ºs 129 e 130, 2001
- Colóquio/Letras*, n.ºs 157/158, 2000
- Contexto Internacional*, vol. 24, n.º 1, 2002
- Crítica Jurídica*, n.º 19, 2001
- Cuadernos de Africa America Latina*, n.º 38, 2002
- Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 12, 2000, vol. 13, 2001
- Dados*, vol. 45, n.ºs 1 e 2, 2001
- Dikaiosyne*, n.ºs 6 e 7, 2001, n.º 8, 2002
- Direito e Democracia*, vol. 2, n.º 1, 2001
- Direito, Estado e Sociedade*, n.º 18, 2001
- Dirigir*, n.º 76, 2001
- Droit et Société*, n.º 50, 2002
- Economia e Sociedade*, n.º 17, 2001
- Economia e Sociologia*, n.º 73, 2002

- Economía y Sociedad*, n.º 17, 2001, n.º 18, 2002
- Educação e Filosofia*, vol. 15, n.º 30, 2001
- Educação e Sociedade*, vol. 23, n.ºs 78 e 79, 2002
- Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 17, 2002
- Estudi General*, vol. 21, 2001, vol. 22, 2002
- Estudios Sociales – Revista Universitaria Semestral*, vol. 11, n.º 22/23, 2001
- Estudios Sociales*, n.º 109, 2001
- Estudos Avançados*, vol. 16, n.ºs 44 e 45, 2002
- Estudos de Sociologia*, vol. 7, n.º 12, 2002
- Estudos Feministas*, vol. 0, n.º 0, 1992, vol. 1, n.ºs 1 e 2, 1993, vol. 2, n.ºs 2, 3 e n.º esp., 1994, vol. 3, n.ºs 1 e 2, 1995, vol. 4, n.º 1 e 2, 1996, vol. 5, n.ºs 1 e 2, 1997, vol. 6, n.ºs 1 e 2, 1998, vol. 7, n.ºs 1/2 e sep., 1999, vol. 8, n.ºs 1 e 2, 2000, vol. 9, n.ºs 1 e 2, 2001, vol. 10, n.º 1, 2002
- Estudos Moçambicanos*, n.ºs 16 e 17, 1999
- Estudos Portugueses e Africanos*, n.ºs 35 e 36, 2000, n.ºs 37 e 38, 2001
- Etnográfica*, vol. 6, n.º 1, 2002
- Finisterra, Revista de Reflexão e Crítica*, n.ºs 42/43, 2002
- Fronesis*, vol. 8, n.º 3, 2001
- Galileu*, vol. 7, n.º 1, 2002
- Historia Agraria*, n.º 26, 2002
- Historia, Antropología y Fuentes Orales*, n.º 27, 2002
- História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 9, n.ºs 1 e 2, 2002
- Humanística e Teologia*, vol. 23, n.º 1, 2002
- INEWS*, n.º 6, 2002
- Infância e Juventude*, n.º esp. 1991, n.ºs 1 e 2, 2002
- Info CREA*, n.º 8, 2001
- Inovação*, vol. 15, n.ºs 1/3, 2002
- Interacções*, n.º 2, 2002
- Interface*, n.º 11, 2002
- Intervenção Social*, vol. 11, n.º 23/24, 2001
- Jornal do IGAPHE*, vol. 3, n.ºs 10 e 12, 2001, vol. 4, n.º 14, 2002
- Latin American Perspectives*, vol. 29, n.ºs 4, 5 e 6, 2002
- Ler História*, n.º 42, 2002
- LPH: Revista de História*, n.º 11, 2001
- Lua Nova*, n.ºs 55/56, 2002
- Lutas Sociais*, n.º 8, 2000
- Manuscrito*, vol. 24, n.º 2, 2001
- Mittelweg 36*, vol. 11, n.ºs 2, 3 e 4, 2002
- Nação e Defesa*, n.º 101 e 102, 2002
- Notícias*, n.ºs 61 e 62, 2002
- O Referencial*, n.º 67, 2002
- Organizações e Trabalho*, n.ºs 25 e 26, 2001, n.º 27, 2002
- Papers: Revista de Sociologia*, n.º 65, 2001, n.º 66, 2002
- Pessoal*, vol. 1, n.ºs 1 e 2, 2002
- Philosophica*, n.º 16, 2000
- Pôle Sud*, n.º 16, 2002
- Política Internacional*, vol. 3, n.º 25, 2002
- População e Sociedade*, vol. 9, 2002
- Portuguese Economic Journal*, vol. 1, n.ºs 1 e 2, 2002
- Praça Velha*, vol. 4, n.ºs 9 e 10, 2000, n.º 11, 2001
- Pretextos*, n.ºs 9, 10 e 11, 2002
- Problemas Brasileiros*, vol. 38, n.ºs 351, 352 e 353, 2002
- Pro-posições*, vol. 12, n.ºs 35/36, 2001, vol. 13, n.º 37, 2002
- Proteste*, n.ºs 225, 226, 227, 228 e 229, 2002
- Quórum*, n.º 3, 2001
- Rediteia*, n.º 26, 2002
- Referência*, n.º 8, 2002
- Review*, vol. 25, n.ºs 1 e 2, 2002
- Revista Bimestre Cubana*, vol. 91, n.º 16, 2002
- Revista da Faculdade de Letras – Filosofia*, n.º 18, 2001
- Revista da Ordem dos Advogados*, vol. 62, n.º 1, 2002
- Revista de Administração Local*, vol. 24, n.º 186, 2001, vol. 25, n.º 187, 2002
- Revista de Ciências Humanas*, n.º 29, n.º esp. 4 e n.º esp. 5, 2001, n.º esp. 6, 2002
- Revista de Letras*, n.º 40, 2002

- Revista do Agricultor*, n.ºs 159/160, 161 e 162/163, 2002
- Revista do Ministério Público*, vol. 23, n.ºs 89 e 90, 2002
- Revista Filosófica de Coimbra*, vol. 11, n.º 21, 2002
- Revista Galega de Economía*, vol. 10, n.º 2, 2001
- Revista Internacional de Sociologia*, n.ºs 28, 29 e 30, 2001
- Revista Portuguesa de Educação*, vol. 14, n.º 2, 2001
- Revista Portuguesa de História*, vol. 34, 2000
- Revista Portuguesa de Pedagogia*, vol. 35, n.º 1, 2001
- Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Vol. 19, n.ºs 1 e 2, 2001, vol. 20, n.º 1, 2002
- Sistema*, n.ºs 168/169 e 170, 2002
- Sociologie du Travail*, vol. 44, n.º 2, 2002
- Sub Judice*, n.º 22/23, 2001
- Tempo Social*, vol. 3, n.ºs 1/2, 1991, vol. 4, n.ºs 1/2, 1992, vol. 5, n.ºs 1/2, 1993, vol. 6, n.º 1/2, 1994, vol. 7, n.º 1/2, 1995, vol. 8, n.ºs 1 e 2, 1996, vol. 9, n.ºs 1 e 2, 1997, vol. 10, n.ºs 1 e 2, 1998, vol. 11, n.ºs 1 e 2, 1999, vol. 13, n.ºs 1 e 2, 2001, vol. 14, n.º 1, 2002
- Teoria e Debate*, n.º 51, 2002
- Themis*, vol. 2, n.º 4, 2001
- Toxicodependências*, vol. 8, n.º 2, 2002
- Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, n.ºs 51 e 52, 2001
- Zona Abierta*, n.ºs 98/99, 2002

Résumés

Nancy Fraser

La justice sociale dans la globalisation: Redistribution, reconnaissance et participation

L'article se centre sur la politisation actuelle de la culture et, en particulier, sur les luttes pour la reconnaissance pour arriver à identifier trois problèmes qui présentent une menace à la justice sociale dans le contexte de la globalisation: la réification des identités collectives, le remplacement de la redistribution par la reconnaissance et le fait que plusieurs formes de luttes offrent un cadre inadéquat aux processus transnationaux. Trois stratégies conceptuelles fondées sur les traits émergents de la globalisation et susceptibles de neutraliser les risques dérivés de ces problèmes sont discutées: pour faire face au risque de la réification, une conception de la reconnaissance fondée sur le status et ne conduisant pas à une politique d'identité; pour faire face au risque du remplacement, une conception bidimensionnelle de justice qui couvre aussi bien la reconnaissance que la distribution; pour faire face à la menace de l'encadrement inadéquat, une conception de souveraineté à plusieurs niveaux qui décentre l'encadrement national.

Pedro Hespanha

Individualisation, fragmentation et risque social dans les sociétés globalisées

L'auteur réfléchit sur les processus à travers desquels la globalisation est en train de causer la corrosion des structures de cohésion interne dans les sociétés contemporaines et, en même temps, d'augmenter le risque de la marginalisation et de l'exclusion quant à des secteurs de plus en plus croissants de la population. La différenciation sociale est un de ces processus et en

Abstracts

Nancy Fraser

Social Justice in Globalization: Redistribution, Recognition, and Participation

Focusing on the widespread politicization of culture, especially on struggles for recognition, the author identifies three problems that pose a threat to social justice in globalization: the reification of collective identities, the displacement of redistribution by recognition, and the fact that different kinds of struggles are misframing transnational processes. The text discusses three conceptual strategies for defusing the risks derived from these problems, all three rooted in emerging features of globalization. To counter the threat of reification, the author proposes a "status" conception of recognition that does not lead to identity politics. To counter the threat of displacement, she proposes a two-dimensional conception of justice, which encompasses not only recognition but also distribution. To counter the threat of misframing, she proposes a multi-tiered conception of sovereignty that decenters the national frame.

Pedro Hespanha

Individualization, Fragmentation, and Social Risk in Globalized Societies

The author reflects on the processes through which globalization is causing the corrosion of the structures of internal cohesion in contemporary societies and at the same time leading to an increasing risk of marginalization and exclusion for growing sectors of the population. As one of these processes, social differentiation is related to phenomena that are quite visi-

relation avec des phénomènes assez visibles dans les sociétés contemporaines, comme l'accentuation des inégalités, la croissante marginalisation de certaines couches et la destruction progressive des solidarités sociales.

Le texte analyse en premier lieu deux des effets les plus notoires par lesquels le processus de différenciation sociale opère, à savoir les effets de la segmentation sociale et de l'individualisation de la vie sociale. En second lieu, il se penche sur les questions de l'aggravation du risque social et de l'invisibilité relative de ce risque.

La société portugaise a servi de référence dans cette réflexion et les résultats des études réalisées dans le cadre du projet *La Société Portugaise devant les Défis de la Globalisation* en constituent les preuves utilisées.

Stephen R. Stoer
Education et globalisation: entre la régulation et l'émancipation

Dans cet article, on reprend le travail publié dans le livre *Transnationalisation de l'éducation: de la crise de l'éducation à l'«éducation» de la crise*. L'objectif est de l'interroger sous trois aspects: 1) l'utilisation du concept de transnationalisation dans le titre (et la non utilisation, par exemple, du concept de globalisation); 2) la conception de changement social sous-jacente à la «crise de l'éducation»; et 3) la relation, dans le livre, entre régulation et émancipation.

Isabel Guerra
Citoyenneté, exclusions et solidarités. Les paradoxes et les sens des «Nouvelles Politiques Sociales»

On commentera ici certains résultats de la recherche synthétisée dans la collection *La Société Portugaise devant les Défis de la Globalisation*, à la lumière des concepts de citoyenneté, exclusions et solidarités, en

ble in contemporary societies, such as the increase of inequality, the growing marginalization of certain groups, and the gradual destruction of social solidarities. The text begins by analyzing two of the most obvious effects of the process of social differentiation (social segmentation and individualization in social life) and then focuses on the exacerbation of social risk and its relative invisibility.

Portuguese society is taken as a reference point for this discussion, and evidence is provided by the results of the studies made in the context of the project Portuguese Society vis-à-vis the Challenges Globalization.

Stephen R. Stoer
Education and Globalization: Between Regulation and Emancipation

This paper readdresses the work published in the book *Transnacionalização da educação: da crise da educação à “educação” da crise*, with the objective of interrogating three of the issues it raises: 1) the use of the concept of transnationalization in the title (rather than globalization, for instance); 2) the conception of social change that underlies the “crisis in education”; and 3) the relationship between regulation and emancipation.

Isabel Guerra
Citizenship, Exclusion, and Solidarity. Paradoxes and Meanings of the “New Social Policies”

The author discusses some of the results of the research published in the collection “Portuguese Society vis-à-vis the Challenges of Globalization” in the light of the concepts of citizenship, exclusion, and soli-

mettant particulièrement l'accent sur la problématique des «nouvelles politiques sociales». Le commentaire, d'ordre surtout heuristique et épistémologique, permet de reprendre la question de la confrontation entre une analyse systématique de la globalisation et une analyse stratégique des acteurs en situation d'exclusion.

Teresa Cruz e Silva

Les facteurs déterminants globaux et locaux des solidarités sociales: Le cas du secteur informel dans les zones périurbaines de la ville de Maputo

L'article se fonde sur l'analyse des résultats d'une recherche sur les solidarités sociales, réalisée dans les périphéries urbaines de la ville de Maputo. Partant d'une étude de cas sur les marchés noirs, dans le contexte d'une société où l'Etat se révèle rongé et incapable de contrarier les conséquences des politiques néolibérales et n'arrive pas à détourner les modèles de politiques sociales imposées par les institutions multilatérales comme la Banque mondiale et le FMI, l'article tente d'évaluer les facteurs déterminants globaux et locaux qui conduisent à l'émergence et/ou développement des solidarités sociales. Il évalue en même temps les contraintes qui limitent leur capacité de répondre à la production du bien-être, en tant qu'alternative à l'incapacité de l'Etat de pourvoir aux citoyens des services sociaux de premières nécessités.

José Reis

Mobilités et territorialisations, Etat et marché: L'économie portugaise et ses plus nouvelles dynamiques

Dans ce texte, qui vient de la recherche qui a donné lieu au livre *L'économie en cours*, deux préoccupations sont exprimées. La première tourne autour du débat même sur la globalisation: prenant un point de vue sceptique, le texte propose

parity, focusing particularly on the problematic of the "new social policies". The commentary, mainly of a heuristic and epistemological nature, allows us to readdress the question of the contrast between a systemic analysis of globalization and a strategic analysis of excluded actors.

Teresa Cruz e Silva

Global and Local Determinants in the Emergence of Social Solidarities: The Case of the Informal Sector in the Peri-urban Areas of the City of Maputo

This paper is based on the analysis of the results of a research project about social solidarities carried out in the peri-urban areas of the city of Maputo. Starting from a case study on informal markets in the context of a society where the State is eroded/weak and unable to offset the consequences of neoliberal policies and to shape the social policy models imposed by multilateral institutions such as the World Bank and the IMF, the text analyzes the global and local determinants that lead to the emergence and/or development of social solidarities. At the same time, it evaluates the constraints on their capacity to respond to the production of well-being, as a possible alternative to the State's incapacity to provide basic social services to citizens.

José Reis

Mobilities and Territorializations, the State and the Market: The Portuguese Economy and the "Newest" Dynamics

This text, which refers to the research that gave rise to the book *A economia em curso*, voices two concerns. The first is about the debate about globalization itself: the author shows scepticism and proposes a

une vision non-globaliste et non-fonctionnaliste. La deuxième est en rapport avec l'économie portugaise; on insiste ici d'une part sur l'importance des relations de proximité avec l'Espagne et de l'autre, l'attention est portée sur l'importance croissante des relations financières transnationales. C'est dans cette double dimension (la proximité ibérique et l'aterritorialité financière) que s'enracinent les «plus nouvelles» dynamiques de notre économie.

José Manuel Pureza
Qui gouverne? Le Portugal et le tissu nouveau de la gouvernance globale

La carte de la gouvernance post-west-phalienne connaît aujourd'hui une élaboration turbulente. La culture institutionnelle et régulatrice moderne persiste, mais à présent accompagnée des processus de l'internationalisation de l'autorité politique, expropriant l'Etat de son monopole en cette matière. Le «tissu global» est la métaphore de cette multiplicité des instances du gouvernement global. L'insertion du Portugal dans ce processus de transformation est ambivalente. D'un côté, elle assure le processus qui maintient ce pays dans une position mondiale subalterne, ce qui se révèle surtout à travers le sens de dénationalisation de l'Etat, position assumée en grande partie dans les réformes institutionnelles récemment survenues au Portugal. Mais, d'un autre côté, ce pays apparaît aussi associé aux signes des nouvelles formules du gouvernement international, marquées par une articulation militante entre l'Etat et le non-Etat dans la défense d'un agenda transformateur des relations internationales.

non-globalist and non-functionalist vision. The second is about the Portuguese economy: on the one hand, the author insists on the importance of relations of proximity with Spain, and on the other pays attention to the increasing importance of transnational financial relations. The “newest” dynamics in our economy are predicated on this dual dimension (Iberian proximity and financial atterritoriality).

José Manuel Pureza
Who Governs? Portugal and the New Webs of Global Governance

The post-Westphalian map of governance is being turbulently elaborated. The modern institutional and regulatory culture persists, but now in combination with processes of internationalization of political authority which deprive the State of its monopoly in this matter. The “global web” is the metaphor for this multiplicity of levels of global governance. The insertion of Portugal into this process of transformation is ambivalent. On the one hand, it continues to occupy a subaltern position in the world stage, something which is especially evident in the direction taken by most of the recent institutional reforms in what concerns the denationalization of the State. However, on the other hand, Portugal is also associated with signs of new formulas for international governance, characterized by a militant articulation between the State and the non-State for the defense of an agenda that will change international relations.

Leonardo Avritzer
Globalisation et espaces publics: La non-régulation comme stratégie d'hégémonie globale

Cet article a pour objectif d'examiner le processus récent de la globalisation du point de vue de la relation entre la régulation et l'émancipation. Ma thèse principale est que le processus de globalisation change la relation entre ces deux catégories et exige l'introduction d'un troisième élément que je désignerai par la non-régulation. Mon argument n'est pas de dire que la non-régulation constitue une caractéristique entièrement nouvelle dans la modernité, mais d'affirmer que la forme par laquelle l'hégémonie dans l'espace politique globalisé a lieu au début du XXIème siècle consiste en une combinaison entre la super-régulation et la non-régulation acquérant des caractéristiques entièrement nouvelles. La deuxième question examinée dans cet article est de savoir dans quelle mesure les nouveaux espaces publics globaux surgissant dans la modernité tardive peuvent faire face à ces espaces globaux non régulés.

Carlos Fortuna
Cultures urbaines et espaces publics: Sur les villes et l'émergence d'un nouveau paradigme sociologique

Dans ce texte, on se demande d'abord si nous serons capables dans un avenir proche de construire plus de cité et une meilleure cité. Un présupposé reste ici implicite, à savoir que la sociologie urbaine, dans sa version la plus classique, n'est pas en condition d'offrir des indications sur la manière de le faire. Pour pouvoir le faire, il lui est nécessaire de repenser et de reformer ses cadres théoriques et ses procédés analytiques. Pour illustrer cette nécessité, l'article parcourt les terrains (zones d'intermédiation) où habituellement on ne voit que des signes de rétractions des es-

Leonardo Avritzer
Globalization and Public Spaces: Non-regulation as a Strategy of Global Hegemony

The aim of this paper is to address the recent process of globalization from the point of view of the relation between regulation and emancipation. The main thesis is that the process of globalization changes the relation between these two categories and requires the introduction of a third element which the author calls non-regulation. The argument is not that non-regulation constitutes a completely new feature of modernity, but rather that the way in which hegemony occurs in the globalized public space of the early 21st century consists in a combination of super-regulation and non-regulation which gives it completely new characteristics. The second issue addressed in this paper concerns the extent to which the new global public spaces that are emerging in late modernity can confront those unregulated global spaces.

Carlos Fortuna
Urban Cultures and Public Spaces: On Cities and the Emergence of a New Sociological Paradigm

This paper begins by asking whether we will be able to build *more* and *better* cities in the near future. The implicit premise is that urban sociology, in its most classic version, is not in a position to offer indications on how to do this. In order to do it, we have to re-think and reform the theoretical frameworks and analytical procedures of urban sociology. To illustrate this necessity, the text explores areas (*intermediation zones*) where one can usually only see signs of the contraction of public spaces, and seeks to find in them emerging political virtues.

paces publics, afin d'y rechercher des vertues politiques potentielles en voie d'émergence.

José Machado Pais

Mettre en question les cultures et les identités, les utopies et les fatalités: Réflexions d'un sociologue dans la solitude de la chambre n°514 d'un Meliá Confort

Dans la solitude d'une chambre des hôtels Meliá Confort, un sociologue frustré se débat contre son stress causé par l'anxiété qu'il ressent devant la responsabilité d'avoir à commenter deux tomes d'une oeuvre volumineuse. Désappointé devant les notes qu'il avait prises, il décide de refaire sa communication en s'inspirant de son mécontentement, *bic et nunc*.

Emporté par une curiosité spontanée, notre sociologue part des contingences et des banalités de la vie quotidienne pour arriver à un monde de significations, à travers des médiations entre le particulier et le global, l'individuel et le collectif, le subjectif et l'objectif. Le monde (*vécu*) qui l'entoure paraît se révéler en un spectre de *cultures* et d'*identités*, à partir du moment où il est problématisé (*conçu*). Est-il possible de dévoiler le social à travers l'immédiateté du quotidien? Il se peut ou il ne se peut pas. Tout dépend des mises en question sociologiques, capables ou non de le recapturer dans son apparente facilité donnée dans les traces épidémiques de la quotidienneté.

George Yudice

Le lieu de la culture dans le contexte du post-11 septembre

Cet essai discute les effets des nouveaux systèmes de sécurité et de vigilance mis en pratique après les attaques du 11 septembre sur la culture. Transformée par les processus de la globalisation et, effectivement, contribuant à ces processus, la cul-

José Machado Pais

Questioning Cultures and Identities, Utopias and Fatalities: Reflections of a Sociologist in the Solitude of Room 514 at a Meliá Confort Hotel

In the solitude of a room at a Meliá Confort Hotel, a frustrated sociologist struggles with an anxiety attack provoked by the responsibility of having to comment on two volumes of a voluminous work. Disappointed with the notes he has scribbled, he decides to redo the paper seeking inspiration in the *bic et nunc* of his discontent.

Carried by a spontaneous curiosity, our sociologist starts from the contingencies and banalities of our quotidian in order to arrive at a world of meanings through mediations between the particular and the global, the individual and the collective, the subjective and the objective. The (*lived*) world that surrounds him seems to unveil itself in a specter of *cultures* and *identities* from the moment when it is sociologically problematized (*conceived*). Is it possible to unveil the social through the immediacies of the quotidian? Maybe it is, maybe it isn't. All depends on whether the sociological questionings are capable or not of recapturing the world in its apparent facticity, which is given by the epidermal features of the quotidian.

George Yudice

The Place of Culture After September 11, 2001

This essay examines the effects on culture of the new systems of security and surveillance put in place after the September 11 attacks. Already transformed by processes of globalization, and indeed, contributing to these processes, culture is a major site

ture constitue un espace primordial de conflit et de contrôle à la suite des attaques: des mouvements contestataires, pour la plupart constitués culturellement, sont désignés à présent associés au terrorisme; les films de Hollywood, la presse électronique et la presse traditionnelle sont invitées à se mettre au service de la sécurité; de nouvelles formes culturelles de contrôle s'élaborent. En dernière analyse, la guerre contre le terrorisme arrive en même temps à protéger le régime d'accumulation établi par le pacte de Washington. Le mouvement anti-globalisation sera-t-il capable d'affronter le nouveau régime d'accumulation?

João Arriscado Nunes

Les dynamique de la science/des sciences sur le périmètre du centre: une culture scientifique de frontière?

Dans cet article, on cherchera à mettre en relation les conditions de translocalisation et de globalisation des sciences modernes; on examinera les conditions particulières de leur institutionnalisation et de l'activité scientifique dans les sociétés qui, comme le Portugal, se situent dans la semi-périphérie du système-monde. Etant donné sa condition de société semi-périphérique intégrée dans une région centrale du système-monde – l'Union européenne –, le Portugal présente des particularités qui seront examinées ici à la lumière du récent processus de la création et de l'institutionnalisation d'un système national de recherche et de développement, et qui configurent une culture scientifique de frontière.

António Sousa Ribeiro

Les Humanités comme utopie

Certains aspects de l'(auto)définition des Humanités en temps de reconstruction seront mis en rapports dans cet article; et le potentiel utopique de la perspective qu'elles représentent sera défendu ici, dans un contexte où les savoirs se redéfinissent.

of conflict and control in the wake of the attacks: contestatory movements, many of which are constituted culturally, are identified with terrorism; Hollywood films, the electronic and the printed press are recruited in behalf of security; new cultural forms of control are devised. Ultimately, the war on terrorism also manages to protect the regime of accumulation put in place by the Washington Consensus. Can the antiglobalization movement take on the new security regime?

João Arriscado Nunes

The Dynamics of Science in the Perimeter of the Center: A Scientific Boundary Culture?

This paper discusses the conditions of the translocalization and globalization of modern science, as well as the specific conditions of scientific institutionalization and activity in semiperipheral societies, such as Portugal. As a semiperipheral society which is part of a core region of the world system – the European Union –, Portugal displays a number of specificities which are examined in relation to the recent process of creating and institutionalizing a national system of research and development, associated with a scientific boundary culture.

António Sousa Ribeiro

The Humanities as Utopia

This text discusses some aspects of the (self)definition of the Humanities in times of reconstruction, and defends the utopian potential of the perspective that they represent in a context of global redefinition of knowledges.

João Caraça
Les marchés, leur savoirs et leur incertitudes

La globalisation, telle que nous la connaissons, ne résout pas les problèmes, ni met en rapport les questions, de vivre ensemble sur la planète. Dans le contexte actuel, la lutte pour la démocratie assume ainsi trois vecteurs essentiels: la réinvention du pouvoir émancipateur de la connaissance, grâce à plus de sciences et de meilleures sciences, sciences sociales et d'autres savoirs argumentatifs; la réintroduction de l'école comme lieu privilégié de l'apprentissage pour la pleine citoyenneté; l'instauration et la défense d'une société de reconnaissance, dans laquelle la valorisation de l'autre en tant qu'interlocuteur correspond à la pulsation planétaire de notre espèce.

José Arthur Giannotti
Capitalisme et monopole de la connaissance

Le marché capitaliste contemporain est fondé sur des stratégies de connaissance et de pouvoir qui le distinguent profondément, soit de l'ancien marché concurrentiel, tendant à l'auto-réglementation, soit de l'impérialisme, quand l'hégémonie se construisait sur les positions de force ayant pour piliers les politiques de l'Etat national. Si, aujourd'hui, la source du pouvoir réside dans le monopole de l'invention scientifico-technologique, il est nécessaire, par conséquent, d'aller au-delà d'une phénoménologie des niveaux de globalisation, en tenant compte du rôle déterminant du nouveau capital, dans sa différence spécifique. Un pouvoir appuyé sur le savoir doit être combattu par d'autres pouvoirs capables de distinguer ce que l'on peut et ce que l'on ne peut pas faire et connaître. C'est là le défi d'un nouveau socialisme qui abandonne l'illusion d'être capable de créer entièrement une nouvelle société.

João Caraça
The Markets, Their Knowledges, and Their Uncertainties

Such as we know it, globalization does not solve the problems or address the questions of living together on the Earth. Thus, in the current context, the struggle for democracy involves three essential aspects: the reinvention of the emancipatory power of knowledge, with more and better sciences, social sciences, and other argumentative knowledges; the reintroduction of the school as the privileged site for the learning of a full citizenship; and the establishment and defense of a society of recognition, in which the valorization of the other as interlocutor corresponds to the planetary throbbing of our species.

José Arthur Giannotti
Capitalism and Knowledge Monopoly

The contemporary capitalist market is based on three strategies of knowledge and power that set it greatly apart from the old competitive market, which tended to be self-regulated, as well as from imperialism, in which hegemony was constructed on the basis of power positions that were supported by the policies of the national State. If today the source of power lies in the monopoly of scientific and technological invention, then it is necessary to go beyond the phenomenology of levels of globalization and take into account the determining role of the new capital in its specific difference. A power imbued with knowledge should be combated by other powers capable of distinguishing between what can and what can't be done and known. That is the challenge for a new socialism which abandons the illusion that it can create a whole new society.

Boaventura de Sousa Santos
Vers une sociologie des absences et
une sociologie des émergences

Cet article mène une critique du modèle de la rationalité occidentale – le modèle d'une *raison indolente* – en proposant les prolégomènes d'un autre modèle, celui d'une *raison cosmopolite*. On cherchera à fonder trois procédés sociologiques dans cette raison cosmopolite: la sociologie des absences, la sociologie des émergences et le travail de traduction.

Boaventura de Sousa Santos
Towards a Sociology of Absences and
a Sociology of Emergence

This paper makes a critique of the model of western rationality – the model of an *indolent reason* – and proposes the prolegomena of another model, that of *cosmopolitan reason*. The author seeks to base three sociological procedures on this cosmopolitan reason: the sociology of absences, the sociology of emergence, and the work of translation.

Oficinas do CES

N.º 173, Abril 2002

Maria Ioannis Baganha, José Carlos Marques, Pedro Góis, O sector da construção civil e obras públicas em Portugal: 1990-2002

N.º 174, Maio 2002

Leila Maria da Silva Blass, A formação multicultural do trabalhador assalariado brasileiro: o invisível pertinente

N.º 175, Julho 2002

Paulo Peixoto, Os meios rurais e a *descoberta* do património

N.º 176, Julho 2002

José Reis, A economia portuguesa: entre Espanha e as finanças transnacionais

N.º 177, Julho 2002

Iver Hornemann Møller, Pedro Hespanha, Padrões de exclusão e estratégias pessoais

N.º 178, Agosto 2002

Fernando Ruivo, Localização de políticas públicas

N.º 179, Setembro 2002

José Negrão, A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres

N.º 180, Outubro 2002

João Arriscado Nunes, Risk, Uncertainty and Innovation in Biomedicine: Tumour Pathology and Translational Research

Arena
Belgrade Circle
Critique & Humanism
Dialogi
du
Euphorion
FA-art
Glasna
Helicon
Index on Censorship
Ji
Kritika & Kontext
Kulturbuch quadratur
Lateral
Le Monde diplomatique
Magyar Lettre
Mehr Licht
Mittelweg 36
Naprikoznovnij Zapis
Nova Istra
Ny tid
Ord&Bild
Passage
Revista Critica
de Ciências Sociais
Samtiden
Transit
Varik
Wespennest
Zeszyty Literackie

EUROZINE

Eurozine is the largest
European network of its kind.

It connects and promotes
more than 100 leading European
cultural journals.

As a magazine, Eurozine
publishes essays, interviews
and academic texts in
many different languages.

Thus, Eurozine opens up
a new public space for
international debate.

Read the most important
articles on European
culture and politics at
www.eurozine.com

With the support of
The Culture 2000 programme of
the European Union



Department of Culture,
City of Vienna
Department of Arts,
Federal Chancellery of Austria